

Universidade de Brasília - UnB

Instituto de Ciências Sociais - ICS

Departamento de Antropologia - DAN

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - PPGAS

**O policial militar em tempos de mudança:
ethos, conflitos e solidariedades na Polícia Militar do Estado de São Paulo**

Beatriz Porfírio Graeff

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Antropologia
Social do Departamento de Antropologia da
Universidade de Brasília. Orientadora: Profa.
Dra. Carla Costa Teixeira

Brasília

2006

Resumo

Dialogando com uma percepção relativamente generalizada de que as instituições policiais precisam mudar, mas são resistentes a mudanças, este trabalho enquadra a Polícia Militar do Estado de São Paulo em um processo de transição, no qual sua função e sua atuação têm sido não apenas questionadas e discutidas, mas alteradas por uma série de iniciativas que a insere no fluxo de um movimento social e político mais amplo.

Em um exercício comparativo entre o passado e o presente, as representações dos policiais militares revelam os marcos e as marcas da passagem do tempo para a corporação e para as atividades de policiamento. Para analisar todos os significados dessas representações, discuto as práticas e interações que conformam as vivências cotidianas dos policiais militares, onde podemos encontrar os elementos de permanência a partir dos quais eles constroem uma percepção de mudança.

Assim, o que proponho tomarmos como *tempos de mudança* marca a inserção da corporação em uma realidade que excede as práticas e os valores construídos, transmitidos e reforçados no cotidiano de trabalho. Por sua vez, tudo aquilo que é conforme, que é ordinário, que é “como deveria ser”, pode ser inserido em uma temporalidade de permanência. Remetendo diretamente aos processos de reprodução do grupo, é na temporalidade da permanência que se dá a interpretação, a rejeição ou a assimilação das mudanças.

Abstract

Debating with a generalized perception that police institutions must change, but are resistant to change, this work places the Polícia Militar do Estado de São Paulo in a transition process, in which its function and performance have been not only questioned and discussed, but altered by a series of initiatives that insert it in the flux of a broader social and political movement.

In a comparative exercise between the past and the present, police officer's representations reveal the marks of time's passage for the corporation and police activities. To analyze all the meanings of these representations, I discuss the practices and interactions that conform the police officer's daily experiences, where we can find the elements of permanence from which they build a perception of change.

Thus, what I propose we take as *times of change* marks the corporation's insertion in a reality that exceeds the values and practices built, transmitted and reinforced in the daily job. In its turn, everything that is the norm, that is ordinary, that is "as it should be", can be inserted in a temporality of permanence. Going directly to the group's reproduction processes, it's in the temporality of permanence where the interpretation, rejection, or assimilation of change happens.

Agradecimentos

Ao longo do caminho que resultou neste trabalho, os espaços abertos pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília foram fontes de aprendizagem, discussão e estímulo. A todos os professores, funcionários e colegas agradeço por essa reconfortante convivência e registro alguns débitos.

À minha orientadora, Carla Costa Teixeira, pela leitura aguçada e provocadora que renovava meu ânimo todas as vezes em que me pareciam esgotadas as possibilidades de explorar as imagens e impressões que a experiência de campo gravou no meu material de pesquisa.

A Luís Roberto Cardoso de Oliveira, que me orientou nas primeiras etapas da pesquisa, por todas as grandes e pequenas lições que me ensinaram a complexidade e a seriedade do exercício antropológico.

À professora Ellen F. Woortmann, por me introduzir ao universo da “memória” e me fazer descobrir uma porta de entrada privilegiada para acessar a dinamicidade das questões que eu buscava compreender.

Em São Paulo, onde cresci e para onde retornei, pela primeira vez coberta com a “capa de antropóloga”, agradeço a todas as pessoas que transformaram meus dois meses de pesquisa em uma sucessão ininterrupta de descobertas.

Ao Comando Geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo, por acolher e tornar possível a realização da minha pesquisa.

A Túlio Kahn e sua equipe, da Coordenadoria de Análise e Planejamento da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, por intermediar minha solicitação junto à PMESP e fornecer algumas dicas valiosas sobre o campo.

Ao Ten.Cel. PM Jorge Luiz Alves e sua equipe, da Seção de Comunicação Social do Estado Maior, pela eficiência, atenção e generosidade com que operacionalizaram minha inserção no campo.

Ao Ten.Cel. PM Luiz Eduardo Pesce de Arruda, por ter me dado a chance de construir uma nova primeira impressão sobre uma realidade que me era equivocadamente familiar.

Meu desejo era inscrever minha gratidão, nominalmente, a cada um dos policiais que tornou meu projeto possível. No entanto, a decisão de preservar a identidade dos meus interlocutores, expressa por mim e acatada por eles no início de cada entrevista, me obriga a transformar esse cuidado em um pesaroso anonimato.

Agradeço não apenas a paciência e atenção desses homens e mulheres, mas a disposição deles em compartilhar comigo uma pequena lembrança, uma estória, às vezes engraçada, às vezes triste, o relato de um sucesso ou de um fracasso. Com este trabalho espero poder contribuir para que essas vivências se transformem em esclarecimento e compreensão.

Por fim, agradeço à minha família, por se fazer reconfortantemente presente mesmo nos momentos em que precisamos estar irremediavelmente sós.

Sumário

Introdução	1
Cap. 1: Uma - não tão breve - digressão sobre meu encontro com a Polícia Militar	14
Cap. 2: O ser e o fazer policial: algumas referências	35
Cap. 3: Tempos de mudança	57
Cap. 4: Espacialidades e temporalidades das atividades de policiamento	126
Cap. 5: Temporalidades e solidariedades da profissão policial	154
Conclusão: Mudança, Memória e História	197
Referências Bibliográficas	233
Anexo 1: Hierarquia da Polícia Militar (patentes)	237
Anexo 2: Antigüidade do efetivo	238
Anexo 3: Atendimentos prestados no ano de 2004	239
Anexo 4: Escolaridade do efetivo	240
Anexo 5: Organograma - Órgãos de Direção	241
Anexo 6: Organograma - Órgãos Executivos	242
Anexo 7: Demissões e mortes de policiais militares	243

Lista de Siglas

APMBB: Academia de Polícia Militar do Barro Branco

BPChq: Batalhão de Polícia de Choque

BPM/M: Batalhão de Polícia Militar Metropolitano

CAES: Centro de Aperfeiçoamento de Estudos Superiores

CASJ: Centro de Assistência Social e Jurídica

CFAP: Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (Escola de Sargentos)

COPOM: Centro de Operações da Polícia Militar (190)

DP: Distrito Policial (delegacia)

EM/PM: Estado Maior da Polícia Militar

GATE: Grupo de Ações Táticas Especiais

PMESP: Polícia Militar do Estado de São Paulo

POP: Procedimento Operacional Padrão

RDPM: Regulamento Disciplinar da Polícia Militar

SSP: Secretaria de Segurança Pública

Introdução

No dia 4 de maio deste ano, o Corinthians enfrentou o River Plate no Estádio do Pacaembu, em São Paulo, pela Taça Libertadores da América. Quando o River Plate marcou o terceiro gol, retirando o time paulista da disputa do campeonato, parte da torcida corintiana tentou invadir o campo enfurecida. O episódio reunia todos os ingredientes para uma grande tragédia, anunciada pelas imagens que mostravam uma onda humana se deslocando da arquibancada em direção a um pequeno portão no alambrado. O que poderia ser um marco sem precedentes da violência promovida por torcidas organizadas dentro dos estádios de futebol deu lugar a uma cena memorável, protagonizada por um grupo de aproximadamente trinta policiais militares que faziam a segurança daquele setor. Em uma ação rápida, os policiais se fecharam em formação diante do portão, protegendo-se com escudos e cassetetes, impedindo que as centenas de torcedores envolvidos no tumulto entrassem em campo para tirar satisfações com os jogadores.

Depoimentos de jornalistas e torcedores que presenciaram o episódio demonstravam admiração e reconhecimento pela ação corajosa daqueles policiais. A menção à coragem era quase inevitável diante da angustiante sensação de “improvável” produzida pela aparente insignificância numérica do grupo de policiais posicionados entre o alambrado e a massa enfurecida. Com um saldo de sete policiais e onze torcedores feridos, a atuação dos policiais no controle da multidão também foi descrita nesses depoimentos com adjetivos como “heróica”, “impressionante” e “profissional”.

Revendo as imagens do tumulto na sede do 2º Batalhão de Choque, responsável pela segurança nos estádios de futebol, o Major PM Carlos Botelho Lourenço, que comandou a operação no Pacaembu naquele dia, relembra os momentos tensos que enfrentou junto a seus policiais: “A torcida vindo para cima da tropa, e a tropa corajosamente mantendo a linha”.

Percebendo, talvez, algum detalhe não captado pela câmera, um repórter pergunta ao major se ele está emocionado, ao que ele responde, confirmando a emoção flagrada: “É o resultado de um trabalho de 30 anos”.

Minha dissertação já estava concluída quando assisti no Fantástico a reportagem sobre esse episódio. A riqueza de significados contida na sucinta declaração do Major Botelho me motivou a retomar essas breves linhas para introduzir o tema do meu estudo fazendo menção ao “resultado de um trabalho de 30 anos” que despertou a emoção do major e que me fez reviver, também com emoção, todos os outros “trabalhos de 30 anos” com os quais tomei contato ao longo da pesquisa.

O depoimento do major fala sobre uma instituição em mudança e revela um agente para o qual os 30 anos dedicados à carreira correspondem ao próprio engajamento nessas mudanças. Dialogando com uma percepção relativamente generalizada de que as instituições policiais precisam mudar, mas são resistentes a mudanças, veremos, ao longo deste trabalho, como agentes como o Major Botelho constroem uma percepção acerca das mudanças pelas quais a Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP) vem passando ao longo do tempo e como as experiências desses agentes dentro da corporação produzem, reagem e assimilam um processo de mudanças concreto e sensível.

Algumas características das instituições policiais sugerem que a faculdade adaptativa é algo inerente a essas instituições. (1) Sua relação com o Estado freqüentemente as deixa à mercê do jogo político. Diante do alarme gerado pelo crescimento da criminalidade, a polícia se transforma em arma política, sendo utilizada para defender programas de governo ou atacar governos instituídos. Da mesma forma que acontece em outras áreas, as instituições policiais sofrem ingerências administrativas a cada troca de governo e as mensagens emitidas pelos altos escalões se propagam pela estrutura organizacional podendo chegar com maior ou menor intensidade às bases. (2) A introdução de novas tecnologias operacionais e gerenciais,

que tem sido relativamente intensa nas últimas décadas, mesmo que defasada em relação a contextos internacionais, gera uma necessidade constante de treinamento e reciclagem dos policiais. (3) A intensificação do debate sobre direitos individuais e de minorias, consolidado em mudanças legislativas, afeta diretamente a atividade policial, idealmente pautada pelos preceitos de legalidade e legitimidade. (4) A intervenção constante dos meios de comunicação no debate sobre segurança pública e na denúncia de ações policiais ilegais gera um estado de constante alerta dentro das instituições policiais, introduzindo de forma aguda a necessidade de resposta à sociedade e de diálogo com o público.

Fazendo uma revisão da bibliografia que trata do desenvolvimento das organizações policiais em diversas partes do mundo, a partir de uma perspectiva histórica, Muniz aponta algumas razões pelas quais não devemos nos surpreender com o fato de que as polícias vêm sofrendo mudanças bastante significativas ao longo do tempo.

As organizações policiais estão entre aquelas agências do Estado que mais se transformaram no curso de sua história. Contrariando a visão consensual de que as polícias – mantenedoras da lei e da ordem – tenderiam a ser pouco afeitas a mudanças, os estudos históricos evidenciam que elas passaram por transformações sensíveis desde sua criação até os dias atuais (...). Alteraram-se a doutrina de emprego da força, a missão, a extensão de seu poder e mandato, os expedientes de fiscalização de suas atividades, os seus métodos de atuação, as tecnologias por elas adotadas etc. Essas agudas alterações resultaram principalmente do fato de que as polícias sempre estiveram inevitavelmente expostas e vulneráveis às críticas públicas. As polícias, desde sua criação, tornaram-se a face mais delicada do Estado. Elas têm se apresentado como o lugar no qual se pode legitimar ou descredenciar o valor atribuído à autoridade. Isto porque as agências policiais representam, por um lado, a encarnação mais concreta e cotidiana da autoridade governamental na vida dos cidadãos (...); e por outro, o único meio de força legal, disponível diuturnamente, capaz de responder de forma imediata e emergencial às mais distintas e heteróclitas demandas cidadinas por ordem pública. (1999: 33 e 34)

As mudanças políticas e sociais que o Brasil atravessou nos últimos vinte anos parecem ter renovado o interesse acadêmico pelas instituições policiais, determinando, em larga medida, os rumos tomados por esse debate. Diante de uma percepção relativamente generalizada que aponta para o fracasso das instituições encarregadas da preservação da

ordem e da aplicação da justiça no combate à crescente criminalidade que assola o país, principalmente nos grandes centros urbanos, vários trabalhos têm discutido a persistência de práticas autoritárias nas instituições policiais após a redemocratização do país. O restabelecimento dos direitos políticos não teria correspondido a um avanço equivalente na garantia dos direitos individuais e civis. O debate sobre segurança pública parte do princípio geral de que as instituições policiais precisam mudar.

É possível distinguir dois enfoques a partir dos quais as instituições policiais têm sido tomadas como objeto de estudo. Por um lado, temos os trabalhos que tratam do papel das instituições policiais dentro de um contexto mais amplo relacionado às questões da violência e da criminalidade na sociedade brasileira, enfocando um amplo espectro de conflitos entre os ideais democráticos que têm buscado se materializar, tanto na legislação quanto no debate público, e práticas há muito arraigadas nas instituições policiais. Dentre esses trabalhos, encontramos também algumas discussões sobre recentes iniciativas governamentais que objetivam responder aos problemas enfrentados na área da segurança pública.¹ Por outro lado, temos trabalhos que se debruçam sobre o que se concebe como uma cultura organizacional ou profissional que singulariza as corporações policiais do país. Os processos de construção e transmissão de práticas e saberes, que se desenvolvem nas salas de aula dos centros de formação policial ou nas experiências cotidianas de trabalho, ocupam um papel de destaque na busca de compreensão do funcionamento dessas instituições.²

Enfocando, sob diferentes perspectivas, os mecanismos internos e externos de produção e reprodução nas organizações policiais, muitas dessas análises fornecem subsídios

¹ Sobre os mecanismos de controle sobre as atividades da polícia, ver Lemgruber, Musumeci e Cano (2003); e Costa (2004). Sobre a violência policial e a construção de estereótipos a partir dos quais as polícias operam, ver Oliveira, Santos e Silva (2001); Belli (2004); e Ramos e Musumeci (2005).

² Sobre as práticas investigativas da Polícia Civil, no Rio de Janeiro e em São Paulo, ver, respectivamente, Kant de Lima (1995); e Mingardi (1991). Sobre o curso de formação de oficiais na Polícia Militar do Ceará, ver Damasceno de Sá (2002). Sobre o curso de formação de praças na Brigada Militar do Rio Grande do Sul, ver Nummer (2004). Sobre os saberes construídos nas práticas cotidianas de policiamento, ver Muniz (1999); e Caruso (2004).

para o debate sobre questões tais como a violência, a corrupção ou a ineficiência associadas a essas organizações. Meu trabalho se insere nesse debate a partir de um pressuposto que enquadra as corporações policiais brasileiras em um processo de transição política e social, dentro do qual diversas mudanças têm sido buscadas e efetivamente implantadas nessas organizações.

As corporações policiais têm sofrido mudanças significativas desde o processo de redemocratização do país. A aceitação tácita desse pressuposto, a partir do qual construí meu projeto de pesquisa, se apoiou, a princípio, em uma percepção intuitiva e impressionista que entendia como pouco razoável a idéia de que as instituições policiais poderiam, de alguma forma, se manter aparte das mudanças pelas quais a sociedade que as envolve passa. Essa idéia, aliás, me remete a uma frase bem típica dos filmes policiais: “elas podem tentar fugir, mas elas não têm como se esconder”. Nunca me pareceu possível ignorar o fato de que meus pais corriam - sabiamente - da polícia nas manifestações estudantis de que participaram nos idos da década de 60, e eu, se fosse dada a isso, poderia ir para a frente do Congresso Nacional “pagar bunda-lelé” para policiais que, nas manifestações estudantis que assisto pela TV, sempre me parecem um pouco injuriados, mas, sobretudo, resignadamente entediados.

Interessada em captar as mudanças pelas quais as organizações policiais têm passado, voltei meu interesse para as representações dos membros da Polícia Militar do Estado de São Paulo, estabelecendo como provocação investigativa a questão da passagem do tempo. Partindo de um projeto de pesquisa construído a partir do arcabouço teórico que trata da questão da memória coletiva, o principal objetivo que busquei em campo foi tomar contato com narrativas de policiais militares que abordassem a passagem do tempo dentro da corporação. Devido ao pouco tempo disponível, a pesquisa privilegiou entrevistas, em detrimento da convivência em profundidade que caracteriza a observação participante. As entrevistas, por sua vez, foram imaginadas como um convite aos policiais militares para que

eles refletissem sobre suas experiências pessoais dentro da corporação, tendo como foco a comparação entre experiências passadas e presentes e, também, sobre o desenvolvimento da organização como um todo, dentro de uma perspectiva temporal.

Quando estimulados a uma reflexão comparativa entre o passado e o presente dentro e para a corporação, os policiais sempre iniciavam suas falas com constatações do tipo “é completamente diferente, muita coisa mudou”. Assim, a palavra mudança apareceu e foi utilizada durante a pesquisa a partir de um entendimento do senso comum sobre o termo. Terminada a etapa da pesquisa de campo, a tarefa de deixar claro aquilo que meu material de pesquisa seria ou não capaz de elucidar me colocou diante de um sério impasse: como utilizar um conceito com uma carga valorativa tão forte como o conceito de mudança, principalmente quando aplicado ao objeto em questão? Não podendo abrir mão desse conceito, me vi diante da necessidade de problematizar com certo pormenor a utilização que farei dele.

Ao falar em mudança, posso remeter o leitor a uma idéia de conteúdo, produzindo a expectativa de que as mudanças às quais me refiro serão analisadas a partir de eventos concretos localizados no passado ou presente da corporação. Não há dúvida de que uma maneira de analisar a questão da mudança dentro da corporação seria através de um trabalho comparativo que pudesse medir o impacto da tal ou qual mudança nas atividades cotidianas de policiamento. Há alguns estudos que vão nessa direção e se baseiam principalmente em séries estatísticas (ver Kahn, 2002 e Barreira, 2004).

Contudo, neste trabalho, a comparação entre o presente e o passado é feita pelos próprios policiais. Por este motivo, mais preciso do que falar em mudança seria falar em representações acerca da mudança, ou seja, representações relacionadas à passagem do tempo dentro da corporação e aos eventos e/ou modificações às quais essas representações remetem. Quando falo em representações, penso na relação subjetiva que os policiais estabelecem com eventos ou situações localizadas em um ponto mais ou menos determinado no espaço e no

tempo. Assim, minha análise se debruça exclusivamente sobre os significados implicados na forma como os policiais narram suas histórias e a história da corporação, e a concepção de mudança implícita nessas narrativas.

Não é minha pretensão construir um quadro detalhado que exponha de forma clara a sucessão cronológica de eventos ou mudanças que tiveram algum significado dentro da corporação. Os eventos que surgem nos depoimentos dos policiais são relevantes apenas na medida em que surgem com a finalidade de ilustrar as diversas representações dos policiais militares acerca do passado e do presente da corporação e do cotidiano de suas atividades. Eles são marcos a partir dos quais os policiais constroem suas representações acerca das mudanças que ocorreram na corporação ao longo do tempo.

Quando paramos para analisar o valor que os policiais atribuem a cada uma das mudanças que mencionam, percebemos que, na maior parte dos casos, eles têm percepções contraditórias, ou seja, quase toda mudança tem um lado bom e um lado ruim. Neste sentido, a problemática da mudança se mostrou bastante interessante pois, através dela, percebemos o quão complexo pode ser o universo de valores e concepções que conformam o que podemos identificar como um *ethos* policial.³ A mudança introduz o elemento conflito, que, por vezes, se apresenta sob uma perspectiva de geração.

Apesar de os policiais afirmarem constantemente que muita coisa mudou na corporação ao longo do tempo, o sentido que a mudança adquire nesses discursos é bastante específico e marcado. De todas as formas que a idéia de mudança assumiu ao longo da pesquisa a que mais se destacou foi, sem dúvida, a que remetia a noções tais como evolução, adaptação e processo. Assim, retomando o que foi dito anteriormente, a passagem do tempo dentro da corporação acompanha uma percepção de mudança. Essas mudanças têm conteúdo,

³ Coloco a questão em termos de *ethos* policial em preferência a “cultura policial” (a *cop culture* da literatura internacional, utilizada também por vários autores brasileiros) porque a complexidade que destaco remete a uma dimensão específica, mais diretamente relacionada à emocionalidade e à subjetividade das vivências que se desenvolvem nesse universo sócio-cultural.

ou seja, se referem a eventos ou causas específicas. Essas mudanças são submetidas a um juízo de valor que, em muitos casos, é contraditório. E, por fim, essas mudanças têm um sentido determinado, colocado na idéia de adaptação.

Não posso me furtar à constatação, bastante óbvia, de que a idéia de mudança só pode ser construída a partir de uma idéia de permanência. Estudos comparativos sobre organizações policiais em várias partes do mundo apontam para a existência de uma “cultura policial” que se reproduz em contextos sociais e políticos diversos. Essas análises nos advertem de que uma tentativa de compreensão sobre as organizações policiais não deve se ater apenas aos elementos exteriores que as definem, e sim focar os elementos internos, ou seja, as práticas policiais cotidianas que conformam uma realidade empírica a ser estudada. Assim, podemos esperar encontrar nas práticas cotidianas do grupo e nos seus modos de reprodução, formais e informais, os elementos de permanência a partir dos quais uma concepção de mudança é formulada.

Para os policiais militares a quem voltei minha atenção, as mudanças decorrem, primordialmente, da relação entre a corporação e o mundo exterior. A mudança insere o grupo nas suas relações com atores e esferas extra-grupo. Neste sentido, as mudanças marcam uma irregularidade, algo que, de certa forma, perturba a ordem estabelecida. Para que possamos compreender todos os significados implicados nas representações sobre as mudanças, considerando aquilo que conforma a permanência, é preciso, então, reinserir os policiais no fluxo de suas atividades e de suas interações cotidianas.

Para realizar essa reinserção sem perder de vista a zona cinzenta que delimita as relações do grupo com o universo exterior, sugiro que pensemos a mudança em termos de “tempos de mudança”, dando ao tempo a qualidade descrita por Palmeira (2002). O autor chama atenção para a possibilidade de tomarmos o *tempo* como uma referência a partir da

qual uma ordem social pode ser compreendida “em termos de adequação de comportamentos a determinadas finalidades postas em um certo momento”.

Se há incompatibilidades tópicas entre *tempos* - que remetem a discrepâncias entre suas finalidades -, todos eles se contrapõem, cada um a seu modo, a um cotidiano que não é classificado, nesse nível, como *tempo*. É como se estivéssemos diante de uma refração da oposição eternidade-tempo, com o tempo cotidiano (o ‘curso do tempo’ dos dicionários) assumindo o lugar da ‘eternidade’, do permanente, e o *tempo* a posição do ‘tempo’, do contingente, do transitório. (: 173)

O que proponho tomarmos como *tempos de mudança* marca a inserção da corporação em uma realidade que excede as práticas e os valores construídos, transmitidos e reforçados no cotidiano de trabalho. Por sua vez, tudo aquilo que é conforme, que é ordinário, que é “como deveria ser”, pode ser inserido em uma temporalidade de permanência. Entendendo a permanência a partir de uma idéia de temporalidade não a coloco como uma categoria oposta a mudança, mas como uma categoria que remete à perpetuação, seja do mesmo ou do novo. Remetendo diretamente aos processos de reprodução do grupo, é na temporalidade da permanência que se dá a interpretação, a rejeição ou a assimilação das mudanças.

- *A estrutura do trabalho:*

Início o trabalho retomando, no capítulo 1, o processo de negociação junto à Polícia Militar do Estado de São Paulo para minha ida a campo. Nessa parte discuto algumas questões que me parecem relevantes para a compreensão de como se deu minha inserção no campo, em um primeiro momento institucionalmente e, depois, subjetivamente.

No capítulo 2, traço algumas breves referências que conformam uma espécie de mínimo denominador comum das representações dos policiais militares acerca do ser e do fazer policial. São elementos básicos e representados, em larga medida, como permanentes, a partir dos quais poderíamos formular a concepção de um “eterno policial”, engajado em uma

“eterna luta do bem contra o mal”.

Tomando como eixo analítico a passagem do tempo, os *tempos de mudança* se relacionam à passagem de um tempo de longa duração, colocado em uma perspectiva comparativa. Os marcos e as marcas dessa passagem do tempo são tratados no capítulo 3.

A permanência, por sua vez, será abordada também a partir da passagem do tempo, mas em outra escala, ou seja, remetendo à passagem de um tempo cotidiano, ordinário, que insere os indivíduos no fluxo de suas atividades e interações rotineiras. Assim, no capítulo 4, discuto as temporalidades associadas às atividades de policiamento e, no capítulo 5, enfoco as temporalidades da profissão policial, ou seja, da inserção dos indivíduos na instituição.

O capítulo que encerra o trabalho constitui, mais do que uma conclusão, uma inflexão, pois assumo nele uma perspectiva analítica que pretende dar conta de apenas uma dimensão do material discutido ao longo do trabalho, sem fechar as portas para outras dimensões igualmente presentes. A leitura que proponho retoma a perspectiva da memória coletiva, a partir da qual construí meu projeto de pesquisa, para destacar algumas inferências acerca de como o grupo afirma, reforça ou recria sua identidade ao longo do tempo.

- *Interlocutores e espaços:*

É preciso fazer alguns esclarecimentos a respeito de quem foram meus interlocutores dentro da corporação. Seguindo o pouco que conhecia através da literatura sobre as instituições policiais militares, esperava encontrar algumas variações significativas nas perspectivas dos policiais e, portanto, busquei entrevistar tanto oficiais quanto praças,⁴ que desempenhassem funções administrativas e operacionais dentro da corporação. Outro pré-requisito para a seleção dos entrevistados dizia respeito à antigüidade dentro da corporação.

⁴ Hierarquia da Polícia Militar: Oficiais: coronel, tenente-coronel, major, capitão, 1º tenente, 2º tenente. Praças: Subtenente, 1º sargento, 2º sargento, 3º sargento, cabo, soldado. Para uma consulta rápida às patentes, ver anexo.

A princípio, estabeleci arbitrariamente a faixa de dez anos de serviço como a base de antigüidade, imaginando que este seria um tempo de serviço suficientemente considerável. Ao iniciar a pesquisa percebi que minha concepção de antigüidade não fazia sentido algum, pois, quando dizia que gostaria de conversar com policiais que fossem “mais antigos” no serviço, sempre me apresentavam alguém com pelo menos vinte anos de corporação. Decidi, então, abrir o escopo do tempo de serviço, entrevistando policiais que se enquadrassem em diferentes faixas de antigüidade, a partir de dez anos, contadas de cinco em cinco: de dez a quinze anos, de dezesseis a vinte anos, e assim sucessivamente, até de vinte e seis a trinta anos, que é o tempo de serviço com o qual eles normalmente se aposentam.

Mesmo tentando estabelecer um parâmetro menos aleatório em relação ao tempo de serviço, quando consideramos a composição do efetivo total da corporação fica evidente que o conjunto dos meus interlocutores não corresponde a uma “amostra” estatisticamente representativa.⁵ Na realidade, não tive essa preocupação. Porém, veremos que, em alguns momentos, a antigüidade constitui uma referência que mereceria uma abordagem mais cuidadosa. Não considerei antecipadamente o tempo de serviço como uma variável significativa na minha abordagem, exceto pelo limite mínimo. Por isso, não tenho elementos para realizar uma análise aprofundada que incorpore essa referência à discussão que realizo ao longo do trabalho, a não ser pelos significados atribuídos a ela apenas no discurso dos próprios policiais.

A seguinte tipologia, descrita por Helvécio (1999), major da PMESP, estabelece quatro estágios da carreira dos policiais.⁶ Ela não dá conta de todos os elementos que me parecem relevantes em relação ao tempo de serviço. Serve, contudo, para tentar situar meus interlocutores, em linhas gerais, dentro de uma abordagem que considera a antigüidade.

⁵ Para uma representação visual da relação entre o efetivo total e minha amostra, ver gráficos no anexo.

⁶ A tipologia dos quatro estágios da carreira do policial foi desenvolvida por John M. Violanti, citado na monografia apresentada pelo Major PM Helvécio Alves da Silva no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais. Porém, a descrição que reproduzo aqui é de autoria do major.

Estágio de Alarme – 0 a 5 anos de trabalho. O estágio de alarme ocorre no trabalho policial durante os primeiros cinco anos. Este comportamento pode ser equiparado ao choque da realidade, uma constatação pelo PM recruta de que o trabalho real de polícia é bem diferente daquele aprendido na escola de formação policial. O estresse deve crescer durante este estágio, à medida que o jovem policial vai sendo exposto ao trabalho da vida real. Primeiro, o policial novato nunca experimentou o trabalho real e está atônito com cenas como cadáveres, tiroteios, acidentes com pessoas sofrendo. O PM percebe as exigências do trabalho real de polícia como um fardo para sua capacidade pessoal de reação.

Estágio de Desencanto – 6 a 13 anos de trabalho. O estágio de desencanto geralmente ocorre durante o sexto ano e continua até o meio da carreira. É uma extensão do choque da realidade experimentado nos primeiros cinco anos. As noções idealistas acalentadas na escola de formação de polícia tornam-se cada vez mais distantes da realidade durante este estágio. É um tempo de amarga decepção para muitos policiais, uma constatação de que as pressões e exigências da organização policial ultrapassam de longe sua capacidade de reagir com êxito. O PM torna-se desencantado com a falta de apreciação do seu trabalho. Muitos adotam o cinismo como um mecanismo de adaptação. O estresse continua a aumentar durante este estágio, num nível acima em relação ao estágio de alarme. Os policiais têm uma sensação de fracasso pessoal, por se sentirem incapazes de lidar com as exigências do policiamento. O PM se sente ineficaz em relação ao crime, à sua própria carreira e ao bem comum.

Estágio de Personalização – 14 a 20 anos de trabalho. No estágio de personalização o policial começa a colocar uma nova ênfase nas metas pessoais, em detrimento das metas de trabalho. Constata-se que esta espécie de deslocamento de metas é comum depois do meio da carreira. O policial pode não se preocupar com as exigências do policiamento. É possível que, ao se aproximar do meio da carreira, suas idéias sobre o que é importante mudem. O fracasso nas tarefas e ocorrências policiais são menos importantes do que em estágios anteriores. A menor exigência do trabalho e o reduzido medo do fracasso irão contribuir para o decréscimo do estresse.

Estágio de Introspecção – 20 anos ou mais de trabalho. O estágio de introspecção é um tempo de reflexão para os policiais saudosistas que recordam os primeiros anos da carreira como os velhos bons tempos. É uma época em que os PMs estão de algum modo mais seguros nos seus empregos. Parecem preocupar-se menos ainda com as exigências do trabalho e com o fracasso. Neste estágio os policiais acham e sabem que o trabalho ficou fácil. É provavelmente a época menos estressante da carreira policial, que continuará a diminuir durante o estágio de introspecção.

Mesmo privilegiando as entrevistas, seria importante dedicar algum tempo para a observação e interação informal com os policiais militares nos ambientes nos quais eles desempenham suas atividades. Imaginei, a princípio, que seria interessante contrapor experiências em ambientes bastante distintos como, por exemplo, a Academia de Polícia

Militar do Barro Branco, responsável pela formação dos oficiais, e alguma unidade operacional. Durante o processo de negociação da minha pesquisa junto à corporação me foi aberto um leque enorme de possibilidades quanto ao local de pesquisa. A cada novo “e você devia conhecer também o...” eu ficava mais animada. Considerando que, na medida de tempo da pesquisa antropológica, não teria tempo suficiente para conhecer de fato sequer uma única unidade, decidi, no fim das contas, fazer o que chamei de sobrevôo sobre a corporação, elegendo nove unidades para “visitar”. Dediquei, para cada unidade, de dois a cinco dias de pesquisa, realizando entrevistas e acompanhando a rotina de atividades. O que perdi em profundidade ao fazer essa escolha, ganhei com a possibilidade de vislumbrar a grande diferença que a especialização produz nas perspectivas dos policiais.

As unidades que pesquisei são: Centro de Operações da Polícia Militar (COPOM), 2º Batalhão de Polícia Militar Metropolitano (2º BPM/M), Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP - Escola de Sargentos), Escola de Formação de Soldados “Cel. PM Eduardo Assumpção”, Academia de Polícia Militar do Barro Branco (APMBB), Centro de Aperfeiçoamento de Estudos Superiores (CAES), 2º Batalhão de Polícia de Choque (2º BPChq), Grupo de Ações Táticas Especiais (GATE - que é uma companhia do 3º Batalhão de Polícia de Choque) e Grupamento de Radiopatrulha Aérea (GRPaer - Águia).

Quando a pessoa entra num quartel, ela imagina uma coisa. Isso, nesses vinte e cinco anos, a gente já vivenciou muito. A pessoa imagina profissionais sisudos, carrancudos, mau encarados, que não têm cultura nenhuma. E na hora que a pessoa passa a conhecer a instituição polícia militar, passa a conhecer os chefes de família, as mulheres, as donas de casa que trabalham na polícia militar, ela passa a respeitar e até a ficar admirada, a ficar admirada da capacidade da instituição que é a polícia militar. Com certeza. Não sei se você tem algum parente na polícia militar. Mas, geralmente, as pessoas que não têm parente, que não convivem com a polícia militar, quando ela passa, por um motivo profissional ou às vezes até pessoal, a conviver com a polícia militar, ela passa a ter uma outra visão do que é a polícia militar. [*Major PM - 25 anos de corporação*]

Capítulo 1 - Uma - não tão breve - digressão sobre meu encontro com a Polícia Militar

Talvez mais do que em outras, nas pesquisas que têm como objeto instituições policiais, a questão do acesso ao campo constitui um ponto de reflexão quase inescapável. O notório fechamento desses grupos ao olhar externo faz com que a presença inerentemente incômoda do pesquisador se transforme em um fenômeno em si significativo e, portanto, digno de análise. Algumas particularidades da forma como minha pesquisa junto à Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP) foi conduzida tornam essa tarefa ainda mais relevante. Na realidade, tenho dificuldade de enxergar o fruto da minha experiência de campo de outra forma que não como a história que construí ao longo de dois meses entrando e saindo de batalhões e companhias quase diariamente. Acreditando na importância dessa história para uma melhor compreensão dos dados que submeto a análise ao longo deste trabalho, peço licença ao leitor para uma - não tão breve - digressão sobre a trajetória do meu encontro com a Polícia Militar.

Partindo de um balanço geral da história desse encontro, uma das primeiras constatações que posso fazer é que minha interação com a corporação foi pontuada por surpresas. É verdade que parte dessas surpresas se deveram a algumas expectativas que, ao longo do tempo, não apenas se desfizeram, como passaram a parecer demasiadamente ingênuas e, é preciso assumir, até um pouco preconceituosas. Como sempre acontece, minha pesquisa teve início muito antes do momento em que, pela primeira vez, adentrei um prédio da polícia militar. Iniciei o mestrado já decidida a realizar um estudo sobre esta corporação e me dediquei com afinco a buscar o maior número de informações disponíveis sobre o tema. Ao longo das disciplinas, aproveitei todas as oportunidades que tive para desconstruir e reconstruir os dados de que dispunha, na tentativa de transformar o objeto da minha curiosidade em um objeto de pesquisa. Contudo, a voracidade com que me dediquei a

conhecer meus “índios de papel” não poderia encobrir o número enorme de receios que nutria em relação ao tão aguardado encontro com os policiais de carne e osso.

O maior e, possivelmente, o menos descabido desses receios era também o mais crucial de todos. Será que eu conseguiria obter autorização da corporação para realizar minha pesquisa? Meu desejo de realizar a pesquisa em São Paulo tornava tudo ainda mais nebuloso, pois os únicos caminhos que conhecia que poderiam facilitar de alguma forma meu entendimento com a corporação eram em Brasília ou no Rio de Janeiro.⁷ A dúvida sobre se conseguiria ou não realizar a pesquisa me atormentou durante meses antes de, finalmente, ter a chance de estabelecer um primeiro contato que poderia me levar à PMESP. Assim que me desvencilhei dos compromissos acadêmicos que me prendiam em Brasília, fiz as malas e parti para São Paulo, ainda aguardando uma resposta sobre a possibilidade de ser recebida pela pessoa a quem havia enviado meu projeto de pesquisa na Secretaria de Segurança Pública (SSP).

No dia seguinte à minha chegada à cidade consegui marcar uma reunião na Coordenadoria Geral de Análise e Planejamento da SSP. Reconhecendo o nome do coordenador, qual não foi meu alívio ao descobrir que seria recebida por um colega sociólogo. Minha apreensão não era sem motivos: no primeiro e-mail que troquei com a coordenadoria, fui informada de que “em princípio, toda e qualquer pesquisa metodologicamente consistente sobre a polícia nos interessa e temos satisfação em apoiar”. Essa frase ficou martelando na minha cabeça. Para que audiência eu teria que “defender” a consistência metodológica da pesquisa antropológica? Descobrir que meu interlocutor era um sociólogo me deixou mais relaxada. Durante nosso encontro, acabei confidenciando minha

⁷ Minha determinação em realizar a pesquisa em São Paulo tinha razões exclusivamente pessoais. Em primeiro lugar, respondia ao meu interesse em pesquisar a Polícia Militar em um estado onde a corporação enfrenta todos os desafios colocados ao policiamento em uma grande metrópole. As duas opções que me pareciam mais “atraentes” eram, então, São Paulo e Rio de Janeiro. Entre esses dois estados, optei emocionalmente por minha “terra natal”, cujo contexto social e político continuo acompanhando com interesse e preocupação desde que me mudei para Brasília.

apreensão inicial, com a qual ele prontamente se solidarizou, não perdendo a chance, é claro, de caçar da “vocação para a arte” da ciência irmã.

Saí da reunião com a perspectiva de que meu projeto seria encaminhado ao Comando Geral da PMESP, que expediria a autorização que me daria acesso ao campo. Calculei que tudo deveria estar acertado nos próximos dez dias. Os dez dias acabaram se estendendo um pouco, e a confiança produzida no primeiro encontro começou a dar lugar à incerteza. Meu receio, então, era o de ficar presa nas malhas burocráticas da corporação, o que poderia se estender por um tempo indeterminado, tempo do qual eu não dispunha. Depois de alguma insistência fui finalmente encaminhada para um encontro na Seção de Comunicação Social do Estado Maior da PMESP (5ª EM/PM).

Fui recebida pelo comandante da 5ª Seção, que foi quem “defendeu” a pertinência da minha pesquisa junto ao Comando Geral e que ficaria encarregado de “operacionalizar” minha inserção no campo. Resumindo em poucas palavras o resultado dessa reunião, só me restava definir um calendário de atividades, indicando quando e onde eu gostaria de ir, e tudo seria providenciado. Ao final da longa e estimulante conversa que tivemos, meu “tutor” perguntou quando eu gostaria de começar. Não hesitei em dizer um sonoro “agora”, que foi saudado por ele com a evocação de um dito próprio da caserna: “quem está no quartel quer trabalhar”. Mas a verdade é que o meu “agora” teve algo de retórico. Naquele exato momento eu necessitava urgentemente de alguns instantes a sós para conseguir processar tudo aquilo que tinha acabado de acontecer. Embora eu desejasse muito aquele desfecho, a forma como as coisas aconteceram me pareceu bastante inesperada. A forte sensação produzida por aquele encontro se materializava em uma idéia que me soava tão insólita e que eu repetia mentalmente sem parar: “as portas estão completamente abertas para mim”.

É claro que aquele era apenas o primeiro passo e o campo ainda reservaria muitas surpresas, mas era um passo indispensável, sem o qual eu não poderia sequer tentar iniciar

minha caminhada. E, por mais improvável que isso pudesse parecer, a sensação de que a corporação estava de portas abertas me acompanhou durante toda a pesquisa. Todas as minhas demandas foram atendidas, nada me foi negado. O meu acesso ao campo estava plenamente franqueado. A facilidade com que fui recebida em todos os lugares em que estive, por vezes, intrigava até mesmo meus interlocutores dentro da corporação. Dentre todas as curiosidades que minha presença invariavelmente despertava, como eu havia conseguido autorização para a pesquisa foi uma das questões que tive que responder com relativa frequência e, mais de uma vez, me perguntaram, em uma lógica bem brasileira, se eu era filha de algum coronel ou se surpreenderam com o fato de eu não ter nenhuma relação de parentesco ou proximidade com alguém da corporação.

Com o tempo, fui percebendo que, mesmo sem ter elaborado intencionalmente uma estratégia de aproximação, eu havia ido direto ao ponto, ou seja, havia recorrido à instância certa. Em um lugar onde “missão dada é missão cumprida”, a frase “ela está autorizada pelo comando” tinha o poder mágico de dissipar qualquer questionamento. A abertura institucional que me foi dada era tão sensível que, por contraste, tornou cada vez mais evidente o quanto eu havia preparado meu espírito para todo tipo de resistências e empecilhos que esperava encontrar em campo. Logo nos primeiros dias de pesquisa, durante minha “estada” na Escola de Sargentos, a falta de qualquer tipo de tentativa sensível de controle sobre o que eu estava fazendo me deixava até mesmo um pouco apreensiva. Em vários momentos tinha a impressão, muito bem justificada, de que as pessoas não davam a menor importância para a minha presença e, considerando que a maioria delas de fato não sabia o que eu estava fazendo ou que, supostamente, meu lugar não era ali, eu acabava ficando, de alguma forma, invisível.⁸ Embora essa possa parecer a fantasia íntima de todo pesquisador,

⁸ Em unidades grandes, como as unidades escolares, minha presença dificilmente poderia atrair a atenção de todas as pessoas que circulavam no ambiente. Já em unidades menores, como as companhias, minha chegada era não apenas notada, como, por vezes, até aguardada, como parecem sugerir afirmações do tipo: “ah, você que é a antropóloga?” O fato de eu estar “a paisana” em ambientes onde quase todos estão fardados não era motivo

por vezes me vi tentada a interpretar minha invisibilização como parte de uma elaborada estratégia conspiratória para tornar a pesquisa inviável.

Lembro-me de um episódio em que decidi dar asas aos meus “delírios paranóicos”. Era um desses momentos nos quais me sentia desconfortavelmente “desassistida” e, talvez por pura falta do que fazer, pensei em uma forma de colocar à prova minha teoria da conspiração. Eu me encontrava na sala do P5 (Seção de Comunicação Social), que constituía, por um entendimento implícito, a minha base, ou seja, o lugar onde eu deveria estar quando não estava acompanhando alguma atividade, assistindo aulas ou realizando entrevistas. Cansada da espera a que por vezes era submetida por causa da própria dinâmica de atividades da escola, decidi dar uma volta pelo prédio. Mas, colocando meu plano em ação, fiz isso sem dar nenhum tipo de satisfação a ninguém. Fui saindo de fininho da sala, olhando infantilmente por cima do ombro, para ver se alguém teria a “curiosidade” de perguntar ou verificar onde eu estava indo. Percorri a esmo os corredores, fazendo, pela primeira vez, uma revista minuciosa de todos os espaços que meus olhos pudessem alcançar, desconsiderando impensadamente o risco de cometer alguma indiscrição, pois além das salas de aula, o prédio abriga as dependências dos alunos que lá permanecem internos. Até onde pude perceber, minha iniciativa foi solenemente ignorada.

Acabei concluindo que minha interpretação acerca da estratégia de invisibilização não estava de todo equivocada, exceto pelo nível de ramificação que, a princípio, atribuí à conspiração. Considerando que minha pesquisa se limitou à interação com os policiais apenas nos ambientes onde eles exercem suas atividades profissionais, conseguir a atenção dos meus interlocutores dependia, em grande medida, da habilidade de tirar proveito até dos mais breves intervalos em um cotidiano repleto de afazeres, quando não urgentes e inadiáveis, pelo

para um estranhamento imediato, pois muitos policiais não estão fardados quando entram ou saem do trabalho. O único local onde a maneira como eu estava vestida assumiu um caráter mais significativo foi na Escola de Soldados, pois, sem saber, reproduzi exatamente o uniforme dos alunos - calça jeans escura, camiseta branca e tênis preto. Só reparei nisso quando, em tom brincalhão, um oficial me advertiu de que eu não deveria estranhar se alguém chamasse minha atenção pela não prestação da continência.

menos muito regrados. Diante disso, não é de se estranhar que minha presença fosse, muitas vezes, ignorada. Contudo, nos casos em que percebi que essa invisibilização estava claramente sendo utilizada como uma forma de se esquivar de uma interação mais ativa comigo, ela constituía uma estratégia individualmente empregada e não uma orientação geral do manual que estabelece o procedimento operacional padrão para lidar com pesquisadores.

A presença de uma pesquisadora dentro de uma unidade da polícia militar, na realidade, nunca me pareceu ser encarada como algo de “outro mundo” e, inclusive, tive contato com outras pesquisas e outros pesquisadores em diversas circunstâncias.⁹ Na Escola de Sargentos, por exemplo, soube na Seção de Comunicação Social que eles estavam encaminhando ao Comando Geral o projeto de pesquisa de um estudante que desejava realizar um estudo sobre as gírias utilizadas pelos policiais militares, recomendando sua autorização. Outra vez, quando cheguei ao Grupamento Aéreo, a pessoa que ficou responsável por me receber e providenciar o que fosse necessário brincou comigo dizendo que eu tinha tido sorte por chegar de surpresa.¹⁰ Se o pessoal ficasse sabendo com antecedência da minha visita, eu iria olhar em volta e não conseguiria ver ninguém, pois eles fogem de pesquisadores, que chegam lá com uns questionários enormes para eles responderem ou então querendo tirar as medidas de todo mundo, da cabeça, dos pés, de tudo. Certa vez, ainda, tive que aguardar por mais de uma hora para ser recebida pelo subcomandante de uma unidade, pois ele estava conversando com outra pesquisadora. Por fim, mais de uma vez ouvi comentários sobre como minha pesquisa era diferente de outras das quais meus interlocutores já haviam participado. Esse tipo de observação podia acompanhar tanto alguma forma de aprovação quanto uma certa desconfiança acerca da informalidade

⁹ Refiro-me aqui a pesquisadores que não são integrantes da corporação, mas conheci também muitos policiais, estudantes de Direito ou Ciências Sociais, por exemplo, que já realizaram ou estavam realizando pesquisas sobre a Polícia Militar ou sobre outros assuntos.

¹⁰ O Grupamento Aéreo foi uma das últimas unidades que visitei, quase dois meses após o início da pesquisa. Creio que o fato de o comando da unidade ter sido avisado sobre minha pesquisa com meses de antecedência explica porque minha chegada, tanto tempo depois, tenha sido interpretada como uma surpresa.

aparentemente atribuída aos meus “métodos”. Principalmente quando decidia deixar o gravador de lado, me deparava com reações de incompreensão sobre o que, exatamente, eu estava fazendo e, muitas vezes, pude ler nas entrelinhas frases do tipo: “Mas é só isso? Você só vai ficar aqui batendo papo?”

É preciso considerar também que, em alguns momentos, revelar minha identidade de pesquisadora podia produzir nos policiais um sentimento de alívio. Certa vez, ainda na Escola de Sargentos, um aluno foi me apresentar a um outro aluno, que tinha vinte e nove anos de corporação e com quem, segundo me disseram, eu não poderia deixar de conversar.¹¹ Fomos andando pela escola tentando descobrir onde estava o veterano. Quando finalmente o encontramos, nos aproximamos dele e meu acompanhante foi logo me apresentando: “essa aqui é a Beatriz, ela quer conversar com você. É lá da Corregedoria”. Durante alguns segundos o veterano ficou me olhando, com a respiração presa, até ser informado, em meio a risadas, da mentira pregada: “brincadeira, ela é uma pesquisadora”. O sorriso que ele abriu, exalando com força o ar dos pulmões, não deixou dúvidas sobre a verdadeira dimensão que ele atribuía a qualquer tipo de inquietação que, por ventura, o contato com esta curiosa observadora poderia produzir. Embora constrangida pelo susto que involuntariamente causei, não pude deixar de achar a situação engraçada e, de certa forma, agradável. Foi reconfortante perceber que existia uma presença que poderia ser tão mais incômoda do que a minha.

É óbvio que o salvo-conduto que me foi dado pelo Comando Geral resolveu apenas parte dos problemas que esperava encontrar em campo. Os policiais são invariavelmente descritos na literatura como um grupo bastante arreado ao olhar externo. A desconfiança, ferramenta de trabalho tão útil e necessária para esses profissionais, freqüentemente extrapola os ambientes de trabalho e acaba sendo exercitada nas mais diferentes esferas de interação social. Embora o fato de eu estar autorizada pelo comando me garantisse tanto o acesso ao

¹¹ A Escola de Sargentos oferece o curso que habilita cabos para a promoção a sargentos. Assim, os alunos desse centro de formação já têm bastante tempo de corporação, podendo, inclusive, estar próximos da aposentadoria, como o aluno mencionado aqui, que tinha 29 anos de serviços prestados.

espaço físico onde os policiais desenvolvem muitas de suas atividades quanto a atenção respeitosa de quem quer que eu desejasse “incomodar”, não haveria decreto capaz de assegurar a disposição por parte dos policiais de compartilhar comigo um pouco de sua intimidade, de forma espontânea e sincera. Esse tipo de acesso teve que ser negociado face a face, a cada novo encontro, e, assim mesmo, devido ao pouco tempo disponível, permaneceu, em larga medida, dependente do imponderável despertar de sentimentos muito mais efêmeros e circunstanciais do que aqueles que normalmente associamos à confiança. Assim, as relações que estabeleci dentro da corporação e a abertura que me foi dada por cada interlocutor foram bastante variadas.

Ao longo da pesquisa, tive a chance de encontrar vários policiais que pareciam realmente dispostos a conversar comigo, como se tivessem até mesmo uma vontade um pouco reprimida de falar sobre suas experiências e sua profissão. Também não me faltaram oportunidades para ouvir frases como “eu vou te dizer o que você não vai ouvir de ninguém aqui dentro” ou “eu vou te jogar a real do que acontece aqui”. A essas introduções geralmente se seguia uma enorme sucessão de críticas e queixas sobre as péssimas condições em que os policiais tinham que desempenhar seu trabalho. E, mais de uma vez, encontrei policiais que afirmavam, com certa ironia, serem as pessoas erradas para conversar comigo, o que interpretei como tentativas de me prevenir de que eles tinham opiniões, digamos, pouco ortodoxas dentro da corporação.

Mas, em muitas ocasiões pude perceber que eu não estava de forma alguma conseguindo romper a barreira de um discurso pré-fabricado. Lembro-me de uma entrevista em especial, que constitui um exemplo extremo desse problema. Eu estava na Escola de Sargentos e, por uma limitação de opções, me instalei com o aluno que iria entrevistar na sala de reuniões que fica ao lado da sala do comandante da escola. O lugar me pareceu suficientemente reservado e não senti nenhuma necessidade de fechar a porta da sala.

Aparentemente discordando dessa avaliação, o aluno utilizou, ao longo da entrevista, a palavra “comandante” um número incontável de vezes, e sempre elogiosamente, é claro. Além disso, por três vezes ele me pediu para desligar o gravador: quando ele estava em dúvida sobre a correta utilização de uma palavra, quando não lembrava o último item de um conjunto de três elementos que descreviam determinado processo que ele queria explicar, e quando se perdeu no meio de um pensamento que estava desenvolvendo. Imagino que uma pessoa que não soubesse o que eu estava fazendo ali e parasse alguns minutos para ouvir nossa conversa, nunca pensaria que o aluno estava sendo entrevistado e não sabatinado.

Estou certa de que a reação desse aluno estava sendo fortemente influenciada pelo ambiente a nossa volta, afinal de contas, estávamos dentro de uma escola. Mas, de qualquer forma, não há dúvida de que uma parte não desprezível das pessoas que entrevistei estava tentando de forma bastante visível controlar a situação da entrevista através da reprodução de um discurso concebido como o discurso “correto” ou, segundo o termo utilizado por um policial para falar sobre a forma como a corporação se apresenta ao olhar externo, um discurso “envernizado”. Mais de uma vez fui advertida pelos próprios policiais sobre a dificuldade que encontraria para ultrapassar essa barreira. Embora esse comportamento se aproximasse muito mais das minhas expectativas do que o contrário, o fato é que não existe nenhuma fórmula capaz de garantir com certeza que um pesquisador consiga superar esse obstáculo. Nessas ocasiões, tudo que me restava fazer era tentar minimizar essa tentativa de controle, através da repetição, abordando um mesmo assunto de diferentes maneiras, ou, em outras palavras, pelo cansaço, pois em algum momento a pessoa poderia acabar baixando a guarda.

Uma questão que não podemos desconsiderar é o fato de que, para os policiais militares, a manifestação pública de idéias e opiniões está sujeita a uma legislação

específica.¹² É preciso ter consciência disso para podermos interpretar corretamente o incômodo que o gravador muitas vezes despertava em alguns entrevistados, pois, além da preocupação com o conteúdo de suas falas, algo que chamava atenção era o cuidado que dispensavam ao correto uso da gramática. A presença do gravador representava a possibilidade de que falas fossem transformadas, quase automaticamente, em declarações. Certa vez, no início de uma entrevista, quando pedi a autorização do meu interlocutor para utilizar o gravador, percebi que, embora ele estivesse constrangido em recusar meu pedido, ele parecia bastante desconfortável. Sabia que se eu insistisse poderia abalar a disposição que ele demonstrava para a nossa conversa. Ele ficou mais aliviado quando retirei o pedido e tentou justificar seu incômodo dizendo que tinha dificuldade de se expressar assim, de improviso, e que seria mais fácil se ele tivesse a chance de colocar previamente suas idéias no papel. Mas, aparentemente, abrir mão do gravador resolveu o problema.

Achei interessante a menção que ele fez a “colocar suas idéias no papel”, pois fui remetida a uma outra circunstância em que me deparei com essa mesma expressão, “colocar no papel”. Segundo me disseram, as sanções disciplinares a que os policiais estão sujeitos representavam sempre uma dupla punição (do ponto de vista do infrator, é claro), uma vez que o processo administrativo que rege a aplicação dessas sanções implica uma infundável ida e vinda de papéis: o policial é notificado por escrito da falta que cometeu, elabora sua defesa também por escrito, e cada nova etapa do processo constitui mais um “colocar tudo no papel”, “é tudo no papel”, “uma papelada danada”. O bom uso da palavra não constitui,

¹² É provável que existam outros instrumentos normativos, além do Regulamento Disciplinar da Polícia Militar, que regulamentem diferentes tipos de manifestação pública de idéias e opiniões por parte dos policiais militares, mas não me aprofundi nessa questão durante a pesquisa. Menciono aqui algumas transgressões disciplinares previstas no RDPM que remetem a essa questão. Não me parece que qualquer delas enquadre as informações prestadas pelos policiais nas entrevistas reproduzidas neste trabalho. Artigo 13, Parágrafo único. “12. espalhar boatos ou notícias tendenciosas em prejuízo da boa ordem civil ou policial-militar ou do bom nome da Polícia Militar; (...) 42. desconsiderar ou desrespeitar, em público ou pela imprensa, os atos ou decisões das autoridades civis ou dos órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário ou de qualquer de seus representantes; (...) 128. discutir ou provocar discussão, por qualquer veículo de comunicação, sobre assuntos políticos, militares ou policiais, excetuando-se os de natureza exclusivamente técnica, quando devidamente autorizado”.

então, uma preocupação que cerca apenas os encontros com o mundo exterior, pois a correta comunicação de fatos e justificativas desempenha também um importante papel no desenrolar das atividades e interações internas da corporação.

O cuidado redobrado que os policiais são constantemente cobrados a ter com a expressão pública de idéias e opiniões podia, contudo, induzir comportamentos que eu considero o oposto da já mencionada reprodução de um discurso “envernizado”. Refiro-me a circunstâncias nas quais a relação assimétrica, por vezes tão difícil de evitar na interação entre entrevistador e entrevistado, era quebrada, de forma abrupta e, ao mesmo tempo, serena. Isso acontecia de duas maneiras. Em primeiro lugar, quando o entrevistado, diante das garantias que eu oferecia de sigilo quanto à identidade dos meus interlocutores, afirmava que isso não o preocupava, pois era óbvio que ele só iria me dizer o que achasse que deveria dizer. A segunda maneira era quando o policial estabelecia uma quebra no fluxo da entrevista, dizendo simplesmente que não queria mais falar sobre determinado assunto. Confesso que eu ficava deliciada nesses momentos, pois a tranquilidade com que isso era colocado demonstrava uma enorme clareza quanto ao que estava envolvido na situação de pesquisa, me deixando, de certa forma, mais confiante na sinceridade daquilo que, então, eles julgavam que poderiam me falar.

Na interação com os policiais salta aos olhos o fato de que eles “operam” praticamente o tempo todo com a idéia de que quem não é policial tem uma visão muito pejorativa desta categoria profissional, o que os leva, muitas vezes, a antecipar uma defesa para as acusações e os preconceitos que eles sabem ou supõem dirigir-se a eles, mesmo que em nenhum momento essas acusações ou preconceitos tenham sido mencionados ou sequer insinuados. Esse mecanismo de defesa se revelava, por vezes, de forma sutil, em afirmações pouco elaboradas ou na introdução de um raciocínio, como: “as pessoas pensam que o policial (...) mas, elas não percebem que (...)” ou, então, “muitos acham que a polícia (...)”

mas, na verdade (...)”. Tendo consciência de que nesses momentos os policiais estão formulando uma defesa, a junção desses vários fragmentos de discurso pode produzir uma imagem de certa maneira distorcida da forma como eles se enxergam, mas, como em um jogo de espelhos, produz uma imagem cruelmente nítida de como eles se sentem enxergados.

Dentre todos os elementos que compõem a imagem de si que os policiais projetam nos olhos alheios, os que são enfatizados com mais frequência dizem respeito à ignorância (no sentido de falta de estudo) e à truculência. Abrindo um parêntese, é importante destacar que o tipo de exercício que eu propunha nas entrevistas, estimulando uma reflexão comparativa entre o passado e o presente, era especialmente propício à ativação desse mecanismo de defesa marcado pela negação, pois aquilo que os policiais sentiam necessidade de negar era, muitas vezes, colocado dentro de uma perspectiva de geração. Assim, a referência à ignorância ou à truculência era freqüentemente trazida à tona para marcar uma distinção entre os policiais “antigos” e os de hoje em dia. Todos demonstravam muito orgulho em afirmar que atualmente é muito mais difícil entrar para a polícia, pois o processo de seleção é muito mais rígido, exigindo o segundo grau completo para as praças e sendo realizado através de “um dos vestibulares mais concorridos do país” para os oficiais. Todos destacam que hoje em dia o nível de instrução da tropa é muito mais elevado, atribuindo a isso um valor extremamente positivo.

A referência à truculência era ainda mais latente. Quando elaborei meu projeto de pesquisa, minha intenção era fugir das questões que mais freqüentemente associamos à polícia militar e, mais especificamente, a questão da violência policial. Essa questão possui um destaque tão grande, tanto nas reflexões mais informadas quanto nas reflexões menos informadas sobre as instituições policiais, que, se existia um componente pessoal por trás do meu engajamento nesse projeto acadêmico, esse componente poderia ser, justamente, a curiosidade de “ver com meus próprios olhos” o que existia no trabalho policial além do mau

trabalho policial, pois nunca duvidei de que existisse algo. É claro que, não *a* violência policial, mas *episódios* de violência policial fatalmente seriam abordados em minha pesquisa, pois fazem parte da história da corporação. Mas, meu desejo era que eles constituíssem *mais um tema* e não *o tema* de reflexão.

Isso nem sempre foi fácil. De uma forma ou de outra, a questão da violência policial permaneceu o tempo todo como uma referência no meu contato com os policiais. Mesmo que eu não a trouxesse à tona, ela estava lá, como um não-dito, algo subentendido que a qualquer momento poderia aflorar. A verdade é que, para mim e para eles, a violência policial era uma questão compartilhada, parte de uma pré-concepção que eles sabiam que eu carregava, mesmo que eu não abordasse o assunto. Certa vez, um policial, referindo-se à imagem que as pessoas têm dos policiais militares, me disse que existia uma piada que se contava antigamente, que era assim: “você sabe qual é a menor jaula que existe? É a farda, pois só cabe um animal”. Dificilmente eu conseguiria compreender toda a amplitude de sentimentos e significados que aquela piada mobilizava no meu interlocutor. Ou, talvez, até não houvesse tanto o que compreender, pois essa história de levar piada muito a sério é coisa de antropólogo ou ativista. De qualquer forma, o fato é que ele achava graça naquilo, não sei se na piada em si ou simplesmente na sua existência. O interessante, contudo, é que aquela piada me incomodou de tal maneira, que difícil mesmo foi tentar compreender toda a amplitude de sentimentos e significados que ela mobilizava em mim.

Correndo o risco de fazer má psicologia no lugar errado, interpreto o meu incômodo diante do comentário ironicamente jocoso do meu interlocutor como uma reação à sensação de exposição produzida pela clareza que uma piada é capaz de imprimir a questões de tão difícil articulação. Implicando a existência de um “outro” não especificado, a animalização dos homens de farda era uma exotização maior do que eu estava disposta a imputar-me, como única representante no recinto da categoria a que eles opunham um “nós”. Mas minha mais

franca disposição em não comungar acriticamente da imagem que os policiais projetavam nos olhos desse “outro” nem sempre foi suficiente para encobrir o fato de que, muito mais do que eu desejaria, esse olhar era o meu.

A verdade é que meu imaginário estava tão fartamente carregado de imagens e pré-concepções relacionadas à violência policial que, na única oportunidade em que meu elaborado exercício de relativização foi realmente colocado à prova, falhei redondamente. Aconteceu no meio de uma entrevista e consistiu em apenas uma frase: “graças a Deus, eu participei [da] operação [no Carandiru]”. É claro que já havia me ocorrido a possibilidade de passar por uma situação desse tipo. Antecipando essa possibilidade, sempre me preocupei em tomar muito cuidado com a forma como abordava questões que remetiam a alguns eventos que tinham ganhado destaque na imprensa, normalmente envolvendo desvios ou falhas na atuação policial. Mas, quando finalmente me vi cara-a-cara com um policial que afirmou ter participado da operação que se tornou notória sob a alcunha de “o massacre do Carandiru”, pude comprovar que a relativização é uma atividade do intelecto, mas o pré-julgamento está intimamente ligado às vísceras.¹³ Naquele momento, qualquer tentativa de “fusão de horizontes”¹⁴ foi bruscamente interrompida e tudo que consegui salvar foi uma distanciadora atitude educada. Ignorando o que considero uma das mais importantes lições sobre antropologia que aprendi com meu então orientador, Luís Roberto Cardoso de Oliveira,¹⁵ eu definitivamente não levei meu interlocutor a sério. Prossegui a entrevista, uma das mais curtas que realizei, como se ele jamais tivesse pronunciado aquela frase.¹⁶

¹³ O episódio em questão transformou-se em um filme chamado “Carandiru”, do diretor Hector Babenco. Creio que todos que assistiram esse filme compreendem o apelo das imagens que me vieram à cabeça.

¹⁴ Cf. Gadamer, 2002.

¹⁵ O professor Luís Roberto Cardoso de Oliveira foi meu orientador nas primeiras etapas da pesquisa, mas teve que se ausentar para realizar um estágio no exterior.

¹⁶ Tenho quase certeza de que não deixei transparecer o impacto que essa declaração me causou. Contudo, o fato de eu ter prosseguido a entrevista como se aquela informação não tivesse significado algum me deixou realmente incomodada, e não apenas como pesquisadora. Alguns dias depois, procurei novamente esse policial para tentar, de alguma forma, remediar o que intimamente me pesava como uma grande falta de consideração. Tentei retomar o assunto, mas visivelmente o “momento” havia passado.

Esta, contudo, foi a única ocasião em que assumidamente não fui capaz de me permitir a descoberta de uma lógica que, até então, eu não conseguia compreender. A possibilidade de descobrir essas novas lógicas envolvia, na maior parte dos casos, a capacidade de me surpreender com aquela realidade, ou seja, reconsiderar tudo aquilo que eu imaginava já saber sobre aquele universo. Em um movimento reflexivo, reconhecer uma visão de mundo diferente implicava tomar contato com a minha própria visão de mundo e, neste sentido, o fato de eu me surpreender com certo tipo de coisas trouxe à tona uma série de pré-concepções que eu tinha acerca da polícia militar e dos policiais militares sem nem saber que tinha. Eram pré-concepções das quais eu só tomava consciência quando parava para refletir sobre as minhas reações no convívio diário com aquele ambiente e aquelas pessoas.

Um dos meus primeiros contatos dentro da PMESP, depois que obtive a autorização do Comando Geral, foi com um tenente-coronel que, em todos os lugares em que estive, me diziam que eu deveria conhecer, pois ele era um notório estudioso da história da corporação. Não posso deixar de refletir sobre a grande influência que esse contato pode ter tido sobre todo o resto da pesquisa. Embora a cortesia militar constitua um referencial apontado por todo observador externo que adentra o universo da caserna, o ambiente com o qual tive contato no batalhão comandado por esse tenente-coronel se sobressaía. Eu fiquei realmente impressionada com a cordialidade com que fui recebida e, também, que pude perceber no relacionamento entre as pessoas que trabalhavam lá. O comandante me parecia especialmente acessível e atencioso com todos a sua volta. Lembro de ter me saltado aos olhos o fato de que, sem deixar de zelar pelo cumprimento das normas sobre o uso da continência, ele cumprimentava a todos que vinham falar com ele, seus subordinados, com um aperto de mão.

Logo no nosso primeiro encontro, ele disse que eu não precisava chamá-lo de senhor, como eu vinha fazendo. A iniciativa de utilizar esse tratamento obviamente era a mais adequada naquela situação, pois representava uma deferência à diferença de idade que

tínhamos, à formalidade que, pelo menos até então, cercava nosso encontro e à posição que ele ocupava, tanto no macrocosmos social quanto no microcosmos à nossa volta. Mas, mais do que isso, o emprego da palavra senhor constitui quase um hábito meu no trato com pessoas mais velhas, até mesmo pessoas muito próximas, como meus pais e avós. Por esse motivo, achei que teria dificuldade em conseguir fazer o que ele pedia, mas, no fim das contas, estava enganada. Alguma coisa, que não consigo determinar, na forma como fui acolhida naquele ambiente fez com que espontaneamente eu conseguisse chamá-lo de você já no fim do meu primeiro dia na unidade. Essa “licença” para a espontaneidade que me foi concedida, acabei utilizando em muitas outras situações e lugares. De repente, dirigir-me aos policiais com quem estava interagindo utilizando o “você” tornou-se uma ação muito mais natural, sujeitando-se não a um conjecturado regulamento com o qual eu não tinha familiaridade, mas apenas às regras comuns de etiqueta.

Ainda na primeira visita que fiz ao mencionado batalhão, fui apresentada a uma sargento que se dispôs a tirar algumas dúvidas minhas sobre o funcionamento da unidade. Conversei um pouco com ela, mas já estava ficando tarde e combinamos de conversar mais na minha próxima visita. Quando fomos nos despedir, trocamos um breve abraço. Na hora, não registrei aquilo como algo diferente ou inusitado. Mas depois, quando me lembrei do fato, o achei curioso. Havia alguma nota que destoava. Perdi algum tempo tentando me certificar de que eu não havia cometido um erro, interpretando equivocadamente o movimento do corpo dela em minha direção. Estou certa de que todo mundo já passou por essa situação: a pessoa se aproxima, você acha que ela está vindo te abraçar, você retribui o gesto e, no meio do caminho, percebe que não era bem aquilo. Desisti de pensar sobre isso, mas estava quase certa de que havia sido um abraço intencional. E, além do mais, não era nada tão fora do comum assim, a policial era uma pessoa simpática e amável, só isso.

Esse episódio só me voltou à cabeça dias depois, quando ganhei um novo abraço, já em outra unidade. Foi na mesma situação, uma despedida e, desta vez, não restou nenhuma dúvida sobre a intencionalidade do gesto.¹⁷ Pode parecer engraçado que um simples detalhe como um abraço chame minha atenção e mereça destaque nessas breves linhas, mas o fato dessas situações terem gerado algum tipo de estranhamento, mesmo um que pudesse ser facilmente assimilado, aponta para mais uma daquelas pré-concepções que apenas a convivência em campo trouxe à tona. Os trabalhos que li sobre a polícia militar também não me ajudaram muito a desfazer determinadas expectativas. Os ambientes militarizados são sempre descritos como rígidos, disciplinados, regulados ao extremo, ambientes de contenção de falas e gestos. Embora essas características sejam, de fato, bastante precisas para circunscrever uma especificidade da vida na caserna, elas certamente não cobrem todo o espectro de vivências, relações e comportamentos que conformam a agitada rotina de uma unidade da polícia militar. Não fazia nenhum sentido esperar encontrar dentro de quartéis pessoas diferentes daquelas que eu encontro em qualquer outro lugar. Por que, então, me surpreenderia ao encontrar em um quartel o riso, a brincadeira, o choro ou o afago? Por que me surpreenderia com um abraço, uma mão pousada sobre meu ombro, ou ao ouvir uma pessoa que acabei de conhecer, a quem me apresentei como Beatriz, me chamando de Bia?

É preciso considerar que os ambientes militarizados são especialmente propícios à produção desenfreada de expectativas, pois, de antemão, o definimos como um ambiente extremamente regado. Porém, por desconhecermos quais são, ao certo, essas regras, cada gesto, cada palavra pode esconder uma gama inimaginável de significados. Introduzir-se nesse mundo implica uma constante vigilância sobre si mesmo e sobre os outros, até que se adquira a confiança de que é possível circular com segurança por aquelas vias. Mas é interessante observar como, aos poucos, as expectativas vão cedendo espaço à familiaridade e

¹⁷ Os dois episódios envolviam policiais mulheres.

determinados significados que pareciam tão distantes e particulares ganham vida no cotidiano das relações sociais onde, por exemplo, o superior se transforma em chefe ou a continência se transforma em uma forma particular de cumprimento respeitoso.¹⁸

Ao interagir em um ambiente militarizado, fui levada, diversas vezes, a questionar o entendimento prévio que tinha acerca da categoria “militarismo”. Utilizada para designar a forma de vida dentro dos quartéis, essa categoria remete ao conjunto de práticas e valores que estruturam o cotidiano dentro da corporação. Os principais elementos a partir dos quais o militarismo é mais comumente caracterizado dizem respeito, por um lado, à adoção de um regimento que estabelece a organização interna da corporação a partir dos preceitos da hierarquia e da disciplina e, por outro, aos símbolos exteriores relacionados à natureza ostensiva da atividade de policiamento, como o fardamento, o armamento e os exercícios de ordem unida. Enfatizando os aspectos a partir dos quais o militarismo pode ser entendido como uma forma de sobre-regulamentação da conduta, esta perspectiva freqüentemente é utilizada para fundamentar uma visão crítica que aponta para o fato de que as relações e os comportamentos dentro da corporação assumem um caráter “artificial”, que se evidenciaria pela forma prescritiva com que determinadas ações são executadas e repetidas.

Contudo, a categoria nativa “militarismo” deixa entrever uma série de significados e vivências que remetem ao processo de internalização desse conjunto de prescrições previamente colocadas. Esses significados aparecem em declarações do tipo “eu sempre gostei dessa coisa, assim, do militarismo...” ou “aí você vai se identificando com aquela coisa do militarismo...” Aquilo que é tratado como “coisa”, em sentenças que apelam para a capacidade do receptor de compreender uma mensagem que insiste em permanecer subentendida, aponta para um aspecto do militarismo que não pode ser reduzido a um

¹⁸ Não pretendo de forma alguma negar todos os significados que podemos atribuir à continência e que remetem a uma hierarquia fortemente marcada e corporalmente reforçada. Porém, a observação cotidiana das interações sociais dentro dos quartéis revela a existência de uma gama muito grande de mensagens e sentimentos que esse gesto pode comunicar.

conjunto materializável de normas e regulamentos. Transformando o que seria um modo prescrito de *agir* em uma forma naturalizada de *ser*, o uso nativo da categoria “militarismo” traz à tona a valorização de atributos ou ideais tais como bravura, coragem, audácia, virilidade, força, lealdade, espírito de corpo, idealismo, a luta pelo bem comum etc, que constituem o que pode ser definido como o “espírito militar” (Castro; 1990). Além disso, esses atributos e idealizações ganham vida através da história e da memória dessa coletividade, remetendo a uma tradição que se afirma através dos hinos, das figuras de vulto e das datas e eventos preservados no imaginário da corporação.

Diante disso, é preciso considerar o militarismo a partir de duas dimensões através das quais ele adquire significado, tanto para o pesquisador quanto para os membros da corporação: a dimensão do modelo típico-ideal e a dimensão do vivido. O militarismo como modelo típico-ideal diz respeito ao conjunto mais ou menos definido de valores e concepções que conformam uma visão de mundo particular, enquanto, em sua dimensão vivida, ele remete às diversas formas como os atores adequam seu comportamento a essa visão de mundo.

Formulando essa questão em termos de “engajamento” na instituição, podemos nos aproximar dela a partir da distinção, sugerida por Geertz, entre a *força* de um padrão cultural e o seu *escopo*, entendendo *força* como “a eficácia com que tal padrão é internalizado nas personalidades dos indivíduos que o adotam, sua centralidade ou marginalidade em suas vidas”, e *escopo* como “o espectro de contextos sociais nos quais considerações [de qualquer sistema de símbolos que os homens usam para interpretar a experiência]¹⁹ são consideradas como mais ou menos relevantes” (2004: 118-119).

Existe um conjunto de idéias e práticas, de concepções e formulações sobre o mundo, que singularizam a vida na caserna e que os policiais identificam através da categoria

¹⁹ No caso, o autor está tratando da religião.

“militarismo”. Porém, isso não significa que cada um dos indivíduos que faz parte dessa coletividade “compre” integralmente essa visão de mundo. É interessante notar os momentos em que eles se afastam da realidade na qual estão inseridos e estabelecem uma relação de distanciamento com esse modelo típico-ideal. É como se eles dissessem: “eu sei que muitos falam que é assim, ou que deveria ser assim, mas nem sempre é ou comigo não é”.

Foi a partir das descobertas e percepções discutidas acima que me inseri em campo. Veremos, ao longo do trabalho, para que direções elas me levaram e como, a partir delas, tentei dar conta daquilo “que é, mas nem sempre é”.

ORAÇÃO DO POLICIAL

Senhor,

Saio de casa para o serviço; fazei com que volte são e salvo.

Enquanto protejo outras famílias, por favor, proteja a minha.

Não deixe que uma bala traiçoeira me atinja, nem que eu seja instrumento para injustiças.

Faça com que minha presença irradie segurança e bem estar, jamais medo ou desconfiança.

Nos momentos difíceis, e diante da morte, não deixe que eu caia em desespero.

Sou humano, mortal, às vezes fraco, mas, me faça parecer sobre-humano, imortal, forte, a fim de inspirar confiança, esperança e força aos desamparados.

Quando dos meus erros fique do meu lado, pois todos os demais, por mais pecadores que sejam, estarão contra.

Dá-me força e sabedoria para auxiliar os desesperados, e fê para não desistir diante de uma vida que se acaba.

Auxilie-me a ser criança para as crianças; pai para os desprotegidos; e adulto para os necessitados.

Que o vigor de minhas ações seja sempre em proteção à paz, à vida, aos mais fracos, aos oprimidos e aos humilhados.

Que eu saiba ver a beleza do coração, não da face, da cor, da raça, da religião ou da condição social.

Que os menos esclarecidos compreendam minhas limitações e a complexidade do meu trabalho.

SENHOR, ABENÇOE E PROTEJA OS POLICIAIS.

(A oração é de autoria do Cel. Res. Nilson Giraldi, criador do método “Tiro Defensivo de Preservação da Vida – Método Giraldi”. Ele a recomenda como ideal para os momentos que antecedem a saída de casa para o trabalho.)

Oração publicada no jornal de circulação interna da Academia de Polícia Militar do Barro Branco “APMBB Em Notícias”, ano 2, nº 1, janeiro de 2005.

Capítulo 2 - O ser e o fazer policial: algumas referências

Introduzo, neste capítulo, algumas referências que me parecem centrais nas representações dos policiais militares sobre o que é *ser* um policial militar e qual é o *fazer* do policial militar. Essas referências marcam, a princípio, uma perspectiva identitária atemporal, ou seja, pela forma como são colocadas, sugerem a definição de uma identidade policial agora e sempre.

A diferença entre as perspectivas dos policiais que desempenham “atividades-fim” (a ronda e o patrulhamento) ou “atividades-meio” (trabalhos burocráticos), ou entre policiais “operacionais” e “moitas”,²⁰ é apontada como um dado relevante, do ponto de vista dos próprios policiais, em várias etnografias sobre a polícia militar (ver Cleaver, 2000 e Damasceno de Sá, 2002). Prevenida quanto a isso, procurei, ao longo da pesquisa, ter contato com policiais que atuassem tanto na atividade operacional, quanto em atividades administrativas. É verdade que tive poucas oportunidades de acompanhar o cotidiano do trabalho de rua, ou seja, o patrulhamento. Desde o início, a única restrição que foi colocada à minha pesquisa era a de que a corporação não poderia me autorizar a acompanhar os policiais dentro das viaturas. É uma restrição bastante plausível e, embora essa pudesse ser uma experiência muito interessante, não me pareceu uma decisão negociável, pois creio que não seria possível eximir a corporação da responsabilidade assumida com tal consentimento. Assim, o mais próximo que consegui chegar da realidade das ruas foi em um posto comunitário e nas cabines de despacho do Centro de Operações da Polícia Militar (COPOM).²¹ A experiência com os “cabineiros”²² me permitiu, de certa forma, ter contato

²⁰ Entre os policiais militares de São Paulo, o termo utilizado informalmente para designar aqueles que realizam atividades administrativas é “maçaneta”, em uma alusão ao policial que fica só abrindo porta.

²¹ O COPOM realiza duas atividades interligadas: o atendimento ao número 190 e o despacho de viaturas, via rádio, para o atendimento das ocorrências relatadas para esse número.

²² “Cabineiros” são os policiais que trabalham nas cabines de despacho do COPOM, comunicando-se via rádio com os “patrulheiros”, ou seja, os policiais que estão fazendo o policiamento em viaturas.

com acontecimentos que eu dificilmente presenciaria, mesmo que estivesse dentro de uma viatura.

Apesar de ter permanecido “aquartelada” a maior parte do tempo, pude conhecer muitos policiais que tinham uma longa experiência na atividade operacional. No Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP), mais conhecido como Escola de Sargentos, tive a oportunidade de conviver com os futuros “sargentos bandeirantes”, ou seja, cabos que estavam realizando o curso obrigatório que os habilita para a promoção a sargentos. Não havia nenhum outro lugar onde eu poderia encontrar um número tão grande de policiais da linha de frente com a antigüidade que eu buscava. Além disso, os Batalhões de Choque abrigam tropas que, a princípio, são empregadas apenas em situações específicas, permanecendo o resto do tempo dentro da própria unidade, e tornando-se, assim, acessíveis.

A atividade-fim, como a própria expressão sugere, é a maior referência para a definição da identidade do policial militar, tanto no setor operacional quanto no administrativo. Porém, uma das dificuldades que encontrei em campo foi justamente ter concebido minha pesquisa muito em cima de questões que afetam de forma mais sensível a atividade operacional. Enquanto os policiais que atuam mais diretamente nas ruas incorporam com muita facilidade o *ser* policial, os que tiveram pouca ou até nenhuma experiência operacional se sentem pouco à vontade para tematizar, de maneira genérica, questões relacionadas à profissão. Da mesma forma, aqueles que no passado tiveram uma experiência mais intensa na atividade-fim e hoje se encontram no setor administrativo remetem sempre à situação anterior e não às atividades que realizam atualmente quando falam sobre o trabalho da polícia. Assim, não foi possível avaliar em profundidade as perspectivas que caracterizam cada uma dessas atividades. Mas estou certa de que, se eu tivesse mais tempo para me familiarizar com as questões que são específicas da atividade-meio, poderia visualizar um quadro muito mais dinâmico daquela realidade como um todo, pois vários dos fatores que os

policiais sentem afetar o trabalho operacional remetem à atividade administrativa da corporação.

É necessário, neste momento, nos determos por alguns instantes no primeiro elemento que estabelece uma característica bastante particular relacionada à atividade-fim desempenhada pela polícia militar. Cumprindo uma atribuição constitucional, “às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública” (Brasil; 2002: 91). A ostensividade e, conseqüentemente, a visibilidade das atividades realizadas pelas polícias militares as colocam no centro de um caloroso debate sobre o uso legítimo ou arbitrário do poder coercitivo conferido pelo Estado a esses órgãos, que se materializa através da ameaça ou efetivo uso da força. Para nos situarmos nesse debate, remeto a um posicionamento que me parece ponderado e útil para o prosseguimento da exposição que estou realizando.

É curioso que a percepção do problema do uso da força pela polícia e a discussão de sua propriedade no Brasil se dêem com base na ingenuidade perigosa que não distingue – ou não quer distinguir – o uso da violência (um impulso arbitrário, ilegal, ilegítimo e amador) do recurso à força (um ato discricionário, legal, legítimo e idealmente profissional). (...) Como resultado, evidencia-se um senso comum que considera a força como exclusivamente presente de forma episódica e pontual e, no seu extremo letal. Por esta lógica, a força só se faria presente naqueles episódios propriamente repressivos como os ‘confrontos armados’, os crimes ‘violentos’ em andamento, etc. De um lado, este tipo de enquadramento perde de vista um fato básico: no momento de interação com a população, a perspectiva do uso da força, se necessário, está posta por antecipação. É, de fato, o que faz com que o cidadão ‘chame a polícia’. É porque o policial está legalmente autorizado ao uso da força que ele pode intervir abrindo possibilidades de resolução dos conflitos que vão desde a negociação até a imposição de formas pacíficas de obediência. De outro lado, este senso comum não percebe o quanto a possibilidade de compelir, se necessário, viabiliza a possibilidade mesma dos atendimentos assistenciais e auxiliares. (Muniz, Proença Júnior e Diniz; 1999: 22)

Convivendo diariamente com policiais, logo percebi que, para poder compreender e interpretar aquela realidade, eu não poderia ter nenhum tipo de restrição para lidar com a idéia de que o uso da força, efetivo ou potencial, faz parte do cotidiano policial. Como uma declaração de princípio, eu precisaria aceitar que é possível, para o policial, trabalhar fazendo

o uso da força necessária. Não aceitar que existe uma diferença entre violência e uso legítimo da força significaria construir uma barreira que inviabilizaria qualquer tentativa de vislumbrar todos os significados que conformam a visão de mundo dos policiais.

A necessidade de partirmos desse princípio me parece relevante porque a realidade do trabalho policial é um mundo representado com tintas fortes, que possui uma dramaticidade muito peculiar e remete a oposições irreduzíveis, como o bem e o mal, a vida e a morte. Assim, de diferentes maneiras, a violência é um elemento que ronda constantemente o horizonte. Perseguições, tiroteios, morte, ferimentos, invalidez e sofrimento são referências sempre presentes, a partir das quais um observador externo pode reconhecer imediatamente uma experiência distante.

Um dia eu estava lá na companhia, e deu uma ocorrência, um policial baleado. E eu cheguei, o policial tinha tomado um tiro no meio da nuca, assim, e o tiro saiu assim, no nariz dele, tiro fatal. E eu cheguei, ele estava jogado no chão, e nem dava pra saber que era policial porque estava tudo coberto de sangue, né, ele estava fazendo bico. Aí eu cheguei, daí alguém falou pra mim 'aquele cara é polícia'. Aí eu fui, eu abracei ele, eu peguei ele no colo. Aí eu entrei pra dentro do chiqueirinho da viatura, eu, capitão. Entrei pra dentro do chiqueirinho da viatura com ele, aí baixaram e foram pro hospital, e eu fui orando com o cara, sabe, na mão assim e pedindo pra Deus não deixar ele morrer. A cabeça dele esguichava sangue assim, tudo em mim. Todo aquele sangue dele veio em mim. Nós socorremos, aí fomos pro [hospital] Ermelino [Matarazzo], o médico olhou 'ó, não tem jeito'. Aí eu falei 'não, tem jeito sim'. Levou pra dentro... Depois de vinte dias esse cara saiu da UTI, e tá trabalhando normal. Então, eu acho que essa foi a grande vitória minha aqui na Zona Leste. De tudo que eu já passei, essa foi a mais, que chamou a atenção. O cara estava morto, praticamente, e o cara tá vivo. [Major PM - 27 anos de corporação]

Houve uma ocorrência também que, era às quatro horas da manhã, e uma senhora pediu ajuda pra nós. E nós fomos atendê-la, ela estava com o dedo dependurado, que o cara, pra roubar a aliança dela, quase que arrancou o dedo. Era uma senhora, uma senhora mesmo, quase sessenta anos de idade. Colocamos ela na viatura, ela falou mais ou menos aonde os caras tinham ido, nós entramos em patrulhamento, e deparamos com os caras roubando um senhor, já com o senhor jogado no chão. Aí fomos com a viatura com tudo pra cima deles, e o indivíduo, um deles se rendeu e dois deles saíram correndo, e eu me lembro que nós corremos em um terreno baldio, o sargento que estava comigo, ele não enxergou, nesse terreno tinha uma cerca de arame farpado, ele se enroscou, ele caiu, se machucou ali, e eu continuei correndo atrás do bandido. Meu cinturão abriu, caiu, fiquei só com a arma da polícia pendurada no fiel. Minha arma particular, o cinto, caiu tudo pelo caminho. Um dos bandidos

tomou um rumo lá que nós nem vimos, e o outro seguiu o sentido de um buraco lá, um rio. E eu não acreditei a hora que ele parou, virou pra mim e começou a atirar em mim. Não acreditei, foi a primeira vez, que assim, eu vi um cara querendo me acertar, realmente, olhando pra mim. Graças a Deus ele não acertou nenhuma. Essa também foi muito marcante. Eu não acreditei, eu fiquei olhando pra ele, assim sem acreditar. Eu demorei até pra me jogar no chão. [*Aluno-Sargento - 19 anos de corporação*]

Conviver com policiais dentro de quartéis implica estar cercada por símbolos que podemos associar, indistintamente, tanto ao uso da força legítima quanto à violência, tais como as armas de fogo, os coletes à prova de balas, os cassetetes, escudos e algemas.²³ Fazer uma pesquisa dentro de unidades da polícia militar significa, também, ter que habituar os ouvidos a determinados sons tais como as sirenes, as comunicações via rádio, o roncar dos motores de uma frota de motos, o bater sincronizado de uma centena de pés contra o chão em uma formação militar, os gritos de guerra ou o pipocar de tiros nos estandes de treinamento. Todos esses são sons que estão registrados nas minhas gravações, pois foi em meio a eles que, muitas vezes, realizei entrevistas.

Nas falas dos policiais, o fato de que a atividade que desempenham implica a necessidade de intervir sobre o curso de determinados acontecimentos ou ações através da ameaça ou efetivo uso da força aparece de diferentes maneiras, quer eles estejam se referindo de forma abstrata à função que desempenham, quer estejam narrando experiências concretas.

Quando o uso efetivo ou potencial da força vem à tona nas falas dos policiais de forma abstrata, ele remete, por exemplo, à necessidade do treinamento de técnicas de defesa pessoal, de técnicas não letais e do uso da arma de fogo. A questão do treinamento, por sua vez, se relaciona não apenas ao uso da força com um caráter interventivo, mas também ao

²³ Peço licença ao leitor para fazer uma confidência. A proximidade com armas de fogo me causa um grande desconforto, o que pode parecer curioso diante do meu interesse em realizar uma pesquisa junto a policiais. (Tudo bem, eu também não entendo). Porém, na maior parte do tempo, isso não constituiu um problema, pois as armas dos policiais permaneciam bem guardadas, penduradas no cinturão. A situação que gostaria de compartilhar aqui foi a minha recusa quando fui convidada, no GATE, a conhecer o armamento utilizado pelo atirador de elite. Essa recusa foi absolutamente espontânea e irrefletida. Assim que pronunciei a palavra “não”, em resposta ao convite, percebi a desfeita que estava fazendo ao profissional que, atenciosamente, supôs meu interesse por seu equipamento de trabalho, com o qual, aliás, já salvou várias vidas.

uso da força com um caráter reativo, remetendo à necessidade que os policiais têm de se manterem constantemente alertas para reagir diante de ataques que possam sofrer, não apenas quando intervêm sobre determinado acontecimento, mas simplesmente por serem identificados como policiais. Neste sentido abstrato, o uso da força se mantém em uma esfera técnica e, em geral, aparece desprovida de emoções.

Remeto a uma conversa com um atirador de elite, que é uma figura, de certa forma, ímpar dentro da polícia, pois ele é o único policial que faz uso da força letal a partir de uma ordem expressa dos seus superiores e é para isso que ele se prepara. Dentre os recursos de que os policiais dispõem para realizar uma intervenção que implique alguma forma de uso da força, a força letal constitui o último recurso. Porém, a avaliação sobre o estágio atingido por um determinado acontecimento, que embasa a tomada de decisão do policial no aqui-e-agora de uma ocorrência, constitui uma faculdade do próprio policial, que justificará sua decisão apenas depois que ela já tiver produzido efeitos. É neste sentido que a função do atirador de elite se diferencia de outras funções. No momento em que ele é acionado, a iminência do uso da força letal já está configurada, mesmo que em alguns casos seja possível utilizar o tiro de precisão de forma não letal.²⁴ Por este motivo, a forma como o uso da força aparece na fala desse profissional, não apenas remete à força letal, mas constitui o ápice da inserção da força em uma esfera técnica, neste caso, até mesmo cirúrgica. Falando sobre sua profissão, meu interlocutor fez a seguinte descrição: “O atirador de elite não atira em uma pessoa. Ele também não atira na cabeça de uma pessoa. Ele atira em um ponto específico da cabeça de uma pessoa”.²⁵

²⁴ Muitos policiais realizam o curso de tiro de precisão, obtendo, assim, uma “habilitação” de atirador de elite. Porém, o atirador de elite que menciono aqui é aquele que desempenha a *função* de atirador de elite, ou seja, aquele que é acionado em determinadas circunstâncias e que tem acesso à arma (um fuzil de precisão) própria para atiradores de elite.

²⁵ Talvez seja interessante fazer aqui um esclarecimento. O atirador de elite integra o Grupo de Ações Táticas Especiais (GATE), que foi criado há 17 anos na PMESP. Nesses 17 anos, o tiro de precisão foi utilizado em cinco ocorrências e em pelo menos um desses casos o tiro não teve que ser letal.

Contudo, quando os policiais se reportam a experiências concretas e específicas, percebemos que o horizonte dentro do qual o uso da força se insere remete não apenas às concepções e práticas que eles atualizam em suas atividades diárias, como também parece influenciar determinados comportamentos e até mesmo o vocabulário que utilizam. Neste sentido, a referência à morte ou ao ferimento, como um desfecho concreto da intervenção policial no curso de acontecimentos criminais, pode produzir duas reações distintas: quando remete ao risco a que os policiais estão sujeitos, costuma acompanhar uma indisfarçável emoção, principalmente quando os policiais se reportam a situações que vivenciaram, envolvendo eles mesmos ou um companheiro de profissão. Porém, quando a morte ou o ferimento aparece como resultado de um enfrentamento que vitima o agressor, essa referência surge nas falas dos policiais de forma muito pouco ou nada “solene”.

Recordo uma conversa que ouvi no fumódromo da Escola de Sargentos, que ilustra bem esse ponto. Era hora do almoço e, não muito distante de mim, havia um grupo de cinco alunos reunidos em uma rodinha, fumando e jogando conversa fora, em um dos poucos e breves intervalos da corrida rotina da escola. Eles falavam sobre o curso e sobre as possibilidades que se abririam para eles quando saíssem dali e fossem promovidos a sargentos. Eu não conseguia ouvir tudo que eles falavam, pois havia muitas outras rodas de conversa ao meu redor. Mas, a certa altura, ouvi quando um deles soltou a seguinte frase: “*se você pegar meia dúzia de seqüestros vai a secundão, meia dúzia que você tombar, vai a secundão*”. Fazendo uma pequena pausa depois da palavra *você*, o aluno pronunciou a palavra *tombar* esticando uma das mãos com a palma virada para cima e bateu nela com a outra mão, também com a palma virada para cima, em um gesto que associei com o movimento de tombar.

Tentando interpretar aquela frase, a primeira parte dela me pareceu bastante clara: ele estava dizendo que se o policial tivesse sucesso em meia dúzia de ocorrências de seqüestro

seria rapidamente promovido a 2º Sargento. Mas, e quanto a *meia dúzia que você tombar...* Tombar o que? Cativeiros? Seqüestradores? Supondo que fossem seqüestradores, o que era tombar? Prender? Matar? No reflexo de sempre questionar interpretações pouco refletidas, me fiz todas essas perguntas em uma fração de segundo. E foi então que percebi que, independentemente do sentido da palavra *tombar* naquela frase, o que era mais significativo na cena que eu estava presenciando não era o conteúdo da conversa dos policiais que, afinal de contas, eu nem conhecia por inteiro, mas sim o comportamento daqueles homens, reunidos em um grupo, falando informalmente sobre o cotidiano de suas atividades profissionais.

Transportei-me mentalmente no tempo e no espaço e revivi uma cena que imaginava há muito perdida na vala das recordações sem importância. Eu estava dentro da academia de ginástica que costumava freqüentar, em meio aos aparelhos de musculação, observando um grupo de rapazes que “puxavam ferro” a uma certa distância, com suas bermudas largas e de cores vibrantes, discutindo sobre “quantas *minas* eles teriam que *catar* na Micarê para impor moral na rapaziada”.²⁶ Se, por um único instante, fosse possível abstrair o fato de que os homens à minha volta (já no mundo real) estavam investidos do poder de polícia e carregavam armas na cintura, as duas situações seriam absolutamente idênticas, pois, mais do que a troca de idéias e informações, o que estava envolvido ali era uma forma de se colocar perante os pares. A informalidade da situação, o tom da conversa e as expressões corporais que acompanhavam o diálogo não deixam dúvidas: o que aqueles homens faziam reunidos, naquele momento, nada mais era do que um tributo ao *ethos* da masculinidade, onde a força deixa de ser um instrumento que se relaciona ao exercício do poder e se transforma em um valor que se relaciona à superioridade e à dominação (Bourdieu; 1999).

Assim, mesmo que não seja possível ou sequer desejável realizar a abstração mencionada acima, é preciso considerar que estamos lidando com um universo

²⁶ Tradução sugerida: quantas meninas eles teriam que beijar na boca durante o carnaval fora de época conhecido como Micarê para ganhar prestígio entre seus colegas.

primordialmente masculino, não apenas em termos da classificação de gênero de mais de 90% dos membros do grupo,²⁷ mas em termos dos valores e atributos²⁷ que compõem, em larga medida, o imaginário sobre a profissão policial. Essa questão fica ainda mais evidente quando flagramos uma policial feminina, que há alguns instantes nos recebeu de forma tão polida e educada, no instante seguinte passar a reproduzir exatamente esse tipo de comportamento. Remeto a uma situação que presenciei.

Eu havia acabado de chegar a uma unidade e estava na recepção aguardando ser recebida pelo policial com quem havia entrado em contato previamente. Atrás de uma divisória de madeira, que criava dois ambientes distintos na recepção, uma policial atende o telefone. Com a indiscrição peculiar aos antropólogos, fiquei escutando atentamente a conversa. Pelo que pude compreender, ela estava orientando o/a policial que estava do outro lado da linha no preenchimento da documentação que registra o caso de uma resistência seguida de morte.²⁸ A policial falava assim: “Neste campo, você coloca o nome do *polícia*. É... Agora, embaixo, é o nome do *defunto*. É, o *mala*... Isso. Agora, onde foi que o *mala bateu as botas*? Foi no hospital? Tá, então você coloca que foi no próprio local da ocorrência...” E assim foi.

Quando a policial desligou o telefone, começou a contar para outra pessoa, que também estava atrás da divisória, a história da ocorrência que havia sido relatada durante a ligação. Tratava-se de um assalto a residência. Alguém conseguiu chamar a polícia e a viatura chegou no momento em que os assaltantes estavam saindo da casa. Houve um enfrentamento e dois dos bandidos conseguiram fugir a pé. O terceiro foi baleado por um policial e faleceu no local. Os policiais apreenderam um veículo e uma moto que haviam sido utilizadas pelos assaltantes. Isso tudo ocorreu por volta das quatro horas da manhã. Lá pelas nove horas, aparece um “sujeito” no Distrito Policial (DP) dizendo que o veículo apreendido

²⁷ Em dados de 2003, as mulheres representavam 9,7% do efetivo total da PMESP (Musumeci e Soares, 2004).

²⁸ “Resistência seguida de morte” é como são classificadas as ocorrências em que há enfrentamento e o agressor é morto por um policial.

pertencia a ele e havia sido roubado na noite anterior. Achando aquilo muito estranho, “o pessoal do DP deu um *aperto* no cara” e ele acabou confessando que participou do assalto. Gargalhando, a policial concluiu a história: “Onde já se viu? Que *mala trouxa*, que *otário*, não sabe nem roubar”.

É assim, sem rodeios, que, entre os policiais, bandido é chamado de bandido, criminoso, meliante, mala, vagabundo. Em algumas poucas ocasiões termos um pouco mais técnicos são empregados, e o bandido se transforma em infrator ou indivíduo gerador da crise. Em cidadão, raramente e, ainda assim, sempre com uma certa relutância.

No entanto, a figura do bandido não é a única que povoa o universo das ruas. As narrativas que têm como tema a atividade operacional envolvem, na maior parte das vezes, a existência de dois atores: a vítima e o bandido. O foco da narrativa pode enfatizar mais um lado do que outro, mas freqüentemente considera os dois, pois para cada ação delituosa existe sempre alguém que foi lesado. Quebrando essa visão dicotômica do mundo, surge o próprio policial, que se interpõe entre um e outro.

Embora o triângulo bandido-policial-vítima constitua o núcleo central da maior parte das narrativas sobre a atividade operacional, existe ainda um quarto ator que, se na maioria das vezes não desempenha um papel preponderante, jamais é ignorado. Esse ator é o “cidadão de bem”. No curso ideal dos acontecimentos, o cidadão de bem não quer nada com a polícia e a polícia não quer nada com ele. Freqüentemente, a interação da polícia com esse cidadão é vista como um desvio de função, que afasta os policiais de suas tarefas precípuas e os joga no saco sem fundo da prestação de serviços.²⁹ Parece, contudo, haver uma certa contradição entre a crítica de que os policiais fazem muitas coisas que não são atividades propriamente de polícia e a idéia de que poder ajudar as pessoas é uma das maiores satisfações que eles obtém nessa profissão.

²⁹ Sobre os tipos de atendimentos realizados pela PMESP e suas proporções no total de atendimentos prestados, consultar tabela no anexo.

Neste sentido, muitos policiais relatam, com orgulho, casos em que foram obrigados a realizar partos, nas situações mais adversas, sem os recursos necessários ou o treinamento específico, apenas com a disposição em ajudar uma mãe desprevenida a trazer ao mundo uma criança impaciente. A necessidade de prestar atendimento em circunstâncias que em nada se assemelham a ocorrências criminais faz com que os policiais reafirmem constantemente as habilidades multi-funcionais que são obrigados a desenvolver: “na rua, o policial tem que ser o pai, o padre, o médico, o psicólogo, o palhaço”. Por fim, é curioso observar que, sempre que os policiais querem enfatizar a importância de um bom atendimento à população, ou seja, um atendimento que causará uma boa impressão no seu “cliente”, utilizam como exemplo as situações de prestação de informações, nas quais eles devem se mostrar prestativos e atenciosos.

A coexistência dos males e dos prazeres da profissão policial é uma realidade inescapável dentro da corporação. Recordo uma conversa rápida que tive com um policial, onde essa coexistência fica bem clara. Eu havia acabado de conhecê-lo e, assim que expliquei o que estava fazendo lá, ele saiu despejando, como se minha presença tivesse destampado uma panela prestes a explodir. Ele disse que o segredo da polícia militar era o “material humano”, que aquilo não tinha jeito, pois toda vez que se dá poder a alguém essa pessoa vai querer usar em benefício próprio, que os oficiais estão sempre se esquivando de suas responsabilidades e jogando a culpa de tudo que acontece para baixo (para as praças), que as coisas estavam muito erradas e não havia solução. A pergunta que me ocorreu imediatamente foi por que, diante disso tudo, ele continuava sendo policial. Ele poderia ter respondido que precisava do emprego, que, apesar de tudo, havia a estabilidade do funcionalismo público ou coisa assim. Mas não, ele disse que continuava lá porque gostava de ser policial. Disse até que não precisava daquele emprego, pois trabalhava também com transporte escolar, onde

tirava muito mais dinheiro e poderia tirar ainda mais se se dedicasse só a isso. Mas que ser policial era um vício.

Muitos policiais afirmam que a motivação que os levou a entrar para a polícia militar foi, em última instância, uma motivação prática, ou seja, eles procuravam uma fonte de renda. Contudo, diante de todas as adversidades que enfrentam, características da profissão policial, somadas, como vimos, às exigências e adversidades colocadas dentro da própria corporação, os policiais concluem que a permanência no emprego só é possível quando se desenvolve uma motivação que ultrapassa as razões práticas. É neste momento que surge a idéia de que ser policial é um vício. Em alguns casos, a substância que provoca essa dependência parece ser a adrenalina, remetendo ao risco e à imprevisibilidade associada à profissão. Porém, o elemento que representa a maior fonte de motivação para os policiais é colocado no valor que atribuem à possibilidade de realizar um serviço que traga alguma forma de benefício para a sociedade e para as pessoas com quem interagem cotidianamente. É em cima desse valor que os policiais constroem uma idéia de “missão”,³⁰ a partir da qual a satisfação pessoal que obtém quando conseguem cumprir com sucesso suas atribuições adquire um caráter profundamente dignificante.

Eu sou católico, e uma vez eu fui me confessar com um padre, e eu falei pra ele que achava que eu não estava sendo digno, né, do perdão. Aí ele disse pra mim, ‘qual é a sua profissão?’ Eu tava fardado nesse dia. Eu tinha saído do quartel, aproveitei e fui direto para a igreja me confessar. E aí ele falou pra mim ‘eu estou vendo que você é policial militar’. Aí ele falou assim, ‘você quer mais caridade do que isso? Então, você tá saindo do serviço?’ Eu falei, ‘saí do serviço’. ‘Quantas pessoas você ajudou de ontem pra hoje?’ Aí eu disse para ele ‘n’ número de ocorrências, né. ‘Você está se ferindo à toa. A sua própria profissão, ela já faz com que você seja caridoso’. Então, eu nunca tinha parado para pensar nisso. E a partir desse dia eu comecei a pensar nisso, que eu realmente ajudo as pessoas. Mas eu nunca, sabe, eu nunca havia pensado nesse detalhe. E a partir daí eu comecei a valorizar mais ainda a minha profissão. Então, essa é a importância, que eu acho. E acho que o que mais me motiva

³⁰ “Missão” é um termo do vocabulário corrente e, também, do vocabulário normativo da instituição. Vemos no Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado de São Paulo, Seção I, art. 6º, § 1º: “Aplicada aos componentes da Polícia Militar, independentemente de posto ou graduação, a deontologia policial-militar reúne valores úteis e lógicos a valores espirituais superiores, destinados a elevar a profissão policial-militar à condição de missão”.

é poder ajudar os outros. É por isso que eu saio todo dia de casa pronto para trabalhar, porque eu vou ajudar alguém. É o que me dignifica hoje em dia. [*Aluno-Sargento - 19 anos de corporação*]

A percepção de que existe um valor maior em poder ajudar as pessoas é uma constante nas falas dos policiais, por mais diferentes que possam ser seus engajamentos na instituição. Lembro de um tenente com quem conversei durante várias horas. Ele era o tipo de pessoa que eu tranquilamente descreveria como cética e tinha uma visão crítica bastante elaborada sobre diversos aspectos da vida na caserna. Uma das questões sobre as quais ele demonstrava especial reprovação dizia respeito à relação entre superiores e subordinados. Em uma alusão à relação entre oficiais e praças, ele dizia que o maior problema era que uns estavam lá só para mandar e outros só para obedecer.

Enquanto conversávamos, íamos caminhando pela unidade. A certa altura, paramos e ele tirou um maço de cigarros do bolso. Estávamos em um amplo pátio, cercado pelos prédios que acomodam as instalações da unidade. Acostumada a ter que me refugiar nos tais fumódromos, perguntei se era permitido fumar ali. Ele me olhou com uma expressão de sarcasmo e respondeu: “é aquilo que eu te disse, não deveria poder, mas se você é um dos que manda, quem vai chamar sua atenção?” Não havia nenhum tipo de orgulho embutido naquela declaração, apenas uma resignada passividade.

Esse episódio ficou marcado na minha cabeça pois exemplifica muito bem aquilo que mencionei anteriormente sobre diferentes tipos de engajamento na instituição. Esse tenente demonstrava uma capacidade acima do comum de se distanciar daquele mundo e enxergá-lo criticamente. Mas, de certa forma me surpreendendo, até mesmo ele havia sido “capturado” pela idéia de missão. Quando questionado sobre os motivos que o levaram a escolher aquela profissão, ele respondeu que, no momento da escolha, foi porque precisava de dinheiro e não tinha outras perspectivas, mas que depois foi gostando e foi ficando... Eu quis saber, então, do que ele gostava na profissão e ele disse que, “sem fazer demagogia”, ele gostava de

“poder trabalhar com gente pobre”, pois era “muito bom você poder atuar em uma ocorrência e ajudar uma pessoa, e ter a sensação de que mais ninguém resolveria aquele problema”.

O tenente ilustrou seu ponto de vista com uma história que remetia a uma de suas primeiras experiências na atividade de patrulhamento. Sua viatura havia sido enviada para atender uma ocorrência de perturbação da ordem em via pública. Um senhor já bem idoso, aparentemente injuriado com algum acontecimento que não se conseguia saber ao certo qual era, estava criando a maior confusão na porta de um estabelecimento comercial. Ele esbravejava e xingava todos que circulavam pelo local. A chegada da viatura arrefeceu um pouco o ímpeto belicoso do indignado senhor, mas ele ainda continuava muito agitado. Buscando uma saída conciliatória, o tenente se pôs a aconselhar o senhor, dizendo que ele não deveria criar tumulto, que ele estava assustando as pessoas em volta, que o melhor seria ir para casa e tentar se acalmar. Percebendo que sua intervenção estava surtindo efeito e que o senhor estava realmente prestando atenção no que ele dizia, o tenente se percebeu admirado. Ele compreendeu que o único motivo pelo qual um senhor, que devia ter idade para ser seu avô, estava acatando os conselhos de um *garoto*, que havia acabado de sair da Academia,³¹ era a farda que esse garoto trajava. Foi nesse momento que ele realmente se deu conta de toda a responsabilidade que havia assumido ao ser investido em sua função.

É possível identificar, então, diferentes compromissos que os policiais assumem quando escolhem uma carreira dentro da polícia militar (cuja ordem pode variar, de pessoa a pessoa ou ao longo do tempo): com eles mesmos, ou seja, com seus interesses e necessidades particulares; com a sociedade e o bem comum; e, por fim, com a corporação e suas regras. Esses compromissos, contudo, nem sempre são facilmente conciliáveis. É neste sentido que os policiais estabelecem uma associação entre a profissão policial e o sacerdócio.

³¹ Academia de Polícia Militar do Barro Branco.

Nós temos família que, na sua maioria, é composta por civis. Nós viemos do meio civil, nós temos muitos amigos no meio civil. E nós temos condutas a serem adotadas em função do fato de nós sermos policiais. O policial, ele tem alguns sacrifícios, vamos dizer assim. Ser policial é um sacerdócio. É um sacerdócio, você tem que abrir mão. Às vezes eu quero, por exemplo, assistir um show, mas eu, eu tô trabalhando no show, não é mesmo? Você trabalha na maioria das vezes em que as pessoas estão se divertindo. É um sacerdócio. Pra isso, você tem que ter vocação, e tem que saber o que você escolhe. Esse é o aspecto principal. O policial, ele precisa saber disso. Que ele tem uma carreira, e é uma carreira de sacrifícios. E que não tem outra saída pra isso. Não adianta ele entrar lá atrás e depois ficar reclamando aqui na frente. [*Capitão PM - 25 anos de corporação*]

Quando remetem à idéia de sacerdócio, o elemento que os policiais enfatizam é a necessidade de se entregar plenamente à missão que lhes foi designada, arcando com todos os custos que advém da escolha profissional que fizeram. O maior custo dessa escolha se relaciona à forma como suas vidas pessoais e sociais são afetadas pela atividade que desempenham. E nesse custo, os mais prejudicados são suas famílias, pois todo policial se enxerga e se afirma como um pai de família (uma mãe, filho, filha, esposa ou marido).³² Do ponto de vista dos policiais, a família parece ser o principal elemento que os aproxima do resto da sociedade, ou seja, que os torna menos “diferentes” das outras pessoas. Contudo, considerando que as ameaças a que estão sujeitos por causa da sua profissão podem se estender a seus entes mais próximos, a família não é um elemento integrador, pelo contrário, ela os leva, muitas vezes, a isolar-se do convívio social.

O cara que vende revista, o interesse dele é ganhar o dinheiro dele vendendo revistas. Se ele me conhecer, souber onde moro e quem é a minha família, ele termina comentando com a pessoa do lado sobre mim. ‘O policial veio aqui, puta gente boa, ele mora ali, não sei o que, tem a filha, esta menina aqui é a filha dele, ó’. Quem estava perto dele ali? Um marginal. ‘Ah, essa é a filha do sargento, legal, puxa...’ A minha filha é o meu ponto fraco. Você deve entender agora porque que eu acho que não pode revelar. A minha filha é o meu ponto fraco. E eu tenho três pontos fracos: minhas duas filhas e a minha esposa. [*Sargento PM - 24 anos de corporação*]

³² Dentro da corporação, é uma preocupação corrente o aumento do número de divórcios entre os policiais.

Fazendo alusão a uma oposição tão familiar aos cientistas sociais, os mundos da casa e da rua, que neste caso adquirem contornos próprios, constituem realidades ao mesmo tempo inseparáveis e conflitantes. A casa, ou seja, a família representa, ao mesmo tempo, a maior motivação para o trabalho e o porto seguro para o qual se deseja voltar a cada fim de expediente, volta essa que, no mundo policial, envolve uma dramaticidade bastante específica que remete à própria continuidade da existência. Mas, por outro lado, essa mesma volta para casa é marcada por um sentimento de incompletude, uma vez que, no dizer aparentemente singelo, tão comum entre os policiais, “não se deve levar os problemas do trabalho para casa, nem os problemas de casa para o trabalho”.

O que a gente procura fazer é assim, não levar as experiências daqui pra casa a não ser que seja extrema, uma coisa assim que serve pra os de casa não fazer o que a gente já viu aqui, ou em ocorrência, ou em presídio, ou alguma coisa assim. Mas, dos acontecimentos diários, não é bom levar. Por que? Porque senão mistura. (...) O comandante fala tal coisa, igual de chegar aqui nove horas da manhã. É uma revista que poderia ser às dez. Meu marido não entende por que que tem que vir aqui cinco horas da manhã, sendo que eu podia entrar às dez. Ou então quando tem uma prontidão, que ligam pra sua casa, que querem você aqui daqui a trinta minutos. A pessoa civil não entende por que que tem que vir. Se você é polícia, mas você está em casa, você está no seu horário de folga. E não é assim. A gente é polícia, a gente é polícia vinte e quatro horas. Então, tem coisas que o marido não entende, por que que tem que vir? Onde está escrito? Aí você tem que falar, sabe, até você contar o regulamento. Ainda bem que o meu marido é, assim, eu já era policial quando ele casou comigo, então ele não tem que ficar muito de perturbação não. Mas é difícil, é difícil, juntar a parte de vida civil e a parte de vida militar. Porque senão também começa aquele negócio, ‘ah, você é polícia lá no seu quartel, aqui em casa você não é polícia’. A minha mãe fala bem assim pra mim. ‘Você dá ordem lá no seu quartel, você dá ordem pras pessoas na rua, aqui em casa não, quem dá ordem sou eu’. Sabe? Minha mãe é aquelas assim, que, ela é a matriarca, então é ela que manda. [*Soldado Fem PM - 10 anos de corporação*]

A necessidade de manter essa existência dividida é mais um dos fatores a que os policiais atribuem as diversas mazelas que acometem a categoria. Nas conversas com os policiais, o CASJ (Centro de Assistência Social e Jurídica), órgão que, entre outros serviços, oferece acompanhamento psicológico aos membros da corporação, é uma referência bastante comum. “Ir parar no CASJ” ou “ser mandado direto pro CASJ” é uma possibilidade que

ronda constantemente o imaginário desses profissionais. Uma policial me relatou o dia em que essa possibilidade finalmente se concretizou para ela. Era um período onde a tensão estava especialmente alta dentro da corporação, pois vários postos policiais vinham sofrendo ataques, em uma ação retaliativa atribuída ao PCC.³³ Ela trabalhava na central de atendimento do 190, onde esse contexto todo assumia um caráter ainda mais grave, pois lá os policiais podiam ter uma noção mais geral da dimensão dos ataques, que ocorriam simultaneamente em vários pontos da capital. Certo dia, ao atender uma ligação, essa policial começou a imaginar os seus próprios filhos envolvidos na situação que a pessoa do outro lado da linha estava reportando. Ela, então, se viu completamente paralisada, incapaz de prosseguir com o atendimento. Sendo imediatamente afastada de suas funções, a policial foi encaminhada para tratamento médico especializado.

Os policiais afirmam, sem qualquer tipo de constrangimento, que “não é de se admirar” as taxas supostamente acima do padrão de alcoolismo e uso de drogas nas fileiras da corporação. Diferentemente do que se poderia esperar, o suicídio entre policiais militares também não é um assunto interdito. Muito pelo contrário. Eles trazem frequentemente a questão à tona, embora poucas vezes tenham me relatado casos concretos de pessoas próximas. Diversas iniciativas, institucionais ou não, buscam formas de prevenção contra essas conseqüências perversas associadas ao nível de estresse a que esses profissionais estão sujeitos. Uma iniciativa muito comentada pelos policiais é uma peça de teatro chamada “Um Novo Amanhecer”, que retrata a realidade da profissão policial. Com o objetivo de “mostrar as dificuldades que esse profissional enfrenta no dia-a-dia e transmitir-lhe mensagem de esperança e valorização da vida”,³⁴ seus idealizadores acreditam que a peça, criada em 2000, está ajudando a reduzir o número de suicídios na corporação.

³³ PCC: Primeiro Comando da Capital. Os ataques mencionados ocorreram em novembro de 2003.

³⁴ Dados retirados do site da Associação Fundo Mútuo de Amparo aos Militares do Estado de São Paulo, (<http://www.afam.com.br/programasespeciais/umnovoamanhecer.asp>). Acesso em 27 de abril de 2006.

Todos os sacrifícios que advém da escolha profissional dos policiais militares ganham um peso extra devido à forte sensação de falta de reconhecimento por parte da sociedade. Os elementos contidos na idéia de missão adquirem, então, um valor ainda mais fundamental, enredando os policiais em uma lógica que os leva a abrir mão de qualquer consideração que coloque os seus anseios pessoais no centro da cena. A circularidade dessa lógica é muito bem expressa na crônica “A lâmpada, o gênio e nós mesmos”, publicada em uma revista de circulação interna.³⁵

Há dois anos na polícia militar, Brito estava aborrecido pelo fato de trabalhar quase sempre no mesmo posto e ninguém notar sua presença. Conhecia uma ou outra pessoa, na maioria comerciantes. Indignado pensava consigo o que talvez estaria fazendo de errado ou talvez nada fizesse de errado e o mundo seria assim mesmo, ele patrulhava e ninguém dava conta de sua presença. Habitualmente esbravejava solitariamente em seu quarto. Sou policial militar, estou lá pra ajudá-los, quero ser amigo e além disso aplico severamente os preceitos de polícia comunitária, por que ninguém repara em mim? Ninguém nota minha presença? Seu turno de serviço era um tormento, sentia-se invisível, adorava seu trabalho mas ser invisível para ele era um absurdo. As vezes andava de um lado a outro cabisbaixo. Mas um dia ao atravessar uma rua sem muito movimento acabou involuntariamente topando com uma lâmpada como aquelas vistas em filmes do oriente. Formosa, porém suja, passou a admirá-la e foi além, passou a pensar que talvez se a esfregasse poderia aparecer um gênio e conceder-lhe alguns desejos. Hesitou mas decidiu-se em levá-la para casa pois no fim das contas no mínimo era um bom adereço. Como não tinha desistido da primeira idéia ainda sonhava com os desejos que mudariam sua vida. Após o banho sentou-se a beira da cama e com um pano limpo passou a limpá-la e para sua surpresa a lâmpada começou a esquentar e dela saiu um gênio. Estava salvo, pensou. Como se era de esperar o ser saudou-o. Mestre concedo-lhe um desejo. Ficara pasmo, sempre ouvira falar sobre três pedidos e não somente um. Desiludido recebeu como resposta que a vida real é diferente de filmes e contos. Agora estava numa sinuca de bico, apenas um desejo? Dinheiro, mulheres ou reconhecimento profissional, o que pedir? Pensou, pensou e decidiu-se. Vou mudar de emprego, estou há tanto tempo querendo um reconhecimento por meus serviços. A hora é agora e pediu: “gostaria de um emprego onde tivesse reconhecimento por meus serviços, onde pudesse ser útil, ajudar as pessoas e contribuir acima de tudo com a comunidade. Esse para mim seria o ofício ideal” disse convicto. Feito, disse o gênio. Disse umas palavras num dialeto estranho e sumiu. Embrenhado num redemoinho Brito começou a rodar e quando deu por si estava lá, fardado, de serviço no mesmo posto.

³⁵ A crônica, de autoria não especificada, está publicada na revista “Legião de Idealistas - on line”, que pode ser acessada através do site da PMESP (<http://www.polmil.sp.gov.br/unidades/5emppm/novo/navega.htm>). Acesso em 27 de abril de 2006.

As ocasiões em que existe o reconhecimento do público pelo trabalho policial têm sua irregularidade atestada pelo fato de se tornarem eventos bastante comentados. No COPOM, quase todos os policiais com quem conversei mencionaram uma carta, enviada recentemente para a unidade, em agradecimento à assistência prestada pela corporação durante uma tentativa de seqüestro cujas vítimas, mãe e filho, haviam sido localizadas e libertadas pela ação rápida e coordenada da polícia militar. A carta estava fixada em um mural em frente à sala onde os policiais fazem suas refeições e descansam nos intervalos do atendimento.

Embora essa questão seja tematizada por todos os policiais, me parece que aqueles que trabalham no COPOM são especialmente afetados pela sensação de falta de reconhecimento, uma vez que a atividade que desempenham tem uma baixíssima visibilidade para o público. Um policial que trabalhava há muitos anos nessa unidade me mostrou um livro que ele estava escrevendo sobre as experiências que viveu e presenciou, ao longo do tempo, naquele serviço. Nesse texto, ele narra diversas ocorrências, desde o momento em que algum problema foi relatado ao 190 até o seu completo desfecho, em algum ponto da cidade. No entanto, é muito interessante observar que, na maior parte das ocorrências narradas, existe um reencontro posterior entre vítimas e policiais.³⁶

Este caso que vou narrar aconteceu no ano 1985, natureza da ocorrência “Rapto e Corrupção de Menor”.

O Telefone toca...

A - Polícia Militar emergência.

S - Alô, por favor, eu posso te contar uma história?

A - Pode se não for comprida, aqui é um telefone de emergência.

S - Minha história é longa, vou tentar encurtar.

A - Então vamos logo.

S - Sabe moço, eu tenho uma irmã que tem 15 anos e eu tenho 13 anos. Já faz dois meses que nós moramos em Santos com meu irmão mais velho que trabalha. Somos órfãos. Minha irmã conheceu um cara na praia que trouxe ela de mudança com ele para São Paulo sem ninguém saber.

A - E daí, o que você quer que eu faça, fala logo, está tomando muito tempo.

³⁶ Ao me entregar o texto, o policial me advertiu de que nem tudo que estava escrito ali tinha acontecido *exatamente* daquela forma.

S - Chegou uma carta dela esta semana contando que o sonho de princesa na cidade grande acabou. O tal homem que iria lhe dar boa vida e dinheiro era um grande cafetão e colocou-a para faturar na esquina da avenida Rio Branco com a rua Vitória. Ele bate nela e não a deixa voltar para casa. Ela é de menor, moço. Ajuda nós encontrar ela, já faz dois dias que estamos na esquina da avenida Rio Branco com a rua Vitória, mas ninguém informa nada, meu irmão está dentro de um bar que tem na esquina tentando levantar alguma coisa.

A - Tá bom, como ela é?

S - É magra, alta, cabelo comprido, chama-se Clara.

A - Tá bom, montei um alerta que será irradiado para as equipes de patrulheiros, mas é difícil, eles mudam de local rapidamente.

S - Obrigado, fica com Deus.

Chegando a ocorrência na área do 13º BPM/M, o controlador e despachador de viaturas informa a rede sobre o fato, passando as características e dados sobre o caso. Alguma hora após o COPOM ter irradiado a rede, uma viatura deparou com uma menina em um prostíbulo na rua Gal. Osório com as semelhanças que o COPOM havia informado. Perguntando para a mesma, pelos policiais que faziam aquela batida policial, seu nome, a mesma informou que era Vera e tinha 18 anos. A mesma mentiu, aquela era a orientação dada pelo cafetão, mas a equipe de policiais a deteve para conduzir ao DP para uma averiguação e no caminho para o DP a mesma criou coragem e informou, “vocês estão procurando a Clara? A Clara sou eu”. Nesse instante ela foi indagada por que mentiu, e ela respondeu, por ser ameaçada todos dias e medo de morrer. De imediato os policiais levantaram dados e características do cafetão e saíram em patrulhamento pela zona do meretrício, o qual foi localizado na madrugada, à rua Gal. Jardim e detido, sendo conduzido ao DP, onde foi autuado em flagrante de Rapto e Corrupção de Menor, sendo encaminhado posteriormente à Casa de Detenção. O irmão e a irmã foram localizados pela manhã na cidade de Santos, onde deslocaram para São Paulo e levaram Clara novamente para casa. Alguns anos após ter ocorrido tal fato, talvez 1994, uma pessoa com a voz masculina liga para o COPOM.

A - Polícia Militar emergência.

S - Eu gostaria de saber uma informação. Estou comprando um carro e gostaria de saber se é roubado ou não.

A - Qual é a placa?

S - SP - 0001.

A - Nada consta.

S - Obrigado, qual o seu nome?

A - Silva.

S - Ah, foi você que achou minha irmã, lembra, a Clara.

A - E ela está bem?

S - Sim, formou-se em Advocacia, casou e está esperando um bebê.

A - Legal, felicidades para vocês.

S - Obrigado, abraços. Já começando a chorar, ele desligou.

Como uma espécie de reação à falta de reconhecimento pelo trabalho que realizam, surge a necessidade que os policiais sentem de se afirmar constantemente como parte da sociedade. Neste sentido, uma idéia incansavelmente repetida dentro da corporação é a de

que os policiais / a polícia é um espelho *da* sociedade. Invertendo a concepção de que a conduta policial deve servir como um espelho *para* a sociedade, a lógica por trás dessa afirmação é mais ou menos a seguinte: como instituição, a polícia existe em função da sociedade; no caminho que a sociedade brasileira trilha, aos trancos e barrancos, em direção a um estado democrático de direito, a polícia segue atrás, buscando se adaptar às novas demandas surgidas; ao mesmo tempo, os desvios que podemos encontrar dentro da corporação nada mais são do que um reflexo desse ambiente externo. E é justamente essa noção de adaptação que introduz o tema que será abordado na próxima parte deste trabalho: a mudança.

Então eu acho que, na realidade, essas mudanças, no geral, vêm lá de cima, e eu creio que vêm pra melhor. O que fica muito pra gente antigo é saudosismo, entendeu? É sempre assim, você tem saudade do seu tempo de infância, depois do seu tempo de escola. A sua escola tá lá, continua tendo alunos, mas o seu tempo foi o melhor. Por que? Porque foi o seu tempo. É só, é pura e simplesmente isso daí. Assim como esses modernos que estão chegando hoje, é o tempo deles, e eles vão achar que é esse tempo o tempo bom, muito embora ouçam da gente, os mais antigos, que o nosso tempo era bom, mas eles sabem que o tempo bom é o tempo deles. Daqui a vinte anos eles vão estar falando igual estou falando agora. [*Aluno-Sargento PM - 19 anos de corporação*]

Capítulo 3 - Tempos de mudança

No exercício reflexivo proposto nas entrevistas, os policiais levantaram uma grande diversidade de elementos a partir dos quais constroem uma percepção de mudança associada à passagem do tempo dentro da corporação. Para organizar esses elementos, divido este capítulo em três partes, inspirando-me nas três dimensões de um sistema policial descritas por Monjardet (2003).

Toda polícia é um instrumento de produção caracterizado por uma divisão e uma especialização das tarefas, das técnicas, dos procedimentos, dos saberes, uma estrutura hierárquica, normas informais, etc. Essa dimensão organizacional é essencial para se prevenir contra as divagações da teorização gratuita. Toda polícia é, em segundo lugar, uma instituição, um instrumento criado pela autoridade política para promover, realizar ou salvaguardar interesses coletivos identificáveis. Por essa razão, incorpora valores sociais centrais, e supõe os controles sociais necessários ao respeito desses valores. Enfim, toda polícia é mobilizada por um grupo profissional especializado, ‘os policiais’, que, como todo grupo profissional, caracteriza-se por interesses e cultura próprios, princípios de identidade frente ao não-profissional, critérios de identificação internos. (: 16)

Estabeleço, então, três esferas a partir das quais podemos relacionar os diversos elementos levantados pelos policiais, atribuindo conteúdos específicos às dimensões apontadas acima. A esfera institucional realiza a inserção da corporação em um contexto sociológico mais amplo, no qual *política* e *sociedade* aparecem como referências centrais. A esfera organizacional abarca as *normas* e as *estruturas*, formais e informais, que regulam as práticas e as relações que se desenvolvem no interior da coletividade. Por fim, a esfera profissional tem como foco as referências que remetem à *profissão*, entendida como papel social, e aos *indivíduos* que emprestam dinamicidade a esse papel.

A delimitação dessas três esferas facilita e ilumina a análise, mas constitui uma simplificação da realidade empírica estudada. Por isso, algumas questões escapam dos conteúdos descritos e aparecem, sob diferentes perspectivas, em mais de uma esfera.

3.1. Mudanças relacionadas à esfera institucional:

A esfera institucional remete ao papel que a corporação, como instituição policial, desempenha dentro da sociedade. Neste sentido, as mudanças apontadas pelos policiais dizem respeito, basicamente, à missão institucional da polícia militar, guardando uma relação estreita com o contexto e as expectativas externas em relação à corporação. Além disso, evidenciando a existência de uma cadeia de comando que ultrapassa os limites da instituição, algumas das questões relacionadas a essa esfera remetem especificamente à dimensão política estatal. Podemos dizer, portanto, que tratam-se de *mudanças que vêm de fora*.

Considerando o tempo que os policiais militares permanecem no serviço ativo da corporação antes de se aposentarem, que normalmente é de trinta anos,³⁷ somado ao fato de que realizei minha pesquisa no ano de 2005, o limite temporal a que meus mais antigos interlocutores poderiam remontar, a partir do ingresso deles na corporação, seria o ano de 1975.³⁸ Pensando, agora, no limite mínimo de antigüidade que estabeleci como pré-requisito para a realização das entrevistas, que era de dez anos, meus interlocutores mais “recrutas” poderiam remontar ao ano de 1995.

No intervalo de vinte anos que separa os momentos de ingresso dos meus interlocutores mais jovens e mais antigos, não seria estranho supor, antecipadamente, que muitas modificações tenham ocorrido dentro da corporação, produzindo reflexos nas perspectivas que marcam a experiência de cada um deles. Essa suposição poderia se apoiar, a princípio, na intuitiva constatação de que duas décadas no fim do século XX constituem um período de tempo considerável. Atendo-nos mais especificamente à história do Brasil, dentre

³⁷ Trinta anos é o tempo de serviço mínimo com que os policiais podem se desligar, a pedido, do serviço ativo da corporação. O desligamento compulsório se dá por limite de idade, que é variável de acordo com o posto ou graduação. Uma lei promulgada em 1994 estabelece o limite mínimo de vinte e cinco anos de serviço para o desligamento das policiais mulheres.

³⁸ Já no fim da pesquisa, fui visitar a Associação dos Oficiais da Reserva da Polícia Militar e realizei uma entrevista com um coronel da reserva.

todas essas modificações, o evento concreto que teria o maior potencial de diferenciar a realidade encontrada pelo policial que entrou na corporação em 1975 e a realidade encontrada por aquele que entrou em 1995 remete, sem dúvida, à promulgação da Constituição de 1988, encerrando um longo período de governos autoritários. Essa reflexão conjectural encontra um suporte imediato nas falas dos policiais.

Após mais de vinte anos de governo militar, a promulgação da Constituição Cidadã, como ficou conhecida, é um importante marco na história do nosso país, encerrando o longo processo de abertura política que se estendia desde o fim da década de 70, e iniciando um novo processo, ainda em andamento, de construção e consolidação de instituições e ideais democráticos na sociedade brasileira. A forma como a estrutura da corporação foi afetada durante os governos militares e o papel que ela desempenhou, como braço armado do Estado, dentro da estrutura de repressão organizada durante o regime autoritário, deixaram seqüelas com as quais a polícia militar tem que lidar até hoje.

Depois de vinte e cinco anos de governo militar, a maior parte dos que eram policiais militares tinham entrado já sob a égide do governo militar na corporação. E havia aí, o momento era outro, havia... a carga horária de segurança nacional era uma carga horária grande. Havia um controle ideológico forte sobre o ensino na corporação. Por exemplo: eu não tive uma aula de história da polícia militar quando fui aluno. Pra dizer que eu não tive uma, eu tive uma aula, ministrada por um capitão absolutamente fora da média, chamado Paulo de Tarso Augusto, que hoje é o nome de uma praça lá na zona norte da capital. E ele deu uma aula, falando sobre o brasão da polícia militar. E aí ele falou um pouquinho sobre as campanhas de guerra que a corporação cumpriu, sobre a história da corporação. Só. Toda a minha experiência com história da corporação como aluno se resumiu a uma hora aula. Então isso era um controle ideológico, justamente pra que as pessoas não conhecessem a história da própria instituição. Pra que... eu acho que há uma relação curiosa, hoje nem saberia dizer se ela prevalece, mas no tempo que nós estamos falando, era uma relação de grande, de grande dicotomia. De um lado a gente buscava, o exército buscava na PM, e vice-versa, o aliado, o camarada aliado. E do outro lado havia uma grande desconfiança. O exército achava que a PM tinha ainda remanescentes de trinta e dois. Que a PM era o braço armado de São Paulo, que a PM defendia um federalismo exacerbado. E a PM achava que o exército defendia um centralismo exacerbado. Então, é o velho conflito entre centralizar e descentralizar. Então havia uma relação dicotômica, não era uma relação fácil. [*Tenente-Coronel PM - 29 anos de corporação*]

Eu entrei na corporação em mil novecentos e oitenta. [Quatro de novembro] de mil novecentos e oitenta foi quando eu ingressei na corporação. Naquela época, nós estávamos tendo uma transição, né? Afinal de contas, o João Batista Figueiredo, ele tinha sido o último presidente oriundo do meio militar, não é mesmo? A partir dali, nós já começamos, já emendamos um processo de eleições diretas, e começamos a retomada da direção do país através de presidentes civis. (...) Considerando que, naquela época, também nós tínhamos, como comandantes gerais, coronéis do exército. E evidentemente que em todo esse movimento nós atuamos de acordo com as orientações que nós recebíamos. (...) Com o processo de abertura, nós entramos num momento de transição. Quer dizer, aqueles que, por um motivo ou por outro, se mantiveram calados e tiveram a oportunidade de se manifestar, aí começaram a se manifestar. Mas também de maneira desequilibrada. Até porque não poderia ser equilibrada, porque até então ele vinha quieto, aquela coisa toda, contra a vontade. Até você atingir um nível de equilíbrio aí, demora. (...) Hoje você tem uma sociedade muito mais dinâmica. Você tem uma sociedade com outras necessidades. Você tem uma disseminação muito maior de direitos e deveres e garantias individuais, que é muito importante numa sociedade. Um estado democrático de direito é isso, é o cidadão sabendo que ele tem direito e exigindo aquilo a que ele tem direito. (...) A partir do momento que você tem eleições diretas para presidente, evidentemente que a participação é maior, quer dizer, o povo, ele tem um poder maior tanto de aceitação quanto de veto, né, com relação ao dirigente da nação. Isso muda as coisas, não é mesmo? E isso também exigiu, evidentemente, dos órgãos policiais, e até mesmo dos militares exclusivamente, uma outra conduta. Porque o sistema mudou, não é mesmo? O sistema mudou. Então, aí é que eu digo pra você, que houve uma necessidade maior de flexibilização. Por quê? Porque a polícia militar é um órgão que defende a situação. Defende quem está no governo. Nós somos evidentemente criados para preservar a imagem do governante. Então, se você tem uma política sendo gerada no momento, quando você tiver em outro uma política diferenciada, você tem que se adaptar. E a corporação tem que se adaptar. E essa adaptação, ela foi ocorrendo até chegar no ponto em que está hoje. É o ideal? Ainda não é o ideal, nunca é o ideal. [Capitão PM - 25 anos de corporação]

A Constituição de 88 é uma referência inquestionável de mudanças dentro da polícia militar, porém, ela não marca uma ruptura e sim o início de um processo ainda inacabado. Por esse motivo, a experiência de um policial que entrou na corporação em 1975 e a experiência de um policial que entrou em 1995 se aproximam, em larga medida, pelo fato de que ambos identificam no presente da corporação as marcas de um período de transição e ambos são obrigados a compartilhar as conseqüências de um passado que apenas um deles vivenciou. Seja como história, seja como memória, a redemocratização do país constitui um marco inaugural a partir do qual os policiais militares estabelecem uma divisão entre presente e passado na história recente da PMESP, em termos institucionais.

Todas as pequenas ou grandes mudanças que os policiais vivenciam ou vivenciaram dentro da corporação adquirem, em suas falas, o sentido de uma adaptação aos novos tempos, mas que não são quaisquer novos tempos, são os novos tempos democráticos, com todas as suas vantagens e desvantagens. Até onde a vista deles alcança, o caminho que a corporação vem trilhando segue uma direção que foi definitivamente estabelecida em 1988 pelas mãos da assembléia constituinte. Como os próprios policiais afirmam, o que eles pensam acerca dessa direção é uma outra história, mas nenhum deles questiona o fato de que a referência a partir da qual se pode falar em um passado, um presente e um futuro da polícia militar, neste momento, é a Constituição de 88. Todo o resto são desdobramentos que, de uma forma ou de outra, se relacionam a esse evento.

Os policiais têm consciência de que a corporação caminha em uma direção específica: a mudança de um foco que privilegiava o Estado para um foco que privilegia a sociedade. Todas as questões que os policiais apontam como desdobramentos do processo de redemocratização, por mais pontuais que sejam, são concebidas como passos nessa trajetória.

A sociedade mudou. A sociedade tem evoluído muito, muito mesmo. Principalmente depois de oitenta e oito. E a polícia tem acompanhado isso. A polícia, a minha instituição, ela vem se modificando muito. A conotação que eu tinha, que eu fui formado, era uma polícia que pertencia ao Estado. Era uma época diferente. O regime, entre aspas, era diferente. E hoje não, hoje você percebe, pelas atitudes da polícia, pela doutrina da polícia, que a polícia é mais focada, e tem que ser focado, não pode ser de outra forma, na sociedade. Porque é na sociedade que está o meu pai, está a minha mãe, está o meu irmão, está o meu filho, está a minha esposa, estão os meus parentes. E a gente, como funcionário público, você tem que estar focado no cidadão, no contribuinte, naquele que tem que receber o serviço das instituições governamentais com qualidade, com respeito. Então, a polícia tem mudado muito, graças a Deus, e vai mudar muito mais ainda. Vai mudar muito mais ainda. Buscando sempre ter um caráter muito mais social, agindo muito mais preventivamente do que repressivamente, no sentido de você trabalhar na exceção, trabalhar no infrator da lei. Não, você tem que trabalhar o cidadão comum, que paga os seus impostos, que tem os seus direitos. [*Major PM - 25 anos de corporação*]

E, de repente, você tem uma mudança política total, e as pessoas começam a falar em comunidade, não falam mais em Estado. O slogan do Batalhão de Choque era ‘Um tigre vigilante na defesa do Estado’. De repente esse slogan vai por água abaixo, e

você vem falar em comunidade, em relações com a comunidade. O cidadão paga impostos, portanto o cidadão tem direito de exigir. E naquele momento é uma coisa, é uma coisa chocante pro público interno. Agora, a primeira, logo que eu cheguei na comunicação social da PM, a primeira campanha que eu tive que gerenciar foi uma campanha pra educar os policiais militares sobre como usar metrô. Por que? Havia sido firmado um protocolo, como um convênio, entre a PM e a Secretaria de Transportes Metropolitanos. De modo que, já estava começando a haver roubo em metrô, então, de modo que o PM, fardado, usasse o metrô, e portanto com o aumento da circulação de PMs na linha, haveria uma tendência a diminuir ocorrências desse gênero, e do outro lado isso seria um salário indireto, seria um benefício indireto, uma espécie de ampliação da renda discricionária dos policiais, porque eles deixariam de gastar com o transporte local. Bom, quinze dias depois de implantado esse protocolo, a Secretaria de Transportes Metropolitanos queria suspendê-lo. Por quê? O PM chegava fardado na catraca do metrô, ele esperava dois décimos de segundo, mais ou menos, e se ninguém viesse liberar a catraca, ele simplesmente pulava. Porque ele era uma autoridade. Autoridade não espera. E ele pulando, as centenas de pessoas que vinham atrás e viam o policial fardado pular a catraca, pulavam a catraca atrás. E isso começou a trazer problemas pro metrô. E aí eu fui verificar o seguinte, era uma questão de educação do público interno pra uma nova realidade. [*Tenente-Coronel PM - 29 anos de corporação*]

Olha, começou a mudar bastante em oitenta e oito, após a Constituição. Aí mudou bastante. Primeiro que nós não tínhamos direito a voto. Cabo e soldado não tinha direito a voto, quer dizer, entre nós a gente até brincava, né? O ladrão é cidadão, a gente não é. Não tem direito a voto. Aí, a partir de oitenta e oito, teve o direito a voto. A partir de oitenta e oito, houve as mudanças, ali também, que influenciou o nosso comportamento aqui dentro, na hierarquia... na hierarquia não, no comportamento. Um exemplo: uma simples punição que nós tínhamos na época, desde o cabelo comprido, igual o meu aqui, ele está comprido, não parece, mas está, tá comprido. Se fosse lá, eu ficaria preso dois dias, três, dez, vinte. E esse preso, antes, era uma sala tipo esta, fechada, está ali até hoje, com grade. Você ficava ali dentro e não saía. Dez dias, quinze dias. Seria uma prisão comum, nessa época. Depois da Constituição, isso aí acabou. Hoje você é punido? É punido, mas você fica dentro da unidade. E a gente também foi mudando. Acho que a sociedade em geral muda, né? Está mais esclarecida. E mais, e se esclarecendo mais. Tirou aquele negócio da ditadura, dos militares, tal, pessoas mais esclarecidas, aí vai mudando. A sociedade vai mudando, a gente vai mudando junto. [*Sargento PM - 25 anos de corporação*]

É dentro desse contexto que os policiais trazem à tona algumas questões que remetem à subordinação da Polícia Militar à esfera política estatal, com conseqüências diretas sobre as possibilidades e os caminhos da mudança dentro da corporação.

Na verdade, alguns governos, alguns comandantes aí, eles colocam a polícia militar realmente para trabalhar pra sociedade. Colocam, dão condições de trabalho, dão condições de treinamento, dão materiais. E outros, já não. Fazem muito o lado

político, fazem muito o lado mídia, e esquecem um pouquinho de olhar pro público interno, para que o público interno possa corresponder ao público externo. Quando eu digo público interno, é a polícia militar, público externo é a população. Então, para que possamos dar segurança à população, primeiro nós temos que estar em segurança. Se nós queremos fazer um bom trabalho para a população, nós temos que ter condições desse bom trabalho, pra poder oferecer pra fora. E muitas vezes isso daí, com essa mudança brusca de comando, porque quando você troca o comando, por exemplo, troca o governador, troca tudo. Troca o secretário de segurança pública, e suas assessorias, seus gabinetes, comando geral, e assim pra baixo vai trocando tudo. E troca comando de batalhão, até chegar aqui embaixo, onde chega no nível de companhia, por exemplo, troca também comandante de companhia. Não importa se esse comandante de companhia é um bom ou não comandante, se ele está indo num caminho certo ou não. Ninguém quer saber disso, quer saber é que vai chegar um novo comandante, ele vai pôr o pessoal dele. E isso daí mexe muito com a gente. Porque se a gente está indo bem, em um caminho bom, de repente muda-se tudo, apaga, passa a borracha, começa-se tudo de novo. Quer dizer, se a gente já estava lá na frente, por que que temos que parar, voltar à retaguarda de novo, pra continuar o mesmo caminho novamente? Não poderíamos prosseguir? E muitas vezes, essa liberdade de desenvolver e de trabalhar, pra nós ela é cerceada. [*Cabo PM - 22 anos de corporação*]

Hoje o povo, eu acredito que, na minha opinião, o povo não acredita na polícia militar. Antigamente o povo acreditava mais, hoje o povo não acredita na polícia militar. E isso tem a ver com a política. Porque eu vou trabalhar num determinado canto porque o comandante determina. Mas o comandante não determina da vontade dele, ele determina porque alguém determinou pra ele. Ou seja, termina vindo tudo do governador, do secretário. São as pessoas que ‘ah, tá precisando de polícia lá, então manda polícia para ali’. Enquanto o outro canto ficou sem polícia. Então, aquele povo de lá não gosta da polícia, este aqui gosta, porque nós estamos aqui. Aquele lá não gosta. Só que não é por causa do policial. A polícia é massa de manobra política. É massa de manobra política. [*Sargento PM - 24 anos de corporação*]

A política é meio difícil de você começar a analisar. Primeiro, o presidente era grevista. Em mil novecentos e oitenta, oitenta e pouco. Levou borrachada? Sentiu cheiro de gás? Hoje ele é presidente. Muitos outros que estão com ele, idem. E aí? Então, estamos seguindo conforme a dança. Ou seja, hoje, o governo é esse, que em mil novecentos e oitenta levou borrachada. Se gosta ou não da PM, não sei, só conversando com ele, mas não sei se ele gosta. Mas ele está fazendo o papel dele, e nós, a polícia militar, o estado fez o papel dele. E hoje nós estamos do lado dele. Temos que ser regidos por ele. Se ele está certo ou não, aí já é outros quinhentos. Aí não me cabe. [*Sargento PM - 29 anos de corporação*]

Porque aquilo que eu te falei, a polícia, muitas vezes ela é julgada pelo estereótipo por uma grande parte da população e uma parte menor da população, ela acha que aquilo é correto. Não é um processo democrático. Por exemplo, você junta dez intelectuais. Na época, eles tiveram problemas com a ditadura. Vai surgir aquela piadinha que eu te falei: a menor farda... a menor jaula é a farda. Por que? Porque o

momento dele era um período de repressão, realmente, tal. Eu não vivi esse momento. Eu já peguei, eu cheguei esse momento já tava acabando, setenta e nove, esse momento já tava acabando. Então essa pequena camada, ela coloca aquilo como um estereótipo. É uma camada que tem a comunicação nacional, ela tem o Estado, porque hoje muitos estão no poder. Por exemplo, vamos pegar o, ‘ah, o Gabeira foi preso político’. Eu digo ‘e aí? Hoje o que que ele é?’ Então ele está lá fazendo a lei. Se ele tem o estereótipo que o policial é um lixo? Então, uma pequena parte da população tá vendo uma coisa que não condiz com a realidade. Não são mais os mesmos policiais, não são mais os mesmos comandantes, não é mais a mesma sociedade. E não é mais o mesmo sistema político. Então, eu não posso me basear na idéia dele. Pra nós, é uma regressão. Cada vez que há uma abertura política, a gente fala ‘bom, agora vai melhorar, né?’ Não, ela regride. O pessoal, ao contrário, ele quer deixar aquela imagem. Ele não está preocupado mais pra saber, por que que, você fala assim, ‘por que não equipa bem?’ Porque ninguém quer equipar bem. Mas por que que é essa raiva? É um ódio ideológico. Eu ouvi uma expressão um dia desses, eu não lembro quem a citou, mas é um ‘ódio ideológico’. Ele guardou aquilo dentro dele, aquele sofrimento, porque ‘eu fui torturado’, quer bater então em todo mundo a partir de agora. O soldado que entrar hoje, na corporação hoje, ele já é culpado por tudo o que aconteceu em mil novecentos e cinqüenta e quatro, cinqüenta e sete, cinqüenta e oito, até dois mil e cinco a culpa é dele. O mundo é pra ele? Não. Ele tava aqui? Não, não tava aqui. Então, entendeu? Há uma... a instituição, ela... o indivíduo, ele paga uma coisa que a instituição fez. E ela fez num momento que ela não tem... a polícia, ela não tem autonomia, sempre tem alguém que está mandando. Uma subordinação. Mas não importa isso porque é mais fácil culpar alguém. Então, eles culpam a polícia. Então, na verdade, a gente não teve marco de evolução, e sim de regressão. [*Sargento PM - 25 anos de corporação*]

Os depoimentos acima ilustram diferentes enfoques a partir dos quais os policiais relacionam polícia, governo e sociedade. É possível visualizar um processo que se retroalimenta, estabelecendo uma ligação entre a subordinação da polícia a uma autoridade política, os serviços prestados pela corporação e a imagem da polícia junto à sociedade. A negatividade que vemos associada à esfera política assume um conteúdo que traz à tona uma historicidade e uma contestável representatividade. Nessa lógica, o passado aparece como um elemento significativo para uma avaliação acerca das condições presentes e das possibilidades futuras.

3.2. Mudanças relacionadas à esfera organizacional:

A esfera organizacional remete à maneira específica como a corporação se organiza para desempenhar a função que lhe cabe. Essa esfera abarca, assim, tanto a estrutura quanto os processos organizacionais. Além disso, inclui a dimensão dos recursos materiais e humanos de que a corporação dispõe, abarcando os equipamentos, o instrumental técnico e tático e o treinamento. As mudanças relacionadas à esfera organizacional dizem respeito às representações dos policiais militares acerca de como a corporação era no passado e como ela é no presente. Assumindo o ponto de vista dos policiais, poderíamos identificar essas mudanças como *mudanças que vêm de cima*. São mudanças sobre as quais os policiais, individualmente, sentem ter pouca ou nenhuma ingerência.

É preciso atentar para o fato de que os dados que serão analisados em relação a essa esfera têm como fonte as narrativas dos policiais e pretendem refletir apenas e tão somente os aspectos que essas narrativas trazem à tona. Elas expressam leituras particulares e, em alguma medida, individualizadas de determinados eventos e circunstâncias, revelando a maneira como os policiais avaliam e absorvem os seus impactos. Não podemos confundir essas leituras com uma leitura que expresse a perspectiva institucional sobre esses mesmos eventos e circunstâncias, mesmo que, em vários momentos, tenhamos razões para crer que essas leituras se comunicam.

Respeitando essa delimitação da análise, não me preocupei muito com a precisão temporal ou do conteúdo dos eventos mencionados nas narrativas dos policiais. Eventuais inconsistências quanto a datas ou até mesmo nas próprias informações se devem justamente ao fato de que os dados expostos aqui se encontravam armazenados apenas nos imprecisos arquivos da memória e não nos (supostamente) incontestes livros de história. As possíveis omissões que podem ser encontradas nessas narrativas não remetem necessariamente a fatos

e eventos que não devem ser compartilhados fora do grupo. Elas podem refletir, por um lado, os diferentes alcances das perspectivas individuais dos membros dessa coletividade e, por outro, as minhas próprias limitações para estimular esse exercício de reflexão sobre o passado e o presente da corporação.

Para dar conta da diversidade de elementos que reúno sob a esfera organizacional, estabeleço alguns tópicos que seguem uma lógica temática. Exceto pelos dois primeiros, existe um certo encadeamento na ordem em que os tópicos estão dispostos, mas esse encadeamento se relaciona, sobretudo, às particularidades da leitura que proponho acerca dos elementos tratados.

- Dois grandes programas de policiamento:

Dois marcos importantes de mudanças que dizem respeito às atividades operacionais da corporação são o programa de Radiopatrulhamento Padrão e a Polícia Comunitária. De diferentes maneiras, esses dois marcos caracterizam um caminhar em direção à maior profissionalização do trabalho policial. Eles aparecem nas falas dos policiais como os dois grandes programas de policiamento idealizados e colocados em prática com o objetivo de responder aos anseios e necessidades da sociedade na esfera do policiamento ostensivo. Devidamente afinados com suas épocas, cada um deles representa uma visão diferente e complementar de como a corporação pode realizar da melhor maneira a sua função precípua. Mais recente, a Polícia Comunitária é, nos termos de um policial, “a bola da vez” e, como tal, é mencionada invariavelmente em todas as conversas com os policiais, embora, muitas vezes, como alvo de questionamentos e dúvidas. O Radiopatrulhamento Padrão, por sua vez, parece

ser produto testado, aprovado e absorvido, ocupando uma posição de menor destaque quando o assunto são as mudanças relacionadas às atividades de policiamento.³⁹

O programa de Radiopatrulhamento Padrão surge no fim da década de oitenta, por volta de 1987, ou seja, em pleno processo de transição para um regime democrático. No esteio do debate sobre a urgência de se adequar as instituições policiais à nova realidade do país, o programa privilegia, de certa forma, uma perspectiva segundo a qual pode-se atingir maior eficiência no combate à criminalidade através de um amplo investimento em recursos materiais. Contrariando a intenção dos idealizadores do programa, sob o ponto de vista da maioria dos policiais com quem conversei, o Radiopatrulhamento Padrão não teria introduzido, em termos do que poderíamos chamar de filosofia de policiamento, nenhuma grande novidade em relação ao período anterior, representando, em larga medida, apenas uma potencialização da perspectiva que já norteava a corporação na atividade de policiamento ostensivo. Constituindo uma exceção, o depoimento abaixo deixa entrever pontos que, por vezes, são subestimados por outros policiais, apresentando um relato mais detalhado sobre as mudanças que o programa introduziu.

O Radiopatrulhamento Padrão, não sei se alguém já comentou contigo isso, isso foi criado também em... acho que oitenta e oito, oitenta e sete, oitenta e oito. O que que aconteceu? As viaturas de área, até então... o que me lembra muito essa mudança foi a passagem... muitos policiais, às vezes, eles não enxergaram as entrelinhas, né, acharam que foi só a passagem do fusquinha para o opala. Então, eles têm essa visão do Radiopatrulhamento Padrão, é isso, que mudou do fusquinha pro opala. E não, tem muito mais que isso, né? Eu não sei se você se recorda disso, nessa época, que São Paulo começou a trabalhar, os policiais de policiamento de área começaram a trabalhar com opalas. Só que o que que acontece? No porta-malas, diferentemente do fusquinha antigo, tinha equipamento de primeiros-socorros, tinha equipamento de sinalização, lanternas, munição química, pra uma ação um pouco mais parruda em termos de manifestação, esse tipo de coisa. O que mais? O policial, no painel da viatura, ele possuía uma calibre doze, que ficava acoplada, pra dar um reforço pra ele. HT, equipamento de rádio, ele poderia sair da viatura e ainda comunicar com o COPOM, ou com outras viaturas. E envolvia também o treinamento. Então, ele foi treinado pra ficar só num subsetor que seria, vamos dizer assim, três, quatro

³⁹ O programa de Radiopatrulhamento Padrão não chegou a ser implementado integralmente por limitações de recursos.

quarteirões, ele não sairia dali, atenderia ocorrências só naquela região, pra conhecer melhor os moradores, comerciantes, né, então, ficar mais próximo da população. E tinha também algumas viaturas com, o que chamava na época os Táticos Móveis, hoje são as Forças Táticas, que tinham um efetivo maior, tinham cinco policiais, então eles, caso aquela viatura não conseguisse atender aquela ocorrência, tinha esse apoio pra eles. (...) Mas eu acho que o que alavancou a mudança da PM como um todo foi a criação do Radiopatrulhamento Padrão. Foi em oitenta e sete, oitenta e oito, se não me engano. Acho que foi mais em oitenta e oito. [*Tenente PM - 18 anos de corporação*]

A Polícia Comunitária, por sua vez, é mais facilmente identificada como uma perspectiva diferenciada no que se refere à filosofia de policiamento, privilegiando um enfoque mais preventivo em detrimento de uma postura eminentemente repressiva. Contudo, ela perde nos discursos dos policiais muito do seu caráter de “novidade”. O que representa uma mudança quando se fala que “a polícia comunitária é a bola da vez” remete, na maioria das vezes, apenas a uma nova política de realocação de recursos materiais e humanos, com a criação dos postos ou bases comunitárias, a participação nos Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEGs)⁴⁰ e a oferta de novas disciplinas nos cursos de formação e reciclagem. Neste sentido, a adesão institucional ao policiamento comunitário representa um marco de mudanças dentro da corporação em termos políticos mas, sob a perspectiva da realidade cotidiana do trabalho nas ruas, o policiamento comunitário assume, por vezes, o sentido de um “retorno às origens”. A nova filosofia passa a ser representada, então, de forma um tanto quanto reducionista.

⁴⁰ Os CONSEGs foram criados através do Decreto Estadual n.º 23.455, de 10 de maio de 1985. “A filosofia básica do Conseg está calcada na crença de que quando as pessoas passam a se relacionar com outros cidadãos, seus problemas comuns tendem a ser equacionados e compreendidos de modo mais racional. O Conseg pode ser definido como um grupo de pessoas do mesmo bairro ou do mesmo município que se reúnem para discutir e analisar seus problemas de Segurança, propor soluções, acompanhar sua aplicação, desenvolver campanhas educativas e estreitar laços de entendimento e cooperação entre as várias lideranças locais. Podem participar do Conseg as pessoas indicadas pelas Entidades Comunitárias e Instituições de Serviço de bairro. (...) O Comandante Policial Militar e o Delegado de Polícia Titular do respectivo Distrito, são membros natos do Conseg, sendo obrigatórias suas participações. O Conseg funciona por meio de reuniões ordinárias, em local de fácil acesso público, sempre fora das Delegacias ou Companhias da PM, previamente designados”. (http://www.polmil.sp.gov.br/unidades/dpcdh/html/base_comunitaria.html). Acessado em 28 de abril de 2006.

O policiamento comunitário não é uma coisa nova. A polícia sempre dependeu da proximidade com a comunidade, das informações que a comunidade traz até ela, pra realizar o seu trabalho. E nós estamos retomando isso, mas não é uma coisa nova, na verdade a polícia comunitária é como um retorno às origens do que é realmente o trabalho da polícia. [*Capitão PM - 23 anos de corporação*]

Olha, [a polícia comunitária] é nova filosofia pro governo de hoje, tá? Porque o governo de hoje, ele é novo aí. Mas a filosofia de policiamento comunitário, desde quando eu entrei na polícia já tinha. Caso você nunca tenha visto, eu não me lembro onde tá o meu manual, pra eu te mostrar, mas o meu manual de mil novecentos e oitenta e três, quando eu entrei na polícia militar, já falava, de eu ir lá e encontrar, falar com o dono da padaria, conversar com ele, conhecer os carros da vila que passam, pra saber quem está passando por aqui, conhecer o jardineiro. Isso é policiamento comunitário. Em oitenta e três já falavam disso, aliás, está no livro, no manual do polícia, do policial. (...) Esse negócio de, vamos dizer assim, que talvez a diferença daquela época pra hoje, é que hoje se criou a base comunitária, que seria como se fosse uma, um quartel pequenininho, lá... porque não é uma delegacia aquilo, não é uma delegacia porque não tem a figura do delegado, logo não é uma delegacia. Criou-se aquele quartel pequenininho, onde tem ali três, quatro policiais, que resolvem os problemas da sociedade naquele momento ali. A única diferença de antigamente e hoje, é que hoje tem a base comunitária. Mas policiamento comunitário sempre existiu. Os ensinamentos básicos da polícia é a conversação com os civis de uma forma geral. Conversar com prostituta, conversar com os mendigos, conversar com os moleques que ficam brincando na rua. Conversar com as donas de casa, o padeiro, com o cara que vende revista, o cara do correio. [*Sargento PM - 24 anos de corporação*]

A paternidade e a data de nascimento da Polícia Comunitária transformam-se, então, em alvo de disputa. Ao mesmo tempo em que “já se falava sobre policiamento comunitário dentro da corporação muito antes das pessoas descobrirem o que é isso”, na esfera governamental o assunto pode remontar tanto ao governo Franco Montoro, em meados dos anos 80, fazendo parte do programa de Radiopatrulhamento Padrão, como ao governo Orestes Quécia (1987-1991), que já teria começado a utilizar a expressão Polícia Comunitária, ou ao governo Mario Covas, na segunda metade da década de 90, responsável pelo recente investimento que a transformou na “bola da vez”.

- *A década de 90:*

A década de 90 aparece nas falas dos policiais como uma década-chave para se pensar as mudanças que ocorreram dentro da corporação após a Constituição de 1988. Ao longo dessa década, os efeitos concretos do regime democrático se fazem sentir com muita força no cotidiano das atividades dos policiais militares. O ano de 1992, em que ocorreu o caso do Carandiru,⁴¹ e o ano de 1997, com a Favela Naval,⁴² aparecem como pontos de referência centrais para a introdução de mudanças.⁴³ Ganhando enorme destaque na imprensa, dentro e fora do Brasil, esses eventos produziram efeitos bastante negativos sobre a imagem da corporação e marcaram de maneira muito aguda a necessidade da polícia militar se adequar à nova realidade do país. Uma frase que ouvi incontáveis vezes dentro da corporação, repetida com tal fidelidade de palavras que soava como uma catequese, diz que “a polícia militar era uma antes da Favela Naval e outra depois da Favela Naval”.

Tudo na polícia, ela tem o antes e o depois. E o nosso ponto, marco, chave mesmo, existe a polícia de antes da Favela Naval e a polícia de depois da Favela Naval. [Ah, é?] É. Então, eu acho que tudo na polícia começou a mudar depois da Favela Naval. [O que?] Tudo. Tudo. Tudo o que você puder imaginar. Tudo. Mesmo aqui dentro. Mesmo pra nós, mesmo pras regras de caserna, mesmo pra trabalhar na rua, utilização de uniforme, utilização de armamento, a verbalização com o cidadão, tudo, tudo, tudo. [*Aluno-Sargento - 19 anos de corporação*]

É o seguinte: na PM, tem duas fases. Uma fase, a primeira fase, é antes da Favela Naval, e depois da Favela Naval. Que antes da Favela Naval era aquela, já existia uma certa agressividade por parte da polícia. Depois que teve aquele ocorrido na Favela Naval, aí começou a ter uma mudança na polícia militar. Aí começou aquele negócio dos direitos humanos, né? Então aquilo lá foi um despertar que o governo teve pra dar um breque nessa situação. Então, a polícia militar, depois daquele evento

⁴¹ O “caso do Carandiru” remete à operação de invasão da Casa de Detenção, no complexo do Carandiru, durante uma rebelião, resultando na morte de 111 presos, em 2 de outubro de 1992.

⁴² O “caso Favela Naval” remete a uma operação de bloqueio montada por policiais militares em uma favela, na qual os policiais foram filmados, por várias noites consecutivas, espancando e ameaçando os ocupantes dos veículos que eram abordados. Uma pessoa foi morta pelo disparo efetuado por um policial contra um desses veículos. As cenas, exibidas em reportagem do Jornal Nacional, foram filmadas entre os dias 3 e 7 de março de 1997.

⁴³ Esses eventos parecem representar na esfera organizacional o que a Constituição de 1988 representa na esfera institucional.

da Favela Naval, aquela ocorrência, a polícia militar tá tomando um pouquinho mais de cuidado no lidar com o público. Antigamente o pessoal chegava já agredindo, pra depois perguntar o que estava acontecendo. Não é verdade? Hoje em dia, não, hoje em dia o pessoal está mais comportado, nesse sentido, né? Estão mais cautelosos. [Sargento PM - 22 anos de corporação]

Como ilustrado em um dos depoimentos acima, a idéia de que “tudo, tudo, tudo” mudou dentro da polícia militar de São Paulo depois do caso Favela Naval coloca o pesquisador diante de um problema, pois aquilo que é tudo é, ao mesmo tempo, nada. A firmeza com que os policiais faziam essa afirmação arrefecia um pouco no momento em que eu pedia para que eles elaborassem melhor o que havia mudado concretamente. Recolhendo um exemplo aqui, outro exemplo ali, percebi que, por trás de uma afirmação que me parecia um tanto quanto doutrinária, eles eram capazes de me persuadir discursivamente da idéia de que muitas coisas mudaram dentro da corporação. A dificuldade em elaborar mais detalhadamente quais haviam sido essas mudanças se devia, em grande medida, ao fato de que nenhuma delas constitui uma mudança que possa ser interpretada como estrutural.

As mudanças apontadas pelos policiais são mudanças que se fazem sentir, primordialmente, nos processos que animam as estruturas da corporação. É importante destacar essa distinção entre estrutura e processo, pois, principalmente por estarmos tratando de uma organização exaustivamente regrada, como o são as instituições militares, devemos atentar para a imperfeita aproximação entre a dimensão normativa e a dimensão vivencial. Assim, paralelamente a uma estrutura de comando e obediência, existem processos de comando e obediência; paralelamente a estruturas gerenciais e executivas, existem processos gerenciais e executivos; paralelamente à regulamentação das condutas, existem os processos de regulação das condutas. O sentido das mudanças apontadas pelos policiais não implica uma reforma da estrutura organizacional e sim uma re-leitura dos processos organizacionais. As falas dos policiais remetem ao aspecto formal desses processos e, neste sentido,

tangenciam a estrutura, porém, elas se concentram, sobretudo, nos efeitos sentidos nas vivências cotidianas.

- Formação e treinamento:

De acordo com os policiais, um campo que sofreu diversas mudanças nos últimos tempos é o da formação e treinamento, no qual destacam-se os aspectos relacionados à instrução formal que os policiais militares recebem ao ingressar na corporação ou ao longo da progressão na carreira. Colocando em perspectiva a situação atual em relação à época em que meus interlocutores entraram na polícia militar, os aspectos mais comumente mencionados dizem respeito ao maior tempo que os policiais permanecem nas escolas e, nestas, dentro da sala de aula, o conteúdo curricular diferenciado e o aprimoramento do treinamento de procedimentos operacionais.

A PMESP possui, basicamente, seis níveis de formação escolar, três para praças e três para oficiais. Para as praças, o primeiro nível corresponde ao Curso de Formação de Soldados, que oferece a instrução básica para aqueles que ingressam na corporação como praças. O segundo e terceiro níveis correspondem ao Curso de Formação de Sargentos, que, em um primeiro momento, habilita cabos a serem promovidos a 3º e 2º sargentos e, em uma segunda etapa, os habilita para a promoção a 1º sargento e subtenente. Para os oficiais, o primeiro nível é o Curso de Formação de Oficiais, que oferece a formação básica àqueles que ingressam como oficiais; o segundo nível é o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, que habilita capitães a ascenderem ao posto de major; e o terceiro é o Curso Superior de Polícia, que habilita majores a ascenderem aos postos de tenente-coronel e coronel.

Quando colocam em perspectiva a formação que receberam no momento em que entraram na corporação, um dos primeiros elementos que oficiais e praças destacam é a

redução do número de matérias voltadas mais diretamente para o militarismo. Fazendo uma estimativa “por alto”, um oficial me disse que essas matérias passaram de 40% para 4% do total de matérias no Curso de Formação de Oficiais.⁴⁴ Neste sentido, quando falam em “matérias voltadas para o militarismo” os policiais parecem se referir a dois aspectos. Em primeiro lugar, ao conteúdo das disciplinas. Os policiais que entraram antes ou no começo do processo de redemocratização mencionam a grande carga horária dedicada a disciplinas relacionadas à doutrina de segurança nacional. Assim, eles relembram, por exemplo, das aulas de guerrilha e contra-guerrilha (como o guerrilheiro atua, como ele arregimenta pessoas nos centros urbanos) ou os treinamentos nos quais aprendiam a cavar trincheiras. O segundo aspecto que se refere ao “militarismo” diz respeito ao condicionamento físico, ou seja, às matérias dadas “fora de sala de aula”. Em relação a esse aspecto, os depoimentos das praças, quando relembram seu tempo de Escola de Soldados, assumem um caráter, de certa forma, mais dramático e mais profundo, como ilustrado no depoimento abaixo.

Essa evolução pra melhor que eu digo é na própria formação. Ela é muito mais específica hoje. A formação de hoje é muito melhor que a do meu tempo. Eu, no meu tempo de soldado, de Escola de Soldado aliás, o que eu fiz muito lá foi carpir, cavar buraco, quebrar parede e carregar bloco. Foi o que eu mais fiz na minha escola. Sala de aula mesmo foi muito pouco que nós tivemos de sala de aula. Tecnicamente, hoje em dia, você vai para um curso de formação de soldado hoje, você é quase que cem por cento em sala de aula. Isso é primordial. Então a base da formação de um soldado hoje é coisa excepcional, coisa que você não vê em qualquer lugar. A de sargento, nós temos acho que cinquenta apostilas aqui, é muita coisa, muita matéria. Estamos aqui há seis meses, são trinta e sete matérias, e prova em cima de prova, e é puxado. Entendeu? Ainda falta pra melhorar? Obviamente. Tudo tem que ser melhorado, aqui não é diferente. Só que o nível é muito bom. A base que o sargento vai ter, ele sai daqui sabendo fazer um pouco de cada coisa. (...) A gente reclama, mas isso aqui só é bom hoje porque o aluno reclama, você entendeu? Porque se ele não reclamasse, estaria sendo daquele jeito ainda, como foi em oitenta e quatro, que começou a escola de Pirituba,⁴⁵ os alunos sentavam em caixas de laranja. Então você há de convir comigo que melhorou muito isso aqui. Então, em oitenta e quatro, eles nem tiveram aulas. Ficaram lá trabalhando, construindo a escola, deu o tempo, se formaram. Então, a aula que o cara tinha era raro, era alguém que ia lá e falava alguma coisa. O tipo de avaliação, nem sei te dizer como é que era feito, mas eu ouço os antigos contando que

⁴⁴ É interessante mencionar que na APMBB eu tive acesso aos currículos do Curso de Formação de Oficiais desde 1965. Porém, na Escola de Soldados, fui informada de que eles não tinham esse material arquivado.

⁴⁵ O policial se refere à Escola de Soldados, localizada no bairro de Pirituba.

era assim em Pirituba em oitenta e quatro. Foi a primeira turma. Então, em oitenta e sete já estava bom: a gente tinha carteira, né? A gente tinha armário. Eles não tinham. Então, hoje em dia, obviamente, você vai em Pirituba, eu nunca mais voltei lá depois que me formei, mas eu ouço todos os que se formam vindo de lá, e eles contam como é que é, e sei que melhorou muito, didaticamente. [*Aluno-Sargento - 19 anos de corporação*]

Considerando as falas das praças indicando a valorização de uma formação mais intelectualizada em detrimento de uma formação que privilegiava mais o aspecto físico, poderia dizer que presenciei na Escola de Sargentos um momento que interpreto, exagerando um pouco a situação, como um momento histórico. No dia em que cheguei à escola, fui conduzida por uma policial para conhecer as instalações da unidade. Ao passarmos por um terreno em meio às quadras desportivas, notei que havia um grupo de pessoas retirando uma série de traves e obstáculos fincados no chão que, como fui informada, eram utilizados para a prática daqueles exercícios que sempre associamos ao treinamento militar, nos quais as pessoas devem subir e descer de cordas, rastejar, saltar etc. No vocabulário nativo esses exercícios constituem o que eles chamam de “ralo”. Minha acompanhante me contou que era uma tradição na unidade a realização de um “ralo” como uma espécie de batismo a que os alunos eram submetidos quando iniciavam o curso. Contudo, aquelas estruturas estavam sendo removidas, pois essa prática havia sido proibida pelo comando da unidade depois que um aluno da última turma machucou a perna durante os exercícios. Certamente essa não é o tipo de tradição que se bane por decreto, mas, mesmo assim, creio que, pelo menos até a vinda de um novo comandante, posso dizer que presenciei um passo importante em direção ao desaparecimento do “ralo”.

Muitos trabalhos sobre a polícia militar mencionam o duvidoso valor atribuído pelos policiais à instrução formal que eles recebem dentro das escolas de formação.⁴⁶ A idéia de que, ao chegar nas ruas, o primeiro ensinamento que os recrutas recebem dos mais antigos diz

⁴⁶ Muniz, 1999 e Caruso, 2004.

que eles devem esquecer o que aprenderam na escola porque a realidade do policiamento é uma outra história é reconhecida e combatida dentro da corporação por aqueles incumbidos de realizar a instrução formal dos novos policiais. Sem ignorar o eco que essa idéia possui entre os policiais, muitas vezes me foi apontado como um aspecto positivo o fato de os recrutas receberem, hoje em dia, um treinamento mais longo⁴⁷ e com um leque mais amplo de disciplinas, o que abriria, de certa forma, um espaço maior para a troca de conhecimentos entre os policiais mais novos e os mais antigos.

Sempre os recrutas vão ter uma imagem dos antigos, que é antigo, sabe tudo. E muitas vezes, hoje em dia, a gente acaba aprendendo pelos recrutas, muitas coisas. Porque o que eles tiveram nós não tivemos. O que nós tivemos eles não tiveram. Então, hoje, tá mais na qualidade, o que está acontecendo hoje, então tem coisa que a gente acaba aprendendo com os recrutas. [*Soldado PM - 11 anos de corporação*]

A valorização da instrução formal é tematizada também quando, no sentido inverso, os policiais reclamam sobre a necessidade de um aprimoramento ainda maior na formação das praças. Remeto ao depoimento de um cabo, que se queixava muito da diferença nos investimentos feitos na formação de oficiais e praças. Ele reclamava da pouca instrução que as praças recebiam em comparação com os oficiais. Segundo ele, isso era de propósito, pois os superiores queriam que os subordinados fossem ignorantes porque assim era mais fácil dar ordens. Como ele poderia, por exemplo, tentar se defender de uma punição disciplinar se quem havia formulado a acusação conhecia muito sobre direito e ele conhecia tão pouco. Essa falta de conhecimentos jurídicos era ruim, inclusive, para o trabalho de policiamento, pois eles são encarregados de fazer com que as leis sejam cumpridas, mas não conhecem as leis. E, “nas ruas, a pior coisa é topar com estudantes de direito, esses são os piores”, que sempre “crescem” para cima deles, e “já chegam citando o artigo tal, a lei tal”, e eles não têm conhecimentos nem para tentar argumentar com essas pessoas.

⁴⁷ Atualmente, o Curso de Formação de Soldados dura nove meses, mais um estágio de três meses, perfazendo o total de um ano de treinamento. Antigamente o curso era de seis meses e, depois disso, o soldado já ia para a rua.

Explicando a queixa desse policial, os aspectos mais destacados pelos oficiais, no que diz respeito ao Curso de Formação de Oficiais, referem-se às modificações curriculares e apontam para um gradual direcionamento da formação para o campo jurídico. Esse direcionamento chega ao ponto de, concluído o curso de quatro anos oferecido pela Academia de Polícia Militar do Barro Branco, os oficiais poderem ingressar em faculdades de Direito com a possibilidade de concluir o curso em apenas dois anos, beneficiando-se da equivalência de um número muito grande de disciplinas. O aprimoramento da formação dos oficiais na APMBB também era freqüentemente atestado pelos policiais com a informação de que atualmente o ingresso na Academia se dá através do vestibular realizado pela USP, uma reconhecida e prestigiada instituição de ensino superior, encontrando-se sempre entre os cursos mais concorridos.

Por fim, uma outra mudança relacionada aos cursos de formação, tanto de oficiais quanto de praças, diz respeito à introdução de novas disciplinas, como Direitos Humanos, Policiamento Comunitário e Técnicas Não-Letais. A criação dessas disciplinas teria o intuito de formar policiais mais afinados com o enfoque institucional que a polícia militar vem adotando. Porém, muitas vezes, as novas disciplinas acabam surgindo a partir da constatação *post facto* de problemas que assumem um caráter de urgência quando ganham destaque junto à opinião pública. Assim, por exemplo, um policial que trabalhava no Centro de Aperfeiçoamento de Estudos Superiores me relatou que, depois de um caso muito explorado pela imprensa, de um jovem negro, estudante de odontologia, que foi morto por policiais ao ser confundido com um ladrão,⁴⁸ eles criaram uma disciplina que tratava especificamente da questão de minorias. Além disso, eles haviam realizado, no semestre anterior, uma série de palestras com representantes de vários grupos e movimentos, como negros, mulheres, católicos, evangélicos, umbandistas, coreanos, árabes, o pessoal do hip-hop, enfim, de todas

⁴⁸ Esse caso aconteceu em fevereiro de 2004.

as minorias que constroem o cenário de uma grande cidade como São Paulo (e que aceitaram participar dessa iniciativa, pois os homossexuais, por exemplo, foram convidados mas não enviaram um representante).

Recentemente fiquei sabendo através de uma notícia no jornal que a PMESP estava elaborando um novo curso para tratar da questão de minorias. Segundo a reportagem, “com o auxílio de um transexual e de um bissexual, a Polícia Militar planeja para fevereiro um curso inédito, de dois dias, destinado a cem policiais militares da zona leste da cidade, para capacitar os integrantes da corporação a lidar com gays, lésbicas e travestis” (Folha de São Paulo; 30/12/2005). Mais uma vez, essa iniciativa parece surgir após um acontecimento que produziu uma forte reação da opinião pública, e que pude acompanhar mais de perto ainda durante a pesquisa de campo. Trata-se da intervenção realizada por uma policial militar, que conduziu à delegacia duas estudantes que namoravam em meio a uma roda de amigos, dentro do campus de uma universidade na zona leste de São Paulo. A intervenção motivada pelo comportamento interpretado como obsceno pela policial produziu a imediata mobilização da comunidade acadêmica, promovendo na imprensa, durante vários dias, um amplo debate sobre a atitude supostamente preconceituosa da policial e o posicionamento da polícia militar diante de homossexuais e outras minorias.⁴⁹

- *A atividade operacional:*

Um segundo campo de mudanças apontado pelos policiais remete à dimensão operacional das atividades de policiamento. O que chamo aqui de dimensão operacional

⁴⁹ É importante destacar que a associação entre determinados eventos e a criação de novos cursos nem sempre pode ser feita publicamente. A relação entre o episódio envolvendo as estudantes e a criação do curso foi claramente estabelecida na reportagem mencionada. Porém, quando indagado, o comandante do 2º BPM/M, responsável pela articulação do curso, resistiu a fazer a associação, com a seguinte afirmação: “Se eu vincular a esse episódio da USP vou ter dificuldade, porque é uma espécie de reconhecimento de que a policial agiu errado.” O cuidado do comandante é compreensível, pois a investigação interna realizada pela corporação concluiu que a policial procedeu corretamente.

abarca basicamente um conjunto de questões relacionadas às técnicas e táticas empregadas no policiamento ostensivo, como os procedimentos operacionais e a tecnologia colocada a serviço da corporação (rádios, armamentos e viaturas). No meu entender, são essas questões que, em última instância, constituem as práticas e os saberes formais sobre os quais os policiais, como membros de uma categoria profissional, reivindicam um monopólio. O depoimento abaixo ilustra muito bem esse ponto.

Se nós somos profissionais de segurança pública, nós sabemos que os nossos procedimentos, eles estão dentro dessa faixa aqui de atuação. De atuação operacional. Não pode abrir demais. Senão, qualquer pessoa que reage a um assalto e é bem sucedido, a gente pode enquadrar aquilo como uma atividade efetivamente policial, e não é. Qualquer leigo vai querer falar de polícia, qualquer leigo vai querer arrumar estratégias pra polícia atuar, e não pode. Aí, nós já voltamos àquela questão de você conhecer efetivamente os mecanismos que você dispõe pra poder resolver uma crise. Não é mesmo? Isso caracteriza o profissional. O profissional, ele tem essas alternativas, que estão diretamente vinculadas aos mecanismos que ele dispõe pra poder resolver, e que, na maioria das vezes, a pessoa que, muitas que, de maneira leiga e de maneira desesperada até, vamos dizer assim, resolve reagir a um assalto, ou coisa do gênero, não dispõe. Não é mesmo? Então, por exemplo, a pessoa te, você parou com seu carro no semáforo, a pessoa vem e ‘pá’, coloca a arma na sua cabeça e fala ‘abre a porta, vamo entrar, você vai pra tal lugar’. Aí você: ‘é um cara só, mas já tá com a arma na minha cabeça, qual a alternativa que eu tenho? Uma, arrancar com o carro. Vai ser meio complicado porque ele pode puxar o gatilho, que é uma atividade, é um movimento muito mais simples. Segundo, dar uma chave aqui no pulso dele, tentar quebrar, e sair na luta corporal com ele’. Quer dizer, é uma, é uma atitude policial, essa? Não é. [*Capitão PM - 25 anos de corporação*]

Quando elaborei meu projeto de pesquisa, imaginei que essa seria uma dimensão bastante relevante para minha investigação, pois a atividade operacional reúne um conjunto de aspectos que, de antemão, poderíamos supor que sofreram mudanças ao longo do tempo, se não por qualquer outro motivo, pelo menos pela relação que guardam com o desenvolvimento científico e tecnológico. Contudo, a dificuldade em me familiarizar até mesmo com a linguagem operacional acabou me desviando um pouco dessa expectativa inicial. Aos poucos, fui aprendendo alguns termos, podendo formular minhas perguntas de uma maneira mais clara, mas foram poucas as vezes em que consegui explicações mais

detalhadas sobre as técnicas e táticas policiais. Na realidade, esse é um dos assuntos sobre os quais os policiais se mostram bastante reticentes diante de um observador externo, afinal de contas, essa é a esfera da especialização e dos segredos profissionais, que envolve conhecimentos a que aqueles que não são policiais não têm acesso e pelos quais, supostamente, não se interessam, a não ser, é claro, que estejam mal intencionados.

Assim, não consegui me aprofundar tanto quanto desejava na dimensão operacional das atividades de policiamento, pois nunca encontrei alguém realmente disposto a debater o assunto comigo. Foi preciso recolher uma informação aqui, outra ali e, mesmo assim, permanecia tudo bastante vago. Na verdade, compreendo que, diante da minha falta de familiaridade com o assunto, os policiais não vissem muito sentido em se alongar em explicações sobre novos equipamentos ou novas técnicas. Tive que me contentar, então, com pequenas descobertas como, por exemplo, a de que a corporação recentemente conseguiu substituir o revólver calibre 38 de todo o efetivo pela pistola .40 e que isso era uma necessidade que eles sentiam há muito tempo, pois o 38 é uma arma pouco potente, permitindo que uma pessoa alvejada por um tiro no coração possa caminhar por até dez segundos, dependendo das suas condições físicas ou se estiver sob efeito de algumas drogas, enquanto com a .40 é possível imobilizar alguém com um único disparo. Ou, então, que apenas no ano de 2005 a corporação começou a fornecer para as policiais femininas o colete a prova de balas próprio para a anatomia feminina, respondendo a uma necessidade há muito sentida pelas policiais, uma vez que o colete que até então utilizavam, comum para homens e mulheres, pode perder um pouco da sua capacidade de proteção se não estiver devidamente colado ao corpo, além, é claro, de proporcionar um grande desconforto devido à pressão que o equipamento, de aproximadamente 2 kg, exerce sobre as mamas.

A obrigatoriedade do uso do colete balístico era uma das questões que apareciam com mais frequência quando os policiais comparavam os recursos materiais de que dispunham

para a atividade de policiamento no passado e no presente. De artigo de luxo, o colete transformou-se em equipamento indispensável para a prática do policiamento ostensivo. No entanto, é interessante notar que, embora os policiais mencionem essa obrigatoriedade como um passo importante para o aprimoramento das condições de trabalho e, portanto, para a valorização da profissão e dos profissionais, e se queixem dos recursos ainda limitados de que a corporação dispõe para fornecer esse tipo de equipamento para todo o efetivo, alguns policiais mais antigos parecem desdenhar, de uma forma bastante sutil, de toda a preocupação com equipamentos de segurança pessoal, lembrando que trabalharam durante muito tempo sem isso, e faziam o que tinham que fazer do mesmo jeito.

Nós sempre somos esquecidos, a polícia militar. A maioria dos funcionários públicos é esquecida. Não dá lucro, não dá nada. Dá apoio? Dá apoio nada. Vem querer dar um colete? Eu tô há vinte e cinco anos, vinte e cinco anos. Colete, eu recebi acho que faz uns dez anos. E aí, basta? Não. Dá um armamento bom. E aí, basta? (...) Olha, o mais importante pra nós... tem tudo, né, é uma consequência. Equipamento bom você tem que ter, é lógico. Mas, financeiramente... Cai, infelizmente, cai no financeiro. Não tem jeito, cai no financeiro. Se você ganha bem, mesmo você tendo poucos meios, você vai procurar desenvolver. Antigamente desenvolvia o serviço sem colete, sem nada. E a criminalidade sempre teve bons armamentos, sempre teve, foi evoluindo. Hoje em dia eles fazem lá uma .40, tudo bem, arma semi-automática, taí então a .40. Te dão um colete, sim. Mas como que você vai trabalhar bem, desempenhar bem, se você não trata bem a sua família? Não tem como, não tem jeito. Como você vai tratar bem?⁵⁰ [*Sargento PM - 25 anos de corporação*]

Embora eu nunca tenha conseguido me aprofundar muito em questões mais diretamente relacionadas às técnicas e táticas empregadas na atividade operacional, uma idéia que sempre esteve muito presente nas falas dos policiais diz respeito ao movimento de formalização dos procedimentos operacionais.

⁵⁰ A idéia de que antigamente os policiais desenvolviam o serviço mesmo sem colete apareceu diversas vezes durante a pesquisa de campo, em meio a argumentações nas quais esse dado não constituía o tema principal, como nesse depoimento. Porém, uma relação que só me ocorreu posteriormente diz respeito ao peso que o investimento em equipamentos adquire diante das demandas salariais. Na realidade, me parece que essa demanda possui um significado tão central que, quando tematizada, acaba realmente reduzindo o valor de qualquer das mudanças mencionadas pelos policiais, seja na formação, no preparo técnico ou nos equipamentos, por mais que eles reconheçam os benefícios que elas introduzem.

Antes, a polícia agia muito por empirismo. (...) Era muito por empirismo, não havia muito... uma técnica para resolver. Descia, tinha uma ocorrência pra resolver, qualquer um descia de qualquer jeito, já fazendo... e muita coisa errada acontecia. Hoje em dia muita técnica é usada. Técnicas e táticas. É preciso seguir o que está no livro, né? O livro é escrito por pessoas que conhecem técnicas inclusive do estrangeiro, né? E técnicas nossas mesmo, da polícia militar, que nós desenvolvemos, pra poder resolver muitos tipos de ocorrências por aí. Ocorrências de todos os tipos. Hoje, praticamente, todo tipo de ocorrência, tem técnica pra ser usada, pra se desenrolar, pra resolver melhor. (...) O próprio treinamento nosso, que antigamente era um treinamento mais forçado, hoje ele é mais voltado para a técnica. Para a tentativa do acerto. Não é na tentativa do, não é na... como é que eu vou dizer... não é por, não é pela persistência que vai resolver um problema. Ele é resolvido porque você conhece o assunto. E você conhecendo o assunto, logo você vai tocar no ponto certo pra resolver. É como olhar pro teclado de um computador, né? Você não vai, pra digitar a letra A, ficar teclando todas as letras até acertar o A. Você sabe onde está o A. Então, hoje, conhece-se o A, onde o A está, então vai e digita o A, não fica experimentando outras teclas. [*Sargento PM - 24 anos de corporação*]

A idéia de que para todo tipo de ocorrência existe uma técnica que está colocada “no livro” remete à existência de uma espécie de manual que descreve o procedimento que os policiais devem adotar em cada uma das ações que executam, e que é designado pela sigla POP, que significa Procedimento Operacional Padrão.⁵¹ Para cada tipo de procedimento existe um POP específico. Como fui informada, os POPs são uma inovação recente, que começou a ser implementada no ano de 2001 por determinação do comando da corporação. Embora os procedimentos operacionais já seguissem um padrão antes disso, a iniciativa de materializar esse conjunto de princípios “no papel” seria um importante passo para alcançar a efetiva padronização das ações de policiamento, auxiliando os policiais na realização de suas atividades e, ao mesmo tempo, oferecendo uma referência a partir da qual suas ações poderiam ser avaliadas.

Mas a padronização, pra mim, é fundamental. (...) Na realidade, essa padronização, ela dá um norte. Tem que caminhar por aqui. Caminhe por aqui, e você, nesse caminho aqui, você vai ter algumas outras circunstâncias, que dependendo da forma como elas se apresentarem, você tem alguns mecanismos pra poder cumprir. Dentro desses mecanismos, eu posso escolher um, outro lá pode escolher outro, mas eu estou abrangendo os mecanismos. Então, a padronização seria isso. Nessas circunstâncias,

⁵¹ Fui informada de que estão sendo instituídos também os PAPs – Procedimentos Administrativos Padrão.

você teria essa, essa, essa, essa e essa alternativas. Um pode escolher uma, outro pode escolher outra. Vai depender das circunstâncias. Afinal de contas, o policial, ele tem dois, três, cinco segundos pra decidir, quando tem cinco é até muito, pra decidir uma situação que lá na frente, posteriormente, juízes e promotores vão ter quatro, cinco, oito, um ano pra decidir. Esse é um problemão. (...) Eu vejo assim, o Procedimento Operacional Padrão é a referência que ele tem que seguir para a atuação profissional, para a atuação operacional. Ele chegou no local, identificou a crise, ele já sabe que para aquele tipo de crise ele tem algumas alternativas já previamente estabelecidas. Ele vai escolher aquela que, na avaliação dele, seja a melhor estratégia pra poder atuar ali. Mas tem que estar dentro dos Procedimentos Operacionais Padrão. [*Capitão PM - 25 anos de corporação*]

Apesar de os policiais, por vezes, afirmarem que o estabelecimento desses parâmetros tenha tornado mais fácil a tarefa de “ser policial”, os POPs enfrentam algumas resistências. A própria idéia de padronização dos procedimentos operacionais se contrapõe a uma concepção amplamente difundida dentro da corporação, relacionada à atividade de policiamento: a de que “cada ocorrência é uma ocorrência”. Considerando esse aspecto, não seria possível antecipar todas as variáveis que o policial tem que ponderar quando toma uma decisão diante de determinada situação sobre a qual ele tem que intervir. A padronização dos procedimentos operacionais enfrenta, então, o grande desafio de estabelecer parâmetros sem, com isso, interferir sobre a faculdade discricionária de que o policial precisa estar investido. Talvez por esse motivo, os POPs não possuem o poder vinculador das normas, no sentido de “fez isso, então está certo” ou “não fez, está errado”. Os procedimentos padronizados são concebidos como um guia que pretende oferecer uma gama de opções dentre as quais o policial decide por aplicar a que melhor se enquadre diante da circunstância enfrentada.

Essa ressalva se refere, contudo, apenas à concepção geral implícita na idéia de padronização. O efetivo emprego dos padrões enfrenta, ainda, uma série de outros questionamentos. Como São Tomé, os policiais são muito afeitos ao “ver para crer”. Durante as aulas de Procedimentos Operacionais que acompanhei na Escola de Sargentos isso ficava muito claro. Um dos exercícios que acompanhei era o de abordagem a veículos. Em uma das áreas de treinamento da escola, a turma se reunia com o instrutor para simular as abordagens.

Com um veículo estacionado na área de treinamento, os alunos, divididos em duplas, deveriam realizar a abordagem, desde o posicionamento da viatura até os encaminhamentos finais que resultassem das diversas situações “armadas” pelo instrutor. Um ou mais alunos desempenhavam o papel dos abordados. Quando a dupla que realizaria o exercício se retirava com a viatura, o instrutor explicava para a turma qual era a situação que os alunos deveriam “detectar”: uma arma escondida no carro, uma arma que um dos abordados tentaria jogar para fora do carro, um casal levando o filho às pressas para o hospital, uma pessoa sem os documentos pessoais ou do veículo, ou simplesmente situação nenhuma, ou seja, tudo absolutamente regular. O objetivo do exercício era treinar, através das simulações, os procedimentos a serem aplicados em cada um desses casos.

Havia, então, uma ordem pré-estabelecida com que cada ação deveria ser realizada e todos os detalhes eram observados pelo instrutor: a distância e a inclinação que a viatura deveria manter em relação ao veículo abordado, o posicionamento de cada um dos policiais ao saírem da viatura, a correta empunhadura das armas e assim sucessivamente, incluindo a revista pessoal dos abordados, a revista do veículo, o contato com o COPOM para averiguar a documentação, até a liberação dos abordados ou encaminhamento para o Distrito Policial, conforme o caso. Todas essas ações obedeciam um padrão que deveria ser seguido e cuja finalidade era garantir a segurança da operação, tanto para os policiais quanto para os abordados.

Porém, nas rodinhas de alunos que observavam o exercício eram freqüentes os questionamentos sobre a viabilidade e a real eficácia de alguns procedimentos. A diretriz que indicava a distância e o ângulo de inclinação que a viatura deveria manter em relação ao veículo abordado era uma das que sempre produzia comentários. Os alunos diziam que naquele espaço amplo era muito fácil seguir o padrão, mas nas ruas estreitas e movimentadas da cidade seria quase impossível. O posicionamento dos policiais ao sair da viatura também

gerava dúvidas. O policial estaria mesmo protegido contra disparos posicionando-se atrás da porta da viatura? Considerando que tratava-se de um curso de formação de sargentos, quase todos aqueles alunos possuíam bastante experiência no policiamento. Por esse motivo, os questionamentos estavam supostamente embasados em vários anos de prática, o que tornava muito mais difícil a aceitação de diretrizes que, como alguns diziam, “sabe-se lá quem escreveu”.⁵² Até mesmo os alunos que defendiam o procedimento diante dos colegas, faziam isso garantindo que já o haviam testado em uma situação real.

Outra questão relacionada à padronização dos procedimentos operacionais remete à dimensão comunicativa associada ao trabalho policial. Os ambientes militarizados são representados, invariavelmente, como ambientes onde a fala é contida.⁵³ Esse, porém, parece ser um dos aspectos que precisam ser reformulados quando o militarismo é associado às atividades de polícia, pois a fala desempenha um importante papel no policiamento. Essa importância é bastante evidente quando pensamos no policiamento comunitário. A necessidade de manter um contato próximo com a comunidade implica a valorização de habilidades relacionadas à interação social e, portanto, exige um policial comunicativo. Contudo, não é apenas no policiamento comunitário que a fala é importante, pois quase todas as modalidades de policiamento ostensivo requerem que, em algum momento, os policiais se comuniquem com o público. Mesmo em ações eminentemente repressivas, o policial é obrigado a estabelecer algum tipo de diálogo com a pessoa ou as pessoas sobre quem ele está exercendo aquela ação. Esse diálogo se caracteriza, então, pela verbalização de comandos.

⁵² Contraindo-se a esse “sabe-se lá quem escreveu”, muitas vezes me foi dito que os POPs são elaborados por policiais com bastante experiência nas diversas áreas e que qualquer policial, oficial ou praça, pode sugerir alterações ou até mesmo criar um novo POP.

⁵³ “Na experimentação da vida aquartelada, parece haver pouco espaço para a adoção da palavra como um recurso estratégico de mediação ou como um artefato de livre circulação: a palavra é, via de regra, distribuída e sopesada de uma forma hierarquizada. (...) De certa maneira, a palavra costuma ser acionada como uma instância reativa, isto é, como um expediente de emissão tão-somente de respostas, seja na interação com os oficiais superiores, seja no contato com o cidadão” (Muniz; 1999: 90).

Um policial que trabalhava na Diretoria de Ensino de uma das unidades escolares me disse que a prática da verbalização era um dos aspectos sobre os quais a corporação vinha insistindo bastante durante a formação dos policiais. Para exemplificar a importância desse aspecto, ele me contou que um dia, pouco tempo depois de sair da Escola de Soldados, estava voltando para casa depois do serviço e deparou com um homem roubando o toca-fitas de um carro na rua. Ele sacou a arma e mandou o homem ficar parado. O homem largou o toca-fitas e levantou as mãos, sem esboçar nenhum tipo de reação, completamente rendido. Ele relata que, durante alguns segundos, ficou simplesmente parado olhando para o homem, pois não sabia como prosseguir, não sabia o que falar. “Coisa de recruta? Coisa de recruta, é verdade”. Mas essa era uma prática que a corporação não poderia deixar que se desenvolvesse apenas com a experiência nas ruas e, portanto, era preciso atentar para esse aspecto desde a formação nas escolas.

Voltando às simulações de abordagem a veículos que acompanhei na Escola de Sargentos, é preciso notar que parte do procedimento inclui os cuidados que os policiais têm que tomar para se proteger, e outra parte inclui a verbalização de comandos para que o abordado faça o que eles estão mandando. Esses comandos também obedecem um padrão: “cidadão, mantenha as mãos onde eu possa vê-las”, “agora, tire lentamente a chave da ignição e a coloque sobre o teto”, “agora, coloque as duas mãos para fora do carro”, “agora, abra a porta pelo lado de fora”, e assim vai. Com o abordado fora do veículo, eles procedem à revista pessoal. Após se certificarem de que a pessoa não está armada, um dos policiais segue com o processo de identificação do abordado, enquanto o outro inicia a revista ao veículo. Todo esse procedimento é padronizado.

Contudo, é claro que há uma margem para variações no comportamento dos policiais. Alguns alunos ficavam o tempo todo fazendo perguntas para o abordado: “de onde o senhor está vindo?”, “o senhor é o proprietário desse veículo?”, “para onde o senhor está indo?”

Outros permaneciam a maior parte do tempo em silêncio, falando apenas o indispensável. Os alunos que se faziam passar por abordados também não facilitavam: “qual é o motivo dessa abordagem?”, “o que os senhores estão procurando?”, “eu tenho um compromisso agora, isso vai demorar muito?” Depois de terminado o exercício, enquanto a próxima dupla se preparava, os alunos trocavam impressões sobre como havia sido a abordagem. Frequentemente eles discordavam sobre o *quanto* eles deveriam falar durante a operação. Os mais falantes diziam que falar muito era uma “técnica” para testar as reações do abordado. Outros criticavam essa postura, dizendo que aquele comportamento tumultuava o procedimento, tirando a concentração do policial, e que não havia necessidade de “ficar de papo” ou “dar trela” para o abordado.

Os policiais militares estão sujeitos a um regulamento disciplinar extremamente minucioso no que se refere à regulamentação da sua conduta moral, ética e profissional. O Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado de São Paulo (RDPM) prevê 132 transgressões passíveis de punição, além de deixar em aberto uma enorme margem para o enquadramento de práticas não descritas no regulamento. Porém, esse regulamento estabelece apenas os parâmetros gerais sobre “o que não pode ser feito”. Considerando que a atividade de policiamento requer um amplo uso da discricionariedade, parece imprescindível a existência de um instrumento como o POP, no qual os policiais podem embasar todas as pequenas e grandes decisões que têm que tomar no cotidiano de suas atividades. Mais do que uma garantia de bom atendimento à população, esse instrumento constitui uma proteção para os próprios policiais, que têm a dimensão técnica e especializada do seu trabalho protegida contra possíveis e, mais do que tudo, prováveis questionamentos. Contudo, como foi colocado anteriormente, o POP não possui o poder vinculador das leis.⁵⁴

⁵⁴ Quando digo “poder vinculador das leis” me refiro ao que mencionei anteriormente, ou seja, “se fez assim, está certo, se não fez, está errado”. Não me refiro aos termos do Direito Administrativo – ato discricionário e ato vinculado – pois me faltam elementos para embasar minha discussão dentro de uma perspectiva jurídica.

Uma das conseqüências dessa não vinculação pode ser ilustrada por uma situação que os policiais me descreveram no COPOM. Aliás, os policiais dessa unidade foram os primeiros a mencionar a existência dos POPs. Eles introduziram a sigla ao se referirem a algumas dificuldades que encontravam no atendimento do 190 como, por exemplo, quando alguém ligava notificando um roubo a residência e pedia uma viatura no local. Segundo meus interlocutores, o procedimento descrito no POP dizia que esse não era um caso que exigia o deslocamento de uma viatura e que o solicitante deveria ser orientado a fazer uma relação do que havia sido roubado e se encaminhar para a delegacia mais próxima. Contudo, muitas pessoas não aceitavam essa orientação e exigiam o envio da viatura. Eles tentavam explicar que aquilo não era necessário, que não havia nada que a viatura pudesse fazer no local, mas, muitas vezes, a pessoa continuava insistindo e eles eram obrigados a decidir se solicitavam o despacho, se continuavam tentando argumentar ou se encaminhavam o solicitante a um superior. Eles afirmavam que o procedimento era claro, estava muito bem explicado no POP, mas o problema é que se a pessoa decidisse realmente criar um caso e seguisse adiante com uma reclamação contra o atendente, eles poderiam até mesmo ser punidos por aquela recusa, só para dar uma satisfação ao reclamante.

- Militarismo e disciplina:

Pegando a deixa da punição, é preciso dizer que tão “tradicional” quanto o militarismo, me parecem ser as queixas contra o militarismo. Uma das queixas mais freqüentes, expressa principalmente pelas praças, remete à idéia de que os policiais são treinados para não pensar. Sob este ponto de vista, a disciplina militar representa algo que se opõe à criatividade e à iniciativa. Na realidade, a exaustiva regulamentação da conduta pode produzir uma forma característica de criatividade, própria da caserna, cujas demonstrações

adquirem um cunho folclórico dentro da corporação, como ilustrado na crônica abaixo, cujo título é “O Favor”.⁵⁵

Na década de 50, na então Escola de Oficiais, havia necessidade de se obter uma ordem prévia para qualquer viagem que se fosse fazer nos licenciamentos. Essa ordem, que se chamava Guia de Trânsito, era expedida pelo comandante da Unidade, no nosso caso, do CFA (que depois viria a se transformar na Academia do Barro Branco). O comandante da época fazia questão de assinar e entregar pessoalmente as guias, tendo o cuidado de perguntar ao aluno quais seriam os planos para o fim de semana, onde iria se alojar, etc. Um colega nosso, aluno do 1º C.P., solicitou permissão para ir a Ribeirão Preto visitar seus pais. Quando foi receber, das mãos do comandante, sua guia, o velho oficial lhe disse: - Você faria um favor para mim? - Claro, *seu* comandante! - Então pegue este envelope e o leve ao 3º Batalhão para ser entregue ao comandante de lá, entendeu? - Lógico, *seu* comandante! - Tome o envelope, e muito obrigado. Acontece que nosso colega, a quem chamaremos Hélio, ao sair do quartel com intenção de pegar o ônibus para Ribeirão, encontrou-se com uma garota, sua conhecida, que lhe convidou para um baile naquela noite. O aluno Hélio gostou do convite e resolveu imediatamente que não iria viajar; é claro que se esqueceu totalmente da carta que levava para o comandante do 3º B.C. Passados alguns dias, o comandante do C.F.A., que esperava resposta de Ribeirão, e ao ver que não chegava, mandou chamar o Hélio. - Menino, você entregou a carta ao coronel Fulano em Ribeirão Preto? - Não, senhor; ela está aqui no meu bolso, e eu ia até lhe devolver. O velho coronel ficou furioso: - Como é que você não cumpre minha ordem, e ainda por cima não diz nada? - Ordem não, seu coronel; o senhor me pediu um favor e até me agradeceu adiantado! O comandante ficou sem ação; de fato pedira um favor, e seu senso de disciplina impedia que ele punisse o subalterno por lhe negar. Dispensou o Hélio e os dias foram correndo. Aí o Hélio, juntamente com outro aluno, que chamaremos de Moacir, foram escalados para dar plantão de alojamento. Moacir era muito dorminhoco, e não resistiu às duas horas no corredor pela madrugada afora; sentou-se na escada e dormiu sono solto. Conseqüentemente não acordou o Hélio, que lhe seguia no quarto. O Aluno de Dia, passando pelo corredor e não vendo o plantão, verificou na escada quem deveria estar ali àquela hora, e constatou ser o Hélio. Comunicada a falta, Hélio informou que não se levantara por não ter sido acordado pelo companheiro. Ouvido o Moacir, este não se eximiu da culpa e admitiu não ter chamado Hélio. No sábado seguinte, o Boletim trouxe as respectivas punições: dois dias de detenção ao Moacir por ter dormido e não ter acordado seu colega; **quatro dias** de detenção ao Hélio por não estar no lugar que deveria durante o serviço...

Historinhas desse tipo aparecem eventualmente nas conversas com os policiais, mas se elas constituem algo mais do que um “folclore”, eu não saberia dizer, pois me parece que esse tipo de manifestação não teria muito espaço para se desenvolver na presença de um

⁵⁵ BRANDÃO, A. S. Crônicas da Força Pública, 1999.

outsider.⁵⁶ De qualquer forma, o comportamento ilustrado nessas histórias remete a um dos possíveis efeitos que a disciplina militar pode produzir, mas diz respeito apenas às relações que permanecem circunscritas pelos muros dos quartéis.

A inibição da criatividade e da iniciativa que muitos policiais associam ao militarismo produz um reflexo imediato e crítico nas atividades de policiamento ostensivo, pois representa uma restrição à faculdade discricionária imprescindível aos policiais da linha de frente. No dilema entre a culpa e a responsabilidade, nos termos utilizados por Muniz (1999), os policiais sentem-se encurralados entre a exaustiva regulamentação da sua conduta e a necessidade de produzir respostas diante de situações com as quais se defrontam e que não encontram uma previsão clara nos regulamentos. O depoimento abaixo ilustra de forma elaborada algumas dimensões dessa questão.

Acredito que a rigidez regulamentar, a repetição continuada da necessidade de respeito e observância à disciplina e à hierarquia, os escalões de superioridade e subordinação, geram uma certa desfaçatez de relacionamentos, seja com o público interno, seja com o público externo. Essa superioridade da forma e inferioridade do homem acredito que sobressalta no momento em somos chamados a opinar. Até porque se a opinião descrever algo contrário a qualquer ditame e for publicizada, vem a punição, vem a sanção. Então, acredito em um estado de alerta contínuo diante das ameaças potenciais dos regulamentos... E além do alerta, a direção a comportamentos que sigam as regras. Agora, quando você se torna íntimo, a possibilidade de descobrir outras verdades fica bem maior. Há um livro, cujo autor não me recordo, mas que se chama 'Espírito Militar' e é uma tese de doutorado da UFRJ publicada, que na verdade é um trabalho etnográfico/etnológico de um professor carioca sobre a AMAN (Academia de Formação dos Oficiais do Exército) e é uma coqueluche pelas descobertas realizadas após vários meses de relacionamento, naquela tal de observação participante, a respeito da ressocialização, da descoberta do local em que está a verdade e onde está a mentira. Acredito que um trabalho desse nível na PM acabaria por elucidar, pela metodologia empregada, esse mistério entre a norma e o homem. O difícil é que no dia-a-dia somos chamados a atuar com inteligência, criatividade, liberdade (chamada de discricionariedade), até porque dessas qualidades depende a própria sobrevivência no serviço de policiamento, mas deparamo-nos com o limite, sempre vivo, da norma. [*Comunicação por e-mail; Tenente PM - 12 anos de corporação*]

⁵⁶ Além disso, a manifestação dessa criatividade característica da caserna não me parece algo que possa ocorrer nas relações entre os diferentes círculos hierárquicos, ou seja, entre oficiais e praças.

Existe, porém, uma concessão no “tradicional” discurso queixoso contra o militarismo, pois, quando enfocamos uma perspectiva comparativa, sempre obtemos a resposta de que, hoje em dia, o militarismo já não é mais tão forte ou rígido quanto antigamente.⁵⁷ Quando fazem uma comparação entre o passado e o presente, os policiais mencionam diversos aspectos a partir dos quais percebem uma diferença na intensidade do militarismo, deixando bastante evidente a forma como a disciplina militar interfere nas mais variadas esferas da vida do policial, indo muito além da esfera profissional. É interessante notar, por exemplo, que as policiais mulheres, sempre que queriam ilustrar a maior flexibilização das normas disciplinares nos dias de hoje, mostravam as unhas pintadas ou os cabelos compridos, dizendo que antigamente elas não poderiam se apresentar para o serviço daquela maneira.

Contudo, um dos maiores símbolos da rigidez disciplinar associada ao militarismo parece ser a punição, prevista em regulamento, da prisão disciplinar. Os policiais freqüentemente se referem a essa punição para destacar a diferença entre a esfera disciplinar dentro da corporação e no mundo civil. Introduzindo a perspectiva temporal, muitos policiais enfatizam a diferença entre a prisão disciplinar de antigamente e a atual.

A mudança veio vindo e chegou no regulamento, aí mudou também. Já veio mudando desde, como eu tava comentando, a Constituição. Quando você era punido, você era preso. Você era preso como se fosse um marginal. Não é certo, né? Você ficava preso numa sala com grade, você saía para tomar o banho de sol, escoltado. Era, escoltado. Você saía para tomar um banho de sol escoltado, de manhã, às vezes a tarde. Aí você levava... abria as cortininhas pra dar o almoço, pra dar o café. Era desse jeito a punição disciplinar. Mas, então, uma falta de engraxar a bota. Deixou de engraxar a bota, tá lá, ficou dois dias preso. O tratamento era esse. Isso aí acabou. [*Sargento PM - 25 anos de corporação*]

Assim, muitos policiais afirmam que a questão da punição dentro da corporação foi bastante reformulada nos últimos tempos. Porém, um tenente me advertiu, certa vez, sobre a

⁵⁷ Em alguns momentos o militarismo aparece nas falas dos policiais como uma referência que indica um tempo pretérito, em constatações do tipo: “antigamente tinha aquela coisa do militarismo, né!” Neste sentido, o militarismo é associado ao período dos governos militares.

necessidade de problematizar também a questão das recompensas, ou seja, das sanções positivas, argumentando que esse aspecto parece guardar ainda uma forte relação com o passado. O tenente discorreu longamente sobre isso, mostrando-se bastante preocupado com as conseqüências da não adequação das recompensas ao novo quadro institucional da corporação. Ele ilustrou a questão descrevendo uma ocorrência com refém: imagine que nesta sala está um marginal mantendo uma pessoa sob a mira de um revólver. O procedimento a ser adotado nessa situação prevê uma série de passos que devem ser seguidos, começando pela tentativa de negociação com o bandido e, se isso não surtir efeito, existem uma série de fatores que têm que ser avaliados no planejamento e execução de uma ação de invasão, se for este o caso. Porém, se, por qualquer motivo, um policial que está no cerco ao local perde a cabeça, manda o procedimento para o espaço e decide entrar na sala e atirar no bandido, duas coisas podem acontecer: se ele errar o tiro e acertar a vítima, ou provocar a morte da vítima pela reação do próprio bandido, ele será execrado, será expulso da polícia militar e responderá por seu ato na Justiça. Mas, se ele for bem sucedido, conseguindo acertar o criminoso e libertar a vítima em segurança, ele se transformará em herói sob os olhos da opinião pública e receberá medalhas e condecorações dentro da corporação.

Explorando em outras ocasiões o ponto levantado por esse tenente, a maior parte dos policiais discordavam dessa argumentação, afirmando que hoje em dia dificilmente acontecerá de um policial que “mandar o procedimento para o espaço” não ser cobrado por isso dentro da corporação, sofrendo as sanções cabíveis. Contudo, eles concordavam com o fato de que a opinião pública, muitas vezes, enaltece ações que tiveram um resultado final positivo, sem atentar para o grande potencial de fracasso de tais atitudes “heróicas”. Esse posicionamento da opinião pública constituiria um grande fator de pressão sobre os policiais.

Na esfera disciplinar, o principal elemento apontado pelos policiais como podendo influenciar a maior ou menor rigidez do regulamento é a figura do “chefe”. Nas palavras de

um policial, “o chefe pode ser mais flexível, mais radical, mais paizão, mais profissional...” Diante de uma falta disciplinar menos grave, o chefe pode optar por conversar e dar a chance de o policial corrigir seu erro, ou pode simplesmente seguir com o procedimento regulamentar, o já mencionado “colocar tudo no papel”. Complementando esse raciocínio, os policiais afirmam que se o chefe é “gente boa”, as pessoas fazem o que ele manda por respeito, mas se o chefe é “linha dura”,⁵⁸ eles fazem só por obrigação. Como “clientes” do serviço que a corporação oferece, poderíamos nos ver tentados a não enxergar nessa afirmação um problema, pois, se no fim das contas eles vão fazer o que têm que fazer, que assim seja. Contudo, existem boas razões para duvidar desse resultado, apontadas pelos próprios policiais.

Tem estudos de psicologia que provam que, se você for tratado pelo seu patrão bem, você trata o, você trata o seu cliente também bem. Se você for tratado mal por seu patrão, você trata mal o seu cliente também. Não é? Isso é uma coisa que, na polícia militar, ainda tem. Tem gente que acha que tem que ser no grito para resolver. E eu gosto do regulamento, mas o regulamento tem que ser aplicado dentro de um certo raciocínio de lógica. Não pode gritar com o subordinado como se ele fosse um animal. Muito embora eu goste do regulamento como ele é. Mas há muita gente que ainda acha que se eu gritar com o soldado aqui, na rua ele vai responder bem. Não vai responder bem, ele vai querer gritar com o civil lá na rua. Ele vai responder o que ele aprendeu, o que ele viu aqui. É mais ou menos como se fosse uma... como é que se chama a palavra... Recebe aqui, responde lá. Não tem como passar por um filtro, ele recebe aqui e responde lá. Se ele foi amoroso aqui, responde amoroso lá. Bateu nele aqui, ele bate lá. [*Sargento PM - 24 anos de corporação*]

Sob o ponto de vista dos chefes, o papel que desempenham na aplicação do regulamento disciplinar também é tematizado, mas sempre com muito cuidado. A necessidade de se ponderar a gravidade de uma falta ou a sua recorrência é sempre mencionada por aqueles que são mais diretamente responsáveis pela manutenção e fiscalização da disciplina da tropa, que são não apenas os oficiais, mas também os sargentos.

⁵⁸ As figuras do chefe “gente boa” e do chefe “linha dura” apareceram, durante a pesquisa, relacionadas à questão da aplicação do regulamento disciplinar, mas pode ser interessante explorar futuramente outros elementos que caracterizam essa distinção.

Porém, eles sempre mencionam as dificuldades associadas a essa ponderação, apontando a tênue linha que separa o chefe ponderado do chefe conivente.

Uma das concepções que distinguem a disciplina militar de outras formas de regulação da conduta remete a uma noção que poderíamos chamar de “responsabilidade compartilhada”, ou seja, a noção de que todos devem fiscalizar o comportamento de todos e zelar pelo bom andamento da coletividade. Assim, é preciso lembrar que o chefe “gente boa” também está sujeito a essa fiscalização. Me lembro de uma conversa com um tenente que dizia que nem sempre era possível ser um chefe compreensível e educado, pois se os seus superiores achassem que ele estava sendo camarada demais ou, até mesmo, se ele se tornasse muito querido por seus subordinados, eles já começariam a olhar torto e ele poderia acabar tendo problemas. Neste sentido, ser um chefe “gente boa” também estaria condicionado a ter um chefe “gente boa”.

De qualquer forma, a figura do chefe “gente boa” não engloba necessariamente o papel que os policiais militares atribuem ao bom comandante. Esse papel é, sem dúvida, o de líder. O líder é o comandante que está junto da tropa, é o comandante que, através do exemplo, determina o caráter da tropa.

O policial, ele, embora não pareça, mas o soldado, ele gosta muito de ter um elogio do comandante dele, entendeu? E principalmente se for oficial. Existe uma distância muito grande de um soldado pra um tenente, um capitão. E quando essa distância é encurtada com um simples aperto de mão, coisa que poucos comandantes têm essa sensibilidade, uma palavra só de elogio na frente da tropa, destacar o policial que fez alguma coisa, não precisa ser extraordinária, isso levanta o policial. (...) Inclusive, o ano passado perdi um companheiro do bombeiro. Foi assassinado, na porta da casa dele. E o nosso comandante, o coronel, ele ficou o tempo todo, desde a notícia da morte até o momento final de enterrá-lo, nosso coronel estava junto conosco. E, obviamente, o coronel estando, poderiam os outros oficiais não estarem lá de bom grado, mas todos estavam. Então, obviamente alguns só pelo fato de que o coronel estava lá. Mas isso, para nós, foi muito bom. E na hora que nós fomos descer, nós cantamos a Canção do Bombeiro juntos, e o coronel foi quem puxou. E não teve um que conseguiu cantar a música inteira. Foi um momento emocionante, foi muito bom, e isso marcou. Então, esse coronel é muito bem visto pelos praças. No comando, às vezes falta essa sensibilidade. Que esse coronel, se ele chegar lá hoje e falar ‘pessoal, nós vamos ter que ficar quarenta e oito horas trabalhando’, todo mundo vai ficar,

porque é ele que está pedindo. No entanto, quando tem aquele carrasco na frente da tropa, e o cara pedir pra você ficar cinco minutos, você vai ficar porque é ordem, mas vai ficar de bico, vai ficar contrariado, você vai ficar de má vontade, bem diferente daquele. [*Aluno-Sargento - 19 anos de corporação*]

Relacionado a isso, é preciso destacar uma questão mencionada pelos policiais, que diversas vezes se referiram ao período pós Favela Naval como um período de muita conversa e aproximação entre comandantes e comandados.

Todo mundo sentiu. Todos os policiais sentiram um pouquinho na pele aquilo, aquela, vamos dizer, aquela vergonha daquilo, né? Então, acho que teve uma conscientização, eu acho que, de ter uma aproximação um pouquinho melhor, acho que de todos da tropa. O sargento fiscalizar o soldado, o cabo, o tenente fiscalizar tudo. Acho que fica mais próximo. Não deixar correr, porque às vezes, se tivesse alguém ali que chegasse, ‘perai’, freasse, né? ‘Não, perai, o que vocês vão fazer? Não, não vão fazer nada disso, não’. Poderia não ter acontecido nada daquilo. Ficasse só no campo das idéias. (...) Mas eu lembro que teve uma aproximação mais, assim, da parte de graduados e oficiais com relação à fiscalização, ficar mais próximo da tropa, acompanhar melhor esse tipo de coisa, pra evitar. (...) Então eu acho que houve mais assim, uma conscientização de conversar mais com todos o porquê daquilo, não tem objetivo nenhum, não vai trazer nada, assim... ‘ah, mas o cara é criminoso’. E daí? Ele vai... tem tanto criminoso aí que esconde milhões na cueca, e não acontece nada, você acha que com essa postura sua ali, tão pontual, num grãozinho de areia, vai mudar a criminalidade em São Paulo? Não vai. Então, é aquilo lá, não fazer... fazer a aplicação da lei. [*Tenente PM - 18 anos de corporação*]

Mas, também tem assim, teve muitos casos de policiais ruins. Então acho que isso também atrapalhou muito a vida da polícia em geral. Porque desde o caso lá da Favela Naval mudou. Tem antes, a polícia daquele jeito, e depois daquele caso, a polícia de outra forma. (...) Depois desse caso, nosso regulamento, que a gente tem um regulamento interno, ele foi verificado, foi... toda parte de disciplina mesmo, tá sendo cumprida assim com rigor. (...) Então essa parte de regulamento mudou muito. Os comandantes chegaram, conversaram com toda a tropa. Bom, aqui aconteceu isso, né? Agora, não sei se nos demais locais... eu acho que é normal com todos. (...) Porque é assim, toda lei, acontece alguma coisa, e aí é que tomam atitude, né? Aí falou que não é assim. É igual se tivesse orientando pra posterior não fosse um de nós. Porque as pessoas foram expulsas da polícia. Até pouco tempo, eu fui lá no presídio, aquele rapaz que era codinome Ga... Gâimbra? [Gambra.] É. Então, ele estava lá, ele dá o testemunho dele, ele fala que se fosse hoje ele jamais faria o que ele fez. Então, que ele perdeu muito na vida, perdeu muito na família, né? Então ele dá um exemplo bom pra gente, ele fala que jamais gostaria de ver um de nós passando aquilo. E foi uma atitude impensada. Que acontece sempre quando você erra, você erra porque você não pensa, não toma a atitude certa no momento certo. [*Soldado Fem PM - 10 anos de corporação*]

Esses depoimentos, que atribuem um valor positivo à aproximação e ao diálogo entre superiores e subordinados, são interessantes pois remetem, de alguma forma, a uma questão com a qual me deparei dentro da Escola de Sargentos, que era colocada em termos de uma “quebra de paradigmas”. Durante uma aula, o instrutor, um sargento, fez um longo arrazoado indicando aos alunos que, como futuros sargentos, um dos paradigmas que eles deveriam quebrar era o do “faça porque eu estou mandando”. Para ilustrar seu ponto de vista, o instrutor utilizou a imagem de um soldado que está fazendo a guarda no quartel e o superior chega com uma cadeira e fala “essa cadeira é para ficar aqui, ninguém mexe nela”. Aí, um dia, esse soldado é substituído. Um outro soldado chega, vê a cadeira, não sabe o que ela está fazendo ali, mas pensa: “bom, se ela está aqui deve ser porque ela tem que ficar aqui”. E a vida segue adiante. Segundo o instrutor, os futuros sargentos tinham que se preparar para lidar com a realidade de que essa situação não iria mais acontecer. Eles tinham que se preparar para justificar suas ordens, pois “já se foi o tempo em que nossos superiores mandavam a gente pular no buraco e a gente pulava. Hoje, o seu subordinado pode e vai te perguntar: por que?”

Assim, é importante considerar que os comandantes não reinam soberanos em seus pequenos feudos, pois os subordinados também desenvolvem suas estratégias para lidar com as diferentes chefias.

Eu creio que as grandes mudanças na polícia militar, uma coisa que eu aprendi, a cultura da organização é muito curiosa. Você não muda a organização dando ordem de serviço. O simples fato de você dar uma ordem não significa que a ordem será cumprida. Porque há muitos mecanismos pra sua ordem ser desviada, ser interpretada de modo diferente, até chegar à ponta de linha e, no fim, as coisas ficam exatamente como são. Ou você consegue mudar as coisas ‘manu militari’, a fórceps, mas, como nossa permanência nas unidades, nos locais, é sempre em tempo limitado, quando você sair, volta tudo ao que era antes. Exceto se você convencer as pessoas de que esse é o melhor caminho. Se as pessoas se convencerem, a ordem só consolida uma conclusão a que o grupo já chegou. E se o grupo não aceita, é inócua a ordem, é inócua a ordem que você vai transmitir. É uma coisa que externamente as pessoas não entendem. A pessoa acha que numa organização militar, se deu ordem, cumpre, deu ordem, cumpre. Não é assim. Não é assim. É uma organização que pertence a todo

mundo e não pertence a ninguém. Então, as pessoas têm uma clara noção de que você passa, e a organização fica. Todo mundo tem essa noção dentro da instituição. E se a pessoa não estiver convencida, ou ela obedece temporariamente, porque sabe que daqui a dois meses, três meses, tá fora, então ela volta a fazer exatamente o que ela fazia antes, ou então, simplesmente ela dá um jeito de interpretar a sua ordem de maneira diferente, e de modo que a coisa fique exatamente como está. [*Tenente-Coronel PM - 29 anos de corporação*]

O superior mais ou menos rígido não se enquadra necessariamente em uma perspectiva de geração. Os policiais afirmam que os oficiais mais novos (refletindo uma tendência que se estende a todo o efetivo) têm uma cabeça mais aberta, são mais esclarecidos e, por isso, tendem a ser melhores chefes. Contudo, isso não constitui uma regra, pois, em última instância, o chefe que um oficial vai ser depende de como cada indivíduo vai lidar com o poder de que está investido. Seguindo esse raciocínio, os policiais dizem que pode acontecer do poder “subir à cabeça” do chefe, e aí, “não depende de geração, mas sim de caráter”, pois um policial “linha dura” vai ser “linha dura” se for um soldado ou se for um coronel. Sob um ponto de vista menos determinista, outros policiais afirmam que a forma como o chefe vai lidar com esse poder não está dada no momento em que ele se torna chefe. Como me disse certa vez um tenente: “eu já vi muito tenente mudar quando vira capitão, muito capitão mudar quando vira major, assim como já vi muito soldado mudar quando vira cabo e muito cabo mudar quando vira sargento”.

Na esfera disciplinar, outra mudança apontada pelos policiais se refere à promulgação do novo “Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado de São Paulo” (RDPM), em 2001, em substituição ao antigo regulamento, que datava de 1943. Alguns policiais afirmam que as modificações introduzidas no novo regulamento seriam apenas “cosméticas”, servindo somente para atualizá-lo aos dias de hoje, através da eliminação de artigos que não faziam mais sentido algum, como, por exemplo, o toque de recolher, que proibia as praças de andar nas ruas após às 22h (sendo, obviamente, descumprido). Outros destacam a nova proporção entre os diferentes graus de gravidade atribuídos a cada falta, lembrando que no novo

regulamento aumentou muito o número de faltas consideradas graves. Isso é apontado por uns como um aspecto positivo e por outros como uma rigidez exacerbada.

Contudo, toda a discussão sobre a influência que a figura do chefe exerce sobre a rigidez ou flexibilidade da esfera disciplinar parece, por vezes, se sobrepor a uma informação que ouvi, em diferentes situações, relacionada ao novo RDPM. Trata-se da previsão feita no novo regulamento de um processo de apuração das faltas disciplinares que garante ao acusado o direito de ampla defesa. Longe de constituir uma adequação “cosmética” aos dias de hoje, a não observância desse direito seria (chocantemente) inconstitucional. Como uma decorrência dessa mudança, os policiais mencionam a possibilidade de um superior que aplica uma sanção injusta ser punido se o acusado decidir levar o caso adiante.

Antigamente, a parte disciplinar, antes, você era punido, você fazia uma informação simples, uma contra-informação. Você era comunicado a determinada falha que você fez, o superior te comunicou. Aí você se defendia, por escrito. Aí, se o seu superior, no caso, o comandante da companhia, ‘Ah, é? É’, pune ou não pune. Morreu. Ele pegava lá a comunicação do superior e a sua defesa ali. ‘Ah é? É. Tá. Pune’. Arquivo. Morreu. Hoje em dia, o mesmo procedimento já mudou. Aí o cara é comunicado, você faz a informação, manda. Aí vai ser analisado, aí volta, você faz uma outra. Você faz uma defesa, uma defesa prévia. Aí faz a defesa final, aí você vai ser ouvido, aí faz um [CD] no processo, pra depois você ser punido. Pra você ter mais chance pra se defender. Coisa que não tinha. (...) Pra quem comanda, é mais fácil você comandar um cara com menos informação do que o que tem informação. Então, antigamente, acho que, pra quem estava comandando, era mais fácil comandar aquela pessoa, entre aspas, mais xucro. Fazia o que você queria. Você dominava. Hoje em dia, é mais complicado, porque tem uma pessoa mais esclarecida. Eu não posso chegar pra um subordinado: ‘ô seu cachorro’, gritando, como era antes. ‘Seu filha da mãe!’ Não posso fazer isso. ‘Vai ser ladrão!’ ‘Ah, é? Prova’. É, tem isso. Antigamente isso aí não existia. Você falava o que você queria, você ouvia e ó, ficava aqui, né? (...) Hoje você não pode chegar num superior, o superior não pode chegar num soldado aí e ofender a moral dele. Se o soldado pôr pra frente, o superior vai responder. Antigamente, o superior te mandava embora, e morreu o assunto. Hoje, ele te manda embora, mas se ele estiver errado, e o outro lado ganhar, ele retorna, e quem vai pagar a indenização vai ser quem te mandou embora. Então, o procedimento já mudou bastante, vem mudando. [*Sargento PM - 25 anos de corporação*]

O depoimento abaixo remete a essa mesma questão, sugerindo, porém, que a decisão de “levar adiante” a defesa contra uma punição considerada injusta ou arbitrária pelo acusado nem sempre é fácil de se tomar.

Se você pegar o meu assentamento, eu, eu tenho só elogios. Eu não tenho nenhuma punição nesses dezenove anos, e não foi trabalhando atrás de mesa, escondido em um escritório. Foi trabalhando na rua. Sempre operacional. Então, eu tenho orgulho disso, eu não tenho nada que manche a minha carreira, desde o meu tempo de Força Aérea. Então eu, até houve uma passagem aqui, isso pode não ter muito valor para as pessoas, mas pra mim tem, que desde a Força Aérea eu nunca tive nenhuma repressão verbal, nunca me chamaram a atenção. E aqui, eu tomei uma punição injusta. Mas eu nem reclamei. Mas, pra mim, manchou. Foi logo no comecinho, mas manchou a minha carreira. Pra mim, como orgulho próprio. Isso é muito estranho às vezes, o civil não entende muito bem isso, mas pra nós, militares, tem um valor muito grande. Pra alguns também, outros, nem tanto. [*Aluno-Sargento - 19 anos de corporação*]

Os policiais expressam com frequência a idéia de que eles são sempre punidos duas vezes, pois respondem por seus erros não apenas na Justiça, seja a militar seja a comum, mas também dentro da corporação, ou seja, disciplinarmente. Continuando esse raciocínio, afirmam que a eles não é dado o direito de errar, pois eles têm que saber exatamente o que podem e o que não podem fazer. Na realidade, a questão da punição e da responsabilização aparece como algo tão presente e tão realçado nas falas dos policiais que a impressão que fica é a de que eles se sentem constantemente ameaçados, vigiados, encurralados em uma existência da qual se espera sempre a falha. Nas palavras de um policial, eles trabalham “o tempo todo se equilibrando em uma corda-bamba, se caírem para um lado, morrem, se caírem para o outro, viram bandidos”.

Assim, embora a questão das sanções disciplinares esteja bastante marcada nas falas dos policiais, ela não parece ocupar um posição central nas suas preocupações quando tratam da problemática das punições a que estão sujeitos. Nas conversas com os policiais, todos diziam que eu precisava conhecer o presídio Romão Gomes, que é o presídio onde os policiais militares ficam presos quando condenados, pela justiça comum ou militar, a penas

de restrição de liberdade. Minha afirmação não é um exagero: todos os policiais com quem conversei por mais de meia hora mencionaram o presídio Romão Gomes. Aos poucos, fui compreendendo porque a referência ao presídio estava tão presente nas conversas. No ano em que realizei a pesquisa, em 2005, a corporação havia programado uma série de visitas ao Romão Gomes, durante o curso de reciclagem que todos os policiais fazem anualmente⁵⁹ e também para os cursos de formação e aperfeiçoamento. A visita era uma das atividades obrigatórias previstas para esses cursos, durante a qual os policiais ouviam os depoimentos dos policiais ou ex-policiais presos e podiam conversar com eles.

Depois de ouvir um número incontável de vezes a dica de que eu deveria conhecer o Romão Gomes,⁶⁰ comentei com um tenente, quando ele me fez essa mesma recomendação, que eu achava curioso ouvir isso de todos os policiais com quem conversava e perguntei qual era o significado dessa referência: se, de fato, a presença do presídio no horizonte dos policiais era capaz de inibir comportamentos que pudessem levá-los para aquele lugar. Ele respondeu minha pergunta com uma narrativa que remete à vivência dos policiais nas atividades de policiamento, e que foi se tornando bastante intensa e emotiva à medida que ele ia (imagino eu) revivendo mentalmente aquele tipo de experiência (que soava como uma experiência concreta).

Quando a adrenalina sobe, você não pensa no Romão Gomes, você esquece tudo. Quando você está perseguindo um bandido que está atirando em você e você não pode atirar de volta porque a rua está cheia de gente, mas ele não está nem aí para isso, e ele, por qualquer razão, percebe que não vai conseguir se safar, e começa a gritar que nem uma menininha, implorando para a lei ser cumprida, gritando bastante só para chamar a atenção de quem está em volta, é muito difícil você pegar ele e não ter vontade de dar uns tapas. E as pessoas vão ver você dando uns tapas nele e vão ficar horrorizadas, dizendo que a polícia é violenta, sem pensar no contexto dentro do qual aconteceu aquilo que elas viram. Elas não param para pensar que aquele cara estava atirando em você e só não acertou por azar, porque a intenção dele era acertar. A experiência de ouvir uma bala passar zunindo perto do seu ouvido é uma experiência muito impressionante. Não tem formação, não tem treinamento que possa

⁵⁹ O curso de reciclagem dura uma semana e é realizado nas próprias unidades em que os policiais trabalham.

⁶⁰ Não tive a chance de conferir essa dica por falta de tempo.

te preparar para essa experiência, que possa controlar a sua reação numa hora dessas. Na Academia, a gente faz os exercícios imaginando as situações de estar sob fogo cruzado, de ver um colega seu ser atingido, mas é impossível reproduzir a adrenalina do momento em que isso acontece de verdade, é impossível antecipar o que você vai sentir. Tem muitos policiais que estão no Romão Gomes porque são bandidos mesmo, mas também tem os que estão lá por falta de sorte, porque estavam agindo como policiais, porque estavam fazendo o que achavam que era certo. [*Tenente PM - 15 anos de corporação*]

- Uma não mudança:

Abro esse espaço para discutir uma mudança que não ocorreu na Polícia Militar do Estado de São Paulo. Em 1955 foi criado, em iniciativa pioneira na América do Sul, o Corpo de Policiamento Especial Feminino. A lei estadual nº 5.235, de 15 de janeiro de 1959, estabeleceu as missões da Polícia Feminina, atribuindo-lhe “encargos de investigação da criminalidade e tarefas assistenciais, principalmente no que se refere à proteção de menores e mulheres que, pela sua natureza, melhor se ajustem ao trabalho feminino, em razão de sua peculiar formação psicológica”. A atuação da Polícia Feminina se restringia a atendimentos sociais, realizados em Postos de Serviços instalados em pontos estratégicos da capital onde havia grande circulação de migrantes e despossuídos, como as estações de trem e ônibus.

Em 1970, a Polícia Feminina passou a integrar a Polícia Militar, assumindo a condição de Batalhão, e as policiais passaram a integrar o Quadro Especial de Policiamento Feminino, com regulamento disciplinar diferenciado. As atribuições do Batalhão de Policiamento Feminino (BPFem) continuavam girando em torno de mulheres, idosos, menores e pessoas carentes. O efetivo do BPFem girava, então, em torno de cem policiais. Da década de 70 para cá, o policiamento feminino foi ganhando espaço dentro da corporação, com o aumento do seu efetivo, o surgimento de unidades de policiamento feminino no interior do estado, a diversificação das atividades realizadas pelas policiais, a formação nos mesmos centros em que se dava a formação dos outros quadros da polícia militar, até que, no

fim da década de 90, o efetivo de policiais femininas deixou de integrar exclusivamente unidades de policiamento feminino e foi distribuído nas diversas áreas operacionais.⁶¹

Não posso afirmar que me surpreendi ao constatar que a novidade representada pela presença de mulheres dentro das unidades de policiamento (e nas *atividades* regulares de policiamento), um ambiente exclusivamente masculino até pouco tempo atrás, não seria mencionada por nenhum policial homem se eu não trouxesse o assunto à tona. E, ainda assim, eles relutavam em assumir isso como uma mudança, nos termos em que haviam definido uma série de outras alterações dentro da corporação.

Para mim não mudou nada. Eu acho que, a pessoa que... ela vem, ela ganha a mesma coisa que eu, ela tem os mesmos, as mesmas atribuições que eu, ela tem a mesma capacidade que eu. Tanto que hoje, no banco de trás da minha viatura trabalha uma mulher. Eu não tenho preconceito nenhum, eu acho que, desde que ela entre no ritmo de treinar, de se especializar, de estar indo junto, de estar trabalhando junto, não tem nada, porque a capacidade é a mesma. [-Mas é a mesma coisa trabalhar só no meio de homens e trabalhar com as mulheres? Não acrescentaram nada de diferente?] Com mulher você... não, o que a mulher acrescenta, primeiro que você começa a controlar a língua. Porque entre homens, o palavrão, ele sai naturalmente, mas quando você tem uma mulher perto você já refreia, você já não solta, você já não fala da mesma forma, então você começa a se controlar. Mas é a única coisa. Você começa a se controlar no deslocamento. Se você está em um quartel que só tem homem, você não está preocupado em botar um calção e ficar lá sem camisa, ficar todo suado andando de um lado pro outro, agora tem uma mulher, você já, você já começa a se controlar, você já se comporta melhor, né, então basicamente é isso, porque quanto a atitudes, pra mim não mudou nada. [*Major PM - 27 anos de corporação*]

No contato com as policiais mulheres, ao contrário, a entrada em um universo masculino e dominado por homens aparecia espontaneamente quando elas começavam a refletir sobre sua própria trajetória. As dificuldades dessa entrada eram assumidas tacitamente, apostando de forma natural na minha cumplicidade, e a reflexão se voltava, então, para os efeitos da passagem do tempo.

⁶¹ Informações retiradas da monografia “A Trajetória do Policiamento Feminino”, apresentada pela Capitã Fem PM Margarida Marciano Leite, ao Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, em 1996.

Olha, assim, é um machismo intenso. Porque tudo o que você faz, ele olha pra sua cara e fala: ‘É’. Sabe? Tipo, ‘tinha que ser mulher’. Você já sabe que isso tá grudado no seu rosto. Tem policiais aqui que nem ligam. Eu já não ligo mais. Falo: ‘É mesmo. Eu sei fazer, você vê, que bom, né? Vem que eu vou te ensinar também pra gente não ter problema. Pra quando eu não estiver, você faz’. Sabe? Mas é difícil, porque eles, tudo é ‘Porque é mulher’. Então tem muito machismo ainda aqui. (...) [Mas] já melhorou bastante. Quando nós entramos, nós não podíamos andar nos alpendres. Alpendre é esse corredor. Então nosso alojamento era ali embaixo, nós só podíamos andar de duas aqui, e por baixo. É, era coisa assim que não podia nem se misturar com o povo. Tinha uma cantina aqui, nós não podíamos nos alimentar junto com os meninos. Então hoje não, hoje a gente já anda no alpendre, hoje a gente conversa de igual pra igual aqui. Tem meninos mais, recrutas mais modernos, então muitas vezes a gente passa conhecimento pra eles, mas... igual, escala ainda é um problema, porque se nós estamos no portão, eles enviam a gente pro primeiro setor, mesmo que tenha gente mais moderna no portão.⁶² (...) Agora, você vê, aumentaram o número de vagas pra Academia. Cento e oitenta masculino, quinze feminino, é uma coisa assim. É meio complicado, você vê que tem... porque, se eles abrirem vagas sem distinção de sexo, creio eu que passa muita menina. Passa muito. Então eles têm medo, né? Já pensou se a gente ficar dominando? Igual, a gente ainda não teve assim uma capitão aqui comandando uma companhia. (...) Então quando uma consegue alguma coisa, a gente fica ‘ô, legal, legal’, sabe? Sem aquele, aquela coisa de falar ‘ah, que droga’, não. A gente sempre torce por uma estar conseguindo. É muito bom. [*Soldado Fem PM - 10 anos de corporação*]

Tenho que me contentar a dar a essa questão a dimensão que ela ocupou durante a pesquisa, respeitando o que o campo me trouxe. Eu só teria obtido mais dados para iluminar esse debate se tivesse o intuito deliberado de me insurgir à proporção do efetivo de policiais mulheres. Como segui o fluxo, apenas assinalo as diferentes perspectivas que encontrei acerca do tema.

⁶² O critério de antigüidade supostamente deveria estabelecer a divisão de tarefas mencionada.

3.3. Mudanças relacionadas à esfera profissional:

Compreendendo o conjunto de concepções relacionadas ao ser e ao fazer policial, a esfera profissional é a esfera das motivações, das práticas e dos saberes construídos e atualizados nas vivências cotidianas que singularizam a profissão policial. Diz respeito, portanto, à maneira como os policiais se colocam no mundo enquanto profissionais. As mudanças relacionadas à esfera profissional remetem às representações dos policiais militares acerca de como o que eles fazem hoje em dia se diferencia do que faziam no passado e, não apenas o que fazem, mas como fazem, por que fazem, o que pensam e o que sentem. Por esse motivo, poderíamos identificar as mudanças relacionadas a essa esfera como *mudanças que vêm da base*. Vir da base significa que, independentemente de o estímulo para a mudança ser interno (pessoal ou social) ou externo (organizacional), ele implica ou induz a adequação de aspectos individuais a uma nova realidade. Assim, são mudanças que afetam diretamente o comportamento dos policiais, sem passarem *necessariamente* pelo filtro da organização.

A esfera profissional é aquela na qual fica bastante marcado nas falas dos policiais o uso de expressões que indicam tempo, tais como: na minha época, no meu tempo, antigamente, os antigos. O movimento de distanciamento que coloca em perspectiva a relação entre diferentes gerações dentro da corporação não deixa de ser curioso, pois qual exatamente é a “época” de cada geração é uma questão que permanece um tanto quanto obscura. O “antigamente” das falas dos policiais nem sempre representa um tempo determinado ou, até mesmo, determinável. Algumas vezes eles se identificam como os “antigos” e outras não. Por fim, parece existir uma certa idealização ou romantização desse antigamente que se evidencia justamente nas inconsistências quanto à determinação de um período de tempo concreto associado aos contextos nos quais os policiais afirmam ter vivido.

Assim, nessa esfera existe pouca ou nenhuma precisão no estabelecimento de marcos específicos que indiquem a passagem do tempo.

- A “raça” cedendo lugar à profissionalização:

Normalmente, as primeiras constatações que os policiais fazem quando estimulados a comparar o passado e o presente da corporação se expressam através de um conjunto de formulações que se conectam de forma relativamente variada, tendo como eixo duas idéias centrais: a de que antigamente se fazia policiamento “na raça” enquanto hoje em dia existe uma maior profissionalização, e a de que atualmente muitos recrutas procuram um emprego onde o que se oferece é uma carreira. O juízo de valor embutido nessas constatações, na maior parte das vezes, aponta para direções não necessariamente convergentes.

Hoje é tudo baseado na técnica. Hoje se trabalha tudo com técnica, então, quando a pessoa, ele é baleado, ele morre numa ocorrência, é porque ele não cumpriu determinada técnica. Se ele cumprir a técnica, muito dificilmente ele vai morrer, vai ser baleado numa ocorrência. Antigamente não, a gente chamava que antigamente era a ‘raça’. Antigamente você olhava, ‘olha, eu tenho que entrar lá’, eu vou entrar lá, eu chuto o pé, eu bato o pé na porta e entro e subo correndo e vou. E vou, e vou resolver do meu jeito. Hoje não. Hoje você precisa de negociação, hoje você cerca, você bate na porta, você fala com a pessoa, você conversa com ela. Você toma todas as precauções para que não haja um confronto. Antigamente não se preocupava em ter um confronto. ‘A gente vai, se se entregar, se entregou, se não se entregar e vier pra cima, vai tomar’. Hoje não, hoje é extremamente técnico. Hoje você, para cada tipo de ocorrência você tem uma escrita. [Major PM - 27 anos de corporação]

Da minha época pra cá melhorou mais. Porque hoje em dia estão dando mais ênfase para o policial ser mais experiente, ser mais técnico. Então, uma coisa que eu percebi um bom tempo atrás, vamos supor, você... ladrão em residência. Então, na época que eu, eu trabalhei até noventa e três lá, na Rota. Faz catorze anos, treze anos, doze anos, né? Fazem doze anos que eu saí da Rota. Então naquela época você, vamos supor, você pegava ocorrência de ladrão em residência, um exemplo. E aí eu, e os três policiais comigo, nós entrávamos na residência pra tentar achar o ladrão. Hoje em dia, identifica-se, pela técnica, modificou muito. Vai uma viatura, aciona o reforço, cerca, quando tiver um número ‘x’ de policiais, vamos tentar ver se existe realmente um ladrão. Então a técnica, a técnica mudou muito. Para melhor. Até com respeito à parte de tiro, à parte de segurança pessoal. O direcionamento pra isso tá melhorando muito.

Talvez, na minha época, lá atrás, não morreriam tantos amigos meus como se tivessem determinadas técnicas. (...) Então, hoje a técnica está bem melhor. E antes era ‘vamo, e vamo, e vamo’. [*Sargento PM - 29 anos de corporação*]

A técnica em oposição ao “vamo, e vamo e vamo” aparece nas falas dos policiais como o elemento central que diferencia a atuação operacional hoje em dia, quando comparada ao passado. Somando essa técnica ao nível mais elevado de escolaridade com que os recrutas ingressam na polícia militar e ao aprimoramento da formação e do treinamento que eles recebem já dentro da corporação, as mudanças introduzidas ao longo do tempo adquirem o sentido de uma maior profissionalização da tropa. Porém, as dificuldades e incertezas relacionadas ao mercado de trabalho são mencionadas para explicar o fato de que, atualmente, muitos policiais ingressam na corporação apenas em busca de um emprego e, por vezes, entram com planos de utilizar a corporação como um “trampolim”, a partir do qual podem correr atrás de outras colocações ou profissões.

Eu acho que hoje, hoje você forma profissionais. Hoje a gente vê assim, são pessoas voltadas exatamente para o profissionalismo. Hoje você não vê a coisa ser visada pra pessoa, ser tratada para a pessoa, tá? Hoje você vê a coisa ser tratada para o profissionalismo. Você é... hoje para entrar na polícia tem que ter no mínimo segundo grau. Então você vê que são pessoas mais cultas, mais profissionais. Ela não faz além daquilo que é o profissional. Antigamente, a polícia formava pessoas para tratar com o povo. Pra estar ali no meio do povo. Talvez, é... talvez a gente, a gente era formado como uma pessoa pra resolver qualquer situação. Mas eu sentia que você estava mais próximo, a gente estava mais próximo. Hoje, eu não tô próximo. Hoje o menino que é formado hoje na escola, em qualquer uma das escolas, ele não está próximo do povo, ele está longe. Hoje você vê vários, ele entra na polícia já pensando em não ficar na polícia, já pensando em ser um promotor, um juiz. [*Major PM - 27 anos de corporação*]

[Os policiais que estão entrando hoje em dia] são bem diferentes. Em alguns aspectos, a gente verifica que são muito mais instruídos, muito mais conscientes. Isso é positivo. A capacidade de raciocínio, a capacidade de discernimento, bem mais elevado. Em contrapartida, infelizmente, hoje, pela dificuldade do mercado de trabalho, você muitas vezes não tem aquele profissional que tem o desejo, que tem a intenção de ser um policial. Então, aí eu vejo um ponto negativo. Hoje, quer queira, quer não, você percebe que muitos dos profissionais que buscam a polícia militar, ele não quer ser policial. Eu acho que isso é uma perda. É uma perda. Você talvez ganhe, ganhe aí em termos de profissionalismo, mas em contrapartida você perde o aspecto

de vibração, de envolvimento. Perde o aspecto emocional da coisa. Apesar que a polícia, ela é uma... algo que vicia, algo que inebria. Então ela muda muito, ela envolve muito. Mas mesmo assim você ainda não vê aquela paixão. Aquele amor, aquele carinho, que é positivo. É positivo. [*Major PM - 25 anos de corporação*]

O fazer policiamento na “raça” envolve, então, dois aspectos. Em primeiro lugar, remete à idéia de empiria, ou seja, o fazer policiamento com base na experiência prática adquirida no dia-a-dia da atividade. Contudo, existe uma série de valores embutidos na idéia de fazer na “raça”, relacionados aos atributos que, em última instância, mobilizariam e animariam os policiais em seu engajamento na profissão, tais como a coragem e o compromisso com a causa pública. É preciso atentar, portanto, para os diferentes sentidos que são expressos com os termos profissionalização e profissional. Enquanto a profissionalização aparece em oposição à “raça”, o termo profissional carrega, implícita ou explicitamente, a noção de vocação.

Na PM houve muita transição. De que maneira? É... os interesses das pessoas que queriam, ou que estavam querendo, ou seguindo a carreira, já eram outros. Na minha época você entrava para a PM, porque você achava bonito, você gostaria de ser um guardião da lei. Ou então porque meu pai foi policial militar. Então, você já vem com aquela criação. Você, no meu caso, eu entrei na PM pra prender bandido, essa foi a minha idéia. E consegui fazer isso. Mas, dessa época pra cá, já modificou muito. Muitos entravam na PM por necessidade, por mais um emprego. Então aqui seria mais um emprego, e não aquela coisa de você andar fardado, de você se orgulhar. Não que essas pessoas não se orgulham, pode até ser. Mas o pensamento já era outro, ‘não, vou entrar porque é um serviço público, e eu tenho trinta anos, e ninguém me tira esses trinta anos’. Só que tira, né, lógico. Fez coisa errada, vai mandado embora. E então mudou muito, o pensamento, aquela vontade de ser policial militar. Então, a gente nota muito a diferença hoje. Principalmente hoje em dia, em dois mil e cinco, muito, a gente nota muito. Hoje tá o rapaz aí trabalhando, tá o policial trabalhando, e não trabalha com tanto amor. Diferente da minha época, e da época de vários amigos que eu tenho. Numa escala geral, cabo, soldado, sargento e oficial. [*Sargento PM - 29 anos de corporação*]

Os concursos hoje, eles são muito mais numerosos, os candidatos, o número de candidatos. (...) Agora, lá atrás, antigamente, as pessoas tinham uma consciência maior do que é uma carreira. Então as pessoas iam mais vocacionadas prestar o concurso. Então, vinham mais bem preparadas, porque já sabiam o que iam enfrentar nas fases posteriores. Hoje, muita gente vem procurar emprego onde nós estamos oferecendo uma carreira. Você entendeu a diferença? (...) Anteriormente as pessoas

vinham mais vocacionadas, entendeu? Você identificava em quem entrava na corporação, naquela época, aspectos vocacionais marcantes. Você agregava o aspecto profissional, e você tinha ali um bom profissional. Você já tinha ali alguém efetivamente compromissado com a causa pública. Hoje você já tem um pouco mais de dificuldade na seleção de indivíduos com esse perfil. Por quê? Ele vem muito mais pela necessidade do que pela carreira. Ele vem procurando um sustento, ele vem em função da estabilidade do emprego. Ele vem, muitas vezes, pela autoridade que a polícia reflete. Ele vem, muitas vezes, seduzido pelo poder. [*Capitão PM - 25 anos de corporação*]

Antigamente, pra você entrar na polícia militar, o cara tinha que gostar, ele tinha que vestir a camisa, senão ele não entrava. Hoje, não. O pessoal, devido à falta de emprego no país, então eles entram por uma opção de emprego. Eles entram ali pra ser um cabide de emprego, assim que eles conseguirem algo melhor, eles vão buscar o objetivo deles. E está certo, não estão errados, é melhor estar na polícia militar do que estar desempregado. Tá ganhando pouquinho, mas é melhor pingar do que faltar. E muitos, na verdade são a grande maioria, entram com esse pensamento aí. Eles não entram vestindo a camisa. [*Cabo PM - 22 anos de corporação*]

O pessoal já vem com um esclarecimento maior, já vem com outra mentalidade. O pessoal vem com mais instrução, e vem no intuito de chegar aqui já vendo uma posição maior lá na frente. Ou muitos vêm porque não conseguem um emprego lá fora. Então entra pra cá para estabilizar, e sair fora. Então, não vem com aquele intuito de vestir a farda. A maioria não vem não. A motivação deles é para o emprego, não é para o serviço. Antigamente, a motivação, acho que era mais pela farda. Então você era mais, tinha mais brio, né? Até que a gente brincava aqui, tinham certas brincadeiras que eram pesadas, mas os caras seguravam, aceitavam, tal. Hoje em dia não, a motivação eu acho que é para o emprego. E o emprego lá fora tá difícil. Aí a pessoa entra aqui, fica aqui, lá, um ano estudando, recebendo mais de mil reais. É pouco? É. Só que, lá fora, mil reais tá difícil ganhar, hein? Tá difícil. Ele vem aqui pela motivação do emprego. Serviço? ‘Ó, tô fora’. Então ele tá ali, pode pegar qualquer um lá que está começando, ele não quer sair pra rua, que é a função nossa, o policiamento. A maioria já está pensando em encostar em uma secretaria, administração. Por que? ‘Ah, eu quero fazer faculdade’. A maioria. Então, mudou bastante. Antes o pessoal era mais profissional. Muito mais. Muito mais engajado com a farda. [*Sargento PM - 25 anos de corporação*]

Representando o ponto de vista da “outra parte” envolvida nessa questão, me lembro de uma conversa com um capitão, que tem 18 anos de corporação. Minha interação com esse capitão foi, de certa forma, curiosa. Logo que cheguei à unidade, ele se mostrou bastante interessado pela minha pesquisa. A essa altura eu já havia aposentado o gravador e, por esse motivo, as conversas tinham uma dinâmica muito mais fluida e relaxada. Aproveitando-se

disso, o capitão não me deu a menor chance de atuar como uma observadora supostamente neutra diante daquela realidade. A cada pergunta minha, ele respondia e emendava um “e você, o que acha disso?” Embarquei na onda e tentei responder todas as questões da maneira mais sincera possível. Acredito que tenha sido uma experiência gratificante para nós dois. No fim do dia, ele chegou a me agradecer pela “seção de análise gratuita”. De fato, em alguns momentos, de forma espontânea e leiga, nos aproximamos bastante disso. É a um desses momentos que remeto.

Depois de “passar em revista” as instalações da unidade, nós caminhávamos em frente a uma grande área arborizada contígua ao terreno da unidade. Era um local onde tínhamos bastante privacidade e, como se estivesse aguardando aquela oportunidade, ele me perguntou se eu não queria saber se ele gostava da polícia militar. Respondi que eu ia chegar lá, mas, se ele estava com tanta pressa, que respondesse a questão. Ele foi taxativo: “eu odeeeio isso aqui”. Achando graça no tom confessional do meu interlocutor, ajeitei os óculos em cima do nariz e, incorporando a psicóloga, perguntei se ele gostaria de falar mais sobre aquilo. Como eu suspeitava, tratava-se de uma frase de efeito: a expressão catártica de um sentimento muito mais elaborado do que aquela sucinta declaração faria supor. Ele continuou:

Não é que eu odeeeie... Mas, caramba, isso aqui é só o meu trabalho. Eu faço o que eu tenho que fazer, da melhor maneira possível, gosto de algumas coisas, não gosto de outras, mas é só isso, é o meu trabalho. Mas aqui dentro não pode ser assim. Quando eu digo isso para as pessoas aqui dentro, elas falam – Mas, *como!*? Você não *ama* a Polícia Militar!? – Não, não amo! Meu pai foi comandante [de um determinado batalhão]. Eu cresci ouvindo ele dizer que ser policial era sair na rua pra caçar bandido. E não é nada disso. Essa idéia me revolta. Eu não estudei tudo que eu estudei pra sair na rua *caçando* bandido. [*Capitão PM - 18 anos de corporação*]

Traduzindo falta de amor por ódio, o capitão dava vazão a uma série de questionamentos que se dirigem justamente a algumas das concepções que estão por trás das idéias de “vestir a camisa” ou “ter amor pela farda”. A relação que ele estabelece entre amar a polícia militar e engajar-se em uma caçada contra o mal traz à tona um conjunto de valores

que ele atribuía à perspectiva segundo a qual uma “carreira” dentro da corporação equivale a algo mais do que um emprego ou um trabalho. No que, talvez, possa ser interpretado como um conflito de gerações, expresso em termos de diferentes engajamentos na profissão, esse depoimento introduz o elemento “estudo” como um diferencial que se contrapõe aos atributos supostamente necessários para se cumprir a missão policial.

Faço questão de utilizar a palavra “talvez” para me referir a esse conflito entre gerações porque, apesar de a perspectiva geracional ficar muito marcada nas falas dos policiais, a oposição entre um engajamento vocacionado e um engajamento profissionalizado encontra eco nos discursos de policiais de diversas faixas de antigüidade e eles mesmos atentam para o fato de que essa oposição constitui uma *tendência* de diferentes gerações, sendo possível encontrar exemplos contrários tanto em um lado quanto em outro.⁶³

Da mesma forma, a menção ao elemento “estudo” traz à tona uma outra questão, relacionada à importância atribuída pelos policiais à complementação de estudos fora da corporação, que também não pode ser devidamente equacionada apenas em termos geracionais, pois perpassa o fator antigüidade. Como foi colocado em outra parte deste trabalho, os policiais apontam como uma mudança positiva dentro da polícia militar o fato de que atualmente é muito mais difícil entrar na corporação, uma vez que os processos de seleção estabelecem como pré-requisito a escolaridade mínima de 2º grau completo, tanto para praças quanto para oficiais. Contudo, eles fazem questão de enfatizar que hoje em dia uma parte considerável do efetivo total possui curso superior.⁶⁴

Muitos policiais, nesse caso, as praças, afirmam que o estímulo para prosseguir os estudos é um reflexo da importância que o diploma de curso superior adquiriu atualmente na sociedade como um todo, mas lamentam o fato de que, dentro da corporação, a maior escolaridade não contribua de forma mais significativa para a progressão na carreira. Os

⁶³ O tempo de serviço do capitão mencionado atesta isso.

⁶⁴ O Curso de Formação de Oficiais, da Academia de Polícia Militar do Barro Branco, foi reconhecido como curso superior pelo MEC em 1982. Ver tabela sobre a escolaridade do efetivo no anexo.

oficiais, por sua vez, enfatizam outros benefícios de se complementar a formação no mundo civil, enfatizando a importância de uma maior abertura para novos tipos de conhecimento e para um contato mais intenso com a sociedade.

Então, se eu fosse fazer um resumo essencial da minha vida, eu tive que reaprender meu ofício várias vezes ao longo da carreira. Eu não sou mais o mesmo policial que saiu da Academia. Eu devo em grande parte isso, primeiro ao fato de, eu acredito, em primeiro lugar, ao fato de ter ido à universidade. Porque na universidade eu resgatei a linguagem da minha geração. Eu reaprendi a falar como a minha geração falava, e partilhei alguns dramas que eu não sabia que atingiam a minha geração. Eu fiquei cinco anos interno, praticamente, na Academia, dedicando vinte e três matérias por semestre, então, você não tem tempo exceto, você tem tempo pra estudar, praticar esporte, ir pra casa ver a namorada correndo, ou ver a mãe correndo, voltar pro quartel. (...) Então, quando eu voltei pra universidade, e encontrei minha geração lá, eu vi alguns dramas que eu não sabia que existiam. Por exemplo: o desemprego. Eu vi minha geração com problemas seríssimos de arrumar trabalho. Pra mim era uma coisa distante. Até porque, como aluno, eu lia pouco jornal. (...) Muita gente da minha geração foi complementar estudos fora da instituição. Isso eu acho que é um aspecto bastante saudável. Eu tive outros colegas, por outro lado, que acabaram indo pra cidades pequenas do interior, e acabaram se focando naquela região, nunca mais vieram pra capital. Eu fui reencontrá-los no curso de aperfeiçoamento de oficiais, o CAO, já em... eu fiz CAO em noventa e nove, portanto dezoito anos depois de sair da Academia. Uma coisa que me chocou um pouco foi encontrar colegas com o mesmo discurso de oitenta e um, da época que nós saímos da Academia. Gente que se afastou da universidade, gente que não lê jornal, e fica limitado ao cotidiano da caserna, do quartel, das operações policiais, etc. Então, isso acaba fazendo com que a pessoa não tenha percepção de mudanças importantes que o mundo passa, e a pessoa não se dá conta de que as coisas estão mudando. [*Tenente-Coronel PM - 29 anos de corporação*]

Eu acho que tem uma possibilidade maior também de... que favoreceu essa evolução da polícia, foi que novos comandantes, comandantes que... que antigamente, pra você fazer uma faculdade, era complicado. Isso, antigamente que eu digo, acho que até antes da minha entrada na polícia. Eram pouquíssimos oficiais. Praça, era quase impossível você ver praças que fizeram faculdade na época de oitenta e cinco, oitenta e sete. Tinha um, hoje já aposentado, um coronel, eu lembro que ele foi meu professor de história em oitenta e oito, em oitenta e sete, na Academia, e ele era formado em História, e ele fez na USP. E ele ia disfarçado na USP, ele não ia fardado, nada disso aí, porque História, né, História sempre tem aquele... historiadores é aquele estereótipo, não sei se seria isso, mas um estereótipo de pessoas meio, assim, uma tendência um pouco mais pra esquerda do que direita. Então ele tinha essa dificuldade. Hoje, não. Hoje você vê vários oficiais, praças, qualquer nível, se formando, e isso aí é importante, eu acho. Muito importante. Você viver só internamente na polícia, você fica com uma visão, eu acho que muito limitada. E, como a polícia, ela só existe realmente pra coexistir com a sociedade, pra dar essa proteção pra sociedade, ela tem que, não ficar com uma visão limitada, ela tem que

abrir. Então, eu até estímulo muito os meus policiais aqui a fazer faculdade, quer seja Direito, Educação Física, qualquer coisa, porque você convive com pessoas de fora, experimenta informações diferentes daquelas que você teve. Diferentes assim, um outro norte de informações. Então, isso é importante pra abrir o leque. Eu acho que isso aí, naquela época que tinham alguns policiais, oficiais, que tiveram faculdade, hoje eles já, alguns já se aposentaram, então, eles, acho que eles tiveram uma visão, uma formação, eu acho que um pouco mais completa que os seus antecessores. E assim vai ser, tenho certeza que hoje a formação, eu dou aula na Academia do Barro Branco também, a formação dos alunos lá hoje, ela é muito mais atual do que a que eu tive, e tenho certeza de que pode ser até melhor ainda pra nossa realidade. Então eu acho que isso que ajuda até a mudança da polícia, de postura, esse tipo de coisa. [Tenente PM - 18 anos de corporação]

Os policiais que fazem ou fizeram faculdade ou pós-graduação no mundo civil sempre mencionam a surpresa dos colegas de curso quando descobrem sua profissão, expressa em observações do tipo: “Não acredito... Você é um policial militar? Mas você não parece um policial militar”. A possibilidade de influenciar a percepção sobre a corporação, mesmo que de um grupo restrito de pessoas, é apontada como um dos aspectos positivos proporcionados pela interação com os colegas civis dentro das universidades.

Eu já cheguei, saí de uma ocorrência, tinha prova na faculdade, não ia dar tempo de eu chegar aqui e me trocar, eu já peguei meu carro e fui direto, fardado. Cheguei e fiz a prova, meus amigos da faculdade sabiam que eu era policial. Mas eu acho importante, o policial, quando ele tem essa convivência de uma faculdade, ou às vezes, dependendo de onde ele mora, mostrar que é policial, pra às vezes as pessoas... porque a imprensa, às vezes ela mostra só o lado ruim, né? E nunca vê o lado bom. O lado bom não vende matéria, então ela não mostra. A polícia militar são, acho que noventa mil homens. Tem muita gente que não presta, claro. Um efetivo tão grande assim, em qualquer corporação, qualquer empresa, sempre tem aquela parcelinha que não presta mesmo. Mas tem muita gente que possui... eu lembro, na faculdade de engenharia, tinha amigos que falavam ‘pô, mas, você é polícia? Não é, você tá me zoando’. Ficavam brincando. Achavam, porque essa é uma visão da população, que, pelo menos até então, eu acho que, isso às vezes por nossa culpa também, de achar que a polícia é truculenta, só tem troglodita lá, cara que não sabe fazer uma continha de mais, é isso, né, aplica a força, o músculo que serve está no bíceps. E na verdade não é isso, tem, nossa, uma infinidade de pessoas aqui que já escreveram livros, que tem formação acadêmica aí. E eu acho que é importante o policial mostrar pra aquele universo de pessoas que moram ao redor dele, próximo dele, até pra mudar essa mentalidade. [Tenente PM - 18 anos de corporação]

- *Polícia X Sociedade: admiração, respeito ou medo?*

A desconfiança, o descrédito e o desrespeito são os principais elementos que marcam a forma como os policiais enxergam a relação da sociedade com a polícia militar. O pouco valor atribuído aos profissionais de farda é visto por eles como um fenômeno generalizado, que remete não apenas à relação da sociedade com a corporação mas, mais do que isso, à relação com a própria noção de autoridade. Assim, muitos policiais tematizam a relação da população com a polícia militar remetendo a um tempo pretérito em que a farda era um símbolo de *status*, que inspirava apreço e confiança. Contudo, é preciso notar que, nas falas dos policiais, o que caracterizava a relação entre a sociedade e a corporação no passado segue uma espécie de escala, variando desde a admiração, passando pelo respeito, até o medo, mais as diferentes misturas entre eles.

Então, eu não chego fardado na minha casa, eu não saio fardado da minha casa, eu evito ao máximo andar fardado, entendeu? Agora, existiu uma época que era orgulho andar fardado. Hoje não dá mais. Por quê? Porque a criminalidade cresceu, o bandido tá à vontade, e ele se sente no direito de tomar satisfação com o policial. Antigamente, você passava na rua, a população baixava a cabeça quando via um policial, isso era respeito. Agora, por que? Ditadura? Eu não sei se era a ditadura, eu acho que era respeito. E eu me lembro, quando era criança, quando era moleque, que quando eu via uma viatura, eu admirava a viatura. Hoje em dia, você passa na frente de um moleque, ele tira sarro, te chama de ‘coxinha’.⁶⁵ E você vai fazer o que com esse moleque? Não vai fazer nada. Não pode. Então, quer dizer, o policial hoje, a carga de estresse que ele recebe quanto a isso, principalmente os mais antigos, que entendem isso como uma ofensa enorme, uma falta de respeito sem precedente, então ele é obrigado a engolir isso. Isso causa um estresse muito grande na tropa. Falo por mim, mas isso é o que todos nós sentimos. [*Aluno-Sargento - 19 anos de corporação*]

Hoje em dia, o que a gente percebe muito, que as pessoas ficaram muito... determinadas pessoas ficaram muito mal educadas. Ou seja, nós somos um instrumento do Estado. O policial militar é um instrumento do Estado, fazer seguir as

⁶⁵ “Coxinha” é um termo pejorativo para se referir a policiais militares em São Paulo, mas não conheço nenhuma explicação para seu uso. Certa vez, estava conversando com um capitão sobre o benefício que os policiais recebem para alimentação, e meu interlocutor disse que o valor recebido não era suficiente nem para tomar um refrigerante e comer uma coxinha em um bar. Dizendo isso, o capitão se virou para outros policiais que estavam próximos a nós e perguntou: “não é pessoal, quanto custa uma coxinha aí fora?”, ao que todos protestaram, em uma grande algazarra: “não capitão, coxinha não. A gente só come empadinha, risole...”

leis, fazer cumprir as leis. Então, isso é o nosso, nossa obrigação. Ou seja, nós estamos passando, patrulhando, se a pessoa furtar alguma coisa, nós temos a obrigação de prender essa pessoa, não é? Não de virar a cara, e sim de prender, conduzir a uma delegacia, e lá se toma as demais providências. (...) Então, aí nesse sentido todo, o que que ocorreu? Nós sofremos, ainda hoje, porque uma grande parcela da população é muito mal educada. Também, modificou toda a educação, modificou muito. Uma criança de quinze anos não é uma pessoa de quinze anos há 'x' anos atrás, que o pai e a mãe ensinavam 'ó meu filho, tem que respeitar pai e mãe, polícia'. Hoje em dia, não. Hoje em dia, dependendo da situação, um menor, de seus quinze, dezesseis, dezessete anos já manda o policial pra aquele lugar. Não respeita mesmo. Aí vamos crescer um pouquinho, vamos aumentar um pouquinho, o adulto já se torna mais insolente com a gente. Acha que... aí vem com aquele famoso, que ele paga nosso salário, né, já começa por aí. E não é bem assim. [*Sargento PM - 29 anos de corporação*]

Antigamente, a população era muito mais amiga da polícia. Hoje em dia, não. Talvez até por diversos problemas, diversas ocorrências mal resolvidas, muitas ocorrências erradas que a gente acompanha no nosso dia a dia, a população vai se desgostando um pouco da polícia militar, e se afastando um pouquinho, cada vez mais, da polícia militar. Antigamente, a criança não podia ver um policial na rua que queria cumprimentar, dar um tchauzinho, ver uma viatura, né? A criança de antigamente era afionada a adentrar uma viatura, ou simplesmente conversar com um policial. Hoje em dia isso é muito difícil acontecer. Então, a população hoje quer se afastar o máximo possível do policial. [*Cabo PM - 22 anos de corporação*]

[Antes] se respeitava mais a polícia. Quando a polícia agia mais por raça, coragem, o povo respeitava mais. Não sei se respeitava ou tinha medo. Era um, uma junção de respeito e de medo. Hoje não tem isso. Hoje se eu for fazer uma abordagem em você e você não gostar, você pega e vai na corregedoria, você me denuncia, e vai ser feito um monte de papelada, vão apurar, e vão me punir porque eu tratei você com energia demais. Às vezes eu nem te, não te desrespeitei, mas eu te tratei com uma energia, com um pouco mais de energia. [*Major PM - 27 anos de corporação*]

Antigamente tinha mais respeito. Tinha muito mais, quando eu comecei. Você se impunha mais. Só que a polícia também era mais violenta. E naquela época, acho que o povo também não era tão esclarecido com os seus direitos. Ou tinha medo de ir atrás dos direitos. Aí tem os dois lados. Hoje em dia a população já é mais esclarecida. Então ela se acha superior ao policial, no geral. O policial, pra ela, não é nada. 'Eu sou comerciante, eu valho mais que um policial'. Ele se acha mais. Só que precisa da gente. [*Sargento PM - 25 anos de corporação*]

Fazer uma pesquisa sobre a polícia militar tem um aspecto interessante, principalmente em uma cidade como São Paulo, onde esse objeto de estudo tem uma visibilidade muito grande. É possível "cruzar" com policiais militares o tempo todo: nas ruas,

na imprensa, nos programas televisivos. Contudo, não sei se eu tive sorte ou se seria pouco provável que isso não acontecesse, mas o fato é que, durante a pesquisa, diversas vezes tive a impressão de estar no lugar certo, na hora certa. Em várias oportunidades pude acompanhar dentro da corporação a repercussão de episódios que, na mesma manhã, havia tomado conhecimento através da imprensa ou, ao contrário, tomava conhecimento, em primeira mão, de fatos que se tornariam notícia no dia seguinte, mesmo que fossem episódios corriqueiros, cuja repercussão tenderia a se restringir apenas à unidade mais diretamente envolvida na situação. Talvez como um triste sinal dos tempos, fiquei impressionada com a facilidade com que podia fazer um detalhado acompanhamento da vida “noticiável” da cidade de dentro das unidades da polícia militar.

Porém, o inverso também acontecia e, com um olhar mais atento, podia observar no movimento da cidade muitas das questões que os policiais levantavam durante nossas conversas. Uma cena muito marcante que presenciei remetia justamente a uma idéia que ouvi incontáveis vezes nas narrativas dos policiais para ilustrar a relação da sociedade com a polícia militar. Eu havia acabado de deixar uma unidade e, como sempre fazia, peguei o metrô de volta para casa. Caminhando na rua, logo tive minha atenção voltada para um grupo de adolescentes que caminhava poucos passos adiante. Eram três garotas que deviam ter por volta de quinze anos e um garoto um pouco menor, que não teria mais do que dez anos. Todos carregavam mochilas nas costas e, pelo horário, imagino que estivessem voltando da escola. O grupo atraiu minha atenção porque o garoto se comportava de uma maneira, digamos, excessivamente “expansiva”. Ele falava alto, gesticulava bastante e, quando era obrigado a desviar de alguma das muitas bancas de camelôs que ocupavam a calçada, soltava um grito bem alto para assustar a pessoa que cuidava da banca. As meninas o cutucavam repreensivamente, mas pareciam estar se divertindo com aquelas “traquinagens”.

Na primeira esquina em que paramos, esperando o sinal abrir, o garoto começou a gritar para dentro das janelas dos carros que passavam em baixa velocidade. Enquanto pensava comigo mesma sobre a falta que fazem umas boas palmadas, paramos no cruzamento seguinte. O grupinho então se separou, duas meninas aguardando para seguir em frente, enquanto a outra menina e o garoto dobraram a esquina. A poucos metros de nós havia uma viatura da polícia militar estacionada, com um policial sentado no banco do motorista e um outro do lado de fora, em frente à porta, conversando com o que estava dentro do veículo. Eu ainda observava o garoto despedindo-se festivamente das colegas que aguardavam o sinal abrir quando ele parou atrás do policial que estava fora da viatura, em um ângulo que fechava a visão do policial que estava dentro. Olhando para as meninas paradas ao meu lado, ele ergueu as mãos na altura do peito, com os dedos médios em riste⁶⁶ apontados para as costas do policial e começou a balançar os ombros em uma zombeteira dança. Sinalizando para que ele parasse com aquilo e fosse embora, as meninas não conseguiam conter as gargalhadas. Entre a perplexidade e a curiosidade antropológica, eu não conseguia acreditar no que estava vendo. Aquela cena parecia um “fato etnográfico” perfeito demais para ser verdade. Mas, infelizmente, era.

Estabelecendo uma relação entre a imagem que a polícia militar tem junto à população e eventos negativos que influenciaram essa percepção, vários policiais afirmam que, hoje em dia, a relação da população com a polícia está, aos poucos, melhorando. Essa melhora é atribuída a algumas iniciativas relativamente recentes, como a Polícia Comunitária e a criação dos Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEGs). Dificultando o que entendem como uma não apenas desejável, mas necessária aproximação entre a sociedade e a polícia militar, aparece a questão relacionada à falta de conhecimento que o público tem sobre as atividades desempenhadas pela corporação. Seguindo esse raciocínio, os policiais

⁶⁶ Fazendo o gesto conhecido como “dar o dedo”.

afirmam que, quando as pessoas têm a chance de conhecer mais de perto o trabalho da polícia, as opiniões negativas tendem a mudar.⁶⁷

Veja bem, a gente não tem como mudar [a imagem da polícia militar], pelas instituições em que a polícia militar está, entre aspas, meio que agregada. Tem como mudar? Tem. No conhecimento, em passar o que é a polícia militar para o cidadão. (...) Então, os meios de comunicação, seja televisão, jornal, mas principalmente a televisão, ela tem uma forma de agregar valores à imagem de uma instituição. E, geralmente, a televisão, ela não traz fatos positivos. Por exemplo, você já ouviu dizer que a polícia militar faz, em média, nas suas viaturas, dentro das suas viaturas, de dois a três partos por dia? Em todo o estado de São Paulo. Por mês, é de cinquenta a setenta partos realizados. Dentro da viatura, socorrendo. Então, isso muitas vezes não é passado. [*Major PM - 25 anos de corporação*]

Olha, a população, quando vê a gente trabalhando, ela não sabe o que a gente passa. Ela não vê. Só vê as coisas erradas. O que a gente passa no dia a dia, o policial militar que está direto na rua, é estressante. E ele não vai acertar sempre. Isso aí não... ele não vê. Ele vê o policial militar ali, ele tem que saber de tudo. Ele vê o policial militar, 'não, esse aqui é o cara. Ele tem que conhecer de tudo. O que eu perguntar pra ele, ele tem que saber. E não pode fazer nada errado'. Só que quem está ali usando a farda é um ser humano. É um ser humano. Isso aí ninguém parou pra pensar. Tá sujeito a vários erros. Só que nossa profissão não admite falha. Nossa falha pode levar à morte de alguém, ou pode levar um inocente pra cadeia, sei lá. Isso aí ninguém vê, e é estressante. Completamente. Tem... tá tendo uma peça, fizeram uma peça, do dia a dia do PM. É interessante. Acho que algumas pessoas até viram essa peça. Paisanos, não foi só a gente, só nós. Então ali diz um pouquinho o cotidiano do polícia, do policial. Desde que ele sai da casa dele. Das brigas, dos bicos, da bebida, o álcool. E aí vai. É bem interessante, é mais ou menos o que acontece. Que o estresse é grande. Você acha que não, mas é. Aí o pessoal levava os paisanos, os conhecidos. (...) Eu acho que a população, se tivesse um programa direcionado ao dia a dia, e pegar essas pessoas, esses políticos e colocar dentro de uma viatura, 'vamo embora, vamos sair, vamos ver o nosso dia a dia', aí eles vão sentir. Não é fácil. Somente quem está na rua. É complicado, aí a pessoa acho que ia sentir um pouquinho como que é ser um policial militar. [*Sargento PM - 25 anos de corporação*]

Tem que existir uma maior integração entre a polícia militar e o público externo. Mas isso é um trabalho lento. O pessoal ver que... não pensar naqueles anos oitenta, ou setenta, ou sessenta, o policial militar... então tem que, tem que existir integração. Nós somos iguais a todo mundo, o policial militar. E o pessoal, muita gente pensa que não. [*Sargento PM - 29 anos de corporação*]

⁶⁷ É interessante detectar aqui uma tensão que me parece presente em todos os universos profissionais. A necessidade de aproximação colocada nesse momento parece entrar em conflito com a percepção de que existe um distanciamento necessário para a preservação dos saberes e práticas profissionalmente monopolizados.

Nesse cenário, surgem dois atores com quem os policiais militares mantêm uma relação, na maioria das vezes, conflituosa. O primeiro deles é a imprensa, que tenderia a divulgar uma imagem muito negativa da corporação, concentrando-se apenas nas falhas e nos erros dos policiais, pois, afinal de contas, “notícia boa não vende jornal nem dá ibope”. O segundo ator mencionado com frequência são as organizações de direitos humanos. A queixa de que “os direitos humanos” só se preocupam com os bandidos é uma constante nas falas dos policiais, que afirmam nunca terem visto alguém dos direitos humanos indo na casa de um policial que foi morto em serviço para ver se a família dele precisa de alguma coisa. Essa postura tendenciosa atribuída ao “pessoal dos direitos humanos” provoca uma reação defensiva que revela um certo ressentimento.

Então, o que que precisava? Esses organismos de direitos humanos estarem juntos com a gente. E quando o policial vai lá numa ocorrência, se envolve numa troca de tiros, esse organismo ir lá, e ir lá defender o policial também. Mas ele está lá preocupado em defender o marginal. Você não vê organismos de direitos humanos defender a gente. (...) Agora, por que? Não sei, será que é porque o organismo de direitos humanos, ele já é pré-determinado, pré... o pré-julgamento dele é em cima do organismo do Estado, é atacar o Estado, naturalmente? Não precisa ser assim. Não precisa ser assim, eu acho que você tem que trabalhar em cima de pessoas. Então você tem que ver o fato em si. Então, porque o policial cometeu um crime. O policial errou. Mas, independente dele ter errado, ele não precisa ter um apoio? Não tem lá um apoio, Pastoral da Criança lá na FEBEM, Pastoral da não sei do quê lá no presídio. O monte de pessoas que vão, que ficam dando esse apoio, e para o policial? Ou tem que esperar ele ir preso, ou ele morrer, pra daí você querer fazer um trabalho com ele? Por que não fazer um trabalho preventivo em cima dele, de aproximação desses organismos de direitos humanos e direitos da pessoa, sei lá que tipo de organismo que pode, dele estar aqui dentro junto com a gente, e ele estar vendo o trabalhar de cada um. [*Major PM - 27 anos de corporação*]

O pessoal reclama, policial violento, não sei o que, tal-tal-tal. Eu nunca vi um policial que morreu de morte violenta, que tomou um tiro de fuzil na rua, tal, aparecer um representante, só unzinho. Não precisa ser o chefe não, podia ser lá o auxiliar de um auxiliar, podia ser o boy. Chegar e falar ‘me mandaram aqui porque eu sou do direitos humanos, só pra vir fazer homenagem aqui porque o polícia morreu em serviço, e me mandaram aqui pra representar’. Nunca. Por que que eu lembrei disso? Morreu um sargento aqui há quinze dias atrás. Eu não vi uma manchete no jornal, uma pessoa do direitos humanos falar ‘era um policial, morreu, no cumprimento do dever’. Era um tiroteio, então não foi uma coisa montada, era um tiroteio. Prenderam um, feriram outro. Só que um [policial] morreu e deixou dois filhos. E o outro com um ferimento

na perna. A gente cumpre o dever sem ter retorno nenhum. [*Sargento PM - 25 anos de corporação*]

Por fim, a desconfiança da população em relação aos policiais é interpretada também como um elemento cultural, uma tendência da sociedade de se contrapor a qualquer noção que implique algum tipo de autoridade. Alguns policiais enxergam nesse comportamento uma conseqüência do longo período autoritário pelo qual o país passou, no qual as pessoas teriam sido obrigadas a reprimir todas as formas de manifestação contrárias à autoridade constituída. A abertura política e a liberdade de imprensa teriam provocado, então, um sentimento de que “agora pode tudo”. Somando-se a isso, os policiais apontam outros fatores, como a desestruturação da família, a falência do sistema educacional e o declínio da influência religiosa. Todos esses são elementos que contribuiriam para uma inversão de valores, fazendo com que as pessoas se preocupem apenas com seus direitos, esquecendo-se dos seus deveres.

Os próprio padrões formativos, dados dos pais para os filhos, era diferente na época, em termos de exigência. Naquela época você falava pra um filho que ele não ia sair a noite de casa, ele não saía a noite de casa. Que ele tinha que estar às vinte e duas horas em casa, ele estava às vinte e duas horas em casa, e não tinha muito ‘chabu’ não. Os critérios de formação eram muito mais exigentes. Então, a sociedade era muito mais exigente com ela mesma, entendeu, sob o ponto de vista disciplinar. E até, muita gente até gostava que o filho fosse servir o exército, ‘porque agora ele vai tomar juízo’, aquela coisa toda. Então, tinha tudo isso. Hoje, as coisas já são um pouco diferentes. Então a gente absorve também muito da questão social. Então aquela formação, aquela questão do respeito, ‘olha, tá vendo o policial, respeita o policial’. Então, aquela coisa toda, era, a coisa era mais diferente. [*Capitão PM - 25 anos de corporação*]

As mudanças sociais são brutais. A cultura do mundo, do país, tem mudado brutalmente. Então, algumas dessas mudanças afetam sem dúvida a relação da sociedade com a polícia. Por exemplo, a baixa escolaridade, não formal, mas a baixa escolaridade real, associada ao apelo do consumismo, e às famílias desestruturadas onde a mãe trabalha fora e deixa os filhos na rua, falta de vaga em creches e tudo mais, criou uma geração muito grande de jovens que buscam na prática de delitos a satisfação das suas necessidades de consumo. Então isso é um fenômeno social que refletiu na questão da criminalidade. A globalização, a internet, favoreceu uma série de práticas criminosas que a gente não conhecia. E da qual a gente está correndo atrás

do prejuízo, a gente não está preparado pra ela. Nós que eu digo a polícia, a justiça, o governo. O recuo do poder da igreja também é um fator importante, porque a pessoa, ela tem dificuldades pra estabelecer limites em casa, na escola, na igreja, e muitas vezes a polícia acaba tendo que estabelecer o limite pra ela. E obviamente a pessoa se sente compelida, ela se sente pressionada, ela se sente invadida na sua privacidade quando a polícia ‘sim, agora você não pode fazer isso, tem que fazer aquilo’. Agora, passado o momento da redemocratização, quando tudo era permitido, e é natural, porque depois de vinte e cinco anos de governo de exceção as pessoas queriam respirar liberdade. E houve uma explosão de liberdade no país, em todos aspectos. Hoje... e isso se estendia, por exemplo, à proteção dos criminosos. As pessoas falavam ‘ah, coitado, coitado do menino’, o menino era um adolescente infrator. Hoje, eu já percebo um nítido recuo nisso. As pessoas já não têm essa visão de ‘ai, coitado do menino’, tal. Isso é um fator, de um certo modo interessante, mas perigoso também, porque as pessoas acabam querendo que a polícia traga a solução imediata pra um problema que não é de competência da polícia trazer. [*Tenente-Coronel PM - 29 anos de corporação*]

Ao mesmo tempo, o maior esclarecimento da sociedade e o maior acesso a informações leva à constatação de que hoje em dia todos sabem como reclamar sobre o atendimento policial. Sob este ponto de vista, ser policial hoje em dia é mais difícil do que ser policial antigamente. Aos poucos eles vão percebendo que ser policial envolve mais habilidades do que o velho e ainda indispensável tirocínio e que, para desempenhar suas atividades, eles têm que aprender a lidar com muito mais pessoas do que apenas com bandidos. Para se adequar a essa realidade, os policiais se vêem diante da necessidade de reconstruir no dia-a-dia das ruas a base da autoridade da qual estão investidos, que é questionada a cada nova interação com o público a que prestam serviços.

Você imagina só você chegar na rua, está com seu carro, o policial fala ‘a senhora não pode passar por aqui, tal’ [com voz ríspida], a senhora vai olhar, ‘pô, mas que policial...’ Mas se você vê uma pessoa sorrindo, educada ‘olha, a senhora aguarda um momentinho por favor, não dá pra passar, que nós estamos com um problema, olha, o melhor caminho, pra onde a senhora está indo?’ ‘Olha, eu não vou perder meu tempo, que eu estou com pressa...’ ‘Tudo bem, a senhora quer ir pra casa, resolver os seus problemas, mas é que houve um acidente, a senhora, calma, olha, o melhor caminho que a senhora pode fazer...’ Você vai receber com carinho, por causa da forma que ele vai te levar. Mas se ele estiver de mau humor e só [estica a mão fazendo sinal para parar e sinaliza para o carro seguir em outra direção], aí a pessoa já vem ‘e o meu direito de ir e vir que a Constituição me assegura...’ [*Sargento PM - 25 anos de corporação*]

Diante disso, o novo contexto social parece estabelecer um embate dentro da corporação entre perspectivas, colocadas em termos geracionais, quanto à possibilidade de desenvolver de forma satisfatória as atividades de policiamento.

[Depois que aconteceu aquilo na Favela Naval] a polícia não fazia mais nada. Começou com a polícia não fazer mais nada. É tipo, policial na rua falava assim ‘não dá pra fazer mais nada’. Com as ordens que vieram, com tudo o que estava acontecendo. E era aquilo que eu te falei, a polícia acabou. Então era o que a gente ouvia, e eu estava fora da rua nessa época, eu já não estava mais na rua, desde noventa e quatro. Eu já não estava mais. Então... mas eu ouvia, tinha contato. Eu ouvia os policiais dizendo ‘não dá pra fazer mais nada. Ninguém faz mais nada’. E ninguém fez mais nada. [*Aluno-Sargento - 19 anos de corporação*]

Mudou a política, mudou os direitos humanos, mudou muita coisa. Se dá mais valor hoje pra muitas coisas, mas a gente tem que seguir corretamente essas mudanças. Eu ainda até falo hoje com o pessoal da tropa, com os meus subordinados, com soldados que entram hoje, que, pra minha visão, se torna bem mais fácil. Eu peguei uma época que foi mais turbulenta, hoje se torna um pouco mais não tão turbulenta, mas você dá pra... pra seguir as novas normas. [*Sargento PM - 29 anos de corporação*]

Tem muita gente que fala assim, ‘ah, hoje não dá pra trabalhar’, né? ‘Ah, não dá pra trabalhar na rua, já foi-se o tempo’. Não, dá pra trabalhar. É só você fazer a aplicação da lei, nem mais, nem menos. Não compete a mim, não compete a mim, a querer julgar se o cara está certo ou não. Isso aí é outro nível, são juízes, promotores, vai ter todo um processo. Você dá o cumprimento da lei de prender alguém, se prender em flagrante. Prende, algema, e não compete a você decidir se aquele cara cometeu aquilo, ele está à margem da sociedade, você tem que aplicar um corretivo nele, não, não compete a você. Então, eu acho que os policiais que reclamam que não dá pra trabalhar hoje, é porque às vezes, acho que até mesmo antes da Constituição cometia-se muitos abusos. E hoje, felizmente, isso diminuiu muito, e felizmente mesmo, né, pra não ter esses abusos. Então eu tenho que saber melhor trabalhar, eu tenho que estar melhor preparado. E eu só minimizo, vou minimizar essa ação de ter algum abuso, dizer assim que não dá pra trabalhar hoje, é com treinamento. Então eu acho isso. Mas hoje dá pra trabalhar normalmente. [*Tenente PM - 18 anos de corporação*]

Os antigos, muitas vezes, lamentam que hoje não se pode mais trabalhar. Que a polícia não tem mais como trabalhar. Muitos, você deve ter ouvido muita gente falar isso, ‘ah, hoje não dá mais pra trabalhar’. E quando me falam isso, eu digo: ‘então se prepare, porque vai piorar muito. Vai ser muito mais difícil trabalhar’. Hoje a gente ainda pode entrar em um ônibus, e escolher pessoas pra revistar. Daqui a alguns anos você não vai mais poder fazer isso. A pessoa vai falar ‘por que que você me escolheu, e não escolheu ele?’ ‘Não, porque é o poder discricionário da polícia’. ‘Bom, eu quero saber por que? Porque eu sou preto? Porque eu sou pobre? Porque eu sou mulher? Porque eu sou corintiano, porque sou palmeirense, por que que você está me

escolhendo?’ E são questões que vão surgir. Não vão surgir hoje, mas vão surgir em cinco, dez anos. Vão surgir. Então, o maior desafio da polícia hoje é trabalhar no estrito limite da legalidade, com mais inteligência, com mais informação. [*Tenente-Coronel PM - 29 anos de corporação*]

- *A polícia e o aumento da criminalidade:*

Dentro de um contexto de ampliação de direitos e maior acesso a informações, a necessidade de reformulação das bases da autoridade policial é ilustrado pelos policiais através de exemplos que remetem à interação com o “cidadão de bem”. Porém, esse novo contexto produz um efeito interessante quando o que está em questão é a criminalidade propriamente dita. Uma das características do tempo pretérito a que os policiais remetem para construir um contraponto ao contexto atual diz respeito ao aumento da criminalidade e à sua diversificação e especialização. Assim, enquanto antigamente os policiais lidavam com criminosos pouco experientes, hoje em dia a criminalidade está muito mais abusada e violenta.

[Hoje em dia] é mais arriscado. Que antigamente, as únicas armas que tinham era o revólver trinta e oito, tá? Hoje, pagaram o colete pra nós. Colete, que ele é de pano prensado, o trinta e oito, a ponto quarenta, ele pára. Hoje, a maioria dos bandidos hoje estão com fuzis. Esses fuzis, se você colocar trinta pessoas enfileiradas, ele mata as trinta pessoas com uma bala só. O nosso colete, ele vara brincando. Uma chapa de ferro de dois centímetros, essa arma passa. Você pode pôr uma armadura em você, de ferro, chapa de dois centímetros, que ela vai te matar. O bandido hoje em dia parou de ter medo da polícia. Ele não tem medo da polícia mais. Tanto que, quando, antigamente, quando uma viatura chegava, o que que o bandido fazia? Já corria. Ele tentava fugir, ele tentava se esconder. Hoje, a polícia chega, o que que ele quer fazer? Ele vem trocar tiro com a polícia. Ele não foge, ele procura trocar tiros, tentando intimidar a polícia. E nesse caso, hoje está sendo mais difícil por causa disso. Porque o bandido parou de ter medo, ele está se sentindo o dono da situação. Tanto, você vê no Rio de Janeiro, um traficante com fuzil, não sei se você viu a reportagem ontem, banhado a ouro. Banhado a ouro, fuzil, um HK. [*Aluno-Sargento PM - 28 anos de corporação*]

Hoje, por exemplo, nós estamos vendo aí tentativas de resgate de preso utilizando explosivos. Camarada tentando confeccionar míssil, aquela coisa toda. Isso não era comum lá atrás. Então, com o passar do tempo, assim como evoluem todas as coisas,

tanto pro bem quanto pro mal, não é mesmo, eu diria pra você que hoje o camarada, ele está mais evoluído também. Ele está se arriscando em outras áreas. Ele tá utilizando outras alternativas, né? (...) Existem uma série de outras variáveis que me indicam que hoje o camarada, ele está mais bem preparado pra isso. E as modalidades de crimes praticados demonstram isso. Hoje, por exemplo, você tem o seqüestro relâmpago. Seqüestro relâmpago, que é uma atividade que é traumática pra família, aquela coisa toda. (...) É uma modalidade de crime que é nova. Há alguns anos atrás isso aí não existia, seqüestro relâmpago. O roubo a condomínios de luxo, hoje nem precisa ser muito de luxo para eles roubarem, não é mesmo? Entra, faz todo mundo como refém, gente no saguão, gente lá em cima, tal, rouba tudo. E vêm bem armados. [Capitão PM - 25 anos de corporação]

A questão que os policiais colocam remete, então, aos desafios que as instituições policiais enfrentam para desempenhar sua função em uma sociedade que vive um quadro grave de criminalidade. Em outras palavras, não se trata apenas do que as instituições policiais têm que fazer a respeito do aumento da criminalidade, mas como elas podem fazer o que elas têm que fazer, considerando-se as novas características e proporções da criminalidade. Muitos policiais expressam a idéia de que apenas a atuação policial não é suficiente para lidar com esse quadro. Por mais que os policiais valorizem a missão de que são encarregados e sintam-se mobilizados pelo caráter ostensivo da atividade que desempenham, muitos mencionam o envolvimento da corporação em programas sociais como o PROERD,⁶⁸ que leva policiais militares para dentro das escolas para esclarecer os jovens sobre os riscos associados ao uso de drogas, como uma das ações realizadas pela polícia militar que podem ter influência garantida e de longo prazo na redução da criminalidade.

Interpretando a reação dos policiais quando estimulados a refletir sobre as perspectivas futuras diante desse quadro de criminalidade, poderíamos dizer que a atividade propriamente policial assumiria uma característica inescapavelmente “presentista”, aprisionada em uma concepção repressiva, enquanto o enfoque preventivo só poderia ser *de*

⁶⁸ Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência. É baseado no programa americano chamado D.A.R.E (Drug Abuse Resistance Education) e começou a ser desenvolvido na PMESP em 1993.

fato realizado a partir da ação coordenada de diversos atores, envolvendo não apenas as instituições policiais, mas também o sistema de justiça, a família, a escola e a religião. Nessas reflexões, os policiais tendem a abandonar um “nós” que marca o pertencimento à corporação e se projetam em um “nós” cidadãos.

A sociedade, ela tem mudado, tem evoluído. O brasileiro, ele tem aprendido, como que eu posso dizer... a reclamar pelos seus próprios direitos. Está faltando ainda, na minha visão, um pouquinho de obrigações, dele também aceitar que ele tem obrigações. Mas o brasileiro, ele está buscando isso. Ele está buscando isso, ele está buscando ter uma identidade. Acho que, a partir do momento que a gente conseguir, a partir do momento que a gente, todos nós como brasileiros, sabermos que nós temos direitos e temos obrigações, a vida em sociedade passa a ter uma outra conotação. Eu acho que em quarenta e dois anos, eu nunca tinha pensado, anteriormente, com vinte, com vinte e cinco anos, que nós teríamos um presidente deposto pelo clamor público. Nós já tivemos. Eu nunca pensei que deputados ou senadores fossem cassados. E estão sendo. Da mesma forma, nunca imaginei que talvez a sociedade, a comunidade, passasse a participar, isso voltando lá na Academia, vinte e cinco anos atrás, que a sociedade fosse participar de um planejamento de policiamento. De estabelecimento de prioridades em gastos dentro de uma escola pública. Então, a gente tá mudando. E essa mudança, ela independe de governo A, B, C, D, linha de direita, esquerda, de centro. Porque o brasileiro, ele está aprendendo que ele tem direitos. Que ele tem que conviver em sociedade de uma forma correta e positiva. Talvez, talvez, os meus filhos e os meus netos, né, consigam viver num Brasil melhor, mais envolvido, numa forma de cidadania, até politicamente, até de uma forma política. Então eu acho que isso independe de governo. Isso é um, foi uma locomotiva que começou a andar, depois de toda a abertura política, e que não tem mais como parar. Pode parar, ou pode descarrilhar? Sim, momentaneamente. Pode ter problemas? Se o ex-prefeito, ex-governador, ou se o fulano, beltrano, ou sicrano roubou, cabe à nós, como cidadãos, na próxima eleição, já extirpar esse cara, já queimar, na pura palavra mesmo, de um cargo eletivo. Ele vai ter no máximo, no máximo, o rosto dele e da mulher dele. Mas é por aí. Acho que independe hoje de governo. Independe de governo. Depende, muitas vezes, dos professores, dos pais, que estão aí orientando a juventude. Se você quiser mudar um país, se você quiser mudar uma nação, você tem que mudar pela educação, pelo voto. Só isso. [*Major PM - 25 anos de corporação*]

Tem que investir na educação. É o ‘basicão’. É o ‘basicão’. Educação. Ali, pegar ali embaixo. Hoje em dia, a criança não está nem aí pra escola. Se você pegar uma criança, ela não sabe cantar o hino nacional, nem a escola, mal ali, a escola pública não canta o hino nacional, como nós cantávamos na nossa época. Nós... tinha a matéria de... Educação Moral e Cívica. Hoje em dia ninguém sabe, não existe isso aí. Não existe. E aí? Já tiraram isso aí. O pessoal não sabe do nosso passado, da nossa história. Eu mesmo, mal sei. Eu tive isso, mas em certo momento da minha vida, acabei deixando de lado. Mas hoje em dia, não tem mesmo. Nas escolas hoje em dia não tem, isso aí não existe. O negócio é computador, né? Só isso, o que mais interessa é isso aí. Então tem que mudar aqui, a base. E pra mudar a base, é difícil. Porque, se

you catch, in school, start to change the behavior here at school, and start to call the parents, then you will change the child's head and the parents' head, because one alone does not solve. It doesn't help you catch the school, wanting to be energetic, coming here and leaving the parent. Now the tendency of a well-lit person here in the back, starting, is better out in front. And a more enlightened person knows what is right, what is wrong, what he can do, up to where he can reach. Now, without this, it's difficult. It's difficult. [*Sargento PM - 25 anos de corporação*]

Capítulo 4 - Espacialidades e temporalidades das atividades de policiamento

As atividades realizadas pela polícia militar se desenrolam, basicamente, em dois espaços: nos quartéis ou nas ruas.⁶⁹ Cada um desses espaços abarca uma temporalidade característica que, por sua vez, se diferenciam, em grande medida, pela relação mais ou menos próxima que guardam com o ritmo da cidade. Neste sentido, as diversas unidades da corporação podem ser identificadas através de uma tipologia que estabelece um “tempo do quartel” e um “tempo das ruas”. Essas duas temporalidades não são estanques, pelo contrário, elas se ligam em uma linha contínua, marcando diversas gradações que dizem respeito à influência que o ritmo da cidade produz nas diferentes atividades que os policiais desempenham. Dentre as unidades que conheci ao longo da pesquisa, escolhi aquelas que ilustram de forma mais característica essas diversas gradações para proceder a uma descrição do que seria um dia “normal” de trabalho em cada uma delas e, portanto, do que seria particular na passagem do tempo dentro de cada uma.⁷⁰

Assim, começo pela temporalidade que consegue, *quase* completamente, se descolar do ritmo da cidade. Trata-se da temporalidade associada genericamente ao quartel. O quartel genérico a que me refiro compreende as atividades de gerenciamento, de formação, de instrução ou de treinamento e, em alguns casos, todas elas. Neste sentido, o “tempo do quartel” corresponde ao tempo regrado, ao tempo sistematicamente preenchido. As unidades que identifiquei através deste “tempo do quartel” são as unidades escolares (Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças - CFAP; Academia de Polícia Militar do Barro Branco - APMBB; e Escola de Soldados), os Batalhões e Companhias de Policiamento de Área e os Batalhões de Choque. Porém, cada uma delas possui suas próprias especificidades.

⁶⁹ Modalidades de policiamento realizadas pela PMESP: Radiopatrulhamento motorizado; Policiamento Ostensivo a pé; Patrulhamento Tático Móvel (Força Tática); Policiamento de Trânsito; Policiamento Escolar; Posto Policial Militar; Policiamento com motocicletas; Policiamento com bicicletas; Policiamento com cães; e Policiamento de guarda.

⁷⁰ Para uma idéia geral de como as diversas unidades estão distribuídas na estrutura organizacional, ver anexo.

As unidades escolares costumam ocupar uma posição privilegiada nas falas dos policiais, que as destacam, com orgulho, como os espaços por excelência das tradições da corporação. Aliás, é interessante observar que a contagem do tempo de serviços prestados à polícia militar ou, como colocam usualmente, o “tempo de corporação”, se inicia no momento em que eles entram nos centros de formação.⁷¹ Outro motivo de orgulho mencionado com frequência diz respeito ao grande aprimoramento das instalações dessas unidades ao longo do tempo. De fato, as escolas ocupam terrenos bastante amplos, que abrigam, além dos prédios onde se localizam as seções administrativas e as salas de aula, uma série de instalações necessárias para as diversas atividades de formação, tais como as quadras desportivas onde se realizam os exercícios de educação física, os pátios onde são realizadas as aulas práticas, os treinamentos de defesa pessoal e os exercícios de ordem unida, os estandes de tiro, os alojamentos que recebem os alunos que permanecem internos na unidade⁷² e os grandes refeitórios, mais conhecidos como “ranchos”.

A rotina de atividades nas unidades escolares é bastante corrida. No CFAP, por exemplo, o dia começa às 7h55, com a revista da tropa no amplo pátio central, e termina às 16h45, quando os alunos são dispensados. O dia é dividido em nove períodos, que correspondem a aulas de quarenta e cinco minutos cada, mais um intervalo de uma hora para o almoço. Fazendo as contas, sobram sessenta minutos, distribuídos ao longo do dia, que cobrem os deslocamentos entre uma atividade e outra. A Escola de Soldados segue basicamente essa mesma sistemática, e o diferencial da APMBB é o fato de que todos os alunos das turmas de primeiro e segundo ano permanecem internos na unidade, havendo, assim, um período reservado para os estudos individuais.⁷³

⁷¹ O período que os policiais permanecem como alunos nos centros de formação é contado como tempo de serviço para fins de aposentadoria.

⁷² Na Academia de Polícia Militar do Barro Branco, os alunos permanecem internos nos dois primeiros anos de curso. As outras unidades escolares possuem alojamentos apenas para os alunos que moram fora da cidade.

⁷³ Sobre a rotina no Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Ceará, ver Damasceno de Sá, 2002.

Cumprindo uma função socializadora, as unidades escolares constituem espaços onde o processo de reprodução institucional das práticas e valores que conformam um modo de vida próprio da caserna adquire um caráter performático bastante sensível. O primeiro indício que me levou a essa percepção surgiu logo que cheguei à primeira unidade escolar que conheci, o CFAP. Um policial da 5ª EM/PM foi designado para me acompanhar à unidade no primeiro dia de pesquisa e me apresentar ao comandante da escola. Assim que cruzamos o portão de entrada, o policial (um soldado), que vinha conversando distraidamente comigo pelo caminho, parou de supetão, como quem se lembra de algo importante, e disse: “Deixa eu colocar minha cobertura.”⁷⁴ Aqui é assim, sabe, você tem que estar todo certinho”.

Ao longo da semana que passei nessa unidade, fui percebendo que a cuidada observância do regulamento disciplinar constitui a outra face de uma forte expectativa em relação à exemplaridade das condutas. Marcando de maneira sensível um diferencial bastante característico dos ambientes onde se desenvolvem os processos formais de ensino dentro da corporação, nas unidades escolares, a produção de uma conduta militarmente disciplinada assume fundamentalmente características de um processo de construção de corpos disciplinados, no sentido foucaultiano (Foucault; 1987).

Os exercícios de ordem unida, nos quais os alunos, divididos em pelotões, devem executar sincronizadamente os movimentos ordenados pelo comandante do pelotão, constituem, pelo menos para um observador externo, o marco mais evidente desse processo de disciplinarização dos corpos. Cumprindo o objetivo de desenvolver na tropa um “espírito de corpo”, esses exercícios se caracterizam não por um agir em conjunto, mas por um agir coordenado, implicando uma consciência plena da posição que os corpos ocupam no espaço e no tempo. No CFAP, toda essa capacidade de coordenação é colocada em operação durante a formatura semanal, um desfile realizado no pátio central da unidade, às 7h das quintas-feiras,

⁷⁴ O policial se referia ao casquete, uma espécie de boné flexível, sem abas.

no qual os pelotões de alunos se apresentam para o comandante da unidade, com hasteamento da bandeira e entoamento de hinos.

Os desfiles militares, marcados pela sincronia das ações de um número grande de pessoas, têm um apelo visual bastante forte, mas a sonoridade é um complemento indispensável para o efeito que produzem sobre os espectadores. Na formatura semanal, os dez pelotões,⁷⁵ cada um com, em média, trinta alunos, passam marchando, um pelotão atrás do outro, “apresentando-se” para o comandante da escola, cercado pelos outros oficiais da unidade, que estão posicionados em um ponto do pátio. O barulho da marcha constitui o pano de fundo sonoro do desfile, e é realmente impressionante o som produzido por trezentos pés batendo com força no chão ao mesmo tempo (as pernas são elevadas até quase a altura do quadril, e quando elas se abaixam, os pés não são pousados no chão, eles são batidos contra o chão). No momento em que o pelotão se encontra a poucos metros do ponto onde está posicionado o comandante da escola, o comandante do pelotão dá o comando: “Tropa, seentido! Olhar à direita!”, e todas as cabeças se voltam para o lado direito, para que eles passem pelo comandante da unidade olhando em sua direção. Já em frente a ele, vem o próximo comando: “CeeeFAP!”, e todo o pelotão repete em uníssono, a plenos pulmões, o nome da unidade: “CeeeFAP!”.

Toda a doutrina que é transmitida e ensinada nos espaços específicos onde se desenrolam as atividades de formação é reforçada a cada momento, em cada pequeno detalhe. Desta forma, os reflexos do processo de disciplinarização dos corpos se fazem presentes, quase imperceptivelmente, até mesmo em situações supostamente corriqueiras, como um encontro ocasional entre um aluno e um instrutor, de diferentes escalões da hierarquia militar, em trânsito pelos corredores da escola. Marcando a obrigatoriedade regulamentar da

⁷⁵ Quando realizei a pesquisa, o CFAP estava com aproximadamente 850 alunos, distribuídos em 24 pelotões. Eu não cheguei a contar o número de pelotões que estavam se apresentando ao comandante nesse dia, pois imaginei que todos os alunos estariam lá. Porém, lembrando a cena, me parece assustador que houvessem 850 pessoas naquele desfile. Posso afirmar que haviam, pelo menos, dez pelotões com trinta alunos em cada, mas é preciso esclarecer que esse é um número mínimo estimado.

prestação da continência, o gesto de elevação da mão direita, com os dedos unidos, à altura do lado direito da testa, aciona um automático realinhamento de toda a postura corporal, estabelecendo algo como uma pausa-movimento no deslocamento do corpo no espaço, cuja duração corresponde a um piscar de olhos.

O preenchimento sistemático do tempo com atividades que se sucedem ininterruptamente ao longo do dia não encerra, assim, todos os significados da marca que o exaustivo regramento imprime na passagem do tempo. A temporalidade caracterizada pelo empenho em sucessivas atividades parece querer se confundir com a temporalidade associada ao empenho na própria profissão, que se pretende indelevelmente inscrita nos corpos.

Assumindo contornos próprios, o tempo regrado do quartel identifica também o cotidiano de trabalho nos Batalhões e Companhias de Policiamento de Área. Esses batalhões e companhias são as unidades que fazem a distribuição da maior parcela do efetivo operacional por toda a cidade. Eles constituem as bases a partir das quais os policiais empregados efetivamente nas atividades de policiamento partem, a cada turno, para o patrulhamento, nas suas mais diversas modalidades: motorizado, a pé, com bicicleta ou nos postos e bases comunitárias. Os batalhões e companhias são, portanto, unidades de gerenciamento. As atividades desempenhadas *dentro* dessas unidades são, primordialmente, atividades administrativas.

Como unidades de gerenciamento, os batalhões e companhias representam o espaço do escritório, das reuniões, do planejamento, do trabalho de inteligência, dos relatórios que têm que ser entregues, dos processos que têm que ser encaminhados e da recepção aos representantes do mundo civil. É, também, o espaço das confraternizações e bolos de aniversário, da copa onde se pode tomar um cafezinho ou até fazer um bolinho de chuva no meio da tarde, dependendo das facilidades disponíveis. É o espaço onde podemos encontrar um rádio tocando música, baixinho, dentro de uma seção qualquer. As instalações podem

variado bastante: de um grande galpão com telhado de zinco, cedido temporariamente pela prefeitura, a um imponente prédio centenário. Seja como for, as tarefas de manutenção são constantes: reformas, reestruturação do espaço, novas divisões setoriais, puxa daqui, transfere dali.

A rotina diária é bastante previsível. Tarefas a cumprir e prazos a obedecer. É verdade que os prazos nem sempre são camaradas: “aquí sempre querem tudo pra ontem”. Mas, com organização e dedicação, o que tem que ser feito pode ser feito. Correndo tudo dentro dos conformes, o turno de trabalho é o horário comercial. No entanto, o dia normal de trabalho pode ser alterado por uma “ocorrência de destaque”. Constituindo uma categoria não tipificada em regulamento, pelo que pude apreender das explicações que me foram dadas, as “ocorrências de destaque” são aquelas que requerem um procedimento mais complexo, adquirem uma maior proporção ou envolvem um delito mais grave ou mais violento. Seja como for, uma coisa é certa: se a imprensa estiver no local, trata-se de uma ocorrência de destaque. O impacto dessas ocorrências dentro dos batalhões ou companhias deve-se ao fato de que elas motivam o deslocamento dos escalões superiores da hierarquia de comando daquela unidade para o local da ocorrência. Nessas situações, o desenrolar das atividades regulares divide espaço com o interesse e a curiosidade por aquele fato que está ocorrendo em algum ponto não muito distante da cidade. Dependendo do que estiver envolvido no caso, pode acontecer, inclusive, de alguma seção administrativa ser obrigada a fazer serão.

Acumulando, na esfera do gerenciamento, todas as características dos Batalhões e Companhias de Policiamento de Área, o tempo regado do quartel também identifica o trabalho nos Batalhões de Policiamento de Choque. Contudo, essas unidades possuem suas próprias especificidades.

A PMESP possui três Batalhões de Polícia de Choque (BPChq), que têm como principal missão a atividade de Controle de Distúrbios Cíveis, atuando, por exemplo, em

estabelecimentos prisionais rebelados, manifestações civis em que ocorre invasão de prédios públicos ou no cumprimento de mandados de reintegração de posse. Contudo, cada um deles desempenha missões secundárias específicas. O 1º Batalhão de Polícia de Choque “Tobias de Aguiar” executa o patrulhamento ostensivo motorizado denominado ROTA (Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar), “visando a prevenção e a repressão à criminalidade em apoio aos Batalhões de Área, saturando as regiões de maior índice criminal” (PMESP, 2001). O 2º Batalhão de Polícia de Choque realiza o policiamento em praças desportivas, o policiamento em eventos artísticos e culturais e a ROCAM (Rondas Ostensivas com Apoio de Motocicletas). Por fim, o 3º Batalhão de Polícia de Choque, o Batalhão Humaitá, reúne diversas atividades especializadas como o Canil,⁷⁶ o Comando de Operações Especiais (COE)⁷⁷ e o Grupo de Ações Táticas Especiais (GATE).⁷⁸ Durante a pesquisa, realizei observações em duas dessas unidades: no 2º Choque e na 5ª Companhia do 3º Choque, o GATE.

Os Batalhões de Choque comportam, a princípio, tropas aquarteladas, ou seja, tropas que se deslocam do quartel apenas para cumprir determinadas tarefas e para ele retornam quando a tarefa está concluída. As tarefas nas quais os Batalhões de Choque se empenham podem ser estabelecidas com antecedência ou podem ser emergenciais. O tempo das tropas aquarteladas é, portanto, o tempo da prontidão. O cotidiano dentro dessas unidades é preenchido por diferentes atividades, que têm como objetivo manter a tropa sempre preparada para o pronto emprego. Assim, quando os policiais não estão efetivamente empenhados em alguma atividade de policiamento, eles se dedicam às instruções e treinamentos. Considerando que as tropas de choque são empregadas em circunstâncias, por definição,

⁷⁶ 3ª Companhia - Canil: “Rádio Patrulhamento com Cães, Policiamento de Detecção de Tóxicos, adestramento e demonstração com cães” (PMESP, 2001).

⁷⁷ 4ª Companhia - COE: “patrulhamento rural, busca e salvamento em matas, captura de marginais em locais de difícil acesso, operações em montanha e cavernas, apoio ao excursionismo, escolta de valores e de material bélico” (PMESP, 2001).

⁷⁸ 5ª Companhia - GATE: “ocorrências com reféns, ocorrências com bombas, operações em altura” (PMESP, 2001).

críticas, a regularidade da instrução e do treinamento assume, nessas unidades, um caráter imprescindível.

Desta forma, é possível dizer que o dia-a-dia dentro dos batalhões de choque obedece uma rotina. Existe um conjunto de atividades pré-estabelecidas que ocupam cada período do dia e conformam o que os policiais identificam como um dia de trabalho normal. Contudo, o dia “normal” de trabalho comporta um importante “se”: “se nós não formos acionados”, “se não houver nenhuma ocorrência”, “se não houver nenhuma operação marcada”. Configurando-se este “se”, o dia não tem hora para acabar, “a gente não tem hora pra sair”. Embora o “se” apresente-se, por vezes, de forma inesperada, a quebra na rotina que ele acarreta não é uma constante (como o é na “rua”) e, portanto, não descaracteriza a sistematicidade do dia de trabalho “normal”. Muitos policiais das unidades de choque apontam essa certa rotina associada a uma tropa aquartelada como um dos atrativos do trabalho nesses batalhões. Porém, no que parece ser um paradoxo, dão um enorme destaque para o indispensável comprometimento implicado na possibilidade de o emprego operacional ou a prontidão se estenderem por um tempo indeterminado.

Dentre as unidades que identifiquei através da noção de um “tempo do quartel”, os Batalhões de Choque são aquelas que mais se aproximam do “tempo das ruas”. Neste sentido, o “tempo das ruas” é aquele sobre o qual é mais difícil exercer um controle sistemático. Obedecendo, na medida dos recursos humanos e materiais disponíveis, o ritmo da cidade, as atividades que seguem essa temporalidade não deixam de ser objeto de planejamento, coordenação e fiscalização. Porém, nas falas dos policiais, essas são as atividades que, com uma intensidade muito particular, ficam à mercê de uma série de variáveis que nunca são completamente passíveis de antecipação.

Embora comporte também uma atividade exercida intra-muros, a primeira unidade que pode ser identificada com o “tempo das ruas” é o Centro de Operações da Polícia Militar

(COPOM). Além dele, e considerando que não foi possível acompanhar o cotidiano de trabalho dentro das viaturas, o outro espaço que me permitiu caracterizar a temporalidade das atividades realizadas fora dos quartéis foi o posto comunitário.⁷⁹ A temporalidade das atividades cotidianas, tanto no COPOM quanto no posto comunitário, guarda uma relação estreita com o ritmo da cidade. Neste sentido, e somente neste, o que os diferencia é o raio de abrangência da atuação de cada uma dessas unidades.

O COPOM realiza basicamente duas atividades: o atendimento às ligações para o número 190 e o despacho e acompanhamento das viaturas através do rádio. Cada uma dessas atividades é realizada por diferentes grupos de pessoas, em dois ambientes distintos. Ambos são ambientes fechados, com pouca iluminação natural (toda a extensão de uma das paredes das duas salas é coberta por vidro, mas estes são fechados por cortinas). Essas duas salas amplas abrigam blocos de pequenas cabines, cada uma medindo aproximadamente 90 X 90 cm e que são separadas umas das outras por divisórias que medem cerca de 1,5 m de altura. Na central de despacho os blocos de cabines correspondem à divisão por regiões da cidade de São Paulo: zona sul, zona norte, zona leste, zona oeste e centro. Cada um desses blocos comporta um número específico de cabines, uma para cada Batalhão de Policiamento Metropolitano localizado na região correspondente.⁸⁰ Na central de atendimento do 190, até onde pude perceber, o critério para a separação dos blocos de cabines é o do melhor aproveitamento do espaço da sala.

Atualmente todo o sistema do COPOM é informatizado, o que permite que as duas centrais coordenem suas atividades com grande agilidade. Os policiais nas cabines da central de atendimento recebem as chamadas realizadas para o número 190⁸¹ e inserem as

⁷⁹ É interessante notar que o posto comunitário representa, ao mesmo tempo, uma modalidade de policiamento e um espaço físico delimitado onde se desenvolvem atividades de policiamento.

⁸⁰ No bloco da região centro fica localizada também a cabine que faz o despacho dos Batalhões de Choque. Além disso, alguns batalhões divididos em um número grande de companhias podem ocupar mais de uma cabine.

⁸¹ No caso dessa central, são as chamadas originadas na capital.

solicitações no sistema, através dos computadores localizados em cada cabine, disponibilizando o maior número possível de informações importantes que o solicitante consiga fornecer. Processado o atendimento, a solicitação aparece imediatamente na tela do computador da cabine de despacho que cobre a área da cidade onde a ocorrência relatada está (por que não) ocorrendo. As solicitações são automaticamente classificadas por ordem de gravidade. Através do rádio, o despachador entra em contato com a viatura daquela área que esteja disponível, passando para os patrulheiros as informações fornecidas pelo solicitante, como endereço, tipo da ocorrência e descrição dos envolvidos. Terminado o atendimento realizado no local da ocorrência, o patrulheiro entra em contato com o despachador, que encerra a solicitação, processando as informações passadas pelo patrulheiro sobre o desfecho da ocorrência. A solicitação que, até então, aparecia no sistema como “atendimento em andamento”, some da tela do computador, podendo, contudo, ser acessada a qualquer momento, em qualquer uma das duas centrais.

Logo que cheguei à unidade, no tradicional “reconhecimento do terreno” que sempre fazia, fui informada de que aqueles dois ambientes comportavam atividades diferentes e tinham “climas” muito diferentes. A central de atendimento era o espaço da calma, do controle das emoções, do tom de voz firme, porém tranquilo e tranquilizador. Isso era necessário, pois lá eles estabeleciam o primeiro contato da corporação com o público, contato este, muitas vezes, estabelecido em uma situação de emergência, no ápice do nervosismo ou medo por parte de quem está do outro lado da linha. A central de despacho, por sua vez, me foi descrita como o espaço da adrenalina e da explosividade. Era o espaço do viver-junto a imprevisibilidade do patrulhamento, mesmo que na segurança da distância coberta apenas via rádio.⁸²

⁸² Logo que cheguei à unidade, reparei que na central de atendimento trabalham mais policiais mulheres e na central de despacho trabalham mais policiais homens. Comentando isso com um dos supervisores da unidade, recebi como resposta uma enfática declaração de que “aqui não há preconceito algum”. Pelo que pude constatar não há realmente nenhum critério de seleção ou treinamento que justifique essa composição por gênero. Porém,

Tratando-se de um serviço disponível 24h, os policiais trabalham em turnos de 12 X 36, ou seja, 12 horas de trabalho por 36 horas de folga. Duas equipes se alternam a cada dia, perfazendo um total de quatro equipes diferentes.⁸³ Embora o “clima” em cada central seja bastante característico, o ritmo de trabalho nos dois ambientes é bastante corrido. A central de atendimento recebe em média 34.000 ligações por dia.⁸⁴ Durante o turno das 8 às 20h, que foi o que acompanhei, em um horário pouco movimentado, o intervalo entre um atendimento e outro nunca ultrapassa um minuto, enquanto, nos horários de pico, pode acontecer da central ficar congestionada, caso em que o número 190 dará sinal de ocupado. A central estará, então, atendendo uma ligação após a outra.

Segundo os policiais me informaram, o ritmo de trabalho no COPOM segue de perto os movimentos da cidade. Assim, por exemplo, o turno que acompanhei começava pouco movimentado, às 8h. Lá pelas 10 ou 11h aumentava um pouco o número de chamadas, voltando a descer por volta de meio-dia. O período da tarde também tinha pouca variação, começando a ficar mais agitado por volta das 18h30 e, a partir daí, ia num crescendo, até atingir um pico por volta das 21h30, quando começava, lentamente, a diminuir, até o começo da madrugada, lá pela 1h, a partir de quando as chamadas tornavam-se bem menos numerosas. Os policiais associavam essas variações com a rotina normal das pessoas, lembrando, por exemplo, que das 8h ao meio-dia e das 14 às 18h as crianças estão na escola, o que faz com que diminua o número de trotes ou, então, que entre meio-dia e 14h e entre 18 e 20h existem muitos congestionamentos na cidade, o que dificulta alguns delitos que implicam fuga com veículo. Por fim, até os criminosos precisam dormir em algum momento, mesmo que seja tarde da noite. Da mesma forma, o frio ou o calor também provocam

os “climas” que me foram descritos como característicos de cada central parecem guardar uma relação com o ethos masculino e feminino que pode ser melhor explorada.

⁸³ No atendimento, a média de cabines operando a cada dia é de 35. No despacho, são 28 cabines operando o tempo todo. Além dos atendentes e despachadores, que ficam nas cabines, existem supervisores em cada área e supervisores dos supervisores, em cada central.

⁸⁴ PMESP, 2001.

variações no número de chamadas ou, até mesmo, o último capítulo de uma novela de sucesso. Copa do Mundo, então, ninguém perde. São quarenta e cinco minutos, em cada tempo, nos quais não há uma única ligação. Mas, no intervalo e depois que o jogo termina, é uma loucura.

Na central de atendimento, os atendentes utilizam fones de ouvido com uma haste que leva um pequeno microfone até a boca, deixando as mãos livres para operarem o computador, e apenas eles escutam a pessoa que está do outro lado da linha. Contudo, mesmo para quem não tem familiaridade com o trabalho da central, os horários de pico dificilmente passariam despercebidos, pois o som que se ouve incessantemente dentro da sala, o ruído confuso das vozes dos atendentes, sofre grandes variações de intensidade de acordo com o número de atendimentos que estão sendo realizados ao mesmo tempo. Nesses momentos, o ruído indistinto de vozes pode atingir um volume considerável, como um rugido incessante. O 190 recebe um número muito grande de ligações que são enganos ou trotes. Além disso, existem muitos pedidos de informações ou reclamações. Parte dessas solicitações não são da alçada da polícia militar, mas o solicitante sempre receberá algum tipo de orientação.

A instrução que os atendentes seguem é a de que o tempo para cada atendimento não deve ultrapassar dois minutos,⁸⁵ o que nem sempre é fácil, pois as pessoas do outro lado da linha, muitas vezes, são crianças, idosos, queixosos, indignados, assustados, apavorados e até mesmo uma parcela de, digamos, desocupados. Quando, por diferentes motivos, o atendente não consegue concluir o atendimento no tempo previsto, e não tem perspectivas de conseguir fazer isso sem ultrapassar muito essa margem, a ligação pode ser encaminhada para um supervisor. É claro que eles não gostam de ter que recorrer ao supervisor sem um motivo muito bem justificado. Por isso, os atendentes desenvolvem, além de uma paciência inesgotável, habilidades comunicativas que, sob o ponto de vista de uma observadora leiga,

⁸⁵ Embora eu não tenha explorado em profundidade a questão dos “dois minutos”, me foi dito que essa instrução está embasada em critérios lógicos, considerando a demanda que a central precisa atender.

pareciam invejáveis. Lembro de uma das primeiras ligações que ouvi em uma cabine de atendimento, que começou a preparar meu espírito para o que me aguardava naquele dia.

- Polícia militar, soldado Regina.
- Eu queria saber onde eu posso reclamar os meus direitos.

Enquanto eu ainda formulava mentalmente a interrogação “mas, hein!?”, a soldado, mais experiente, prosseguia com o atendimento:

- De que direitos a senhora está falando?
- É porque eles mudam as regras toda hora e a gente nem fica sabendo.
- O que, exatamente, aconteceu?
- Eu fui fazer uma visita hoje no CDP⁸⁶ e eles já tinham mudado as regras para visitas.
- Então a senhora quer fazer uma reclamação sobre o atendimento no CDP?
- Isso mesmo...

E a soldado forneceu para a solicitante as informações sobre como encaminhar a reclamação, que deveria ser feita junto à Corregedoria da Polícia Civil.

Dentre as 34.000 ligações que o 190 recebe diariamente, aproximadamente 2.150 referem-se a ocorrências que desencadeiam o deslocamento de uma viatura. São nessas ocorrências que a central de despachos entra em ação. Os despachadores, além de despacharem as viaturas para as ocorrências, realizam o acompanhamento do atendimento prestado nas ruas, sendo acionados pelos patrulheiros para a averiguação de documentos, antecedentes criminais e outros dados, que são acessados pelos computadores existentes em cada cabine de despacho.⁸⁷ Nos horários de menor movimento, eu podia me sentar ao lado de um despachador e ficar conversando com ele, entre uma comunicação e outra. Na central de atendimento, por sua vez, isso não era possível, pois o intervalo entre uma ligação e outra, mesmo fora dos horários de pico, era muito curto. Eu precisava, então, aproveitar os pequenos intervalos de descanso que os atendentes tiravam.

⁸⁶ CDP: Centro de Detenção Provisória.

⁸⁷ Aparentemente os policiais julgavam que o fato de eles disporem dessas informações para uma consulta tão ágil era algo que realmente interessaria a um observador externo, talvez por ser um sinal de prosperidade, algo que nem sempre foi assim. Digo isso porque todos os policiais que acompanhei mais de perto, em suas cabines, me mostravam esse sistema como se estivessem mostrando um brinquedo novo. Nessas demonstrações, tive minha vida devassada nem sei quantas vezes.

As variações no ritmo normal de trabalho na central de despachos obedecem a mesma sistematicidade que as da central de atendimentos, produzindo o mesmo tipo de efeito sobre os sons que preenchem constantemente o espaço. Contudo, os sons nessa central são mais diversificados. Além das vozes dos despachadores, podemos ouvir as comunicações que chegam das viaturas via rádio, pois elas não são isoladas pelos fones de ouvido que os atendentes utilizam. A alternância entre silêncio e fala nessas comunicações é marcada pelo ruído que os rádios comunicadores fazem ao serem desligados (um “crr”). Além disso, algo que chama imediatamente a atenção de alguém que não é “do meio” é o uso de uma linguagem codificada.⁸⁸ De todas as expressões codificadas que ouvi, a única que consegui compreender sem ter que perguntar o que significava foi o “QSL”. Esta, aliás, era bastante óbvia, pois ocupava sempre o espaço que, na idéia do senso comum sobre a forma como os policiais se comunicam, é preenchido pelo “positivo”. O QSL aparecia, então, depois que uma informação foi transmitida ou antes da confirmação do entendimento dessa informação, como por exemplo: [despachador] - “está tudo em cima com a documentação do veículo, QSL?”, [patrulheiro] - “QSL, central, tudo em cima”.

Alguns episódios que, para uma observadora externa, parecem alterações abruptas no andamento dos trabalhos nas duas centrais são tão bruscos quanto breves. Na central de atendimento, o burburinho incessante, com o qual o ouvido pode até acabar se acostumando, é esporadicamente interrompido pela elevação do volume de uma única voz, em comandos firmes e incisivos, como: “Senhora, pare de gritar! A senhora precisa se acalmar porque eu não consigo entender o que está acontecendo”. Presenciei esse tipo de alteração algumas vezes ao longo do dia em que acompanhei as atividades do atendimento. Mais acostumados com aqueles sobressaltos do que eu, os outros atendentes pareciam não prestar muita atenção no ocorrido. Por sua vez, na central de despacho, algumas situações críticas, como uma

⁸⁸ Trata-se do “Código Q”, o código utilizado por operadores de rádio comunicador.

perseguição ou um tiroteio, podem extrapolar o domínio de uma única cabine e desencadear uma reação em cadeia que mobiliza duas, três ou, eventualmente, todas as cabines que cobrem uma determinada região da cidade.

Presenciei uma ocorrência desse tipo logo no meu primeiro dia no COPOM. Faltavam uns dez minutos para o encerramento do turno da equipe, às 20h. Eu estava em um canto da sala, próximo à “zona leste”, conversando com um despachador que, naquele dia, estava trabalhando como uma espécie de despachador sobressalente, ou seja, cobrindo os intervalos de dez minutos que os despachadores fazem a cada hora trabalhada. Distraída nessa conversa, não acompanhei a ocorrência desde o princípio e, portanto, não sei como tudo aquilo começou. Percebi quando um dos despachadores começou a falar um pouco mais alto e um pouco mais rápido do que o comum. Mas o que ele dizia permanecia incompreensível em meio a tantas outras vozes que preenchiam o ambiente. Deixei aquilo de lado e continuei prestando atenção no meu interlocutor. Interrompemos nossa conversa quando a voz do despachador finalmente atingiu um volume que não deixava dúvidas quanto à gravidade do que quer que estivesse acontecendo. As pessoas a nossa volta, mesmo ocupadas com seus próprios despachos, também perceberam isso e olhavam na direção de onde vinha a voz, já visivelmente exaltada, tentando descobrir qual era o problema. Com mais disponibilidade e mobilidade do que elas, eu e meu interlocutor nos aproximamos da cabine.

A viatura com a qual o despachador estava se comunicando encontrava-se no meio de uma perseguição a um veículo, que fugia em alta velocidade. Enquanto os policiais dentro da viatura, o despachador e, neste momento, várias pessoas em volta da cabine,⁸⁹ aguardávamos a chegada do reforço de outras viaturas, que já havia sido solicitado, o despachador tentava antecipar a possível rota de fuga do veículo para coordenar o movimento das viaturas que se deslocavam para o local. A essa altura, a perseguição já havia furado o perímetro

⁸⁹ Os policiais que estavam chegando para a troca de turno.

compreendido por aquela cabine e o despachador tinha menos familiaridade com as referências que os policiais da viatura iam passando para ele. Ele se levantou da cadeira e, apoiando-se, com os braços abertos, nas divisórias laterais da cabine, começou a gritar para o despachador da cabine em frente à dele: “em que rua fica tal supermercado?”, “qual é a mão da próxima rua?” e coisas desse tipo. A adrenalina, então, já havia se espalhado por toda a “zona leste” e os outros despachadores da região gritavam de volta, dando as coordenadas que ele deveria passar para a viatura.

Da mesma forma como não percebi como tudo começou, me senti perdida quando tudo terminou. Aos poucos, eles pararam de gritar, o despachador sentou-se de volta na cadeira, o volume da voz dele foi voltando ao normal e as pessoas que estavam passando suas cabines para a equipe do turno seguinte iam deixando a sala pela porta que fica bem em frente à “zona leste”, comentando entre si o dia de trabalho. O despachador sobressalente que, até então, permanecia ao meu lado em silêncio, percebeu minha expressão, provavelmente um misto de espanto e excitação e, sorrindo, disse que o trabalho ali no despacho era assim mesmo, que às vezes a tensão tinha esses picos, mas havia outras situações piores, como quando algum policial do outro lado do rádio se feria ou era baleado. Me distraí um pouco ouvindo o que ele falava e, quando olhei de volta para a sala, percebi que todos os despachadores da equipe que acompanhei durante aquele dia haviam ido embora, com exceção do protagonista desse episódio todo, que ainda não tinha conseguido passar o posto para o policial que iria substituí-lo na cabine. Lembrando que em Roma devemos fazer como os romanos, achei que eu também merecia um descanso depois do longo turno de doze horas.

Os policiais que trabalham no COPOM mencionam constantemente o grande estresse provocado pelas atividades de atendimento e despacho. O primeiro fator levantado por eles relaciona-se ao simples fato de permanecerem por um longo período em uma mesma posição,

em um ambiente relativamente pequeno e fechado, ainda mais se considerarmos o número grande de pessoas dentro desse espaço, empenhadas em atividades quase incessantes. Contudo, o desgaste emocional provocado pelo trabalho, tanto no atendimento quanto no despacho, é apontado pelos policiais como um fator de estresse freqüentemente subestimado até mesmo por outros policiais, que nunca conheceram de perto o trabalho da unidade.

Esse desgaste emocional se relaciona à necessidade de não se deixarem envolver ou abalar pelas situações, eventualmente muito dramáticas, com as quais tomam contato e sobre as quais não podem intervir diretamente, quer trate-se de um desconhecido que pede ajuda ou de um companheiro dentro de uma viatura. Assim, eles precisam não apenas encaminhar aquelas situações para uma esfera seguinte de atuação, sobre a qual não têm controle, mas também precisam, emocionalmente, “deixá-las ir”. Alguns policiais com quem conversei, que estavam há muito tempo no COPOM, disseram que em algum momento dessa trajetória eles tiveram que se afastar, pedindo transferência para outras unidades, pois precisavam “dar um tempo” daquela atividade.

Assim, o mundo 90 X 90 das cabines do COPOM é repleto de emoções, contidas ou compartilhadas, que têm como fonte de estímulo informações ou sentimentos transmitidos exclusivamente através da comunicação verbal e, portanto, carente de cheiros, toques ou imagens, a não ser aqueles que permanecem confinados na imaginação. Neste sentido, o mundo do posto comunitário oferece um contraste muito marcante.

O posto que conheci fica localizado em uma pequena praça (na realidade, ele ocupa quase toda a extensão da praça), no ponto de confluência de quatro ruas. Seguindo as diretrizes que estabelecem a disposição dos postos comunitários no espaço da cidade, essa localização tem um sentido estratégico, marcando a presença ostensiva da polícia militar em uma área cercada por uma grande quantidade de estabelecimentos comerciais e, portanto, de

intensa circulação de veículos e pedestres, constituindo uma espécie de passagem obrigatória no movimento de entrada ou saída daquela região da cidade.

Fui informada de que aquele posto estava prestes a se tornar uma base comunitária. Pelo que pude compreender, a diferença entre o posto e a base comunitária está no fato de que a base possui uma estrutura capaz de abrigar um número maior de policiais, de maneira menos transitória, ou seja, ela possui determinadas facilidades que possibilitam a permanência dos policiais no local o tempo todo, tais como banheiro, um fogão ou microondas onde eles possam preparar suas refeições e alguma área de descanso. Uma reforma realizada alguns meses antes da minha pesquisa havia duplicado o espaço do posto, com a construção de um segundo andar, que abrigava as referidas facilidades. Para o posto transformar-se definitivamente em base comunitária faltava, então, apenas a fixação de um maior efetivo policial. Até aquele momento, apenas três policiais trabalhavam fixos no posto, a cada turno, e uma viatura, com mais dois policiais, permanecia parte do tempo estacionada em frente ao posto e saía, em horários determinados, para realizar uma ronda percorrendo um itinerário pré-estabelecido.

Também em conformidade com as diretrizes que tratam dos postos ou bases comunitárias, o prédio que abriga o posto é uma construção circular, com uma janela única que percorre toda a extensão da parede, a uma altura de aproximadamente 1,2 m do chão, subindo por mais 1 m em direção ao teto do andar térreo. Embora o trabalho no posto implique uma restrição à mobilidade dos policiais, essa janela é como uma grande tela de cinema, conformando um ângulo de quase 360°, através da qual podemos acompanhar a vida da cidade se desenrolando em frente aos nossos olhos. Neste sentido, há um contraste radical em relação ao castanho chapado das divisórias das cabines que circunscrevem o horizonte dos policiais que trabalham no COPOM. A película que cobre o vidro da janela atenua a entrada da luz natural e também impede que o acesso ao olhar seja uma via de mão dupla.

Contudo, a porta constantemente aberta reitera o convite implícito na própria concepção de posto comunitário.

Cheguei ao posto pouco depois das 13h, em um momento de bastante agitação. Logo na porta, dois policiais conversavam com um homem visivelmente (ou melhor dizendo, olfativamente) alcoolizado, que relatava estar sendo ameaçado de morte por uma pessoa que trabalhava com ele em uma obra, próxima ao posto. O homem estava bastante agitado, andando de um lado para o outro, e parecia um pouco confuso, provavelmente pelo efeito do álcool. Eu não cheguei a tempo de ouvir que tipo de instrução os policiais haviam dado para ele, mas percebi que a situação relatada não caracterizava a possibilidade de uma intervenção policial. Os policiais tentavam acalmá-lo, dizendo que ele poderia voltar ao posto se mais alguma coisa acontecesse. Do lado de dentro, um outro policial orientava dois homens no preenchimento do registro de uma batida de carro sem vítimas, que havia ocorrido a poucos metros do posto. Esperei por uns quinze ou vinte minutos, até que o insatisfeito bebum se decidisse a ir embora e o sargento, que já havia sido avisado sobre minha visita, pudesse me receber.

Esse certo tumulto logo na minha chegada forneceu a deixa para engatarmos uma conversa sobre o tipo de situações com as quais os policiais têm que lidar nos postos comunitários. Segundo meu interlocutor, o tipo de presença policial representada por estes postos fixos ainda constitui uma certa novidade, mas, aos poucos, eles estão começando a ganhar a confiança das pessoas e “a comunidade vai se chegando”. Em compensação, eles se deparam com as situações mais inacreditáveis, com as pessoas mais estranhas, com as solicitações mais sem sentido, enfim, eles “vêm de tudo”. Conversamos bastante durante cerca de uma hora. Esse sargento tinha vinte e dois anos de corporação e, portanto, deve ter visto e vivido muitos fatos interessantes ao longo da sua carreira. Porém, ele foi um dos

poucos que não pareceu se sentir motivado diante do meu interesse em ouvi-lo relembrar os “velhos tempos”.

Mesmo sem a intromissão do gravador, a conversa não fluía com facilidade, e eu comecei a me sentir incomodada em ficar tentando “espremer” o, talvez tímido, sargento. Os outros dois policiais que estavam no posto, dois soldados, um homem e uma mulher, pareciam obedecer alguma regra de precedência, pois se mantiveram até o fim da tarde bastante calados, como se a tarefa de conversar com a pesquisadora coubesse ao sargento, mesmo considerando a informalidade (sob o meu ponto de vista) do nosso diálogo. Mas, no fim das contas, o comportamento do sargento e dos dois soldados acabou me beneficiando. Cansada de forçar uma conversa que, como acabei percebendo, eu buscava manter para evitar o incômodo do silêncio, pude me dedicar não apenas à observação, mas, eu diria, à contemplação do que estava à minha volta.

Durante algumas horas o movimento no posto se restringiu a umas poucas pessoas que entravam para pedir informações sobre a localização de algum endereço. A viatura do posto fez uma parada por lá, mas permaneceu pouco tempo. Outras viaturas também encostavam, apenas para os policiais utilizarem o banheiro. A tarde seguia, com o preenchimento de relatórios, algumas comunicações por telefone e outras pequenas tarefas rotineiras.

Lá pelas 16h30 chegou um casal que despertou todos nós da preguiçosa prontidão naquela tarde quente de primavera. A mulher, muito aflita, estava lá para pedir a ajuda dos policiais. A filha dela, uma moça muito bonita e muito inteligente, de apenas vinte anos, estava com um sério problema. A menina foi morar com um homem que eles não conheciam e ela se recusava a apresentá-lo para a família. A avó da menina, coitada, não se conformava, estava para morrer com isso. E ela estava ali tentando descobrir onde a filha morava. Ela já tinha andado por tudo, por todas aquelas ruas para ver se encontrava a filha. Ela não sabia

mais o que fazer. No fim de semana anterior a filha foi na casa dela e ela e a avó conversaram muito com a menina, pois elas estavam muito preocupadas, mas a filha não queria dizer onde morava. A filha estava muito triste, mas disse que não ia largar aquele homem. Tinha até um outro rapaz, um rapaz muito bom, muito trabalhador, que queria namorar a filha dela, mas agora a menina estava morando com esse outro homem, que elas nem sabiam direito quem era. Ela sabia que eles moravam por aquela região, porque uma vez ela foi na casa da filha, mas estava de noite e ela não conseguia se lembrar do caminho, ela só lembrava que elas desceram do ônibus naquela praça. O pai da menina sabia onde ela morava, mas também não queria dizer onde era. O senhor que estava acompanhando ela não era o pai da menina, era o segundo marido dela. Ela só tinha o número do telefone da filha, mas ela não podia ligar porque se o marido da filha, quer dizer, se o homem com quem a filha estava morando atendesse, ele saberia que era ela quem estava ligando. Ela tinha parado na farmácia ali em frente para perguntar se alguém conhecia a filha dela e o rapaz da farmácia disse que ela deveria vir até o posto. Ela ficou pensando, então, que um policial poderia ligar para aquele número para saber onde eles moravam. Porque ela estava muito preocupada e precisava saber onde a filha estava morando.

Resumidamente, era esse o problema da filha daquela senhora e esta a ajuda que ela imaginou que poderia conseguir com a polícia. As poucas informações apresentadas nesse relato iam sendo obtidas pelos policiais a muito custo, pois a mulher falava muito rápido e, por vezes, era difícil compreender o que ela dizia, não apenas por causa da velocidade, mas também porque ela parecia ter algum problema na fala, como se fosse fanha. Em alguns momentos, o senhor que a acompanhava também começava a falar, e os dois ficavam falando ao mesmo tempo, aumentando ainda mais a confusão daquela narrativa. À medida que a mulher ia contando a história, ela ia trazendo todos os policiais e a mim para a conversa, olhando na direção de cada um de nós, tocando em nossos braços, como se estivesse exigindo

a atenção de todos a volta e esperando nossos sinais de compreensão sobre o drama que ela estava vivendo. Não foi possível chegar a uma conclusão sobre se o homem que vivia com a filha dela agredia fisicamente a menina ou, de alguma forma, impedia que ela o abandonasse, pois a mãe sempre ficava muito confusa quando tentava responder essas perguntas dos policiais.

A fantasiosa proposta de que um policial poderia ligar para o número de telefone que a mãe possuía para, de alguma forma, conseguir o endereço da menina foi imediatamente recusada pelos policiais, que explicaram, com bastante paciência, que aquilo seria absolutamente irregular e que eles não podiam fazer esse tipo de coisa. Infelizmente, o casal precisaria tentar resolver a situação com a própria menina, aconselhando-a a prestar queixa contra o marido se ele realmente estivesse cometendo algum tipo de violência contra ela. Se a filha dela não tomasse uma iniciativa, não haveria nada que a polícia pudesse fazer para ajudá-la. Era muito importante que eles conversassem e orientassem a menina da próxima vez que ela fosse visitá-los. A mulher foi, aos poucos, se acalmando, mas tive a nítida impressão de que as orientações concretas dos policiais tinham pouca influência sobre esse resultado. Na realidade, o simples fato de relatar aquela história para uma platéia que respondia de forma prestativa e solidária parecia ser o suficiente para satisfazer a demanda da preocupada mãe. De qualquer forma, a mulher decidiu que o melhor mesmo seria ir para casa, pois ela teria poucas chances de encontrar a filha, ao acaso, na rua. Ela agradeceu muito e foi embora com o marido.

O casal deixou o posto pouco depois das 17h. Nós ainda comentávamos o episódio quando a viatura do posto chegou e os dois policiais, que eram bem jovens, entraram tumultuando o ambiente, conversando alto, bastante animados com o fim do expediente que se aproximava (a troca do turno seria às 18h). Tomando conhecimento do que acabara de acontecer, eles começaram a contar várias histórias sobre as solicitações que, muitas vezes,

são feitas pela população. Aquele, por exemplo, era um caso clássico: a esposa ou a mãe que quer que os policiais dêem “só um susto” em um marido que se comporta mal. Um dos policiais brincou: “o que eles acham que nós somos? Gasparzinho, o fantasma camarada?” Enquanto os dois jovens policiais prosseguiram relatando diversas situações insólitas, chegou uma mulher segurando duas crianças pela mão, dizendo que tinha estranhado o comportamento delas, caminhando pela rua meio sem rumo, e descobriu que elas tinham fugido de um abrigo. Confirmando a situação com as crianças, os policiais agradeceram a mulher e disseram que as levariam de volta para o abrigo.

As crianças, uma menina e um menino, que deviam ter por volta de oito ou nove anos, pareciam bastante ressabiadas. Talvez por não terem gostado de ver seu plano de fuga frustrado, foi difícil conseguir deles informações que pudessem ajudar a localizar o tal abrigo. Principalmente a menina, que, como descobrimos, havia sido a mentora intelectual da ação, tratava os policiais de maneira bastante arreada, empinando o narizinho e virando a cara a cada pergunta que eles faziam. O menino logo se soltou um pouco, respondendo às provocações de um dos policiais, que, apontando para um homem que passava pela rua de mãos dadas com uma criança, disse tratar-se de um conhecido seqüestrador de criancinhas, que capturava vítimas indefesas que ficassem andando pela rua sem destino. Impressionado, o menino rapidamente se lembrou do nome do abrigo, mas defendeu-se dizendo que quem tinha fugido era a menina, ele só foi correndo atrás dela. Um dos policiais afirmou conhecer um abrigo que ficava não muito distante dali e, mesmo sem ter certeza se a instituição era a mesma mencionada pelo menino, eles decidiram arriscar. Faltavam apenas alguns minutos para as 18h, e os policiais da viatura informaram que depois de deixarem as crianças no abrigo seguiriam diretamente para a companhia,⁹⁰ para realizar a troca de equipe. Como eu

⁹⁰ A companhia a que o posto está subordinado.

teria que passar na companhia antes do fim do meu “turno”, perguntei se eles poderiam me dar uma carona, no que fui prontamente atendida.

Ao chegarmos ao abrigo, que para nosso espanto não era tão próximo assim, os dois policiais desceram para tocar a campainha e eu permaneci na viatura com as duas crianças. Elas começaram a cochichar alguma coisa que eu não conseguia ouvir, mas, a certa altura, a discussão atingiu um volume mais perceptível: “fala você”, “não, fala você”, “eu não, fala você”. Perguntei o que elas queriam falar e a menina respondeu: “é que o moço disse que se eu me comportasse ele ia me dar um doce daqueles - apontando para uma pequena caixa de papelão no chão do veículo, em frente ao banco do passageiro - e eu me comportei”. Quando os policiais retornaram para buscar as crianças, intermediei a cobrança que elas relutavam em fazer. Piscando o olho para mim, o policial que havia feito a promessa disse para a menina que ela era muito espertinha, que só tinha ficado boazinha por causa do doce. Sorrindo, ele abriu a caixa e tirou dois saquinhos de amendoim, um para cada uma das crianças, que os agarraram com voracidade e entraram correndo no abrigo.⁹¹

O trabalho no posto comunitário tem características bastante particulares. A abertura que ele representa para o público, somada à falta de mobilidade que ele implica, tem como consequência o contato direto e intenso com o caráter de prestação de serviços associado às atividades da polícia militar. Neste sentido, muitos policiais apontam a necessidade de um perfil muito específico para atuar nesse tipo de atividade, pois pode ser bastante frustrante ter que aceitar a idéia de que o serviço que prestam nem sempre é capaz de oferecer respostas imediatas aos problemas que são trazidos até eles. Em duas situações que presenciei, a do homem que alegava estar sofrendo uma ameaça de morte e a do casal que tentava descobrir onde a filha morava, não havia nada de concreto que os policiais pudessem fazer, a não ser ouvir e orientar. Isso sem contar o número infundável de demandas que chegam até eles e que

⁹¹ Esse policial tratou as crianças o tempo todo de maneira especialmente carinhosa. Correndo o risco de cometer uma grande injustiça, tendo a achar que ele estava tentando me impressionar, pois todo mundo sabe que um homem cuidando atenciosamente de uma criança produz um forte apelo sobre as mulheres.

estão completamente fora da alçada da polícia militar, como queixas sobre um buraco no asfalto ou sobre uma árvore que está atrapalhando a passagem dos pedestres em uma calçada. Diante dessas situações, os policiais são orientados a encaminhar uma notificação aos devidos órgãos competentes, mas ressentem-se um pouco ao perceberem que os postos, muitas vezes, são utilizados como grandes balcões de informação ou reclamação.

O que marca uma característica bastante particular do ritmo de trabalho no posto comunitário é o fato de que o tempo passa através de espasmos, alternando o tédio e a agitação, momentos em que nada acontece e momentos em que muitas coisas acontecem ao mesmo tempo. Essas variações produzem um reflexo bastante mensurável nos sons que identificam cada um desses momentos. O som do rádio comunicador, que fica constantemente transmitindo os acontecimentos nos quais a polícia militar está engajada em vários pontos da cidade, constitui o pano de fundo sempre presente. De repente, o posto se enche de pessoas e cria-se uma grande confusão de vozes. Logo depois, o posto se esvazia e volta a reinar o silêncio, preenchido apenas pelo ruído do rádio, pelo barulho dos carros passando do lado de fora e pelas conversas entrecortadas dos pedestres passando em frente à porta. Confirmando a impressão que tive, os policiais que trabalhavam fixos no posto diziam que “aqui o tempo demooora a passar. Na viatura, é muito diferente. Às vezes, você pega a viatura, sai para trabalhar e, quando se dá conta, o dia já terminou e você não teve tempo nem de preencher o relatório”.

O cotidiano de trabalho dentro de uma viatura constitui, sem dúvida, a grande ausência neste relato. Partindo exclusivamente dos depoimentos dos policiais, é possível dizer que, nas viaturas, o “tempo assistemático das ruas” tem um grande potencial de se transformar em um “tempo frenético das ruas”. O que introduz esse diferencial é, basicamente, a mobilidade proporcionada pelo radiopatrulhamento motorizado. Nas cabines de despacho do COPOM pude acompanhar uma face dessa transformação, que ocorre nos

horários de grande pico. Nesses períodos, assim que uma viatura retorna à central, via rádio, informando o encerramento de um atendimento, ela é automaticamente enviada para outro e assim sucessivamente, até que as solicitações parem de se acumular na tela do computador. Mas, mesmo quando as viaturas não estão empenhadas no atendimento das solicitações irradiadas pelo COPOM, elas estão constantemente circulando, na atividade que, em larga medida, constitui o que os patrulheiros concebem como sua principal missão: “ir atrás das ocorrências”.

Vale notar, contudo, que a liberdade para “ir atrás das ocorrências” sofreu uma séria restrição com a implementação do programa de Radiopatrulhamento Padrão, quando o raio de circulação das viaturas ficou restringido a setores previamente estabelecidos, que idealmente deveriam compreender de quatro a seis quarteirões, mas, devido à limitação de recursos materiais, se estende a um pouco mais que isso.⁹² De qualquer forma, apenas os policiais mais antigos, que atuaram no sistema anterior, mencionam a diferença que essa restrição imprimiu ao trabalho nas ruas, lembrando de um período em que as viaturas iam de um canto a outro da cidade, quase ao sabor dos ventos, ou melhor, da aventura e do puro tirocínio. Os policiais mais novos parecem continuar reproduzindo a idéia de “ir atrás das ocorrências” sem se importar muito com o significado que ela pode ter tido em outros tempos.

Paralelamente às rotinas cotidianas de trabalho, existe uma temporalidade que não se reduz nem ao tempo regrado do quartel e nem ao tempo assistemático das ruas. Essa temporalidade conforma um “tempo cíclico”, compreendendo um período de longa duração, mais especificamente, um período anual, que remete ao envolvimento de muitas ou todas as unidades em torno de uma mesma atividade. Os marcos dessa passagem cíclica do tempo constituem referências relacionadas a duas perspectivas distintas. Por um lado, temos os

⁹² Para o apoio às viaturas que circulam nesse perímetro pré-estabelecido, existem as Forças Táticas, que são viaturas que podem circular em toda uma região.

eventos comemorativos ligados mais diretamente às tradições cultivadas pela corporação, como as formaturas, as promoções e as datas cívicas, como o 7 de Setembro e o 15 de Novembro. Por outro lado, existem alguns eventos ou épocas do ano que marcam uma intensa movimentação de pessoas dentro da cidade ou do estado de São Paulo, demandando operações de policiamento de grandes proporções, tais como a Fórmula 1, a Operação Aparecida,⁹³ a Operação Verão (no litoral do estado) e a Operação Inverno (em Campos do Jordão).

As referências temporais que caracterizam o dia-a-dia das diversas atividades desempenhadas pela polícia militar são, muitas vezes, encobertas nas falas dos policiais por idéias que reforçam o sentido de que “cada ocorrência é uma ocorrência”, negando, desta forma, a possibilidade do estabelecimento de rotinas. A rotina, na realidade, aparece nessas falas como um fator de risco, no sentido de que toda vez que a rotina se estabelece e enquadra o comportamento do policial, ele se aproxima perigosamente da possibilidade de “ser pego de surpresa”. Contudo, essas concepções, que remetem de maneira generalizante a um *ser* e a um *fazer policial*, tendem a ser relativizadas quando os policiais protestam, e isso acontece com frequência, contra qualquer tipo de ingerência que os tire de suas rotinas de trabalho.

Essa queixa, em geral, é dirigida a um endereço certo, o PROAR,⁹⁴ que é um programa implementado em 1999, que encaminha os policiais que se envolveram em ocorrências graves, mais comumente ocorrências de resistência seguida de morte, para um acompanhamento psicológico, onde será avaliado o impacto desse evento na estrutura emocional do policial. Nessas circunstâncias, os policiais podem permanecer afastados de suas atividades regulares por um tempo variável ou, então, podem ser submetidos a alguma restrição temporária, como a proibição de utilizar a arma de fogo. A grande causa da

⁹³ A Operação Aparecida visa garantir a segurança dos romeiros que se dirigem à cidade de Aparecida e é montada no mês de outubro, quando é celebrado o Dia de Nossa Senhora Aparecida, a padroeira do Brasil.

⁹⁴ Programa de Acompanhamento de Policiais Militares Envolvidos em Ocorrências de Alto Risco. Em 2002 o programa foi reformulado e passou a se chamar Programa de Acompanhamento e Apoio ao PM.

insatisfação com o PROAR parece ser o fato de que, sendo afastados de suas atividades regulares e, portanto, dos seus turnos de trabalho pré-estabelecidos, os policiais acabam não podendo cumprir as atividades que realizam fora da corporação, ou seja, os “bicos”.

SENHOR CIDADÃO

Muito bem, Senhor Cidadão, eu creio que o senhor já me rotulou. Acredito que me enquadro perfeitamente na categoria em que o senhor me colocou.

Eu sou estereotipado, padronizado, marcado, corporativista, e sempre bitolado.

Infelizmente, a recíproca é verdadeira.

Eu não vou, porém, rotulá-lo.

Mas, desde que nascem, seus filhos ouvem que eu sou o bicho papão, e depois o senhor fica chocado quando eles se identificam com meu inimigo tradicional... o criminoso!

O senhor me acusa de contemporizar com os criminosos, até que eu apanhe um de seus filhos em alguma falta.

O senhor é capaz de gastar uma hora para almoçar e interrompe o serviço para tomar muitos cafés por dia, mas me considera um vagabundo se paro para tomar uma xícara.

O senhor se orgulha de seu refinamento, mas nem pisca quando interrompe minhas refeições com seus problemas.

O senhor fica furo quando alguém o fecha no trânsito, mas se eu o pegar fazendo a mesma coisa, estarei lhe perseguindo.

O senhor conhece todo o Código de Trânsito, mas nunca porta os documentos obrigatórios.

O senhor acha que é um abuso se me vê dirigindo em alta velocidade para atender uma ocorrência, mas sobe pelas paredes se eu demoro dez segundos para atender um chamado seu.

O senhor acha que é parte do meu trabalho se alguém me fere, mas diz que é truculência da polícia se eu devolvo uma agressão.

O senhor nem cogita em dizer ao seu dentista como arrancar um dente, ou ao seu médico como extirpar seu apêndice, mas está sempre me ensinando como aplicar a lei.

O senhor quer que eu o livre dos que metem o nariz na sua vida, mas não quer que ninguém saiba disso.

O senhor brada: é preciso fazer algo para combater o crime, mas fica furioso se é envolvido no processo.

O senhor não vê utilidade para minha profissão, mas certamente ela se tornará valiosa se eu trocar um pneu furado de sua esposa, ou conduzir seu menino no banco de trás do carro patrulha, ou, talvez, salve a vida de seu filho com uma respiração boca-a-boca, ou trabalhe muitas horas extras procurando por sua filha que sumiu.

Assim, Senhor Cidadão, o senhor pode levantar a saia, dizer impropérios e se enfurecer pela maneira pela qual executo meu trabalho, dizendo todos os nomes feios possíveis, mas nunca se esqueça que sua propriedade, sua família e até sua vida depende de mim e de meus colegas.

Sim, Senhor Cidadão, eu sou um Policial!!!

Texto retirado do perfil de um policial militar em uma comunidade na internet (Orkut), cuja autoria é atribuída a Mitchell Brown, patrulheiro da Polícia Estadual de Virgínia, EUA, que morreu em serviço dois meses depois de o escrever.

Capítulo 5 - Temporalidades e solidariedades da profissão policial

No capítulo 4, tratamos de uma dimensão micro do tempo, que conforma uma temporalidade associada às atividades cotidianas de policiamento, e que estabelece, de certa forma, uma rotina. Enfocando, agora, a esfera da profissão policial, introduzo uma outra dimensão do tempo, uma dimensão macro, que remete a uma temporalidade associada à configuração da coletividade, da instituição, do espaço ocupado pela instituição na sociedade e do espaço ocupado pelo indivíduo na coletividade. Neste sentido, a formulação que constitui o cerne da temporalidade associada à profissão policial, com a qual todas as outras dialogam, é a idéia de que “o policial é policial 24 horas por dia”. Trata-se, portanto, de uma temporalidade que remete diretamente à identidade do grupo.

Envolvendo concepções tais como missão e vocação, assim como poder e responsabilidade, a idéia de que o policial é policial, atua como policial e deve se portar como policial o tempo todo é parte constituinte da maneira como os policiais se vêem, tanto quanto de como eles são vistos. É dessa maneira que a sociedade os vê e os cobra e, não menos relevante, é dessa maneira que os criminosos os vêem e diante deles reagem. A impossibilidade de os policiais se despirem da sua profissão, da forma como despem suas fardas ao fim de cada expediente, tem uma série de implicações.

É freqüente ouvir dos policiais relatos, que oscilam entre o trágico e o cômico, sobre como a identidade funcional deles ultrapassa a esfera profissional e é acionada em diversas situações relacionadas a suas vidas sociais e até amorosas. Várias vezes me contaram histórias, quase sempre com um tom hipotético, do tipo: se um policial discute com o vizinho porque o cachorro do vizinho entrou no quintal dele e destruiu todo o jardim, e o vizinho sabe ou descobre que ele é um policial, o vizinho vai bater lá no serviço do policial para se queixar do acontecido, mesmo que em nenhum momento ele tenha ameaçado o sujeito ou tenha, de

alguma forma, utilizado a informação de que ele era policial durante a discussão. A mesma coisa fazem muitas esposas, por alguma razão injuriadas. Encontrando respaldo no Regulamento Disciplinar, a intromissão dos conflitos pessoais ou domésticos na esfera profissional pode acarretar até mesmo uma punição.

Com um sentido mais dramático, os policiais mencionam o fato de que, sempre que possível, evitam chegar ou sair de casa fardados e procuram esconder com cuidado suas identidades funcionais (o documento) durante esses deslocamentos. Não são poucos os casos de policiais que, denunciados pela farda dobrada no banco de trás do carro ou pela identidade dentro da carteira, são executados (não há outra palavra) ao serem vítimas de delitos que, se não envolvessem um policial, não passariam de assaltos ou furtos. Além disso, é preciso considerar o problema que representa para muitos policiais o fato de, por razões financeiras, serem obrigados a morar em regiões muito pobres da cidade, onde os próprios vizinhos podem constituir uma ameaça.

Nas ruas, estando fardados, independentemente da posição que ocupam ou da função que desempenham dentro da corporação, os policiais serão todos o “seu guarda”. A implicação dessa percepção está longe de ser apenas uma questão de *status*, pois ela produz um reflexo imediato na problemática da profissionalização e da especialização. Enfocando a expectativa dos “clientes” a quem os policiais prestam serviços, principalmente em situações emergenciais, por vezes envolvendo a vida ou a integridade física de pessoas, o “seu guarda” representa a figura que está lá para resolver o problema, para dar um jeito nas coisas, de quem é cobrada uma solução eficaz e imediata.

Em termos da expectativa que produzem, a figura que os policiais representam se aproxima bastante da figura do médico. Imaginemos a seguinte situação: uma pessoa é atropelada na rua; as pessoas que param para acudir podem olhar em volta e perguntar: “alguém aqui é médico?” Elas com certeza não vão perguntar: “alguém aqui é pronto-

socorrista?”, ou então, não vão dizer: “ah, não, você é neurocirurgião, então não vale”. Elas não sabem ou, por vezes, não ligam para o fato de que o pronto-atendimento é uma especialização absolutamente crítica e delicada. O momento da emergência não é vivido como um momento para a especialização. Neste sentido, os médicos só estão em melhor situação porque não andam de jaleco pelas ruas. Como já foi colocado em outra parte deste trabalho, a cobrança para que os policiais tomem providências imediatas diante de uma situação que requer algum tipo de intervenção nem sempre considera ou abre espaço para a consideração dos conhecimentos e dos procedimentos que fazem dos policiais profissionais da segurança pública.

De qualquer forma, com ou sem farda, de folga ou em serviço, o juramento de servir e proteger, mesmo com o risco da própria vida, constitui o compromisso sempre lembrado pelos policiais quando querem marcar a distância, tida como incomensurável, entre a profissão que escolheram ou a “missão” que abraçaram e qualquer outra. O juramento que prestam no momento em que ingressam nos quadros da polícia militar é mencionado com muita frequência nas conversas com os policiais, aparecendo ora como um sinal de orgulho e distinção, ora como um fardo, por vezes, bastante pesado. Na maioria das vezes, contudo, orgulho e fardo se misturam e se retroalimentam, em falas que não escondem o propósito de construir uma imagem de si perante os olhos de um outro.

Nós na polícia, nós falamos o seguinte: ‘Incorporando-me à Polícia Militar do Estado de São Paulo, prometo obedecer às ordens das autoridades a que estiver subordinado, tratar com afeição os irmãos de arma e dedicar-me inteiramente aos serviços da pátria, cuja honra, integridade e instituições defenderei, com o sacrifício da própria vida’. Quem fala isso? Qual outro servidor do estado que fala isso? ‘Cuja honra, integridade e instituições defenderei, com o sacrifício da própria vida’. O único servidor que promete isso, e ó, em praça pública e com o braço estendido, e cantando depois, no toque do hino nacional. Então, isso aí eu aprendi há quarenta anos, quando entrei na polícia, e vale até hoje pra todo mundo. [*Coronel da Reserva PM - entrou na Força Pública em 1964*]

Porque é indigno o nosso salário. Aí vão falar ‘não, mas você tem que ver a realidade do mercado aí fora, quem é que ganha mil e quinhentos reais por mês?’ Eu não sei. Quem é que dá a sua vida pra desenvolver a sua profissão aí fora? Quanto vale a sua vida, mil e quinhentos reais por mês? A minha não. A minha não vale nem um milhão por dia. Se eu perdê-la, onde é que eu vou gastar esse dinheiro? Você entendeu? Mas não por isso, mas sim pelo risco que você corre, pelo risco que a sua família corre. Porque eu estou atento, é óbvio que a gente fica atento vinte e quatro horas por dia, você procura estar. Então eu estou no trânsito, eu tô atento. Eu tô andando na rua, eu tô atento. Eu tô aqui dentro do quartel, eu tô atento. Eu estou de serviço, eu tô atento, tô com uma arma na cintura, dá pra eu repelir qualquer tipo de agressão que eu venha a perceber que eu vou receber. E minha família? Meu filho de dezessete anos, você acha que ele está preocupado com a segurança dele em si? Ele fica olhando tudo, todos? Obviamente que não. A minha filhinha, treze aninhos, você acha? Agora, se alguém achar que deve, pra me atingir, pegar os meus filhos, por exemplo, eles vão me atingir. E eles não estão atentos vinte e quatro horas por dia, eles não têm como se defender como eu tenho, então eu acho que é, isso aí é onde pega. [*Aluno-Sargento - 19 anos de corporação*]

Expressa na metáfora que remete à duração de um dia, a concepção de que ser policial é uma condição permanente, com todas as implicações que dela advém, é, em vários sentidos, uma concepção essencialmente estigmatizante. Submetendo os policiais a vivências que encontram poucos pontos de contato com outras profissões, essa concepção reforça a identidade de um “nós” que, embora deseje compreensão, resiste, quase sempre, a comparações. Durante a pesquisa, passei por algumas situações nas quais, no exercício tipicamente antropológico de tentar aproximar aquele universo do meu, não para comparar, mas para compreender, me deparei com rejeições veementes.

A primeira vez que isso aconteceu foi durante uma conversa com duas policiais, enquanto elas falavam sobre como a chegada de um novo chefe pode alterar a rotina de trabalho. Elas reclamavam do fato de que um novo chefe pode chegar lá e mudar, por exemplo, o turno de serviço, que antes era, digamos, de 12 X 36, e ele decide que o melhor é o de 8 X 24. Ele pode até dizer que aceita sugestões, que quer ouvir a opinião das pessoas que trabalham lá, mas todos sabem que ele vai acabar fazendo do jeito que ele quer. E continuaram falando sobre outras ingerências que o novo chefe poderia fazer. A certa altura, comentei que esse novo chefe “hipotético” do qual elas falavam se parecia muito com um

chefe que eu tive. Não tive tempo nem de terminar a frase e, em coro, elas disseram: “Não”, e uma delas prosseguiu: “Não é a mesma coisa. Em uma empresa privada, se você manda o seu chefe à merda, ele simplesmente vai te despedir. Pronto, é só isso. Aqui não. Aqui você vai responder por ter mandado o chefe à merda. Vai dar a maior dor de cabeça”. Achando interessante a maneira como ela construiu essa diferença, perguntei, já conhecendo a resposta, se lá não havia espaço para a rebeldia, no que ela foi taxativa: “Não, aqui a rebeldia é tratada como loucura, mandam direto pro CASJ”.

As comparações com outras profissões, quando são feitas, aparecem sempre marcando diferentes referências a partir das quais os policiais militares constroem a especificidade da sua identidade. É possível reconhecer, então, diferentes “outros”, mais próximos ou mais distantes desse “nós” tão específico. Dentre os “outros” próximos, os mais próximos são, sem dúvida, aqueles que compartilham com os policiais militares as atribuições de polícia, ou seja, a Polícia Civil e os bombeiros.

Em relação à Polícia Civil, a principal referência que parece marcar um forte ponto de distinção, para o bem e para o mal, é o militarismo. Assim, por exemplo, quando os policiais querem argumentar *contra* o relacionamento entre superiores e subordinados que se estabelece nos moldes da hierarquia militar, eles frequentemente lançam mão de uma comparação com a Polícia Civil para ilustrar um caso em que existe hierarquia, mas com um espaço muito maior para a aproximação entre diferentes escalões. No sentido inverso, o outro pilar do militarismo, ou seja, a disciplina, aparece em comparações com a Polícia Civil quando os policiais querem realçar a qualidade do atendimento que prestam à população, remetendo a diversas questões, que vão desde a apresentação exterior (“lá eles estão sempre mulambentos” ou “você vê um policial civil fazendo uma prisão na rua e não sabe quem é policial e quem é bandido”), até a atenção e o respeito que o policial militar é cobrado a ter com o seu “cliente” (“se chega uma pessoa aqui e você não pode atender na hora, é bom dia,

boa tarde, o senhor pode aguardar um momento por favor; mas vai numa delegacia pra ver, é senta aí e espera”).

Os bombeiros, por sua vez, aparecem sempre como uma referência de sucesso para falar da própria polícia militar, pois o estado de São Paulo é um dos poucos estados brasileiros onde o Corpo de Bombeiros ainda é integrado a essa corporação. Assim, os bombeiros aparecem nas falas dos policiais como uma referência que representa, por um lado, um serviço prestado pela polícia militar que tem um índice altíssimo de aprovação junto à população e, por outro, um pico de profissionalização, no sentido de que a padronização dos procedimentos nas atividades que os bombeiros desempenham atingiu um alto nível de excelência, mesmo considerando a disponibilidade ainda inadequada de recursos materiais.

Embora os bombeiros sejam policiais militares, fica muito evidente que a identidade deles, em grande medida, se descolou da identidade de policial, em uma via de mão dupla. Na Escola de Sargentos pude acompanhar um pouco a interação entre policiais e bombeiros, uma vez que, por integrarem um mesmo quadro, os cursos de formação e aperfeiçoamento de uns e de outros se dão, em parte, nos mesmos centros e de forma indistinta. Sem me aprofundar muito nessa questão, não pude deixar de perceber que essa interação é marcada por uma jocosidade bastante característica, que impede que as diferenças, percebidas e/ou cultivadas, se transformem em oposições conflagradas (Radcliffe-Brown; 1989). Assim, os bombeiros recebiam dos policiais o singelo apelido de “cata-gato”, em uma referência à caricatural figura que é acionada para retirar gatinhos indefesos do alto de árvores. Devolvendo a provocação à altura, os bombeiros se referiam aos policiais como os “cata-macho”, por viverem correndo atrás de bandidos.

Entre o acolhimento de poucos espaços de aproximação com outras profissões e a percepção de um inadequado reconhecimento externo quanto às especificidades da profissão que desempenham, o compartilhamento de experiências tidas como singulares aparece nas

falas dos policiais como um fator que promove uma forte união e companheirismo entre os pares, expresso em idéias como a de que “a Polícia Militar é uma grande família”⁹⁵ ou “o problema de um policial é um problema de todos os policiais”.

Todos os policiais têm um convívio familiar meio longe. Não é muito aberto, porque muitas coisas que não pode chegar em casa falando do que aconteceu aqui, não pode chegar em casa... ou vice-versa, ou de casa pra cá, porque senão acaba atrapalhando. Então é complicado, é difícil ser um policial. (...) Meus amigos praticamente são meus familiares. Que eu chego em casa, não saio pra rua, fico em casa. Ou vou na casa dos meus cunhados, casa dos meus parentes. Mas o convívio mesmo com amigos que eu tinha antes, eu já não tenho. Tipo assim, na minha infância eu tinha aquele amigo, hoje em dia ele pode ser um delinqüente, um marginal. Então hoje eu não posso manter aquele lá. Que, de repente eu tenho amizade com aquele lá, e de repente aconteceu lá, ‘ah, o cara é polícia’. E aí? Aí vão se tornar tudo contra mim. Meus amigos que eu tenho, é aqui dentro. Aqui dentro se torna mais, a família mais do que em casa. Porque é muita gente, tem tudo, harmonia, a gente faz as confraternizações aqui dentro, uma festinha, um churrasco aqui dentro, então é mais aqui dentro, a família nossa praticamente tá mais aqui do que lá fora. [*Soldado PM - 11 anos de corporação*]

Com outro sentido, união e companheirismo aparecem também como elementos indispensáveis em uma profissão na qual o trabalho em equipe desempenha, muitas vezes, um papel decisivo para o êxito em uma tarefa. Em uma versão bem particular da idéia de dependência para a sobrevivência, a certeza de poder contar, em uma hora difícil, com aqueles que o cercam adquire um significado literalmente vital.

Você precisa conhecer quem é o homem que trabalha com você. Você precisa conhecer, senão complica. Complica. Normalmente, os policiais, quando eles entram numa viatura e vão sair pra rua, um coloca a vida na mão do outro. É uma troca mútua, ‘olha, você preserva a minha, eu preservo a sua, e nós vamos preservar a dos demais integrantes da comunidade, porque sabemos que tem muita [criminalidade] pra gente poder combater’. Como que você vai fazer isso se você não conhece a pessoa? Você precisa conhecer, não é mesmo? [*Capitão PM - 25 anos de corporação*]

⁹⁵ Os policiais utilizam a expressão “polícias co-irmãs” para se referirem às polícias militares de outros estados, mas também sentem muito orgulho ao dizer que tal ou qual coisa da PMESP é uma referência para outras polícias brasileiras.

É interessante notar que a expectativa de poder contar com o pronto empenho dos companheiros em uma situação de risco acaba constituindo uma referência para a medida do tempo de resposta a qualquer chamado. Lembro-me de uma ocasião em que eu estava acompanhando o trabalho de um sargento dentro de uma seção administrativa quando ele recebeu um recado de que deveria telefonar para o comandante da unidade, que se encontrava em outro local naquele momento. O sargento passou quase uma hora tentando fazer a ligação, mas o número só dava ocupado. Depois de finalmente conseguir falar com o comandante, o sargento desligou o telefone e comentou com as pessoas em volta, meio injuriado, que, ao atender a ligação, o comandante havia dito: “puxa, se fosse um tiroteio, hein!?”, queixando-se da demora na ligação.

A tendência homogeneizadora que marca a percepção externa sobre a identidade (similitude) que os policiais militares compartilham, reforçada pela imagem que eles mesmos constroem de si perante um “outro”, não resiste, contudo, a um olhar mais atento. Vista de perto, a totalidade conformada pela condição profissional comum apresenta uma complexidade que se apresenta freqüentemente de forma sutil, mas produz reflexos que não podem deixar de ser considerados. O empenho efetivo em diferentes funções, realizadas em diferentes ambientes, sob diferentes circunstâncias introduz uma série de elementos que, sem negar as particularidades que conformam a concepção de um todo, mas, por vezes, relativizando-as, delimitam características próprias de diversas partes.

É possível identificarmos a existência de grupos significativos, ou seja, grupos que estabelecem diferentes referências e inspiram diferentes solidariedades, a partir das quais as partes constroem especificidades que as destacam do todo. Essas especificidades marcam, às vezes, sinais de distinção, entendendo distinção como uma diferença relevante. Além disso, por estabelecerem formas diversificadas de relacionamento entre as partes e o todo, implicam formas particulares de solidariedades. Os grupos significativos podem configurar novas

coletividades (quando as referências e as solidariedades mantêm-se circunscritas ao todo) ou uma espécie de individualidade compartilhada (quando as referências e as solidariedades remetem a dimensões extra-todo).

- *Divisões hierárquicas:*

O primeiro elemento que marca uma diferenciação nas perspectivas dos policiais se refere às divisões hierárquicas. A descontinuidade que existe entre as carreiras de oficiais e praças estabelece um diferencial extremamente relevante no que diz respeito à forma como cada um desses grupos se posiciona em relação à totalidade. Tratando dessa questão, Damasceno de Sá (2002) afirma que oficiais e praças constituem, dentro da corporação, “duas categorias sociais distintas”, apesar de interdependentes.

Oficiais e praças são princípios de divisão que produzem visões específicas no interior da organização: de um lado, estão os comandantes e, de outro, os subordinados. Respectivamente, as ‘cabeças pensantes’ da corporação e a tropa, a elite dirigente e o conjunto dos subalternos. Parece não haver, entre oficiais e praças, uma continuidade de *status*. É como se possuíssem, além de papéis e tarefas, qualidades distintas, como se fossem, segundo as classificações da corporação, seres com destinos sociais diferenciados, compondo o destino de uma mesma unidade social. (:30)

Indo adiante, o autor conclui:

Pode-se pensar na crença – um verdadeiro ato de auto-afirmação do oficialato – de que os ‘comandantes’ são o fator de definição da ‘Polícia Militar’. Eles se vêem como seu elemento permanente e mais cristalizado em oposição às ‘praças’, ou seja, aos ‘comandados’, aos ‘subalternos’ do ‘círculo de praças’, elementos mais transitórios, mais sujeitos à força negativa dos ‘valores externos’ (da sociedade inclusiva), em oposição aos valores internos veiculados pela corporação, que seriam justamente os que definem a ‘consciência profissional’ e a ‘ética’ do policial militar. (:65, 66).

De fato, existe uma diferença sensível na forma como oficiais e praças se colocam em relação à totalidade. Quando estimulados a falar sobre sua profissão, os oficiais tendem a

assumir uma perspectiva bastante generalizante, incorporando espontaneamente o papel de porta-vozes legítimos, em primeiro lugar, das unidades em que trabalham e, em seguida, da corporação como um todo. Essa perspectiva se materializa nas falas dos oficiais, basicamente, através da utilização de termos que remetem à idéia de “nós” ao invés do “eu”. As praças, por sua vez, parecem sentir-se menos à vontade para falar da corporação como uma totalidade e dos seus aspectos gerais, enfocando mais os casos específicos e localizados e reiterando, com freqüência, o fato de que suas falas expressam apenas pontos de vista.

Apesar de inquestionável, a simples oposição entre comandantes e comandados não dá conta de todas as diferentes perspectivas que se relacionam às divisões hierárquicas. Atentando mais detalhadamente para as funções desempenhadas por cada patente dentro da estrutura organizacional, percebemos que a atividade operacional introduz uma nova referência a partir da qual as perspectivas relacionadas às divisões hierárquicas se tornam menos dicotômicas.

Focalizando as unidades mais diretamente ligadas à atividade-fim, um capitão me deu a seguinte explicação sobre “o que cada um faz” dentro da corporação: os coronéis comandam os CPAs (Comandos de Policiamento de Área); os tenentes-coronéis comandam os batalhões; os majores são os sub-comandantes dos batalhões; os capitães comandam as companhias; os tenentes são como fiscais que atuam diretamente nas ruas, acompanhando, por vezes, o trabalho de mais de uma companhia (podendo também ser sub-comandantes de companhia); os sub-tenentes são os coronéis das praças;⁹⁶ e, por fim, os sargentos são os gerentes dos pelotões. É importante notar que a ausência representada pelos cabos e soldados nessa explicação parece indicar com mais precisão o ponto onde se encerra a cadeia de comando, remetendo ao comando como atividade e não como “predestinação social”.

⁹⁶ Credito a imprecisão quanto à função dos sub-tenentes ao fato de que, no momento em que o capitão me deu essa explicação, estávamos acompanhados de um sub-tenente. Ao mencionar os sub-tenentes, o capitão segurou o ombro do nosso acompanhante, pronunciando com ênfase a palavra *coronéis*, como quem presta, em tom brincalhão, uma homenagem ao companheiro.

A compreensão das funções desempenhadas por cada patente nas unidades mais diretamente ligadas à atividade operacional nos permite visualizar um elemento que constitui uma referência muito importante na diferenciação das perspectivas dos policiais: o elemento “rua”. Embora as praças conformem a linha de frente da atividade operacional, a rua constitui uma referência central nas falas que tematizam as questões relacionadas à profissão policial em todos os níveis dessa cadeia de comando.

O que acontece, nós temos uma visão, eu acho que vai escalonando, de soldado até coronel. Falando assim, por tenente, eu tenho uma visão muito mais operacional que política. Então, minha visão, sei lá, deve ser oitenta por cento operacional, e vinte política. Aí, vai indo a capitão, tal, chega no coronel, ele tem uma visão, ele tem aquela experiência operacional, de tempo de serviço, mas a visão dele, ela é política, é uma visão política. O coronel, principalmente do alto comando. Então, isso acaba interferindo. (...) Eu só vou olhar às vezes o lado operacional. Porque eu não tenho uma vivência política. (...) Porque a gente às vezes não consegue enxergar, é a coisa da pala do boné, não tem como, você não enxerga pra cima. [*Tenente PM - 18 anos de corporação*]

É preciso atentar, contudo, para as diferentes construções que giram em torno da referência “rua”. Quanto mais baixo na cadeia de comando (ou, como vimos, fora dela), mais próximo da rua estará o policial. Os dados a partir dos quais os policiais construirão suas falas serão, nesse caso, o espaço físico em que se desenrolam as atividades de policiamento, os companheiros com quem atuam mais diretamente e a interação face-a-face com o público. Por outro lado, quanto mais alto na cadeia de comando, mais distantes os policiais estarão da realidade concreta das ruas. Desta forma, suas construções tendem a remeter aos homens sob seu comando e à configuração das ocorrências representada a partir da noção de estratégia.

O dia ruim, o dia ruim eu acho que é perder um amigo, perder um companheiro. Não quero nunca mais. Nunca mais quero perder um companheiro. Trabalhando, não. Esse é o pior dia. [*Aluno-Sargento - 19 anos de corporação*]

Um dia ruim é quando você tem que chegar pra uma família, pra uma esposa, uma mãe, e falar que um filho morreu, ou que um marido morreu. Isso é um dia ruim. [*Major PM - 25 anos de corporação*]

Hoje é um pouquinho mais difícil, né? Você tem que ter um pouquinho mais de tato, porque hoje, se você pára uma pessoa na rua, a pessoa se sente ofendida, e não tem nada a ver, porque é um serviço como outro qualquer, a gente abordar uma pessoa, revistar, identificar, isso tá na Constituição. Mas muita gente se sente melindrosa com isso. Se sente no direito de dar queixa do policial, ‘um policial me parou, pra me revistar, me senti ofendido, na minha rua’. Você não sabe onde o cara mora. Então, hoje isso se torna um pouquinho difícil, então você tem que fazer tudo certinho, tudo bonitinho, com testemunhas. Abordar direitinho, ‘qual o seu nome, cidadão?’, ‘fulano de tal’... ‘Você viu? Abordamos direitinho, vai com Deus’. E seguir o nosso caminho. [*Sargento PM - 29 anos de corporação*]

Para exercer as minhas funções, [é preciso ter] primeiro, a consciência plena e o domínio pleno do que você pode ou não fazer, e dos recursos, dos mecanismos que você dispõe pra realizar. Certo? Então, se eu tenho determinado mecanismo, eu preciso conhecer efetivamente, estar plenamente habilitado para o exercício daquele mecanismo. (...) Eu preciso dominar efetivamente aquilo que eu estou manejando. Aquela ferramenta que eu estou manejando. Quando eu digo ferramenta, eu não estou dizendo a arma do policial. Eu estou dizendo a condição de policial. (...) Na realidade, o que acontece é o seguinte: as coisas, a sociedade, ela tá numa constante evolução. Eu não diria, talvez o termo evolução não é o mais correto. Mas ela está em constantes mutações. Ela tá sempre agregando alguma coisa. Benéfico ou não, ela sempre agrega alguma coisa. Eu tenho que estar acompanhando isso. E eu tenho que saber como agir diante disso. Eu não posso ser surpreendido, entendeu? Eu tenho que ter estratégias estabelecidas pra tudo isso. E tenho que ter versatilidade também. Entendeu? Ou seja, o que faz com que eu trabalhe de maneira mais fácil ou mais difícil é a convicção de como deve ser o meu emprego na circunstância que me é apresentada. Eu tenho que ter convicção. Quando eu não tenho a convicção, fica complicado. Você se perde. Você demonstra a insegurança pra quem está necessitando do seu serviço. [*Capitão PM - 25 anos de corporação*]

- *Unidades especializadas:*

Uma outra diferenciação importante na relação todo/parte diz respeito às unidades que desempenham atividades especializadas, como os Batalhões de Choque, a Corregedoria ou o Grupamento de Radiopatrulha Aérea.⁹⁷ As grandes referências que marcam um diferencial nas perspectivas dos policiais que trabalham nesses batalhões são as especificidades das atividades que realizam, a intensa convivência em grupo e a forte identificação que

⁹⁷ Grupamento de Radiopatrulha Aérea: “com seus sete helicópteros e três aviões, participa de operações em apoio ao Policiamento Urbano, de Trânsito, de Choque, Florestal, Rodoviário, Corpo de Bombeiros e outras diversas atividades” (PMESP, 2001).

demonstram ter com suas unidades, colocada como um fator de distinção entre os outros policiais.

Nos Batalhões de Choque, principalmente nas conversas com policiais que tinham muitos anos de casa, me deparei com a questão do estigma que carregam por constituírem tropas mais diretamente ligadas a atividades repressivas e, em decorrência disso, de como o emprego das tropas de choque foi alterado ao longo do tempo.

Hoje, você pode ver hoje, aqui, tomando por base aqui o batalhão, quando tá tendo as manifestações externas aí, a gente não está saindo, o batalhão aqui não tá indo. (...) Recentemente os marreteiros entraram em atrito, ou os sem-teto invadem os prédios, aí tem que desocupar. Antigamente, quem ia fazer essa desocupação era a área de choque, que, entre aspas, são os mais indicados, né? Mas hoje é o pessoal da área que faz. O policiamento de área que está lá fazendo, o que seria a nossa função, função da área de choque. Eles estão fazendo. Então nós estamos ficando aqui porque foi uma mudança que está tendo. Por que não colocar o policiamento da área de choque lá, o pelotão de choque? Porque é uma força repressiva? Alguns pensam isso, a maioria. Politicamente, pra quem está lá em cima, não é bom. É? Não é. Então tá tendo essas mudanças. Ele quer ter menos entrevero com o civil, né? Não quer colocar lá. Quanto menos tiver entrevero, melhor. Tenta lá resolver na conversa. Se não tiver briga, resistência nenhuma, melhor. Antigamente, não. Antigamente era sai, não sai? Nós entra e tira todo mundo a cacete, e acabou. Antigamente era assim que funcionava. Hoje em dia, não. É mais na conversa. [*Sargento PM - 25 anos de corporação*]

Mesmo não tendo conhecido o 1º Batalhão de Choque, tive a chance de conversar com vários policiais que trabalharam durante muito tempo na ROTA, grupo ao qual está associada uma forte simbologia, dentro e fora da corporação. Tema de um conhecido livro do jornalista Caco Barcellos, “Rota 66: a história da polícia que mata”, o nome da unidade foi utilizado como “palanque eleitoral” por muitos políticos no estado de São Paulo no fim da década de 80 e início de 90, onde a violência atribuída a esse grupo dividia espaço com a percepção de eficiência no combate à criminalidade. Dentro da corporação, a ROTA preserva uma longa tradição, sendo mencionada, com orgulho, como objeto de admiração por parte de outras polícias brasileiras que, desconsiderando o significado da sigla, criam seus próprios grupos chamados ROTAC, ROCAM. Lidando com o estigma do binômio violência-

eficiência, os policiais que já integraram a ROTA tendem a enxergar nela um marco central em suas trajetórias profissionais e parecem nunca deixar de falar *por ela*.

Eu já era sargento, e uma pessoa veio nos acionar, dizendo que uma senhora estava quase em trabalho de parto. Eu trabalhava na ROTA, então, pela filosofia que o pessoal pensa muito, que ROTA só era prender, ou então até matar bandido, que na época era esse pensamento, e conseguimos efetuar, ajudar a senhora lá, no parto. Tanto é que depois fomos condecorados na assembleia, a equipe nossa, nós fomos pra assembleia, tudo. Então foi bem gratificante isso. (...) Ali nós fizemos, nós amarramos, nós cortamos a placenta com o cordão do revólver na época, foi tudo... envolvemos a senhora, pra placenta sair no PS, embrulhamos a criança, deixamos com a mãe, então foi bem bonito. Todos os policiais receberam condecoração, medalha de valor militar nosso. Foi bem gostoso.⁹⁸ [*Sargento PM - 29 anos de corporação*]

Por constituírem tropas aquarteladas, a intensificada convivência em grupo representa um outro marco de diferenciação nas perspectivas dos policiais que trabalham nos Batalhões de Choque. No desempenho das atividades que lhes são específicas, os policiais dessas unidades costumam atuar em frações de tropa maiores, geralmente em pelotões, o que determina o tipo de treinamento a que são submetidos, fundamentalmente focado na capacidade de ação coordenada do grupo. A singular necessidade de coesão, e o companheirismo e camaradagem que dela advém, constituem importantes referências que marcam a experiência dos policiais que trabalham nessas unidades.

Em determinada ação, no caso nosso aqui, específico nosso, sempre vai ter um oficial junto. Então nosso comandante direto vai ser um oficial. Um sargento vai auxiliar ele. (...) Então, é diferente, né. É mais próximo. Aqui é assim, nós somos mais fechadinhos, mais juntos, né? Nossa vida é assim, tudo juntinho. Vai sair, sai todo mundo. Então sempre tem um oficial, tem um sargento, tem o pelotão. [*Sargento PM - 25 anos de corporação*]

Quando você está num evento, vamos supor, um jogo. Então você responde à revista aqui. O jogo é às dezesseis horas, você responde à revista meio-dia. Então, meio-dia você tem que estar aqui. Aí você vai pro evento, então vai naquele comboio. Então

⁹⁸ Mencionei no capítulo 2 que os policiais freqüentemente remetiam aos partos realizados por eles ou por outros policiais quando falavam sobre a satisfação que obtém por ajudar as pessoas. No depoimento acima, o policial traz à tona um dos elementos que me parece mais significativo no acionamento recorrente da imagem do parto, pois ele estabelece uma relação bastante evidente entre “tirar a vida” e “dar a vida”.

vão as viaturas, vai o ônibus, micro-ônibus, caminhão. É indescritível a emoção que dá de você estar andando assim em comboio. (...) Então, nunca é o mesmo serviço. Sempre tem alguma coisa que é legal, que é diferente, assim, da normalidade. Outra é que você sempre está com o pelotão, você cria uma nova família, a gente firma uma família. Exercícios, fazer exercícios de tiro, faz exercícios de... de vários, como chama... fugiu a palavra. Mas assim, você tem que interagir com as outras pessoas do seu pelotão. É de formação, é uma coisa assim, que é muito legal. O tenente passa informações pra você, você passa informações, entendeu? Então é muito bom nesse aspecto. [*Soldado Fem PM - 10 anos de corporação*]

Deste companheirismo e camaradagem parece resultar uma maior abertura para as brincadeiras e trotes que, se certamente existem em outras unidades, apenas em um batalhão de choque ameaçou vencer a barreira imposta pela presença de um *outsider*. Quando iniciei a pesquisa em uma dessas unidades, me foi disponibilizada uma ampla sala de aula, onde se realizam as atividades de instrução, para que eu realizasse as entrevistas. Reparei que a primeira policial que entrevistei, assim que nós entramos na sala, retirou a chave da fechadura e a colocou em cima da mesa em torno da qual nos sentamos. Despertando imediatamente minha curiosidade, perguntei o motivo daquilo. Ela respondeu: “se eu deixar a chave na porta, os meninos vão trancar a gente aqui dentro e a gente vai acabar tendo que pular a janela”. Talvez pela forma como ela se referiu aos “meninos”, associei a antecipação daquele trote ao fato de minha interlocutora ser uma mulher, uma soldado e, também, bastante jovem, características que, em parte, eu compartilhava com ela. Percebi meu engano quando entrei pela segunda vez naquela sala, acompanhada por um sargento com vinte e quatro anos de serviços prestados à corporação, e que teve exatamente o mesmo reflexo de retirar a chave da fechadura.

Foi também pela via das brincadeiras e dos trotes, nessa mesma unidade, que consegui ouvir, de um policial homem, uma reflexão um pouco mais extensa sobre o tipo de alteração que foi produzida no ambiente de trabalho pela integração do contingente de policiais femininas nas atividades regulares de policiamento. Depois de frisar a opinião de que o trabalho no choque não é um trabalho próprio para mulheres, dando o desconto de que

não era próprio nem para ele, que era muito baixinho, meu interlocutor disse que, de qualquer forma, as policiais acabavam entrando no ritmo da unidade e não tinha aquilo de mudar o comportamento só porque elas estavam presentes, se ia fazer uma brincadeira e tinha uma mulher no meio, fazia a brincadeira do mesmo jeito e elas tinham que aceitar. Segundo ele, o resultado disso é que, na polícia, as mulheres acabam marcando suas diferenças de uma forma mais “esculachada” e ilustrou essa idéia me utilizando como exemplo: se você está na universidade e precisa ir ao banheiro trocar o *modess*, você não vai virar para o colega que está sentado ao seu lado e falar para ele: “eu vou ali trocar o *modess* porque está vazando”. E completou afirmando que, lá dentro, é isso que elas fazem, “se está com cólica, chega no comandante e fala que está com cólica, sem frescura. Senão, como é que a gente vai saber, né!?”⁹⁹

O fato de serem tropas aquarteladas marca também a forma como esses policiais avaliam a relação da população com a polícia militar, pois eles têm, de modo geral, um contato mais restrito com o público, que se dá no decorrer de eventos bastante específicos. Assim, eles acabam sentindo menos os efeitos do “ser policial na rua”.

O policiamento de área é, sem dúvida, aquele que fornece os elementos para a construção de um discurso mais generalizado sobre a profissão policial. Nos batalhões de área, as regiões da cidade e os turnos de serviço são as principais referências que distinguem entre si as experiências de trabalho em diferentes unidades. Neste sentido, muitos policiais enfatizam a diferença do trabalho em regiões ricas ou em regiões pobres da cidade, implicando diferentes formas de tratamento, que se relacionam tanto às demandas dos diferentes públicos quanto a uma forma de comunicação que corresponda ao nível intelectual

⁹⁹ O “esculacho” atribuído pelo policial à forma como as mulheres marcam suas diferenças dentro do grupo parece guardar uma relação com o espaço aberto nas unidades aquarteladas para uma convivência na qual as brincadeiras (e sua relação com o universo masculino) aparecem com mais facilidade. Porém, a idéia de que as policiais introduzem nas relações de trabalho aspectos normalmente mantidos na esfera privada pode nos fazer pensar em uma dimensão estratégica cujo significado foge aos meus dados. Deixo aqui a observação como uma sugestão para futuras abordagens.

dos moradores ou freqüentadores de cada região.¹⁰⁰ A zona central da cidade ocupa uma curiosa posição nesse quadro, sendo descrita como uma espécie de “escola” para os policiais, onde eles são obrigados a lidar, em um mesmo dia, com o “mendigo bêbado caído na rua” e com o “executivo mais bam-bam-bam”. Os turnos de serviço, diurno ou noturno, também constituem um diferencial mencionado com freqüência, principalmente pelos policiais que atuam no turno da noite, que se destaca pela maior probabilidade de empenho em ocorrências propriamente criminais: “dentro da polícia, pra você dizer que você conhece um pouquinho de polícia você precisa trabalhar à noite”.

Por motivos muito específicos, e pouco surpreendentes, a Corregedoria é um outro batalhão bastante diferenciado. Cumprindo a, por vezes, ingrata missão de “vigiar os vigias”, a “polícia da polícia” se distingue, primordialmente, por ser objeto de uma nem sempre velada desconfiança.¹⁰¹ Logo que cheguei a essa unidade, a policial que me recebeu, explicando resumidamente o trabalho realizado por eles, comentou que a Corregedoria tem que ser uma unidade quase auto-suficiente, buscando prover todas as necessidades do efetivo dentro de suas próprias instalações, pois eles não são muito bem vistos pelos outros policiais. A maneira bastante direta como essa policial colocou a questão constituiu, no entanto, uma exceção. Sempre que o relacionamento com os outros policiais surgia nas conversas com os policiais da Corregedoria, havia uma tendência à inserção dessa problemática em uma perspectiva temporal, através da afirmação de que hoje em dia os policiais aceitam melhor o trabalho da unidade.

¹⁰⁰ Vale destacar aqui uma representação recorrente sobre a diferença entre o trabalho no interior do estado e na capital. No interior o policial conhece as pessoas da comunidade e, por isso, pensa duas vezes antes de prender alguém, pois sabe que depois vai encontrar aquela pessoa de novo. Na capital é diferente. O policial nem lembra da cara de todas as pessoas que já prendeu, mas a pessoa com certeza vai lembrar da cara dele, daí o risco de encontrá-la depois, por acaso.

¹⁰¹ A figura pouco carismática dos “corregedores” não é, de forma alguma, uma especificidade do universo institucional, regional ou nacional abordado neste trabalho.

Logo que eu cheguei aqui o pessoal tinha... alguma coisa assim, de ser Corregedoria, né. O pessoal via com certos olhos, sei lá, diferente, né. Você chegava lá, falava que era, ‘ah, eu trabalho no serviço reservado’, que era mais conhecido como serviço reservado. ‘Eu trabalho no serviço reservado’. Então, você já não tinha amigos no meio da corporação. Então, você chegava assim, tal, no meio de rodinhas de policiais de outras unidades, e às vezes você ia num encontro, alguma coisa qualquer assim, uma solenidade, um encontro, e você percebia que o pessoal percebia que você era do serviço reservado, e o pessoal já, né, procurava te deixar de lado, e se estava junto com você, procurava não fazer comentário nenhum, de serviço. Porque o pessoal, eu acho que já percebia que você estava ali pra, né? Percebia que você estava ali, então o pessoal não fazia comentário nenhum. Depois, dos dez anos pra cá, que a gente começou a fazer propaganda, propaganda da Corregedoria, do serviço que ela presta, a necessidade desse serviço. E o pessoal já vem com a gente, hoje em dia o pessoal já vê a gente, sabe, você chega, tal, o pessoal cumprimenta normal. Como já teve policiais militares que, épocas de policiais militares ser movimentados da Corregedoria pra outras unidades, e não conseguir trabalhar lá. Ter que às vezes mudar de outra, pra outra unidade, ou até mesmo retornar pra cá. Pra você ver como que o pessoal via a situação da Corregedoria. E esse é o serviço, o serviço da Corregedoria. Porque a Corregedoria tem que trabalhar investigando o próprio policial militar e aí o pessoal fica meio... Mas isso, graças a Deus essa situação mudou bastante, hoje a gente se sente mais tranqüilo em qualquer lugar, qualquer lugar que vai o policial conversa. [*Tenente PM - 25 anos de corporação*]

Como na Corregedoria, uma das marcas de diferenciação que caracteriza a perspectiva dos policiais que trabalham no Grupamento Aéreo se relaciona à maneira como eles se sentem vistos pelos outros policiais. Falando sobre a ruptura que o uso de um instrumento como o helicóptero produziu nas atividades de policiamento, um policial dessa unidade me contou que os policiais do Águia¹⁰² são, muitas vezes, acusados pelos outros policiais de se acharem muito diferentes e de serem muito metidos. Evitando os subentendimentos, eu quis saber o porquê. Talvez sem perceber que estava justificando a percepção dos outros policiais, ele respondeu, com um mal disfarçado tom de superioridade: “Sei lá, vai ver eles acham que nós somos mais fortes ou mais gostosos”. Diante da minha insistência no assunto, o policial confessou que ele mesmo foi vítima dessa percepção, quando ainda estava na Academia e se encontrou pela primeira vez com um policial do

¹⁰² Os helicópteros do grupamento são identificados pelo nome “Águia” (Águia 1, Águia 2, etc), que também é utilizado para identificar o Grupamento (cujo símbolo é uma águia) e os policiais da unidade, os águias.

Grupamento Aéreo, que foi dar uma palestra para os alunos sobre as atividades daquela unidade.

O cara era muito diferente, nem parecia um policial. Ele tinha o cabelo muito mais comprido do que o comprimento normal que os policiais têm que usar, e eu olhava pro cara e via como se ele estivesse balançando o cabelo de um lado pro outro, em câmera lenta, assim, como em propaganda de xampu, sabe? [Enquanto dizia isso, ele balançava a cabeça, e não o cabelo, que era muito curto, de um lado para o outro, lentamente]. Pensando bem, acho que foi naquela hora que eu decidi que queria vir para o Águia. [*Tenente PM - 15 anos de corporação*]

Satisfazendo finalmente minha curiosidade, meu interlocutor concluiu que essa “mística” remontava provavelmente aos tempos antigos, do início do grupamento, quando os policiais tinham que ser mais arrojados, fazendo muitas vezes manobras arriscadas só para mostrar serviço e justificar o vultuosa soma despendida cada vez que o helicóptero saía do chão. Hoje em dia, com o maior reconhecimento da contribuição oferecida pela unidade, essa percepção não teria mais razão de ser. Quando ele completou esse raciocínio, aproveitei a deixa e perguntei se, diferentemente daquele primeiro policial do Águia que ele encontrou, ele se parecia com um policial como qualquer outro, se ele se considerava um policial como todos os outros e, não resistindo à tentação, se aquela história de mais fortes e mais gostosos era, então, só balela.

Pego no pulo, ele consentiu que, de fato, *as pessoas* às vezes fantasiam um pouco sobre os atributos físicos dos policiais do grupamento, mas, de qualquer forma, trabalhar naquela unidade era algo pelo qual ele se tornava objeto de distinção em várias situações. Ilustrando essa idéia, ele narrou um episódio ocorrido no dia anterior, quando ele levou o filho ao pediatra e, respondendo à pergunta do médico, disse que era policial militar, ao que sua esposa emendou, cutucando-o repreensivamente por baixo da mesa: “é, doutor, ele é um Águia”. Apesar disso, ele mesmo se considerava um policial como todos os outros.

Eu faço exatamente o que os outros policiais fazem, só que em vez de uma viatura, eu uso o helicóptero. Mas, o policial na rua, às vezes, não entende isso. Muitos acham que só quem pode acionar o Águia é o governador. E não é nada disso, nossa doutrina não é essa. Quem tem que acionar o Águia é o policial que está na rua, o sargento, o soldado. O Águia é mais uma ferramenta que o policial de rua tem para o policiamento. [*Tenente PM - 15 anos de corporação*]

As mesmas concepções que colocam a atividade especializada como produtora de ruptura e que remetem a uma ferramenta para o policiamento vista de forma ainda equivocada marcam as falas dos policiais do GATE (Grupo de Ações Táticas Especiais), que é o grupo especializado no atendimento a ocorrências com explosivos e com reféns localizados,¹⁰³ integrado ao 3º Batalhão de Choque.

E começou no GATE, a partir de mil novecentos e oitenta e oito, uma mudança interna também, porque até agora a gente está falando de público externo. E quando a gente passa pro público interno, o GATE, ele é uma mudança, ele é... abrupta dentro da polícia militar na verdade. Até mesmo porque quando se criou o GATE, a polícia militar não estava preparada pra receber o GATE, porque a mudança foi muito grande. Tipo, assim, vai, o pessoal comentava em estatísticas que o Brasil, ele é cinquenta anos atrasado com relação a países de primeiro mundo. E o GATE, na verdade, quando ele criou-se, em mil novecentos e oitenta e oito, nós não sabíamos nada em matéria de inovação, em matéria de tecnologia avançada e tudo mais. E dezessete anos se passaram, e o GATE mudou muito rápido, e aprendeu muito rápido, buscou tecnologias muito rápido. Buscou técnicas, táticas e materiais de ponta. Com isso tendo uma mudança muito grande, e tendo uma rejeição muito grande dentro da própria polícia militar. A polícia militar, ela não aceitava o nosso grupo dentro da polícia militar. (...) Por exemplo, um atendimento de ocorrência onde há reféns, você tem que ter pessoas especializadas. Não só reféns, por exemplo no caso de atendimento de ocorrências com bombas também. Tem que ter pessoas habilitadas pra aquilo lá. Tem que ter técnicos, pessoas experientes. E quando o policial de rua encontrava com uma ocorrência dessas daí, ele não chamava ninguém. Ele mesmo queria resolver. É aí que saía um monte de erros de atitudes da polícia militar, justamente por não aceitar aquela tropa nova. Então não aceitava que tinha um pessoal especializado, um pessoal preparado, um pessoal que só fazia aquilo: treinava para atender esse tipo de ocorrência. Ou seja, o GATE é, para o policial de rua, uma ferramenta de trabalho. E eles tinham uma ferramenta tão sofisticada que não sabiam usar. E isso dentro da polícia militar deu muito trabalho. Até hoje, ainda, a gente tem muito trabalho com relação a isso daí. Mas já é bem menos do que assim que nós iniciamos em mil novecentos e oitenta e oito. [*Cabo PM - 22 anos de corporação*]

¹⁰³ A ocorrência com refém localizado configura uma situação estática, circunscrita a um ambiente delimitado e previamente conhecido, onde alguém está sendo mantido como refém. Um exemplo de atuação do GATE em ocorrência com refém localizado, que ganhou bastante visibilidade, foi o “seqüestro” do apresentador Silvio Santos, que foi mantido como refém dentro de sua própria casa durante várias horas.

A concepção de “ferramenta” a partir da qual esses policiais falam, não sobre suas unidades, mas sobre as atividades específicas que desempenham dentro da atividade de policiamento, tem uma série de implicações que afetam diretamente a forma como eles se inserem na totalidade conformada pela polícia militar. O Grupamento Aéreo e o GATE constituem equipes de apoio que devem ser acionadas pelos policiais que estão na rua e com eles precisam trabalhar coordenadamente. Essas equipes são as portadoras e manipuladoras de equipamentos altamente sofisticados e caros, como os fuzis de precisão, os robôs anti-bomba e os helicópteros, que não estão disponíveis para todo o efetivo. Sem desconsiderar a dimensão estratégica envolvida nessa manipulação, o perfeito domínio do equipamento faz com que, de certa forma, os homens sejam subsumidos por ele.

O helicóptero Águia é, ao mesmo tempo, um meio de transporte rápido, um posto de observação privilegiado e uma base para possíveis ações coercitivas (um dos integrantes da tripulação porta um fuzil de longo alcance). Contudo, o Águia é, primordialmente, um instrumento de pressão psicológica, pelo barulho que faz e pela perspectiva que lança sobre quem está sendo observado por ele de que existem poucas chances de despistá-lo, para não mencionar a possibilidade de enfrentá-lo. O helicóptero, porém, não faz mais do que ele pode fazer, ele não se desdobra, ele não dá um jeitinho. Mesmo se pressupormos um domínio perfeito sobre o equipamento, a margem de manobra do homem não se encerra nas suas próprias limitações e, em última instância, em sua condição de ser mortal. Ela se encerra nas limitações da máquina. A fusão sociológica homem-máquina se completa pela indistinta identificação de suas partes: o Grupamento Aéreo é o Águia, o helicóptero é o Águia e os homens dentro deles são os Águias.

Atraindo a mesma visibilidade que o Águia, o GATE marca sua presença pela configuração envolvida em um evento crítico, no qual se caracteriza antecipadamente a possibilidade de um desfecho fatal. O trabalho do GATE consiste em evitar esse desfecho

através da operacionalização de uma série de mecanismos que vão sendo acionados paulatinamente, em resposta aos efeitos que produzem sobre o “elemento gerador da crise”. Esses mecanismos correspondem à atuação de diferentes partes da equipe: os negociadores, o grupo de assalto e os atiradores de elite. A atuação de cada uma das partes corresponde a um grau na escala que mede a força necessária a ser empregada. Sob a concepção de que a missão do GATE é salvar vidas, a expectativa previamente colocada no momento em que o grupo é acionado é a de que, ao término da operação, se um desfecho fatal houver se configurado, o sucesso da equipe estará em a fatalidade significar a “anulação do elemento gerador da crise e não o desenlace da intenção dele”.

Desta forma, no GATE, a equipe como um todo constitui um complexo equipamento, composto por homens e máquinas. A coesão entre os homens e o domínio completo das máquinas são os elementos que promovem a superação das limitações individuais. O exaustivo treinamento visa garantir que, no momento em que “o gatilho for acionado”, o equipamento seguirá seu curso, sem surpresas e imprevistos.

A noção de “ferramenta” que aparece nas falas dos policiais dessas unidades, retirada, é verdade, da doutrina que os enquadra, adquire um significado identitário profundo a partir do momento em que se transforma em uma representação que discorre não sobre a soma de homens e máquinas, mas sobre a fusão dessas duas partes. Nada parecida com algum tipo de metamorfose metafísica, essa fusão se realiza concretamente nas perspectivas desses policiais através da incansável busca e manutenção do domínio sobre si mesmos, sobre os conhecimentos que operacionalizam e sobre as máquinas que manipulam e, portanto, através do valor que atribuem ao treinamento e à padronização dos procedimentos operacionais. O resultado desse esforço se traduz em reconhecimento e satisfação, que eles não se acanham nem um pouco de ostentar.

Nós já tivemos ocorrências aqui em que os meliantes chegaram a pedir a presença do GATE no local. Então, pra nós, é o supra-sumo. Conseguimos, você entendeu? Conseguimos o nosso intento. Quer dizer, até o meliante confia no nosso procedimento. Isso já aconteceu aqui. Pra nós, o ponto máximo é esse. Esse é o ponto máximo. A partir do momento em que, por qualquer motivo a pessoa se viu aí motivada a cometer um crime, por motivos os mais bizarros que sejam, não dá para prever isso, mas que a partir do momento em que ele se viu numa situação complicada, ele confiar na legalidade dos procedimentos do GATE. Então isso é muito importante pra nós. Esse foi o ponto mais alto que nós já atingimos aqui. [Capitão PM - 25 anos de corporação]

Dentre a totalidade dos policiais, aqueles envolvidos em atividades especializadas parecem *ter* e, ao mesmo tempo, *ser objeto de* uma forte identificação com suas unidades, no sentido de que uma simples afirmação como “eu sou da Corregedoria”, “eu sou da ROTA” ou “eu sou do GATE” já trás implícita uma série de informações, pré-concebidas, é claro, sobre “quem é aquele policial”, diferentemente de um policial de área que, para ser identificado, neste sentido específico de “quem é ele”, é preciso que se saiba que ele trabalha na zona sul ou que faz o patrulhamento noturno na zona leste. Na realidade, o acionamento de todas essas referências subentendidas entre os policiais dispensa, para aqueles que trabalham em unidades especializadas, qualquer tipo de comunicação verbal. Inscritas nos símbolos de distinção ostentados nos uniformes, elas se mostram publicamente em um único relance: no bracelete azul da Corregedoria, na farda camuflada comum a todos os batalhões de choque, no bracelete e na boina da ROTA (que os transforma nos “boinas negras”), nas camisetas pretas do GATE ou no macacão do Águia.¹⁰⁴

Por fim, é interessante notar que, quanto mais especializada for a atividade desempenhada pelo policial, mais distante do senso comum estará a forma como ele se expressa sobre o trabalho que realiza. Esse distanciamento constitui uma questão colocada no próprio vocabulário: o emprego de termos técnicos estabelece incontestavelmente a posição do profissional e a posição do leigo (e pode significar uma dificuldade em se expressar de

¹⁰⁴ Essas unidades possuem também brasões diferenciados, ou seja, fora do padrão estabelecido para os brasões de todos os outros batalhões.

outra forma ou simplesmente uma ação deliberada). Neste sentido, a conversa com um atirador de elite, essa figura ímpar dentro da corporação, pode adquirir contornos de uma hipnótica consulta a um “mago”, durante a qual só nos cabe balançar a cabeça afirmativamente, não porque realmente compreendemos aquilo que ele está dizendo, mas porque estamos absolutamente convencidos da importância do que quer que esteja sendo dito.

Hoje eu posso falar pra você, com certeza e com bastante propriedade, que nós estamos a nível de primeiro mundo. Inclusive até mesmo para ensinar países de primeiro mundo como atuar na área urbana. Porque só sabíamos, na época que começamos, a atirar a longa distância. Isso, atirar a longa distância, é muito fácil. É que nem participar de uma competição. Você dá um tiro atrás do outro. Se você errar um, está tudo certo. Na nossa ocorrência, é um tiro só, não temos chance do segundo tiro. Então nós não tínhamos uma série de conhecimentos, como quando a gente olha através de um aparelho óptico, nós estamos tendo uma visão bidimensional de uma situação, e não uma visão tridimensional, que é igual a olhar a olho nu. Exemplo é quando a gente olha numa televisão. Você está tendo uma visão bidimensional, noção de largura e altura. Não temos noção de profundidade. E todas as vezes que a gente olha no aparelho óptico, a gente tem essa visão. Não era do nosso conhecimento. Trajetória balística, parábola, trajetória balística até o alvo, trajetória balística após o alvo, energia residual do projétil, que tipo de projétil nós temos que usar, o porquê. Conforme o projétil, o choque hidrodinâmico é um, tá, ou outro, depende muito do tipo de ponta que a gente usa. As distâncias, justamente por causa da parábola. Quanto mais curto, a chance, quanto mais curta a distância, a chance de errar é bem maior. Nós não sabíamos disso, achávamos que, se eu atiro a longa distância com precisão, a curta distância então é brincadeira. [*Cabo PM - 22 anos de corporação*]

Fora dos grupos especializados, os policiais também lançam mão de um vocabulário técnico para falar sobre seu trabalho. Contudo, a “technicalidade” desses termos é, de certa forma, mais intuitivamente compreensível, marcando acepções particulares e, por vezes, contornos sutis de conceitos compartilhados pelo senso comum. O emprego desse vocabulário remonta claramente ao processo de formação a que os policiais são submetidos dentro da corporação e constitui um reflexo do enfoque que os canais formais de instrução buscam imprimir nas mentalidades que pretendem moldar. Assim, os policiais utilizam, por exemplo, os termos “público externo”, para se referir ao público a quem prestam seus serviços, e “público interno”, para se referir aos membros da corporação. Ou, então,

marcando uma perspectiva interna, os indivíduos com quem os policiais interagem durante a prestação de serviços são chamados “clientes” e, externamente, ou seja, quando remetem hipoteticamente à interação propriamente dita com esses indivíduos, os policiais utilizam o termo “cidadão” (note-se: *cidadão* é o indivíduo *conjectural* a quem os policiais *prestam serviços*).¹⁰⁵ Alguns outros termos costumam vir acompanhados de uma breve explicação, tais como: “a viatura realiza um *acompanhamento*, pois não se fala mais *perseguição*” ou “a nossa missão é a *preservação* da ordem pública, pois não se fala mais *manutenção* da ordem pública”.¹⁰⁶

Avaliando o conjunto do comportamento de cada um dos meus interlocutores, me pareceu que, em alguns casos, o uso desse vocabulário era feito de forma bastante espontânea e, em outros, deixava transparecer um deliberado cuidado na maneira de se expressar. Contudo, não consegui estabelecer qual seria o padrão conformado por essa variação. Constituindo uma clara referência associada a uma perspectiva profissionalizada, me parece relevante o fato de que esses termos e, com eles, a sutileza desses conceitos estejam disponíveis para os policiais, mesmo considerando que a disponibilidade e até mesmo o manejo desses conceitos não implicam a efetiva “incorporação” das concepções que os termos atualizam. De qualquer forma, é preciso destacar que essa “incorporação” encontra os seus limites na exata medida do poder que uma socialização secundária tem para moldar condutas e moralidades.

¹⁰⁵ O termo “cidadão” ressalta uma lógica de direitos e deveres, enquanto o termo “cliente” remete a uma lógica de serviço. Os termos população ou comunidade, utilizados pelos policiais em outros contextos, também revelam diferentes enquadramentos da sociedade e das relações sociais.

¹⁰⁶ Em uma aula que assisti na Escola de Sargentos, o instrutor formulou a diferenciação entre os dois termos da seguinte forma: “nós não falamos mais manutenção da ordem, mas sim preservação, pois manutenção é manter como está”. Minha interpretação da mensagem expressa pelo instrutor atribui à manutenção um caráter mais estático, enquanto preservação me sugere um caráter dinâmico, tendo como eixo, nos dois casos, a ordem social.

- Punição individualizada X Responsabilização coletiva:

Vários autores já chamaram atenção para o fato de que, nas instituições policiais, as relações que se desenvolvem dentro dos pequenos grupos que comportam as interações mais próximas e cotidianas desempenham um papel fundamental na construção e transmissão das práticas e valores que constituem uma “cultura policial”.¹⁰⁷ Essas relações marcam a existência de dois campos normativos que atuam sobre o comportamento dos policiais. Por um lado, existem os marcos regulatórios da instituição, ou seja, os marcos formais de produção e regulação da conduta e, por outro, os marcos regulatórios da coletividade, que são aqueles forjados na convivência cotidiana e nas interações face-a-face. O problema que surge quando esses dois campos não estão em harmonia advém da constatação de que a solidariedade dos policiais tende a permanecer com o coletivo.

Os próprios policiais, principalmente aqueles em posições de comando, tematizam essa questão. No que diz respeito à esfera disciplinar, vimos, em outro momento deste trabalho, a maneira como a figura do “chefe” pode influenciar a aplicação do Regulamento Disciplinar e algumas implicações que decorrem dessa influência. Apenas para refrescar a memória, retomemos a questão através de um depoimento que remete à importância da Corregedoria para exercer um controle sobre a “margem de manobra” dos chefes.

Corregedoria é um, né, é o que falam, é um mal necessário. Corregedoria é uma coisa extremamente importante. É o policial saber que a ação dele tem uma fiscalização, não só do chefe dele, pois o chefe dele pode estar conivente com algumas coisas. Você começa a se aproximar muito, você às vezes começa a ser conivente com algumas coisas, algumas coisas que pra você são erros normais. Você acaba mudando esse pensamento. Mas, aí, quando você sabe que tem uma corregedoria atrás pra fiscalizar isso, que você pode ser cobrado por atitudes erradas... a corregedoria, ela não vem cobrar nada mais do que está escrito no regulamento. Só que a gente age de uma forma, pelo próprio convívio diário com o homem, em vez de eu puni-lo porque ele está com a bota suja, eu mando ele engraxar. O pessoal da corregedoria, ele chega,

¹⁰⁷ Trabalhando com instituições policiais no Brasil, ver Muniz (1999), Caruso (2004) e Minayo e Souza (2003). Em um contexto internacional, ver Bittner (2003).

ele já acha que esse ensinamento já foi dado várias vezes. Se o cara tá com a bota suja, ele tem que ser punido, porque a primeira coisa que ele aprende quando ele está na escola é estar com a bota limpa sempre. Mas eu que tô mais próximo, eu prefiro mandar ele engraxar a bota. Mas eles, o órgão corregedor, ele vem e, e comunica o fato. Então, é muito necessário. [*Major PM - 27 anos de corporação*]

Porém, quando saímos da esfera disciplinar, a questão da solidariedade entre pares se torna mais complexa. Como servidores públicos, investidos legalmente e legitimamente do poder coercitivo monopolizado pelo Estado, os policiais se encontram na delicada posição de indivíduos que, de certa forma, não podem ser indivíduos, pois são enxergados externamente como parte inseparável de uma totalidade, como um representante indistinto da corporação policial militar, e de quem se espera e se cobra que aja como tal. Quando algum deles abandona a legalidade ou a legitimidade no desempenho de suas funções, é também a totalidade que é vista e se vê refletida naquela ação.

Na esfera jurídica, seja militar, cível ou criminal, os processos de indiciamento, julgamento, condenação e o estabelecimento de penas envolvem a necessidade de individualização das ações, pois as penas são sempre individualizadas. Contudo, a determinação da autoria ou da culpa não encerra a questão da responsabilização nas ações desviantes cometidas por policiais militares. Tanto externamente quanto internamente, o problema da individualização das responsabilidades possui uma série de nuances a serem consideradas. Atendo-me à perspectiva dos policiais, o primeiro elemento que se destaca é a percepção de que a solidariedade entre os pares, entendida e assumida, neste caso, como corporativismo, vem sofrendo alterações ao longo do tempo.

[Quando eu entrei] eu via algumas atitudes dentro da polícia militar que a gente não concordava, né? Porque você vem de um mundo civil, quando entra no mundo militar, a gente acaba estranhando. Não estamos acostumados com certas doutrinas, com certos regulamentos, e com certas atitudes. A gente vê a polícia militar, quando a gente ainda é civil, como uma instituição que a gente olha, admira, e respeita, e pensa também ser respeitado. E às vezes, por causa de uns ou outros, isso não acontece, e a gente fica chocado com relação a essa situação. E quando você se depara no meio deles, você fala ‘poxa, eu sou mais um deles’, e você vê uma atitude errada... então,

antigamente, só o fato de você reprimir aquela situação, todo mundo começava a te criticar, começavam a ir contra você. Hoje já não. Hoje é muito difícil ver uma situação dessa, errada. E quando a gente acha, e critica, todos nos apóiam, essa crítica. É bem diferente de antigamente. Mudou muito. [*Cabo PM - 22 anos de corporação*]

Porque você pode, estando ao lado de um cara que está fazendo coisa errada, mesmo que você não seja o errado, você pode dançar junto com ele. Existem casos que o policial rodoviário pegou propina, o outro estava trabalhando, né, eles ficam em dois às vezes, próximos um do outro, e esse não sabia. Nem viu. Esse aqui aqui caiu a casa, aí descobriram desse daqui, aí este aqui foi pra rua junto, porque não fiscalizou esse aqui. Como é que ele vai fiscalizar, ele aqui, trinta, cinquenta metros de distância deste, vai ver o que esse cara aqui tá fazendo. Então esse aqui tem que parar e ficar vigiando este. Aí depois que este aqui terminar e esse vai abordar este, e esse vem e vigia esse. Como é que você vai fazer? E os dois foram pra rua, e esse coitado aqui que não sabia de nada, mesmo o outro falando ‘ele não sabia, ele não viu’, mesmo assim esse foi mandado embora. Onde está o corporativismo aí? Não existe mais isso na polícia. [*Aluno-Sargento - 19 anos de corporação*]

De acordo com os policiais, os marcos que estabeleceram definitivamente a necessidade e a efetiva reformulação desse tipo de solidariedade entre os pares foram o caso do Carandiru e, de forma ainda mais aguda, o caso Favela Naval. Vimos, em um momento anterior, que os policiais representam o período pós Favela Naval como um período de aproximação, no sentido de diálogo e de fiscalização, entre comandantes e comandados. Estabelecendo uma linha divisória que marca um antes e um depois dentro da corporação, as mudanças que esse evento produziu são colocadas como um necessário reajuste de questões que já se faziam sentir, mas que, infelizmente, só foram encaradas de frente quando produziram efeitos irremediáveis.

Mas, dois episódios marcantes, o primeiro deles na Casa de Detenção. O episódio do Carandiru, que foi muito traumático pra polícia militar. E por incrível que pareça, muito mais traumático pra polícia militar, a Favela Naval. Porque no Carandiru, aquilo foi, o consenso, mostrado mais como uma fatalidade, uma tragédia que aconteceu no Carandiru. Uma tragédia. O comandante se feriu, a tropa ficou desesperada vendo o comandante ferido. A tropa teve que entrar em uma hora imprópria, havia eleição no dia seguinte, intervenção política em decisão técnica, enfim, uma série de coisas erradas que resultaram naquela tragédia. Já o, a Favela Naval, ninguém justifica isso aí. Ninguém tenta nem mesmo explicar, ‘não, foi porque...’ Não, não foi porque. As pessoas acham que foi uma idiotice, uma

brutalidade desnecessária, uma coisa assim sem tamanho. (...) Portanto, esse fato envergonhou o público interno. Esse fato chocou o público interno. O público interno foi questionado em casa, se era daquela maneira que trabalhava. Os filhos perguntavam pros pais: ‘mas, papai, é assim que você trabalha quando você tá na rua?’ A mãe perguntava: ‘filho, que coisa brutal, você faz assim também na rua?’ Veio uma cobrança doméstica do policial. Os policiais ficaram muito envergonhados desse episódio. Todos nós ficamos. E aquilo acabou tendo ações positivas, por que? Porque acabou dando força pro pessoal que defendia essa nova polícia, esse novo modo de ver o papel da polícia numa sociedade democrática. [*Tenente-Coronel PM - 29 anos de corporação*]

Nós tivemos algumas crises, e sempre a crise é um momento de você dar uma reestruturada na sua organização. E você dá uma redirecionada em todos os valores, até mesmo em conceitos. Então, sem sombra de dúvidas, noventa e dois, Carandiru, é um fato, Favela Naval é outro fato. Foram fatos que realmente marcaram de uma maneira negativa a instituição, mas que serviram de momentos pra uma reorganização e realinhamento de valores. Fora isso, adoção, isso de uma forma negativa. Uma forma positiva, adoção da polícia cidadã, da polícia comunitária. Isso também são fatos extremamente positivos. A aceitação, aceitação de uma forma geral, por todos na instituição, de valores voltados à dignidade do ser humano, à preservação da vida. Então, em todos os documentos da polícia militar, você tem, no rodapé, ‘nós, policiais militares, estamos compromissados com a defesa da vida, da integridade física, e da dignidade da pessoa humana’. Isso é uma mudança de conceitos. Isso é uma mudança de conceito. [*Major PM - 25 anos de corporação*]

Embora a maior parte das mudanças introduzidas verticalmente depois desses eventos sejam avaliadas positivamente pelos policiais, muitos levantam um questionamento sobre o fato de que algumas delas, principalmente aquelas relacionadas à dimensão punitiva,¹⁰⁸ podem ter sofrido uma influência perniciosa, decorrente da necessidade de oferecer respostas rápidas e excessivamente enérgicas somente para satisfazer a opinião pública.

Todo homem é falho, não é? Todo homem é falho. Eu nunca participei desse tipo de tomada de atitude, mas a gente que está aqui embaixo, a gente imagina que, será que, às vezes, algum ato não é punido de forma mais... severa, né, uma demissão, expulsão, por causa de uma pessoa que não sabe nada de polícia? Um repórter que está lá, e ele quer, quer dar um furo de reportagem e ele toma uma, há uma ocorrência de, teoricamente mais simples, toma uma proporção muito maior, e a pessoa acaba sendo demitida da corporação para justificar para a sociedade uma atitude. Esse é o perigo, né? Esse é o grande perigo, é uma coisa que pode acontecer. [*Major PM - 27 anos de corporação*]

¹⁰⁸ O novo RDPM abriu espaço para uma maior agilidade no processo de demissão e expulsão dos policiais militares.

Acho que, de repente, essas novas regras, elas vieram pra, pra dar assim um horizonte, uma linha de seguimento pra algumas pessoas, alguns policiais. E obviamente que dos quase cem mil homens que nós temos na ativa aí, eu não sei qual porcentagem, mas obviamente nem todos são iguais, então existem os bons, existem os maus, e os mais ou menos. (...) Agora, eu acho que essas regras vieram, contribuíram, de uma certa maneira, pra que esses maus policiais, quando cometiam abusos na rua, obviamente eles estão muito mais suscetíveis à lei depois dessas mudanças, obviamente. Mas ela, por sua vez, esbarrou também, dificultou a vida dos bons policiais, aqueles que agem já pela regra, pela doutrina, e de acordo, eles estão também de mãos atadas assim como os maus. Então isso dificultou muito, só que é aquilo que eu volto a te falar: atingiu muito a maioria. Porque a minoria é podre, graças a Deus. [*Aluno-Sargento - 19 anos de corporação*]

Quando os policiais fazem uma análise dos casos da Favela Naval e do Carandiru em termos de atribuição de responsabilidades, um aspecto que podemos depreender de muitas falas diz respeito ao cuidado que eles têm ao afirmar que não podem *julgar* o que aconteceu nessas ocorrências porque não estavam lá.

Agora, eu não posso te falar muito, até mesmo porque eu não participei. Em nenhuma dessas duas situações eu não cheguei a participar. (...) Na época, olha... é complicado, na época você viu que foi uma coisa que aconteceu e tomou toda aquela dimensão. É difícil, você fica sabendo numa notícia, a coisa vai se... vai tomando toda aquela... O pessoal não sei, que nem eu mesmo, eu vi as notícias, entende? E você, como eu não participei, não tenho assim uma opinião formada, você entende? Acho que poderia falar bem melhor quem participou. Mas pra todos eu acho que seria a mesma coisa que o povo, sabe, lá fora. Eu pelo menos, sei lá, porque, aquele tal negócio: pra mim é como se eu estivesse em uma ocorrência, porque, você veja bem, eu não posso falar daquilo que eu não vivi, entende? Porque são muitas opiniões, sabe, um fala uma coisa, outro fala outra, então não dá para mim, eu, ter uma opinião formada. Se eu for falar uma coisa a respeito do que eu acho, pra mim é difícil, eu sou policial militar. Os irmãos que estavam ali também eram policiais militares. Você entende então? Não me acho no direito de falar alguma coisa, até mesmo com respeito a eles. E, porque é o tal negócio, como eu falo, acabaram de tomar a sua atitude, que arquem com as conseqüências. Mas eu não tenho assim uma opinião formada. [*Cabo PM - 15 anos de corporação*]

Quem sou eu pra julgar, mas, veja bem, no Carandiru houve um ordem. E se houve uma ordem, a gente tem que cumprir. Então, ali já... eu não estava no dia, era meu dia de folga. Outro pessoal do meu batalhão que foi. E... tanto é que tá em julgamento, vão julgar, e aí o pessoal tá recorrendo, desse caso todo do Carandiru. Se foi certo ou errado, eu não estava lá. Mas repercutiu muito dentro da PM e dentro do

Brasil, dentro da política em geral.¹⁰⁹ [*Sargento PM - 29 anos de corporação*]

Fica difícil você avaliar alguma coisa que você não participou. Até hoje, o pessoal que estava no Carandiru, ainda estão respondendo, então, eu acho que foi uma ocorrência, acho que foi ímpar, acho que foi única, até... Acho que comparando como foi e como é hoje, fazendo essa comparação, tendo um parâmetro, eu acho que foi, faltou um pouco de organização, né? Olhando o que é feito hoje, em si. Por que organização? Porque naquele dia, eu nem trabalhava aqui, estava na Academia ainda em noventa, mas mostrava que várias tropas entraram no Carandiru, e hoje não, é uma tropa única que, se tiver que entrar, vai ser o 3º, o 3º Batalhão de Choque. Então, eu não vou misturar outros batalhões de choque também. Vai ser uma tropa única, que isso aí já ajuda muito a parte de doutrina, de atuação, esse tipo de coisa, padrão operacional. Que impactou, impactou na polícia, tanto é que houve mudanças na parte de atuação em presídios, como é feito hoje. O pessoal que, acho que o pessoal que trabalhou lá até hoje sente na pele, né, que estão respondendo até hoje, porque ainda estão peneirando, pra individualizar ações lá dentro, pra ser aplicável a pena. Mas, eu acho que o que impactou na polícia foi isso daí, criar um procedimento padrão de atuação nesses eventos. Eu acho que quando você não aprende no amor, é na dor, né? Então, acho que não tem que aprender na dor, não pode ser assim, tem que criar um padrão para atuar nesses eventos. [*Tenente PM - 18 anos de corporação*]

Para interpretarmos todos os significados do cuidado que os policiais demonstram ao fazer um julgamento acerca desses casos é importante lembrar que o universo das ocorrências policiais é percebido dentro da corporação através da concepção de que “cada ocorrência é uma ocorrência”. O depoimento do único policial com quem conversei que havia participado de um desses eventos, a operação no Carandiru, demonstra uma particular firmeza, que se expressa justamente na afirmação de que ele estava lá.

Já no fato do Carandiru, eu nunca falei isso com ninguém até hoje, mas eu acho que ali, foi uma contenção de distúrbio civil. Foi só isso. Acho não, tenho certeza, né? Porque, graças a Deus, eu participei. Então, ali foi uma contenção de distúrbio civil, mais nada do que isso. Havia presos rebelados, com reféns, o negócio todo, onde já haviam matado as pessoas, a polícia entrou, colocou o controle, controlou a situação, e pronto. Houve perdas de vidas lá que infelizmente não teve como ser evitadas, e foi só isso. Foi uma... não foi um ato fatídico, foi uma coisa que aconteceu por causa de um motivo lá. Todas as ações que foram tomadas lá, no meu modo de ver, foram corretas. E só isso. [*Soldado PM - 15 anos de corporação*]

¹⁰⁹ Em vários depoimentos fica bastante marcada uma diferenciação que se pode estabelecer entre o caso do Carandiru e o da Favela Naval. A operação no Carandiru foi, em um certo sentido, uma operação regular, uma vez que seguiu uma cadeia de comando legítima, enquanto no caso da Favela Naval, tratou-se de uma operação que, de várias maneiras, se furtou à cadeia de comando e à supervisão interna, configurando de forma mais evidente a iniciativa de um grupo específico de indivíduos.

Por fim, é claro que existem também policiais que tentam produzir algum tipo de justificativa ou explicação para esses eventos, que consistem, na realidade, em uma mudança de foco, através da qual outros atores, além daqueles diretamente envolvidos, são responsabilizados, se não pelas ações concretas, pelo menos pela dimensão que os eventos assumiram.

[Na Favela Naval] repercutiu a maneira que foi visto aquilo lá. Mas que aquilo ali, na minha opinião, foi uma armação, foi. Tá errado? Tá errado. Se eles fizeram errado? Erraram, da maneira que foi feito. Mas foi feito uma armação em volta daquilo ali, que não foi apurado, e nem vai ser mais. Morreu. (...) Naquele, no caso lá do Carandiru, em minha opinião houve uma falha ali, de procedimento. Mas, naquele caso ali, que foi muito pior do que a Favela Naval, né? Só que a população foi a favor. Quem não foi a favor foi os políticos. Porque o direitos humanos botou o dedo. E o direitos humanos colocando o dedo, tem influência lá fora. E o Brasil, como sendo um país de terceiro mundo, precisa de mercado externo, não vai contra os direitos humanos, porque os caras lá fora, comandando, fazem embargo aqui dentro. [Sargento PM - 25 anos de corporação]

Embora eu tivesse estabelecido de antemão a necessidade de abordar durante a pesquisa esses eventos que marcaram de forma tão negativa a imagem da PMESP, o assunto quase sempre vinha à tona por iniciativa dos próprios policiais. A idéia de que existe um antes e um depois dentro da corporação, cujo marco divisório é o caso da Favela Naval, aparecia nas entrevistas espontaneamente quando eu introduzia uma perspectiva temporal, ou seja, quando eu estimulava os policiais a realizar uma comparação entre o momento atual e o momento em que entraram na corporação. Contudo, isso não significa que não encontrei nenhum tipo de resistência para problematizar os desdobramentos concretos relacionados a esse evento ou, de forma ainda mais sensível, ao caso do Carandiru.

Mesmo considerando que esses eventos estão associados, nas falas dos policiais, a mudanças positivas dentro da corporação, a resistência (ou a reticência) que alguns policiais demonstravam diante do assunto me parece advir de uma dificuldade em assumir publicamente erros ou falhas. Essa postura defensiva pode ser interpretada como uma postura

corporativista. Porém, esse corporativismo divide espaço com demonstrações que apontam um certo ressentimento diante da dificuldade de individualização das responsabilidades.

Pra nós aqui, que vimos aquelas fitas todas filmadas, pra nós foi constrangedor. Aliás, qualquer, qualquer ação de policial militar que age daquela forma, a gente acaba sendo banido pela população. A gente fala assim... o pessoal vê nós e fala 'aquele lá pode ser um também'. Então, quando aconteceu aquele fato, nem fardado eu andava. Porque a gente acaba... muitos colegas nossos aqui, o pessoal já olhava meio torto, 'será que vai acontecer a mesma coisa que aconteceu com o povo lá?' O povo pensa dessa forma. [*Soldado PM - 11 anos de corporação*]

Mas, a Favela Naval, ela foi diferente, acho que teve uma... acho que cem por cento da população foi contra aquela postura dos policiais. Até mesmo os policiais. E isso aí, queira ou não queira, acho que deu até... além da repulsa que acho que a comunidade ficou com aquela postura daqueles policiais. Nós, eu pelo menos, falando por mim, eu me senti, me senti um pouco mal, também, de ver aquilo, policiais que vestem a mesma farda que eu, e às vezes você vê o seu vizinho, sabe que você é policial, então você fica, você fala 'pô, pra que isso? Por que fazer isso?' Ele, na verdade, ele manchou a corporação inteira. E só com o tempo pra você fechar essa ferida. [*Tenente PM - 18 anos de corporação*]

Na complicada equação corporativismo-ressentimento, que remete diretamente à dificuldade de assumir erros e falhas, me deparei com um fato que merece destaque. No GATE, todos os policiais com quem conversei mencionaram o caso de uma professora que foi morta por um atirador de elite, em 1990, atingida pelo mesmo disparo que vitimou o homem que a mantinha refém sob a mira de um revólver. Esse caso também é colocado como um marco, um marco que está incorporado à história *daquela* unidade, mas não exatamente como um acidente que, afinal de contas, pode acontecer. O caso da professora Adriana Caringi se distingue por ser um caso que tem "dono", ou seja, por ser um caso em relação ao qual ninguém se furta a apontar qual foi o erro que causou a morte da vítima que eles tentavam salvar.

E a gente treinava, e treinava, e treinava e treinava. Quanto mais treinava, sentia-se mais necessidade de treinar. E cada vez melhor, cada vez melhor, cada vez melhor. Até que um dia fomos pra rua. Fomos pra rua atender uma ocorrência, dois anos após a criação do GATE, onde essa ocorrência não foi bem sucedida pelo atirador de elite.

Ele acabou atingindo seu alvo, matando o marginal, e em consequência disso, também matou a refém. O tiro transfixou a cabeça do marginal e veio atingir também a refém. Em consequência disso, os dois acabaram falecendo. E aquilo foi um choque muito grande pra nós. Porque nós estávamos no nosso auge. Dois anos de treinamento, treinando todos os dias sem parar. Entendeu? Atirava todos os dias. Podia atirar de olho fechado que a gente acertava onde queria. Então se falava muito em tiro, tiro, tiro, tiro, tiro, só que, quando foi criado o GATE, selecionou esse pessoal e não especializou ninguém. Nós éramos bons de tiro. Somos até hoje muito bons de tiro. (...) E assim, né? E a primeira ocorrência que se deu, nós erramos. Por falta de conhecimento técnico, falta de se profissionalizar o homem. Criou-se a profissão, mas não especializou ninguém, não profissionalizou ninguém. (...) E esse erro custou muito caro pra nós, muito caro mesmo. Tiramos a vida de uma pessoa que até hoje a gente sente na pele isso daí. Embora o pai e a mãe dessa pessoa, na época nos criticou muito, abriu processos contra a gente, só que hoje, passado alguns anos, eles reconhecem que nós não fomos lá para tirar a vida da filha deles. Nós fomos lá para tentar salvar aquela família que estava aflita lá. E por consequência do destino, acabou dando errado. E eles freqüentam, todos os anos, a festa de aniversário aqui do GATE. Eles vêm, falam, dão palestra aqui, parabenizam pelo, a gente, pelo nosso trabalho do dia a dia. Eles acompanham o nosso trabalho, eles sabem o número que a gente tem de resgate de reféns, que é muito alto. Infelizmente aconteceu essa tragédia no começo da nossa carreira, né? [*Cabo PM - 22 anos de corporação*]

Nas falas dos policiais do GATE, a lição aprendida com o caso Adriana Caringi parece ter rendido frutos que continuam alimentando diretamente a esfera da profissionalização dentro do grupo.

Algumas ocorrências não saíram bem como eu gostaria que saísse, e como a equipe como um todo gostaria que saísse. Mas nós colhemos, nós tivemos sucesso. O resultado final, ele foi positivo. Mas não foi perfeito. E nós treinamos para ter perfeição. Um exemplo em que isso ocorreu que eu posso citar para você, foi justamente quando nós tivemos essa greve dos estabelecimentos prisionais. Que aconteceu nesse dia? Nós tivemos três policiais efetivamente atingidos por disparos de arma de fogo na nossa equipe tática que avançava à frente. Então, por exemplo, um foi atingido na perna, teve fratura exposta, outro foi atingido na região baixa do tronco, e outro atingido no colete. Então, quer dizer, como que uma célula de invasão, ou uma equipe tática progride? Ela vai com o escudo à frente, e todos estão por perto, e você tem que rastrear, você tem que ter um controle visual de tudo o que está ocorrendo, não só à frente como nas laterais. Ela tá progredindo. A situação era adversa, os detentos utilizavam os parentes, porque a rebelião se deu no horário de visita, como escudo, e atiravam de lá pra cá. Quer dizer, você não podia atirar daqui pra lá, porque você certamente atingiria pessoas que não tinham nada a ver com a situação, que seriam os visitantes. Então eles montaram isso. E uma das coisas que nós pudemos avaliar aí foi o equilíbrio emocional da tropa, apesar de estar sendo abordada por tiros, nós não revidamos. Esse é um aspecto que eu achei extremamente positivo no grupo. Agora, por outro lado, nós falhamos no que diz respeito à questão de nos protegermos efetivamente dos disparos, já que sabíamos que eles estavam

vindo. Tudo bem que, por exemplo, um foi na perna, foi parte baixa, e os outros dois receberam tiros no tronco. Quer dizer, houve falha? Nós temos que admitir que houve, porque se nós fomos atingidos é porque houve a falha, não é mesmo? Tudo bem, muita coisa queimando, dificuldade de visualização, muita fumaça. Nós entramos por uma entrada central da penitenciária do estado, ela é toda fechada. Muita coisa queimando, nós não tínhamos o controle visual do que acontecia lá à frente por causa da fumaça, mas a técnica diz que nós temos que nos proteger. Se fomos atingidos, é porque não estávamos devidamente protegidos. E a proteção, tudo bem, o escudo pode não ser muito grande, a caneleira pode não ser balística, aquela coisa toda, mas nós temos que nos proteger com os recursos que nós temos. Nós treinamos com eles, é a obrigação nossa. Se alguém foi atingido, houve falha? Houve falha. E nós temos evidentemente que admitir que houveram falhas. Então, não foi bem sucedido sob o ponto de vista de preservação dos policiais. O resultado final foi muito bom, nós conseguimos controlar todo o estabelecimento prisional onde estava a liderança do movimento que acabou resultando nessa greve dos vinte e nove estabelecimentos prisionais. [*Capitão PM - 25 anos de corporação*]

- *Indivíduo X Corporação:*

A noção a partir da qual iniciamos a discussão desta parte do trabalho, ou seja, a idéia de que “o policial é policial 24 horas por dia”, marcando uma condição identitária permanente, estigmatizante e homogeneizadora, apesar de nuançada, é verdade, por uma série de distinções e solidariedades internas, encontra um limite, em vários sentidos, indelével: o indivíduo. Pois, dentro da corporação, os indivíduos têm um “prazo de validade” pré-estabelecido: 30 anos. São 30 anos que o indivíduo pode permanecer no serviço ativo. São 30 anos de estabilidade, encerrados com uma aposentadoria integral.

Contudo, a figura jurídica “estabilidade”, que distingue a condição de todos os servidores públicos, adquire contornos próprios quando se transforma em uma figura sociológica, concebida e experimentada pelos servidores públicos da polícia militar. Essa figura sociológica remete não a uma condição passiva ou pacificada, mas a uma condição que

engendra esforço e dedicação. Ela marca sua presença no horizonte dos indivíduos através da ameaça constantemente reiterada de perda e exclusão.¹¹⁰

Porque é o seguinte: eu tenho vinte e oito anos de serviço. Tenho centenas de elogios, tal, tenho medalha das Nações Unidas, eu tenho, eu tenho a medalha, a mais alta condecoração da PM por trabalho operacional, que é a Cruz do Mérito Policial, eu tenho ela em ouro. Se eu dou uma vacilada amanhã, isso aí não vale nada. Porque eu não tenho o direito de errar. O policial não tem o direito de errar. Ele tem que acertar sempre. Os trinta anos que ele trabalhar aqui, ele tem que acertar, ele não tem direito a errar. Se ele errar, ele paga por isso. Não é, não tem uma balança, não tem uma coisa assim da gente falar ‘Você fez isso. Bom, mas você fez tudo aquilo, vamos levar em consideração’. A partir do momento que você dá uma vacilada, tudo aquilo que você fez de bom não vai contar nada. [*Major PM - 27 anos de corporação*]

Se eu me pegar hoje, quase dezenove anos de polícia, não tenho nenhuma punição, nada, só tenho elogios, medalhas e tudo mais. Aí você pega, e uma falta minha, seja ela qual for, seja qual for, desde que obviamente não denigra a minha imagem, você não vai me pegar nunca roubando aqui, nem fazendo acerto com vagabundo, nem pegando dinheiro de vagabundo, nem pegando arma fria, esse tipo de coisa você nunca vai me ver fazendo aqui na polícia. Mas de repente porque eu bati uma viatura, porque de repente eu negligenciei o fato de um farol, ou porque, não sei, porque fui um pouco mais ríspido com um vagabundo, que cuspiu na minha cara. Na rua eu tenho que ter a frieza de me manter controlado pra não pregar a mão na cara de um vagabundo que me cospe na cara. Tudo bem, naquele dia eu tive problema em casa, eu tive problema no quartel, eu estava mais descontrolado e acabei picando a mão na orelha desse vagabundo. Eu sou mandado embora, por abuso de autoridade ou então por lesão corporal. É justo isso? Não é justo. Tenho certeza que não é justo. [*Aluno-Sargento - 19 anos de corporação*]

Não é só vestir a farda. Pensa que é só vestir a farda, botar um revólver na rua e sair ali? Não é assim. A gente está direcionado, vivendo o dia a dia, correndo risco, colocando outras pessoas em risco, e não pode falhar. Se você pega uma viatura, sai correndo numa ocorrência aqui para auxiliar outro, no meio do caminho você mata um. Pronto, acabou. Acabou com a tua vida. Hoje eu tenho vinte e cinco anos. Tô quase indo embora. Eu saio hoje pra rua, dependendo do que eu fizer, pronto, esquece aqueles vinte anos. Preso. Acabou. Você é punido, você é mandado embora, e acabou sua vida. Isso aí ninguém leva em conta. Não tá nem aí. O paisano quer que você sirva a ele, que faça o que ele quer. Tem que estar sempre disponível. Não é sempre assim, é difícil. Uma pessoa estressada vai prestar um bom serviço? Mas ninguém quer saber porque que você está estressado, porque você tem seus problemas. Você não pode ter problemas. E de fato não pode mesmo. Você estando na rua, você não pode. [*Sargento PM - 25 anos de corporação*]

¹¹⁰ Observamos aqui uma semelhança com o universo da honra que não constitui uma mera coincidência. Remeto ao RDPM, Seção II, art. 7º: “Os valores fundamentais, determinantes da moral policial-militar, são os seguintes: o patriotismo; o civismo; a hierarquia; a disciplina; o profissionalismo; a lealdade; a constância; a verdade real; a honra; a dignidade humana; a honestidade; e a coragem”.

Deixando entrever o empenho dos canais organizacionais no cultivo da constante ameaça que parece pairar sobre as cabeças dos policiais, o alerta feito por um instrutor dentro de sala de aula para uma platéia de alunos-sargentos sugere uma percepção que envolve mudança.

Os senhores conhecem as três grandes frases da corporação, né!? ‘30 anos *sem novidades*’, ‘*deixa* que eu seguro’ e ‘não vai pegar *nada*’. [Risada sarcástica]. Tá bom... Vão nessa... Vão nessa que os senhores sabem muito bem como vão acabar.

Desta forma, o “prazo de validade” fixado, a princípio, como 30 anos, assume um significado profundo e irremediável ao estabelecer a ruptura final entre as partes e o todo, entre indivíduo e corporação.

-Qual você acha, então, que é o maior desafio hoje pra polícia militar, pra ter sucesso na sua missão?

-O maior desafio? Pra polícia militar, ou pra quem está nela?

-Pra uma e pra outra.

-Acho que, pra quem está nela, é ficar os trinta anos que tem que ter. Isso é um grande desafio. Você passar os trinta anos aqui dentro, conseguir chegar à sua reforma, e bem de saúde. É utopia, é difícil. O pessoal chega no finalzinho da carreira já está morrendo. [*Sargento PM - 25 anos de corporação*]

É real: as pessoas vêm e vão, e a instituição fica, pois independe o progresso da PM, pelo que é introjetado, de nossos auspícios, de nossas considerações; a instituição está aí, doa a quem doer, pronta para a todos proteger - e ela vai ficar, pois é perene. Ao homem dentro dela cabe cumprir suas missões e funções, ser punido o menos possível, ser alvo de elogios, atuar com devotamento, ser impessoal, frio, racional, e ao final de seu tempo, aposentar-se com o sentimento de dever cumprido.... Sei lá, parece que, para alguns, após entrar na PM você enfrenta uma “guerra” de 30 anos, mas você sabe que só tem 30 anos. E parece que é uma labuta lastimável, pelo menos para vários policiais que conheci e convivi; é certo que muitos adoram o trabalho, *pero no mucho*... [*Comunicação por e-mail; Tenente PM - 12 anos de corporação*]

Tendo os 30 anos como parâmetro, o tempo de serviço é “tirado”: “eu já tirei 27 anos e três meses de serviço na corporação”. Sob outras formas, as respostas à pergunta sobre quantos anos o policial tem de corporação podem ser: “eu entrei na Polícia Militar no dia 15

de agosto de 1979” ou, então, “faltam dois anos e nove meses para eu me aposentar”. Os 30 anos de serviço são tirados ano a ano e dia a dia.

Não devemos menosprezar o fato de que a “guerra de 30 anos” se relaciona tanto à possibilidade de ser expulso da corporação, por “qualquer vacilo” (ou não), quanto à possibilidade de morrer em serviço.¹¹¹ Não captável pelas estatísticas, a proximidade da morte, a própria ou daqueles a sua volta, está muito presente e é muito marcante nas falas dos policiais. Envolvendo pouca ou nenhuma solenidade quando configura uma “resistência seguida de morte”, acompanha sempre uma indisfarçável emoção, materializada no brilho dos olhos, quando os policiais se referem até mesmo à possibilidade de perda de um companheiro, deixando a nítida impressão de que o interlocutor não está se referindo a uma situação hipotética.

Na duração dos 30 anos, a ascensão na carreira por tempo de serviço, de antemão programada e antecipada, não encobre o fato de que existe uma “qualidade” do tempo de serviço relacionada a escolhas, como prestar concursos, realizar cursos, etc. Essa qualidade do tempo de serviço aparece, por vezes, como uma referência que pode ser utilizada para medir a motivação dos policiais para o trabalho. Contudo, as motivações para se ficar onde está ou buscar algo diferente estão inscritas, em última instância, em uma esfera que excede a dimensão profissional.

Uma pessoa vocacionada vem procurar uma carreira. Ela entra aqui, faz questão de crescer. Amanhã está fazendo cursinho de cabo, depois vai fazer um de sargento. Agora, tem cara que entra e fica lá como soldado o resto da vida. Tá certo, é uma função básica, não é mesmo? Nós temos que ter gente que exerça essa função. Mas a probabilidade de crescer na carreira é um termômetro que a gente utiliza pra saber se o camarada gosta ou não do que faz. Se você tem, por exemplo, um concurso aqui para cabo, e noventa por cento do efetivo da unidade, noventa por cento dos soldados da unidade vão prestar, significa que eles estão motivados pra poder chegar a ser cabos. Mesma coisa com relação a curso de sargento e sucessivamente. Agora,

¹¹¹ Ver estatísticas sobre policiais expulsos da corporação e sobre o número de policiais mortos em serviço ou de folga no anexo.

quando você tem um camarada que entra e se acomoda na situação básica em que está, esse cara não tem muito vínculo. Ele não tá vocacionado efetivamente, não está. Quer dizer, alguma outra coisa o motiva, não aquelas que nós temos para oferecer aqui dentro. Então precisa ser reestudado. A situação dele precisa ser reestudada. Nós precisamos verificar. [*Capitão PM - 25 anos de corporação*]

É muito engraçado isso, né. Eu sempre dizia o seguinte, que tinha alguns amigos meus que eram cabos, e eles me cobravam por eu ser mais antigo do que eles e ser soldado. Então, a gente, em churrascos, aquele tipo de coisa, as confraternizações de família, tal, que a gente se reunia, e eles me cobravam isso. E eu dizia que ‘não, tenho orgulho de ser soldado, tenho orgulho, e tal’ e realmente tinha, porque eu sempre fui digno de ter orgulho de mim mesmo. Aí eles falavam: ‘mas você pode ser tudo isso sendo cabo, por que que você vai continuar sendo soldado, tal’. Aí a minha primeira motivação foi essa, da cobrança deles. E eu fui a cabo. E logo que eu fui a cabo, um deles já cursava a escola de sargentos. E esse, que foi primeiro pra escola de sargentos, ele era o mais recruta de todos, né. Aí nisso foi motivando. Aí os outros, mais recrutas que eu ainda, mas mais antigos do que o primeiro, começaram a se empenhar em estudar pra fazer o CFS,¹¹² pra vir pra escola de sargento. E eles foram vindo, e eu fui ficando. Só que eu não tinha nem os dois anos de cabo, eu não podia prestar. Você tem que ter quatro avaliações pra poder prestar pra sargento. E aí eu falei assim ‘não, eu vou. No primeiro que der, eu vou prestar, e eu vou’. E aí o primeiro que deu foi esse. Por isso que eu estou aqui. Foi o primeiro CFS que eu pude prestar. Essa foi a minha motivação, de ver os meus amigos vindo, e eu ficando. Nunca havia pensado nisso, eu parei pra pensar. [*Aluno-Sargento - 19 anos de corporação*]

Olha, eu não ia nem fazer [o curso na Escola de Sargentos], a minha mulher é que falou ‘vai, faz’. Que as crianças agora estão grandes. E pra quem é do interior, é terrível, é barra, viu? Porque eu venho aqui de segunda à sexta, fico pensando nos filhos, fico pensando na mulher, será que está bem, será que não está? E eu quando trabalhava lá, eu ficava os meus dois dias de folga em casa. Minha mulher trabalha, lá eu fazia faxina, fazia comida, olhava as crianças, fazia tarefa, e de uma hora pra outra eu venho pra cá e largo tudo assim, nossa, eu pensei até em desistir, tal. Só não desisti porque a mulher, a minha mulher, ela trabalha a dois quarteirões de casa, meus filhos estudam em escola particular, tô conseguindo pagar, é a dois quarteirões de casa. Então é tudo pertinho. Lá na minha cidade não tem perigo, não tem assaltante, não tem nada dessas coisas. E outra coisa, eu tô pensando na aposentadoria, né? Daqui a doze, treze anos, eu vou poder entrar com um salário melhor. Mas atualmente não compensa. Daqui a doze anos vai compensar, porque eu vou aposentar com um salário melhor. E o duro é ficar longe da família, né? Hoje é sexta-feira, amanhã eu estou escalado. Eu vou embora hoje, falar ‘oi’ pra mulher, ‘oi’ pros cachorros, amanhã ter que vir embora de novo pra trabalhar à noite. Agora, o pessoal que mora aqui, na cidade, é fácil, eles saem daqui cinco horas, todo dia estão em casa. Agora, o pessoal que é interno, que mora longe, tem que ficar até sexta-feira, tem que ir pro terminal, tem que ficar se sujeitando a pedir carona porque não tem dinheiro pra pagar a passagem toda semana. Tem que parar no pedágio, tem que ‘ó, leva eu

¹¹² Curso de Formação de Sargentos.

embora, leva eu lá pra casa'. Tem que... se não for. Agora, no dia de hoje, compensar, não compensa. Só daqui, na aposentadoria. [*Aluno-Sargento PM - 17 anos de corporação*]

Um dia após o outro, os 30 anos se passam, acumulando lembranças e marcas. Alegrias, tristezas, orgulhos, ressentimentos, aventuras ou obrigações. Mas, em um espaço de 24 horas, com tarefas a cumprir e prazos a obedecer, com a prontidão ou com as ocorrências que constituem, cada uma delas, uma ocorrência diferente de todas as outras, o bom dia de trabalho é aquele no qual, ao fim do dia, o serviço está feito.

Pra mim, um bom dia de trabalho, bom, pra mim todos os dias são bons. Agora, um bom dia de trabalho, no meu caso, é sentir que eu fiz a minha parte nesse esquema todo. Porque você vai encontrar aqui, o polícia reclama, 'olha, o chefe' ou 'olha, o serviço tá ruim, olha, a viatura tá ruim'. Eu entendo como um bom dia assim: eu vou lá e pego a minha fração de serviço e consigo cumprir ela. Se eu tô na rua, por exemplo, olha, vou sair com mais dois homens. Saímos, rondamos, voltamos inteiros pra unidade, foi um ótimo dia. Tudo o que houve de adverso, susto, as corridas, se houve tiroteio, se alguém xingou, se alguém gritou, não, o problema é você voltar em paz. Se voltaram pra unidade, estamos todos inteiros, tal, 'mas furou o pneu, quebrou a viatura'. Nós estamos vivos? Estamos. Foi um ótimo dia, foi um bom dia. Agora, há uma variação enorme. Pra mim, um bom dia é isso. [*Sargento PM - 25 anos de corporação*]

Eu acho que um dia bem trabalhado é quando você, quer tenha ocorrência ou não, você vem para trabalhar, cumpre ali aquele dia, faz as suas atribuições, e retorna pra casa. Quer seja, até mesmo com ocorrência, vai pra ocorrência, resolve, resolve a ocorrência, atende lá a ocorrência de bomba ou numa ocorrência de refém, você consegue resgatar o refém, prender o criminoso, e retorna bem pra sua casa. Isso eu acho que é um bom dia trabalhado. [*Tenente PM - 18 anos de corporação*]

Foi preciso ouvir muitos policiais definindo o que era um bom dia de trabalho ou um dia de trabalho ruim para conseguir compreender todo o significado de uma resposta que recebi em uma das primeiras entrevistas que realizei, que sintetiza todas essas idéias em uma única expressão: "O bom dia de trabalho? [Pensando...] É o dia *sem novidades*."

Constituindo uma categoria nativa amplamente utilizada, a expressão "sem novidades" comunica a idéia de que uma missão foi cumprida com sucesso, que o que era

esperado se confirmou ou que algo está dentro dos conformes.¹¹³ A “novidade” é, portanto, o imprevisto, o indesejado e, por associação, a punição ou a morte de um companheiro. Podemos pensar no “sem novidades” não como uma categoria, mas como um ideal. Um ideal que fala sobre o que acontece no espaço de tempo que transcorre entre o momento em que o policial sai de casa para o trabalho até o momento em que para esta ele retorna, um dia após o outro, durante os anos que lhe restam para completar os 30 anos.

O que eu pensava quando entrei na polícia? Que eu ia acabar com a marginalidade. Pensei nisso e acreditei nisso muitos anos. Achei que eu poderia acabar com a marginalidade. Ledo engano. Não acabou, aumentou, triplicou, e continua a marginalidade. Então, eu entrei pensando que ia acabar com a marginalidade, esse era o meu projeto de vida. [- E como que você descobriu que não ia dar para...] Da pior maneira possível, né, que você, é como um sonho, né, você acorda para a realidade e você fica até frustrado. Então, minha frustração foi quando você começa a ver seus companheiros tombando, às vezes em combate, que é uma coisa muito triste, não desejo isso para ninguém, você ver um amigo seu caindo do seu lado. Eu já passei por esse desprazer, algumas vezes. E você vê que não adianta, é uma luta em vão. Isso existe desde os tempos antigos, hoje mais aberto, mais explícito do que antes. Dizem que isso é democracia. Eu acredito mais que seja anarquia do que democracia. Mas é só a minha opinião, é muito pouco. Mas eu descobri da pior maneira possível, foi vendo que tudo aquilo que eu imaginava era falso. Eu parei com aquela ideologia, passei só a ter a ideologia do dia a dia. Viver o dia de hoje, trabalhar o dia de hoje, desenvolver o dia de hoje, viver o dia de hoje, simplesmente. [- Mas você tem satisfação com isso também?] Sim, é, mas, focado em outra coisa, né. Já não é mais, a sua realização já não é essa. Você não precisa fazer isso pra estar realizado. O simples fato de você ajudar uma pessoa de bem, *de bem*, porque eu continuo detestando bandido. Tenho aversão a vagabundo. Não permito isso. Então, mas eu me satisfaço hoje em ajudar. Em fazer bem. Eu tô bem assim. [*Aluno-Sargento - 19 anos de corporação*]

¹¹³ “O sem novidades, ele é institucional. Você aprende isso aí, na verdade, na própria Academia. No Barro Branco você já aprende, recruta de tudo lá, você já aprende essa terminologia na própria vida de caserna mesmo. Então, às vezes perguntam, ‘e aí, como é que foi a... tá faltando alguém no pelotão?’, ‘Não, não, tá sem novidades no pelotão’. Quer dizer, estão todos ali, não tem alteração nenhuma, todos estão presentes. Às vezes, em uma ocorrência, por exemplo, uma ocorrência, eu digo assim, uma varredura. Varredura anti-bomba. O Presidente da República vem pra São Paulo, vai visitar algum local. O GATE horas antes vai pra lá e faz uma varredura. Isso aí sempre é feito. Quando o tenente retorna, ‘e aí, como é que foi lá na varredura?’, ‘Ah, foi sem novidades’. Quer dizer, não teve nenhuma alteração, ela correu tranqüila. (...) Mas, o ‘sem novidades’ usa pra tudo. No teste agora, subi para falar com o coronel, falei ‘ó, coronel, foi sem novidades lá’. Estão todos vivos, todos fizeram o teste, quer dizer, não teve nenhuma alteração, transcorreu bem a missão. Mas é um termo muito usado, que nem ‘positivo’. Só não tem aquele que é feito pelo ‘Casseta e Planeta’, né, ‘positivo e operante’. Pelo menos, aqui não. Mas ‘sem novidades’ é institucional”. [*Tenente PM - 18 anos de corporação*]

Eu tô bem melhor hoje, assim, como é que eu vou dizer pra você... Por exemplo, o meu contato com o povo, o povo te ensina muito, o contato com o povo no dia a dia, a gente melhora. Porque você começa a se... no meu caso, né, eu tava meio rústico, e com o passar do tempo eu fui entendendo, você começa a viver as pessoas. Porque quando você entra na, no meu caso, quando eu entrei na polícia, no começo eu tava tímido, depois você vai se deslançando, você vai tendo contato com o povo, você vai ficando solto. Entende, você vai conversando com o povo, e você vai começando a entender o dia a dia, e vai ficando... você começa a entender que realmente você é um, é um alguém que está todo dia participando da vida de um outro alguém, e você começa a ficar naturalmente, assim, não vou dizer à vontade, você... não é que você muda, você aceita aquela situação, sabe, de você... hoje eu tô num bairro Santa Cecília, amanhã eu tô numa Brasilândia, sabe, então você começa a se moldar. Você entende? Então pra mim foi muito bom isso aí. Sabe, você fica um cara bem versátil, conversa com fulano, sicrano e beltrano, em uma situação de ocorrência. Pra mim tem três fases na polícia. A fase do conhecer, a outra do pensar que sabe, e realmente eu volto e falo 'estou aprendendo'. Isso é muito bom. Estou com quinze anos aqui, eu falo pra quem está chegando, 'pessoal, estou aprendendo'. Porque nesses quinze anos, as surpresas são tamanhas. Então, realmente, a gente nunca sabe tudo, você está sempre aprendendo, todo dia é uma lição. [- E como que você passou de uma fase pra outra? O que que te fez perceber que...] Chegando aos quinze anos. E se Deus quiser, chegar aos trinta. Você olha pra trás, você fala 'pô, teve colega que não chegou aos dez anos'. Os tropeços que alguns irmãozinhos deram, você fala 'puxa, eu não posso fazer isso'. Isso te... você olha pra trás, você fala 'puxa...', é aprendendo com os erros dos outros. Todos nós cometemos erros. Mas quando você faz, 'puxa, consegui fazer dez anos'. Às vezes você, tá terminando o ano, você fala 'puxa, teve um irmãozinho que não conseguiu passar o ano'. Passei, graças a Deus, mais um dia, normal. Então é assim. [*Cabo PM - 15 anos de corporação*]

Havia uma geração, que veio antes da minha, que tem muito valor, pois foram eles que levaram os oficiais pra rua. Porque, até os anos sessenta, eu poderia ousar dizer pra você que o policiamento era uma atividade menos nobre na instituição. Só ia pra rua o sargento. O tenente ficava mais no gabinete, ficava mais na administração. Ele não ia pra rua. Nos anos setenta, os oficiais acabaram indo pra rua, com mais intensidade. E é um mérito dessa geração. (...) Então é muito difícil você classificar uma geração globalmente. Você encontra expressões em todas as gerações, de retrocesso e de modernidade. Mas uma coisa é certa: a geração anterior à minha foi uma geração que foi muito estimulada a resolver os problemas de segurança utilizando para isso o aparato policial. O policial sendo estimulado a se vestir na condição de juiz, de executor da sentença, então ele decidia e tudo mais. Como nós estávamos vivendo numa época em que o país vivia sob censura, e todo aparelho do estado estava voltado pra repressão aos grupos armados que desfiavam o regime, tudo era, dentro de limites, é preciso dizer, dentro de determinados limites, as coisas eram aceitas como parte necessária para impedir que o país caísse nas mãos de um partido comunista radical, etc, etc. Então, nesse sentido, aumentou muito o número de mortes em confronto, aumentou muito o número de civis mortos pela polícia, e assim por diante. Agora, essa geração, como o Milan Kundera fala na 'Insustentável Leveza do Ser', até a guilhotina, quando olhada no pôr-do-sol, dois séculos depois, até a guilhotina ganha um certo ar de romantismo. Então as pessoas tendem a esquecer a crueldade, os dramas da sua geração, e lembrar só dos aspectos épicos, de como eles resolviam os problemas de uma forma muito mais simples que a minha geração resolve, etc. E essa geração tinha muito eco. De vez em quando ainda tem. Mas, eles tinham um eco enorme, e quem não partilhava exatamente dessa visão era taxado de venal, de puxa-saco, de que estão vendendo a corporação pra paisanos, e coisas dessa natureza. (...) Eu insisto muito com meus colegas, eu converso com eles quando dou aulas pra eles, etc, que nenhuma instituição vive por causa da história. A história é um importante referencial da instituição. É o lugar onde a instituição vai buscar ânimo, onde vai buscar exemplo, onde vai buscar soluções de problemas semelhantes que já foram vividos e solucionados,

vai buscar valores e tudo mais. Mas não significa absolutamente garantia de sobrevida. A cada dia, uma instituição sobrevive se ela responde ao anseio, aos benefícios que o seu usuário espera dela. Então, eu acredito que a polícia militar, ela só existe desde 1831 porque ela tem se renovado constantemente. Porque a hora que ela perder a referência da sua época, a hora que ela não escutar as vozes do tempo, e a hora que ela não se adiantar em mudar conforme a exigência da sociedade, a mudança virá de fora para dentro, e é sempre mais traumática. Porque até hoje, ela tem sobrevivido por ter conseguido ouvir esse apelo do tempo e se requalificado pra atender uma nova, um novo desafio, uma nova geração. Eu tenho uma experiência curiosa, porque eu fiquei afastado da rua muitos anos. Não por minha vontade, mas por imposição da vida mesmo, a vida profissional e tudo mais. E eu voltei pra rua agora, e eu percebi uma polícia muito melhor do que aquela polícia que eu deixei na rua. Muito mais profissional, muito mais meticulosa. Uma polícia militar que age com muito mais rigor formal. Policiais muito mais informados, que cumprem protocolos de segurança, que evitam a todo custo entrevero a tiro. Uma geração mais esclarecida, uma geração mais escolarizada. A polícia melhorou muito da época que eu era tenente pra agora. E eu sou uma testemunha privilegiada disso porque eu estou em contato com o cotidiano, com a realidade deles, enquanto tenente, e agora como tenente-coronel. Agora, sem sombra de dúvida, nós temos que estar atentos aos apelos da nossa geração. Nós temos ainda, por exemplo, a polícia ainda precisa melhorar muito no que diz respeito à lidar com a diversidade. Tem que melhorar bastante ainda. A polícia, ela tem que melhorar bastante, eu acredito, na autocrítica. Ela tem que aprender a ouvir crítica como fator positivo, e não como agressão à sua própria anatomia, sua própria natureza essencial. Então, a priori, ela ainda estabelece uma reação de defesa, e não de escuta interessada sobre que problema a afeta. Então esses são alguns desafios que ainda, a gente vai ter que superar ainda. Mas, de forma geral, a polícia hoje está muito melhor do que a polícia que eu encontrei quando eu era tenente. [*Tenente-Coronel PM - 29 anos de corporação*]

Conclusão - Mudança, Memória e História

Ao longo deste trabalho, parti das representações dos policiais militares acerca da passagem do tempo dentro e para a corporação para tentar captar as mudanças pelas quais a PMESP vem passando nas últimas décadas (as décadas a que a memória dos meus interlocutores pode remontar). Para analisar todos os significados dessas representações sugeri a necessidade de nos voltarmos para as práticas e interações que conformam as vivências cotidianas dos policiais em busca dos elementos de permanência a partir dos quais eles constroem uma percepção de mudança.

Nesta conclusão, começo fazendo um apanhado de questões que me parecem especialmente relevantes para interpretarmos a percepção de mudança que se insinua de forma dispersa nas representações dos policiais. Em seguida, introduzo o conceito de “memória coletiva”, através do qual podemos reunir representações e práticas em uma mesma perspectiva analítica. Explorando essa perspectiva, traço algumas relações entre as representações dos policiais e o processo de reprodução do grupo ao longo do tempo. Por fim, remeto à narrativa oficial através da qual a corporação reconstrói sua história para indicar que as narrativas aqui expostas constituem memórias de um período ainda não enquadrado pela produção historiográfica do grupo.

- O sentido da mudança:

Ao acolher um projeto de pesquisa que propunha uma investigação acerca dos elementos de continuidade e de mudança dentro da corporação, a disposição que me foi sinalizada pelo comando da PMESP demonstrava a relevância atribuída à comunicação pública das conclusões a que tal projeto poderia chegar e, para além disso, aos benefícios

internos que a investigação poderia proporcionar. Neste sentido, as mudanças que apareciam como um pressuposto no meu projeto foram implicitamente assumidas pelo comando como uma realidade sensível, materializável e, portanto, passível de investigação e análise.

Em campo, a mudança foi recepcionada como uma problemática atual e relevante sob o ponto de vista dos policiais em todos os níveis hierárquicos e em todas as unidades. O estímulo à reflexão colocado sob a perspectiva da passagem do tempo produzia respostas que expressavam invariavelmente uma percepção de mudanças. Mais do que isso, a existência de tensões entre elementos de permanência e de mudança era tematizada pelos policiais de forma relativamente elaborada, sugerindo que a problemática levantada no projeto de pesquisa constituía um objeto de reflexão espontânea dentro do grupo.

Diversas vezes minha presença dentro de unidades da polícia militar, ou seja, a presença de uma pesquisadora, de uma observadora externa e de uma formadora de opinião, foi colocada pelos policiais como uma referência que remetia diretamente às mudanças que meus interlocutores vivenciaram dentro da corporação. Em poucas ocasiões pude perceber que o “sinal dos tempos” representado por minha presença parecia ser reprovado por alguns policiais, embora tal reprovação nem sempre significasse uma barreira à eloquência dos meus interlocutores. Nesses momentos, não conseguia deixar de achar curioso a maneira disciplinada com que os policiais acatavam a mudança imposta pela frase “ela está autorizada pelo comando”.¹¹⁴

¹¹⁴ Lembro de uma entrevista com um sargento que demonstrou grande disposição para responder aos estímulos que eu propunha. Sensivelmente engajado em sua argumentação, o sargento disse, a certa altura da entrevista, que era contra a presença de civis dentro de quartéis, pois isso expunha a polícia militar a um conhecimento público que prejudicava o “elemento surpresa” que ele julgava essencial para as atividades de policiamento. Considerando o contexto do nosso diálogo não me pareceu que aquela mensagem fosse dirigida especificamente a mim, embora eu me enquadrasse de maneira evidente na categoria “civis dentro de quartéis”. Achei realmente curioso o fato de que a adesão dele ao meu projeto, expressa na forma espontânea e engajada com que ele se colocou durante a entrevista toda, pareceu não ter sido abalada pela opinião dele a respeito do conhecimento que ele sabia que resultaria do nosso encontro. Naquele momento, me dei conta de que eu não poderia deixar de considerar o fato de que meu interlocutor era um servidor público que estava prestando um “serviço” considerado relevante pelo comando que autorizava minha presença naquele local. E, para os fins propostos, ele realizou o serviço de forma exemplar, ou seja, ele realmente dedicou seu tempo e sua atenção ao atendimento que estava prestando.

Como vimos ao longo do trabalho, a concepção de mudança aparece nas falas dos policiais sob diferentes perspectivas. A mudança pode significar uma “quebra de paradigmas” (“quebrem o paradigma, esqueçam a frase ‘faça porque eu estou mandando’”), pode significar um “retorno às origens” (em referência ao policiamento comunitário) ou pode, até mesmo, configurar uma impossibilidade diante das estruturas humanas e organizacionais (“o segredo da polícia militar é o material humano, porque toda vez que você dá poder a alguém, esse alguém vai querer usar em benefício próprio (...) isso aqui não tem jeito”). Contudo, quando a mudança é colocada sob uma perspectiva generalizante, o grande sentido que ela adquire está contido nas idéias de evolução, adaptação, desenvolvimento e processo. Assumindo esse sentido, a mudança transborda os muros dos quartéis e insere a corporação no fluxo de um movimento muito mais amplo, que envolve o mundo, o Brasil, a política, a sociedade e os indivíduos.

Para compreendermos todas as implicações da inserção da corporação nesse movimento “macro” é importante que façamos uma distinção entre a função que as instituições policiais desempenham na sociedade e as diferentes maneiras de se realizar essa função. Podemos definir de forma simplista a função das instituições policiais através da idéia de “manutenção da ordem através do uso ou ameaça de uso da força comedida” (Bayley; 1975). Partindo dessa definição, poderíamos questionar, por exemplo, a concepção de *ordem* a partir da qual a polícia militar, que é a instituição policial da qual estamos tratando, opera. Estabelecendo uma oposição entre um enfoque repressivo ou preventivo, poderíamos questionar, também, a concepção de *manutenção*, lembrando, aliás, que hoje em dia não se fala mais em manutenção, e sim preservação da ordem. De qualquer forma, é importante realizarmos uma distinção entre a função institucional e a maneira de se realizar essa função para destacar que a função que as instituições policiais desempenham dentro de

uma sociedade constitui, de certa forma, um esqueleto, não possuindo um conteúdo pré-estabelecido.¹¹⁵

É neste sentido que, quando os policiais falam sobre as mudanças que ocorreram e vêm ocorrendo dentro da polícia militar após a redemocratização do país, eles fazem questão de enfatizar a idéia de que a corporação é, por princípio, uma instituição conservadora, no sentido de que está sempre a serviço da ordem instituída. Tratando-se de um governo autoritário, ela trabalha a partir de uma ordem autoritária. Tratando-se, ao contrário, de um governo democrático, ela trabalha a partir de uma ordem democrática. Reduzindo a polícia militar à missão institucional que lhe foi conferida, a concepção que parece formar-se é a de que a corporação é, enquanto as pessoas dentro dela *fazem*. Assim, a missão da polícia militar é “Servir e Proteger” e, considerando a atual ordem vigente, os “Policiais Militares [estão] compromissados com a Defesa da Vida, da Integridade Física e da Dignidade da Pessoa Humana”.

Retomo aqui as três esferas a partir das quais sugeri uma aproximação analítica da realidade que estamos tratando: a corporação-instituição (política e sociedade), a corporação-organização (estrutura e normas) e a corporação-profissionais (profissão e indivíduo). Na argumentação que reforça o caráter conservador da corporação, o que se poderia concluir, seguindo estritamente a lógica, é que a organização constitui um canal através do qual a sociedade, via autoridade política, se comunica com os servidores públicos encarregados da manutenção da ordem. Nesse caso, a lógica demonstra apenas a artificialidade da separação dessas três esferas e tampouco faz jus ao que os policiais querem dizer quando lançam mão

¹¹⁵ “A dimensão institucional de toda polícia se analisa como a reunião de dois elementos analiticamente distintos. Um elemento universal, comum a toda polícia, sua instituição (no sentido dinâmico do termo) como *instrumento* de distribuição da força num conjunto socialmente definido (...). E um elemento específico que, em contrapartida, diferencia as polícias: as finalidades que são socialmente atribuídas ao uso da força numa determinada sociedade, e que se identificam ao mesmo tempo por prescrições normativas particulares (o direito, se é que ele existe, que enquadra os recursos à força) e pelas práticas observáveis do instrumento. A polícia não é esse instrumento que intervém quando “*force may have to be used*” (*ibid.*), mas sim quando lhe é *ordenado* fazê-lo, seja por uma instância que tem autoridade sobre ela ou pelo sistema de valores partilhado aqui e agora” (Monjardet; 2003: 23).

desse argumento. A organização não constitui um mero canal que estabelece a ligação entre os anseios da sociedade e os policiais justamente por causa da sua historicidade, ou seja, da sua existência ao longo do tempo. Por esse motivo, a mudança surge nas falas dos policiais dentro de uma concepção de processo. Mantendo a separação entre as três esferas, a organização aparece como uma zona cinzenta que merece ser explorada.

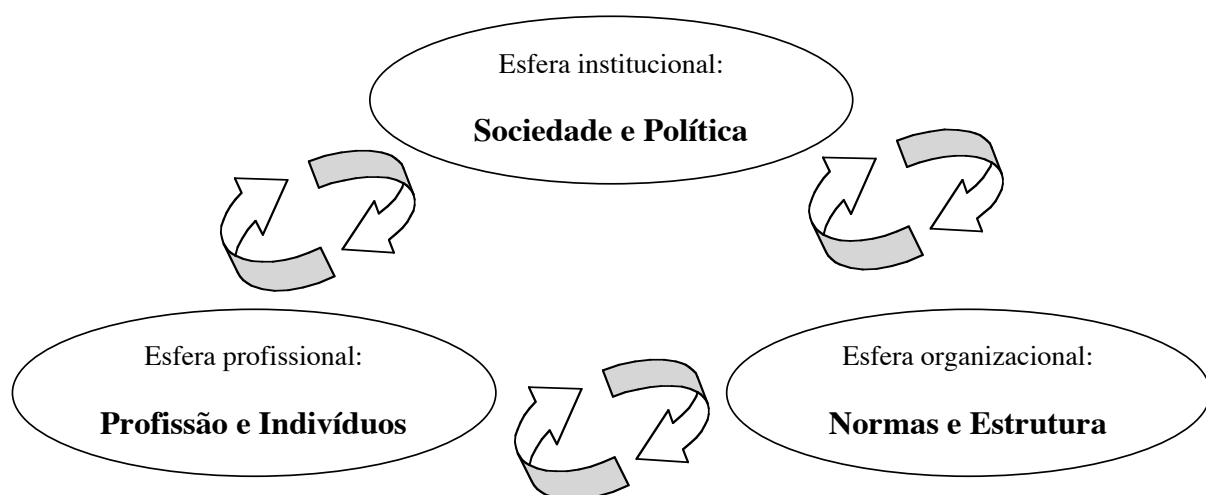
Quando olhamos de fora, as esferas da organização e do indivíduo se confundem, pois a organização nada mais é do que a estrutura gerencial e executiva que seleciona, forma, treina, disciplina e fiscaliza os indivíduos. A questão que poderíamos colocar é: essa estrutura organizacional comporta que grau de mudanças na forma como as pessoas fazem o que fazem? Ela reprime ou dá suporte a mudanças em como as pessoas fazem? Contudo, a resposta a essas perguntas se torna um pouco mais complexa se considerarmos que, quando olhamos de dentro, são as esferas da organização e da instituição que se aproximam e, por vezes, são confundidas. A forma como os indivíduos vão ser selecionados, formados, treinados, disciplinados e fiscalizados é estabelecida pelos escalões superiores da corporação, aqueles que estão em contato mais direto com a esfera institucional, neste caso, política.

A sociedade aparece nas falas dos policiais como a razão de ser da instituição policial e constitui a referência em relação à qual eles se enxergam como servidores (guardiões, prestadores de serviços). Contudo, quando a sociedade se objetiva em instâncias formais como, por exemplo, o governo, os organismos de direitos humanos ou a imprensa, alguns conflitos se manifestam. Essas instâncias aparecem como atores relevantes em um processo de mudanças, mas a avaliação quanto ao papel concreto que elas têm desempenhado é marcado por tensões e, por vezes, ressentimentos.

A separação dicotômica “visão de fora” e “visão de dentro”, colocando a organização em uma posição intermediária e, ao mesmo tempo, crucial no que se refere à possibilidade de implementação de mudanças, representa a construção de posicionamentos estanques, a partir

dos quais, muitas vezes, o debate sobre a problemática da mudança nas instituições policiais se desenvolve. A mudança aparece, então, como uma “batata quente” atirada de um lado para o outro: “não muda porque o militarismo massacra a auto-estima dos policiais” ou “não muda porque não é interessante para os governantes que mude”.

Contudo, os posicionamentos dicotômicos tendem a simplificar demasiadamente qualquer problemática. Partindo dos depoimentos dos policiais, que colocam o processo de adaptação da corporação aos novos tempos como um movimento em direção à maior profissionalização da tropa, percebemos que os estímulos que alimentam esse processo envolvem as três esferas, conformando, em larga medida, um ciclo. Gráficamente, configura-se a seguinte situação:



Temos, assim, em uma direção, a missão institucional conferida à organização, o trabalho de enquadramento que a organização realiza sobre os indivíduos e o retorno que os profissionais dão à sociedade sob a forma de serviços. No sentido inverso, temos a influência do contexto social no comportamento e no processo de renovação dos indivíduos, a forma como os profissionais filtram e absorvem o processo de enquadramento da

organização e a credibilidade da organização junto à sociedade. É preciso considerar, então, todos os “ruídos” que podem existir na comunicação entre as três esferas.

A reconstrução da passagem do tempo dentro da corporação nos permite visualizar alguns desses “ruídos”. Abarcando uma ampla gama de significados, a problemática do militarismo parece reunir diversas dimensões a partir das quais podemos apreender elementos de permanência e de mudança. Enquanto estrutura normativa, reguladora e de comando e obediência, o militarismo aparece, por vezes, como um elemento que poderia retardar o desenvolvimento desejável da instituição, representando uma rigidez estrutural excessiva e prejudicial ao desenvolvimento das relações interpessoais dentro e fora da organização, ou seja, com o público a quem a corporação presta serviços. Por outro lado, o militarismo aparece também associado a um conjunto de práticas e valores a partir dos quais os policiais constroem um entendimento acerca da eficiência da polícia militar e do engajamento dos policiais militares na realização da missão que lhes foi conferida.

Por fim, inserido em uma perspectiva temporal, o militarismo aparece nas falas dos policiais como um aspecto afetado por um conjunto de mudanças que vêm atenuando elementos de tensão estruturalmente fixados. A maior responsabilização da corporação perante a sociedade tem como contrapartida uma concepção mais democrática das relações hierárquicas, que aparece, no plano das representações, na maior possibilidade de responsabilização dos comandantes por suas atitudes em relação à tropa. Embora essa possibilidade se concretize em decorrência de uma mudança colocada no plano normativo, ou seja, nas alterações introduzidas no Regulamento Disciplinar promulgado em 2001, os aspectos realmente centrais para a atenuação dos elementos de tensão estrutural identificados nas relações hierárquicas acabam desembocando na figura do “chefe”, entendendo “chefe” como o comandante ao qual os policiais associam atributos que excedem aqueles pré-estabelecidos pela cadeia de comando.

Existe um novo enfoque dentro da corporação, existe a valorização de novas perspectivas e, neste sentido, existe mudança. Porém, nas representações dos policiais, as mudanças aparecem ainda fortemente atadas às individualidades, ou seja, aos aspectos agregados pelos indivíduos aos papéis previamente estabelecidos que desempenham na organização. A limitação do impacto dessas mudanças na estrutura organizacional deixaria em aberto um enorme espaço para idas e vindas, podendo produzir insegurança e, em última instância, resistência. Parece-me, no entanto, que, para compreendermos os caminhos e as possibilidades de mudanças dentro da corporação, a dimensão estrutural identificada com o militarismo deveria ser analisada lado a lado com a dimensão burocrática que estrutura não apenas a corporação, mas o serviço público de modo geral (essa análise fica aqui apenas como sugestão).

Redimensionando a centralidade das individualidades destacada acima, várias mudanças a partir das quais os policiais constroem representações acerca de um “antigamente” e um “hoje em dia” são colocadas sob uma perspectiva geracional. Porém, quando atentamos para o tempo de serviço dos policiais que realizam essa construção, percebemos que não existe uma relação linear que estabeleça a identificação de diferentes gerações. A perspectiva geracional parece conformar, em larga medida, uma percepção intuitiva e simplificadora. Os elementos a partir dos quais os policiais constroem distinções geracionais correspondem a diferentes enfoques que coexistem dentro da coletividade, cada um deles com um apelo próprio. A “adesão” a cada um desses enfoques não obedece necessariamente uma divisão geracional e tampouco constitui uma “opção” individual. Essa adesão está relacionada, em grande medida, aos processos informais de construção das identidades e solidariedades dentro da coletividade.

Para analisarmos esses processos e sua relação com a “adesão” dos policiais aos diferentes enfoques coexistentes dentro da corporação, introduzo a problemática da memória

coletiva, através da qual elementos de mudança e de permanência podem ser captados sob uma perspectiva que considera, ao mesmo tempo, as representações e as práticas discutidas ao longo deste trabalho.

- Memória como perspectiva analítica:

A afirmação da identidade de uma sociedade, grupo ou instituição envolve um processo de construção e transmissão do que podemos denominar memória coletiva. O compartilhamento dessa memória fortalece o sentimento de continuidade do grupo ao longo do tempo e dos valores que unem seus membros a um destino comum, estabelecendo uma ligação entre a história passada e os projetos para o futuro. Segundo Halbwachs:

A memória coletiva (...) é o grupo visto de dentro (...). Ela apresenta ao grupo um quadro de si mesmo que, sem dúvida, se desenrola no tempo, já que se trata de seu passado, mas de tal maneira que ele se reconhece dentro dessas imagens sucessivas. A memória coletiva é um quadro de analogias, e é natural que ela se convença que o grupo permanece, e permaneceu o mesmo, porque ela fixa sua atenção sobre o grupo, e o que mudou foram as relações ou contatos do grupo com os outros. Uma vez que o grupo é sempre o mesmo, é preciso que as mudanças sejam aparentes: as mudanças, isto é, os acontecimentos que se produziram dentro do grupo, se resolvem elas mesmas em similitudes, já que parecem ter como papel desenvolver sob diversos aspectos um conteúdo idêntico, quer dizer, os diversos traços fundamentais do próprio grupo. (2004: 93)

O sentimento de pertencimento e a sensação de continuidade produzidos e reforçados pelo compartilhamento dessa memória coletiva implica, de acordo com Pollak (1989; 1992), um “verdadeiro trabalho de organização” ou, como conceitua o autor, um “trabalho de enquadramento da memória”. É através desse trabalho de enquadramento que um grupo constitui e legitima uma determinada versão dos fatos e acontecimentos memoráveis que marcaram as vidas de seus membros e que serão legados às gerações futuras, enquanto o grupo mantiver sua identidade.

No processo de enquadramento da memória, o esquecimento e o silêncio desempenham um papel-chave. Tudo aquilo que permanece como um “não-dito” ou que simplesmente se apaga da memória tem como função justamente a manutenção da coerência necessária para o estabelecimento e reconhecimento de uma identidade, constantemente desafiada pelas contradições e pelos rearranjos que ameaçam a sensação de continuidade do grupo ao longo do tempo.

Pollak enumera, então, quatro importantes características do fenômeno da memória, seja individual ou coletiva: (1) “*a memória é seletiva*”, ou seja, a memória grava e relembra, mas, ao mesmo tempo, recalca e exclui. Esse trabalho de organização seletiva da memória ocorre em função das preocupações pessoais e políticas que marcam um dado momento na vida de um indivíduo ou grupo; (2) “*a memória é um fenômeno construído*”, tanto no nível coletivo quanto individual, podendo ser os modos de construção da memória conscientes ou inconscientes; (3) “*a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade*, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si”; (4) “*a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos*” (1992: 204).

O autor destaca, ainda, o fato de que a memória individual ou coletiva tem como elementos constitutivos acontecimentos, personagens e lugares, que podem representar uma vivência direta ou indireta de um determinado evento. Em outras palavras, podemos falar em memórias de eventos vividos pessoalmente, em memórias de eventos “vividos por tabela”, ou seja, eventos que tornaram-se tão significativos para o grupo que o indivíduo não consegue identificá-lo como uma experiência pessoal ou não, e memórias de eventos que ultrapassam o espaço-tempo de uma pessoa ou grupo. Neste último sentido, Pollak afirma que “é

perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase herdada” (: 201).

Uma outra questão relevante dentro das perspectivas abertas pela abordagem teórica da memória diz respeito à relação entre memória coletiva e história. Apontando para a importância dos produtos e dos significados culturais aos quais a memória coletiva está atada, Sturken utiliza o termo “memória cultural” para definir a memória que é compartilhada fora do discurso histórico oficial. A memória cultural está relacionada a um conjunto complexo de questões e significados políticos, trazendo à tona as divisões e os conflitos existentes dentro de uma dada cultura. Para a autora, “definir uma memória como cultural é entrar em um debate sobre o que essa memória significa. (...) Memória cultural é um campo de negociação cultural através do qual diferentes histórias lutam por um lugar na história” (1997: 1).

Partindo do quadro analítico exposto acima, podemos inserir as representações dos policiais militares que discutimos ao longo do trabalho em uma dimensão narrativa, através da qual as reconstruções acerca da passagem do tempo dentro e para a corporação podem ser interpretadas não apenas como memórias individuais, mas como memórias sujeitas a um trabalho de enquadramento que remete diretamente às formas de organização e reprodução do grupo.

Tratando-se de uma corporação com um relativo grau de fechamento em relação ao universo exterior, é necessário considerarmos os diferentes contextos nos quais o grupo narra sua história, ou seja, diferentes contextos de enquadramento da memória coletiva. Visualizo pelo menos três contextos gerais diversos: as narrativas para o Estado, as narrativas para a sociedade mais ampla para quem a corporação presta serviços e as narrativas feitas para seus próprios membros dentro do processo de socialização dos novatos.

Um policial militar, meu colega na universidade, ao ouvir uma breve síntese sobre minha pesquisa, resumiu de forma extremamente perspicaz os diferentes enquadramentos dados à memória da corporação em cada um dos contextos narrativos que são problematizados aqui. Segundo ele, quando se dirige ao Estado, a polícia militar tende a enfatizar sua atuação em momentos decisivos da história do país. Ao dirigir-se à sociedade, a corporação se coloca como prestadora de serviços à comunidade, deixando transparecer um tom quase patriarcal, como no lema “Para Servir e Proteger”, através do qual define sua “missão”. Por fim, o discurso interno, dirigido a seus próprios membros, remete diretamente ao código de deontologia da instituição, ou seja, aos valores morais que devem pautar a conduta do grupo, onde a honra e a comprometimento com a causa pública ocupam um papel de destaque.

Essas observações certamente ilustram de forma acurada três esferas distintas de enquadramento da memória da corporação. Contudo, trata-se de uma visão que reflete apenas as versões oficiais dessa memória. É preciso atentar para as narrativas que não fazem parte da face pública da polícia militar, ou seja, para as versões que compõem uma memória oficiosa ou, até mesmo, uma “memória subterrânea” (Illanes; 2002), onde as ênfases dadas acima são confrontadas com experiências e vivências que perturbam a lógica através da qual a versão oficial pretende se impor.

A coexistência de diferentes enfoques dentro da corporação, identificados intuitivamente com um “antigamente” e um “hoje em dia”, revelam uma tensão entre elementos de permanência e de mudança dentro do grupo que se expressa, na esfera das representações, através de memórias ainda não enquadradas pelo discurso oficial. A tentativa de compreensão dos significados dessas memórias subterrâneas nos remete diretamente às formas de organização da coletividade.

- Memória e poder:

Para utilizarmos o conceito de memória coletiva como ferramenta analítica é preciso, antes de mais nada, esclarecer o que caracteriza a coletividade da qual estamos tratando como tal. Ao tomarmos a PMESP como objeto de análise temos que ter em mente que estamos lidando com uma organização de proporções consideráveis, tanto em número de membros quanto em relação à complexidade de sua estrutura. Os laços que fazem com que os membros dessa organização se identifiquem e sejam identificados como uma coletividade diferenciada, marcando sua separação em relação a outras coletividades, são de um tipo particular e remetem, em primeiro lugar, aos vínculos que unificam uma determinada categoria profissional, detentora do monopólio de saberes e práticas específicas.

Por sua vez, o caráter profissional desses vínculos se diferencia, quando comparado a outras categorias profissionais, pela abrangência do controle que a organização pretende exercer nas diferentes esferas sociais nas quais seus membros estão inseridos, valendo-se, para este fim, tanto de seus regulamentos e normas, como também de um intenso processo de ressocialização. A caracterização dessa coletividade como tal implica, portanto, além de um vínculo profissional compartilhado, um conjunto de valores, concepções e experiências que singularizam a relação que seus membros estabelecem entre si, com a organização como um todo e com as pessoas que não pertencem a essa coletividade.

Contudo, algumas características da estrutura organizacional da corporação nos obrigam a fazer uma ressalva quanto ao uso do conceito de memória coletiva. Minha análise se debruça sobre relatos que, na sua maioria, representam memórias individuais relacionadas à atividade de policiamento e à passagem do tempo dentro da corporação. Nesses relatos individualizados, é possível detectar alguns marcos da passagem do tempo que são comuns a vários deles, constituindo um “protótipo” de memória coletiva. Enfatizo o termo “protótipo”

porque as idéias e valores associados a esses marcos comuns são relativamente variáveis dentro dos diferentes grupos significativos aos quais os indivíduos estão ligados.

Desta forma, a relação entre memória e poder é uma questão fundamental para a discussão aqui proposta uma vez que, se queremos analisar o processo de construção da memória coletiva da PMESP, precisamos considerar a dinâmica das relações sociais dentro do grupo e, fundamentalmente, as relações de poder que determinam quais membros são os guardiões legítimos dessa memória. Esse ponto pode não parecer especialmente problemático em um estudo sobre a polícia militar, já que uma de suas características mais marcantes é o fato de ela estar organizada em uma rígida estrutura hierárquica.

A memória coletiva nunca está “distribuída” homogeneamente entre os membros de um determinado grupo ou coletividade. Normalmente, existem alguns poucos indivíduos que ocupam a posição de guardiões dessa memória coletiva. Podem ser os mais velhos do grupo, os mais escolarizados ou, simplesmente, aqueles que possuem um dom mais desenvolvido para a arte da narração. Não podemos esquecer que toda memória coletiva, para ser caracterizada como tal, deve ser compartilhada e retransmitida. De qualquer forma, os guardiões da memória coletiva ocupam, em geral, posições de elevado *status* dentro do grupo. Evitando utilizar as categorias do grupo, me vem à mente, como ilustração, a figura do cacique.¹¹⁶ Utilizando essa metáfora, podemos dizer que a PMESP possui um cacique. Aliás, possui diferentes níveis, elaborados e bem delimitados, de cacicado. Cada pequeno grupo se remete a um cacique, que por sua vez se remete a um outro cacique de nível mais elevado, e assim sucessivamente, até o “cacique máximo” Comandante Geral (e, através deste, ao *ente superior* governador).

¹¹⁶ Faço uso da figura do cacique para transmitir uma idéia estereotipada de liderança que certamente soará inadequada aos ouvidos de antropólogos. Porém, a escolha desse termo foi feita por considerar que todos os outros termos que expressam essa idéia constituem categorias nativas com significados muito particulares, como chefe, líder ou comandante.

O que particulariza a questão dos guardiões da memória dentro da PMESP é o fato de que a relação de cada um desses caciques, até aqueles que estão na ponta dessa estrutura, com cada um dos pequenos grupos que a eles se remetem é uma relação, normalmente, passageira.¹¹⁷ No que diz respeito a essas pequenas coletividades que estão na base da estrutura, os caciques fazem e, ao mesmo tempo, não fazem parte do grupo. A rotatividade desses caciques faz com que eles representem muito mais a memória da coletividade total do que a memória dos grupos fracionados. E, por sua vez, a memória da coletividade total tende a ser sempre reinterpretada, em alguma medida, pelos grupos fracionados, ao mesmo tempo em que se vê obrigada a coexistir com as memórias que remetem aos laços, valores e práticas que individualizam essas frações.

Assim, considerando que não estamos interessados apenas na versão ou versões oficiais da memória da corporação, é preciso percorrer um caminho um pouco mais sinuoso do que o imaginado a princípio. Se desejamos respeitar a real complexidade que se esconde por trás da imagem da pirâmide, temos que levar em conta pelo menos três pares de oposições que delimitam perspectivas diferenciadas que compõem a realidade da corporação: (1) militar / polícia; (2) quartel / rua; e (3) oficiais / praças.

O primeiro par - militar / polícia - conforma uma perspectiva socializadora. De um lado, temos um intenso processo de ressocialização dos membros da corporação dentro de uma perspectiva designada pela categoria “militarismo”, que implica a construção da disciplina e, fundamentalmente, de corpos disciplinados. Do outro, temos o desenvolvimento de qualificações e competências para a atuação discricionária dentro de um contexto de prestação de serviços e preservação da ordem pública que se dá em um ambiente civil.

O segundo par - quartel / rua - conforma uma perspectiva operacionalizadora. De um lado estão os indivíduos colocados dentro da estrutura organizacional, desempenhando seus

¹¹⁷ Ver depoimento na pág. 96-97.

papéis nos espaços circunscritos pelos limites dessa estrutura. De outro, os indivíduos representando a organização no espaço público e desempenhando as funções que caracterizam o papel que lhes é atribuído nesse espaço.

O terceiro par - oficiais / praças - representa uma perspectiva reguladora. De um lado, estão as relações colocadas dentro de uma cadeia de comando que estabelece diferentes deveres e responsabilidades. De outro, as relações forjadas nas interações face-a-face, que constroem diferentes vivências da relação de mando e obediência. Neste sentido, oficiais e praças não constituem categorias necessariamente opostas, pois o que está sendo enfatizado é a relação entre os dois termos deste par em duas dimensões diferenciadas.

Esses três pares de oposições apontam para a existência de um conjunto de valores e representações sociais característicos da corporação, que ganham significado tanto no processo de socialização profissional dos policiais militares quanto no cotidiano de suas atividades, e que seguem um padrão que poderia ser formulado em termos de centro e periferia. Neste caso, falamos em “centro” a partir do entendimento de Edward Shils (1992), ou seja, como um sistema de valores ou instituições que formam o domínio onde os assuntos “sérios” para uma coletividade são tratados. Centro, neste sentido, é o núcleo duro, irredutível, que constitui a ordem vital de uma dada coletividade. A “periferia”, por sua vez, relaciona-se à rotina, à trivialidade. Seu papel, contudo, não deve ser menosprezado: está relacionado à continuidade, indispensável à manutenção da ordem.

Assim, paralelamente a uma cadeia de comando-e-obediência organizada de forma piramidal, em uma estrutura hierárquica de distribuição do poder, podemos encontrar um conjunto de valores e representações relacionadas ao “ser e fazer policial” que seguem um padrão de centro e periferia. Esse modelo seria melhor representado por uma imagem de

círculos concêntricos (e, portanto, sobrepostos), através dos quais o poder e o conhecimento se propagam a partir de um núcleo.¹¹⁸

À medida que poder e conhecimento se propagam do centro para a periferia dentro desse sistema, podemos encontrar modos distintos de construção da memória, com tempos e espaços característicos. Poderíamos, então, agrupar cada um dos termos que conformam os três pares de oposições, estabelecendo dois pólos assim representados: (1) militar / quartel / oficiais: guardiões legítimos dos valores e práticas que conformam os elementos identitários irreduzíveis do grupo, cultivados, transmitidos e reforçados nos espaços privativos da coletividade; (2) polícia / rua / praças: guardiões “de fato” dos valores e práticas construídas nas vivências cotidianas que se desenvolvem no contato direto com o mundo exterior.

- Memória e capital simbólico:

A memória coletivamente compartilhada se encontra no limite entre a realidade e o dever-ser, conformando uma junção entre eventos vividos no passado e intenções (ou mensagens) que remetem ao futuro. Paralelamente a isso, é preciso atentar para o fato de que, em uma organização, a memória constitui um tipo particular de conhecimento, representando o acúmulo de experiências que estabelecem diferentes níveis de capacitação e competência. A problemática da memória e de como o grupo narra sua história está, portanto, diretamente ligada à dimensão do capital simbólico (Bourdieu; 2005). No caso em discussão, essa questão fica bastante evidente quando consideramos que a profissionalização, entendida como monopólio, possui uma dimensão que se relaciona ao reconhecimento público quanto à especificidade dos saberes e práticas que o grupo domina e exerce.

¹¹⁸ A imagem do círculo é familiar à estrutura hierárquica policial militar, conformada por círculos: círculo dos oficiais (superiores, intermediários e subalternos) e círculo das praças.

Os bens simbólicos à disposição dos policiais no mercado do reconhecimento profissional estão desigualmente distribuídos dentro da corporação. No entanto, a lógica da pirâmide não dá conta de todos os elementos que devemos considerar para analisar a distribuição desses bens. Atentando para as espacialidades, temporalidades e solidariedades que podemos enxergar no sistema descrito no tópico anterior, retomo duas questões que foram abordadas ao longo deste trabalho e que estão implícitas na própria noção de profissionalização: a especialização e a responsabilização.

A polícia militar constitui um corpo policial profissionalizado, no sentido de que abarca um grupo de indivíduos treinados e mantidos pelo Estado para realizar, com exclusividade, as atividades de policiamento. Isso é o que se pode entender por profissionalização dos corpos policiais e marca um movimento relativamente recente nas polícias do mundo inteiro (Bayley; 2001). A categoria “profissionalização”, tal qual vem sendo utilizada neste trabalho, assume um sentido particular, constituindo uma categoria nativa através da qual os policiais identificam, em uma perspectiva temporal, o aprimoramento generalizado das esferas técnicas, táticas, de formação e de treinamento dentro da polícia militar. Trata-se, em linhas gerais, da diferença apontada pelos policiais entre resolver uma ocorrência na “raça” ou resolvê-la através da aplicação de procedimentos operacionais padronizados.

A questão da especialização envolve, ainda, um terceiro nível de significados, que remete a um conjunto específico de conhecimentos e instrumentos técnicos e táticos, desenvolvidos e aplicados com o objetivo de imprimir maior eficiência ao corpo policial como um todo, no potencial ou efetivo uso da força necessária. Os grupos que desempenham atividades especializadas dentro da corporação se distinguem, neste sentido, por representarem de forma muito característica a potencialidade coercitiva e, portanto, repressiva do aparelho policial. Exatamente por esse motivo, o enquadramento dessas

atividades dentro de uma perspectiva técnica torna-se imprescindível, pois é essa perspectiva que estabelece a linha divisória entre o uso da força necessária e legítima e a violência institucionalizada.

Retomando os termos em que essa problemática é colocada pelos policiais, as unidades especializadas, mais especificamente, as unidades de choque e de radiopatrulhamento aéreo, são acionadas em contextos críticos, nos quais a iminência de uma ação repressiva já está configurada, implicando diferentes graus de ameaça ou efetivo uso da força. A especialização, portanto, parece representar um ápice da necessidade e possibilidade de padronização dos procedimentos operacionais. Construindo um ponto de comparação, o policiamento “de rua” pressupõe competências que resistem ao enquadramento das atividades efetivamente realizadas pelos policiais dentro da perspectiva de padronização dos procedimentos operacionais (recordemos: “na rua, o policial tem que ser o pai, o padre, o psicólogo, o palhaço”).

Neste sentido, o que os policiais que atuam nessas diferentes atividades têm a oferecer e, portanto, a ser reconhecido em termos profissionais, conformando os bens simbólicos de que dispõem, estão colocados em níveis muito diferenciados. As atividades especializadas apontam para um potencial da padronização dos procedimentos operacionais que deve ser destacado. À medida que a técnica, entendida como a soma de conhecimentos, equipamentos e treinamento, se interpõe entre o indivíduo e a produção de resultados, o engajamento dos homens na instituição, cujo limite extremo é representado pela disposição em ofertar a própria vida em nome de uma missão, permanece no horizonte, mas torna-se mais remoto. A padronização dos procedimentos operacionais, a partir da qual podemos conceber a atividade policial como uma atividade profissionalizada, constitui uma referência central na afirmação da identidade que destaca os grupos especializados do resto da coletividade e reconfigura o valor a partir do qual os indivíduos constroem suas expectativas de reconhecimento público.

A particularidade e, até mesmo, a excepcionalidade das atividades realizadas pelas unidades especializadas torna complicada a tentativa de construção de um ponto de comparação com a realidade do trabalho “de rua”. Sociologicamente, poderíamos nos ver tentados a enxergar dois universos distintos. Porém, funcionalmente, a idéia de dois universos é desastrosa. Para aproximar esses dois universos de forma propositiva, sugiro nos voltarmos para a descrição das diferentes temporalidades nas quais os policiais circulam.

O tempo do quartel remete às atividades de formação, de treinamento e de normatização. Atribuindo uma nova qualidade a essa temporalidade, poderíamos dizer que trata-se de um tempo de internalização. O tempo das ruas, por sua vez, é o tempo da ação. Nas unidades especializadas, ou seja, nas unidades de choque e de radiopatrulhamento aéreo, os tempos de internalização e de ação se sucedem dentro de um curto período de tempo, representado pelo dia de trabalho. A proximidade desses tempos produz um reflexo incontestável no processo de profissionalização da tropa. As orientações introduzidas verticalmente dentro dos espaços de socialização, seguindo a temporalidade da internalização, são colocadas à prova no tempo da ação. Em contrapartida, a exemplaridade das condutas adotadas no tempo da ação retroalimenta o processo, adquirindo um caráter didático fundamental para a internalização das práticas e valores que se deseja instituir ou disseminar.¹¹⁹

As relações interpessoais que se desenvolvem dentro das unidades especializadas me parecem constituir outro fator que influencia o processo de profissionalização do grupo. Observando essa questão a partir das temporalidades, podemos interpretar o tempo do quartel como o tempo dos oficiais, enquanto o tempo das ruas seria o tempo das praças, no qual os oficiais interferem esporadicamente. Representando diferentes perspectivas no que se refere

¹¹⁹ No GATE, um policial se referiu a ocorrências bem sucedidas nas quais o grupo atuou como ocorrências que eles chamam de “ocorrências didáticas”. Segundo meu interlocutor, são ocorrências que “funcionam do começo ao fim como um relógio”. Eles utilizam os vídeos dessas ocorrências, que eles mesmos gravam, para discutir seus pontos altos e baixos com a tropa em sala de aula (dentro da unidade).

ao produto final “policiamento”, a aproximação dessas duas temporalidades dentro das unidades especializadas promove um maior encadeamento das diferentes etapas que desembocam na atividade-fim.

Remetendo à esfera das solidariedades, introduzo um novo aspecto relacionado à distribuição dos bens simbólicos dentro da corporação. A problemática da responsabilização guarda uma relação estreita com a possibilidade de reconhecimento público quanto à dimensão profissional das atividades que os policiais desempenham, porém, tal qual ela se configura, sob o ponto de vista deles, aponta para um potencial negativo em termos do capital simbólico que agrega aos indivíduos. Trabalhando dentro de um limite ainda inadequadamente enquadrado e socialmente questionado entre o uso da força legítima e a violência, os policiais se enxergam “caminhando em uma corda-bamba: se caírem para um lado, morrem, se caírem para o outro, viram bandidos”.

Sentindo-se acuados diante das incertezas quanto à proteção representada pela instrumentalização profissional e legítima do poder coercitivo do qual foram investidos, os policiais se vêem reduzidos a um elemento descartável dentro da instituição que lhe assegura a atuação profissional. Neste ponto, a antigüidade dentro da corporação aparece como um elemento bastante significativo. O tempo de serviço parece produzir um movimento de “assentamento” da identidade policial, no qual novas ênfases são colocadas. Esse movimento acompanha a ascensão na carreira e o acesso a funções de gerenciamento e comando.¹²⁰ Porém, as experiências acumuladas, somadas às mensagens transmitidas pelo alto comando, produzem uma sensação de transitoriedade dentro da organização que parece ter um custo pessoal considerável, podendo, em certos momentos, deteriorar o comprometimento dos indivíduos com os rumos tomados pela coletividade.¹²¹

¹²⁰ O papel desempenhado pelos sargentos, reconhecidos institucionalmente como o “elo da tropa”, agrega de forma muito particular todos esses elementos e mereceria uma abordagem mais aprofundada.

¹²¹ Os estágios da carreira do policial descritos na introdução (pág. 12) apontam, a partir da metade da carreira, um deslocamento das ênfases colocadas pelos policiais, privilegiando as metas pessoais em detrimento das

Identificada com sua missão institucional, a corporação, como muitos policiais colocam, é perene. Sempre haverá violência e criminalidade e, por esse motivo, sempre haverá polícia. O tempo genérico que parece servir como referência para a percepção do caminho trilhado pela corporação é o tempo da missão institucional. O tempo do homem, do indivíduo, é praticamente descartável diante do tempo inacabável da instituição. O prazo de validade do homem é pré-definido: 30 anos. Cada dia de trabalho é um dia a menos rumo aos 30 anos. A batalha do homem é essa: conseguir permanecer os 30 anos. A da instituição não está previamente estabelecida, é uma evolução em direção ao indeterminável.

No que diz respeito à instituição, não importa se ontem era assim e hoje é diferente, pois esse é o próprio sentido da passagem do tempo. A mudança é apenas um fato da existência. No que diz respeito ao homem, as tarefas que preenchem o dia-a-dia têm, cada uma delas, começo, meio e fim. Não há metas a se alcançar além daquela em que se está imediatamente envolvido. Terminada uma tarefa, outra ocupa seu lugar, e assim sucessivamente, durante 30 anos. O dia começa quando o homem sai de casa e termina quando para esta ele volta. O turno de trabalho é um intervalo entre o hoje e o amanhã. Nada se repete, cada ocorrência é uma ocorrência. Apesar disso, os policiais são ciosos de seu tempo e de sua rotina. Não querem percalços. A única certeza é o fato de que, se o tempo transcorrer *sem novidades*, em 30 anos o trabalho será assumido por outra pessoa.

metas de trabalho. Esse movimento acompanha um decréscimo dos níveis de estresse associados à profissão. O enfoque do autor que estabelece esses estágios (Violanti, 1993) é psicológico, e define estresse como um quadro clínico cujas implicações escapam ao meu domínio. O custo pessoal que menciono é uma interpretação a partir de elementos que não tenho como comparar com os elementos considerados para a construção da tipologia dos quatro estágios. Meus dados reforçam a percepção de que existe um deslocamento nas prioridades dos policiais e me leva a centrar na esfera pessoal o custo que advém da sensação de transitoriedade que descrevo. Esse custo pode ser interpretado como um reflexo do envelhecimento, lido pelos policiais a partir dos elementos que distinguem sua profissão, sem constituir um produto exclusivo desse universo.

- Memória e história da Polícia Militar do Estado de São Paulo:

Criada por lei em 1970, a Polícia Militar do Estado de São Paulo reconhece sua origem em um momento muito anterior, remetendo a diferentes estruturas a partir das quais os órgãos encarregados da segurança pública estiveram organizados e a diferentes contextos nos quais esses órgãos desempenharam suas funções. A afirmação dessa tradição, de mais de cento e setenta anos, se faz presente em diversos momentos nos quais a corporação afirma, tanto interna quanto publicamente, sua identidade, através dos hinos, das figuras de vulto e das datas e eventos memoráveis preservados em seu imaginário. No trecho abaixo, retirado do site da PMESP, encontramos um breve resumo da história da corporação, onde sua origem é enfatizada.

(...) Durante o século XIX a Corporação policial de São Paulo recebeu várias denominações: Corpo de Municipais Permanentes, Corpo de Municipais Provisórios, Guarda de Polícia, Brigada Policial, Força Policial e finalmente, Força Pública, nome com o qual conquistou vitórias e participou de grandes eventos, até já no século XX.

Durante o oitocentos, a Corporação Policial Militar Paulista participou praticamente de todas as campanhas em que o país se viu envolvido, destacando-se a Guerra dos Farrapos (1838), em que foram combatidos os separatistas da República de Piratini; a colonização dos Campos das Palmas (1839), no extremo da província, hoje pertencente ao Paraná; a Revolução Liberal de Sorocaba, em 1842; a Guerra do Paraguai (1865/1870); a Revolta da Armada e a Revolução Federalista (1893/1894); a Questão dos Protocolos, em que a nova colônia italiana de São Paulo se amotinou, gerando um conflito que não teve maiores consequências graças a pronta intervenção da Milícia Paulista; a Campanha de Canudos (1897), quando Euclides da Cunha chegou a elogiar a atuação do 1º Batalhão em terras do Rio Vaza Barris.

No século XX a Força Pública interveio nas situações extremas em que a ordem foi quebrada, sempre a serviço da população e do Poder constituído.

Esteve a Milícia nas revoluções que marcaram o fim da chamada "República Velha" e na famosa "Clarínada" de 1932.

Esteve presente na Segunda Guerra Mundial, não só na segurança de pontos vitais dentro de nossas fronteiras, mas também nos campos da Europa, onde a Polícia do Exército foi formada com efetivos da Guarda Civil, corpo policial criado em função da Força Pública (1926) e a ela incorporado em 1970 para formar a atual Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Enquanto isso, anonimamente, dia e noite, os efetivos da Polícia militar sempre patrulharam as cidades, policiaram espetáculos e campos esportivos. Perseguram foragidos da Justiça, e fiscalizaram matas, rios e estradas de nosso Estado. Ao lado disso, desempenharam relevante atividade social, conduzindo feridos a hospitais, apagando incêndios e realizando partos, até dentro de viaturas. (...)

Apesar da ênfase na continuidade que a afirmação dessa história longínqua estabelece, é inegável que, desde o período ao qual a corporação remonta sua origem até os dias atuais, muitas mudanças ocorreram dentro da instituição, sejam mudanças estruturais (como a fusão entre diferentes forças de segurança) ou conjunturais (como a própria renovação da tropa ao longo do tempo). Muitas dessas mudanças estão relacionadas às transformações mais amplas pelas quais a sociedade e o Estado brasileiro passaram e continuam a passar, em ritmo cada vez mais acelerado.

O surgimento de novas expectativas em relação à função das instituições policiais e ao que seria o bom cumprimento dessa função está diretamente relacionado com as necessidades que emergem a partir do desenvolvimento de novas relações entre a sociedade e o Estado e das novas formas de organização e manifestação da sociedade civil, que constituem a realidade do país no processo, ainda em andamento, de construção e consolidação de instituições e ideais democráticos. A adequação da corporação a esses novos tempos é representada, nos depoimentos dos policiais, como um movimento em direção à maior “profissionalização” da tropa e se relaciona a determinadas iniciativas, como, por exemplo, o Radiopatrulhamento Padrão, a Polícia Comunitária, as inovações introduzidas nos cursos de formação, a instituição dos POPs e a criação de grupos especializados.

Todas essas iniciativas caracterizam mudanças que poderíamos reconstituir e localizar na história da PMESP através de uma linha cronológica. Contudo, a maneira como elas são incorporadas à memória da corporação está associada a processos sociais muito mais dinâmicos e fluidos, como o são, caracteristicamente, todas as formas de interação social. Através da perspectiva da memória, somos remetidos diretamente a questões tais como a

organização interna, os canais de transmissão do conhecimento e a distribuição do poder dentro da corporação, assim como ao papel da corporação dentro de uma estrutura mais ampla que abarca as instituições responsáveis pela segurança pública, o Estado e a sociedade como um todo. Em outras palavras, é preciso considerar que a construção da memória coletiva da corporação constitui um processo dialógico que se dá dentro da instituição e, também, entre a instituição e a realidade exterior que a cerca, sendo esse diálogo sempre dinâmico e contextualizado. A valorização da tradição (ou seja, dos elementos que remetem a uma longa historicidade) ou da mudança são movimentos possíveis dentro desse diálogo, através do qual a corporação afirma, reforça ou recria sua identidade.

Assim, para compreendermos os significados atribuídos à tradição e à mudança em cada um dos contextos narrativos nos quais elas afloram é preciso considerar que não estamos tratando de duas categorias necessariamente opostas. A incorporação do novo à memória de uma dada coletividade pode se dar através de narrativas que construam uma ruptura com o passado, que será morto e enterrado, ou através de narrativas que remetam ao desenvolvimento e à adaptação, unindo presente e passado em uma linha contínua. Se, no trabalho de organização da memória coletiva da PMESP, é possível construir um discurso coerente enfatizando quer a tradição, quer a mudança, ou até mesmo ambas, é porque as duas idéias são geradas a partir de um mesmo *habitus* (Bourdieu; 2004).

- *O papel da tradição:*

Os elementos que remontam à longa historicidade da corporação, ou seja, às tradições que a corporação cultiva, são acionados, primordialmente, em contextos ritualizados, como as cerimônias de formatura ou as “formaturas semanais” que acontecem nas unidades escolares. Nesses contextos, os símbolos que remetem à permanência do grupo ao longo do tempo são

revividos e encenados. Retomando a cerimônia que acompanhei no CFAP, o desfile da tropa diante do comandante da unidade, e não apenas *diante* dele, mas *para* ele (como fica evidenciado na ação de voltar a face para o comandante no momento em que a tropa passa em frente a ele) constitui um ato de reafirmação e sustentação da estrutura a partir da qual a coletividade está organizada. Os hinos que a tropa entoia nessa cerimônia fixam, por sua vez, os objetivos e sentimentos que mobilizam o grupo há gerações.

Assim, é preciso considerar que as tradições cultivadas pela corporação se desenvolvem fundamentalmente nos espaços onde se realiza o processo de ressocialização dos membros que integram essa coletividade, desempenhando um importante papel na tarefa de enquadramento dos novos membros aos valores e práticas atualizadas pela corporação. As tradições da corporação ficam marcadas no horizonte dos policiais a partir de elementos que remetem, por um lado, à deontologia policial militar e, por outro, às práticas ritualizadas associadas ao militarismo. Fora desses espaços, o engajamento que o cultivo das tradições engendra assume um caráter muito menos performático. Estabelecendo uma percepção de permanência e historicidade, os elementos que conformam essa tradição adquirem significado nas vivências cotidianas dos policiais dentro de contextos marcados pela dinâmica interativa.

Algumas unidades possuem e cultivam sua própria tradição, como o 1º Batalhão de Polícia de Choque “Tobias de Aguiar”, a Academia de Polícia Militar do Barro Branco, a Corregedoria e o Regimento de Cavalaria “9 de Julho”.¹²² Essas unidades remontam sua origem a um período no qual, por diversas razões, as atividades que realizavam eram bastante diferentes das que realizam atualmente, o que não impede que elas preservem uma identidade com o passado. Assim, por exemplo, todas as mudanças que a Corregedoria sofreu ao longo do tempo, que afetaram diretamente o papel que ela desempenha hoje em dia, são incorporadas à história da unidade assumindo o sentido de crescimento: de uma seção passou

¹²² Essas unidades estão instaladas em prédios bastante antigos, cuja historicidade é sempre enfatizada através de uma placa ou de um monumento.

a companhia e de companhia passou a batalhão.¹²³ Como vimos anteriormente, o pertencimento a essas unidades constitui um fator de distinção entre os policiais,¹²⁴ remetendo às especificidades das atividades que realizam e, portanto, à doutrina do grupo. Não há dúvida de que a “tradicionalidade” dessas unidades é mais um dos fatores a partir dos quais essa distinção é construída.

Apontando na direção contrária, logo que cheguei ao Grupamento Aéreo fui informada de que a unidade tinha uma “memória curta”, pois existia há pouco tempo. Prevenida quanto à noção de antigüidade que os policiais associam à historicidade da corporação, não me surpreendi quando, em resposta à minha indagação, meu interlocutor disse que o grupamento tinha “só 17 anos”. O que me pareceu de certa forma surpreendente nessa colocação foi o fato de que o policial que me fez esse alerta tinha trinta e três anos (quinze de corporação) e, portanto, quando a unidade foi criada ele não tinha idade nem para votar e, se tivesse, estaria participando das primeiras eleições diretas no país depois de um longo período autoritário. Considerando isso, pude perceber como a ênfase na continuidade que marca a identidade da corporação foi bastante fixada no processo de socialização desse jovem policial. De qualquer forma, vimos que é a “modernidade” representada pelo Grupamento que estabelece, em larga medida, um fator de distinção associado aos policiais dessa unidade.

Todas as unidades que conheci, e que eram suficientemente espaçosas e bem instaladas, abrigavam algum objeto que remonta à história da corporação: quadros ou bustos de figuras históricas, peças de armamento, uniformes etc. Apesar disso, a história da

¹²³ Embora a atribuição precípua da Corregedoria tenha permanecido a mesma desde sua criação, em 1949, as mudanças às quais me refiro remetem à forma como o contexto democrático contribuiu para o crescimento da unidade, tanto quanto o aumento do efetivo total da PMESP, que é a razão explicitada nos documentos oficiais da corporação para explicar a dimensão que o órgão adquiriu ao longo do tempo. Posso ilustrar o que quero dizer com um exemplo simples: um policial da Corregedoria me disse que antigamente haviam poucas denúncias contra policiais feitas por civis e hoje em dia eles possuem um telefone através do qual essas denúncias são feitas. Tomando como base as horas que passei dentro da Corregedoria, posso afirmar que esse telefone toca várias vezes ao longo do dia.

¹²⁴ O pertencimento a qualquer uma das unidades “tradicionalistas” constitui um fator de distinção, mas a discussão anterior se ateve apenas a algumas delas.

corporação parece não ter muitos meios de preservação. Que fossem notórios, conheci dois: o Museu da PM e um tenente-coronel, já mencionado, reconhecido internamente por seu interesse e suas pesquisas sobre a história da PMESP. Embora a questão da tradição esteja presente em diversas situações, os policiais, de modo geral, não demonstram grandes conhecimentos ou grande interesse pela história da corporação. Poucos vão além de alguns fatos mais gerais, como a data da sua criação (15 de dezembro de 1831) ou o nome do seu fundador (Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar).¹²⁵ Neste sentido, a longa tradição da corporação parece ser preservada, realmente, como um valor.¹²⁶

Retirado de um grupo de discussão na internet, criado por um policial militar para debater questões relativas à profissão policial, o diálogo abaixo ilustra de forma bastante clara de que forma a origem histórica oficialmente reconhecida pela corporação transforma-se em objeto de disputa, dentro de um contexto no qual a antigüidade a que essa história oficial remete é utilizada como instrumento de legitimação em uma situação conflituosa.¹²⁷

Antônio: Pra q serve a pc?

Há quantos anos existe a policia civil mesmo?

Qual fato marca a história da policia civil?

A policia civil participou da Guerra dos Farrapos, da revolução federal de Sorocaba, da revolução federalista ou até mesmo da campanha de Canudos e outras mais?

O maior equívoco da historia foi ter criado a pc!

Pedro: Ledo engano, Antônio!!!!

Essa "estória" da PM ser uma instituição centenária é uma grande mentira. A PM foi criada em 1970, a partir da fusão da guarda civil com a força pública, ou seja, há pouco mais de 30 anos. Portanto, meu caro, para sua PM ser centenária falta pouca coisa: quase 70 (setenta) anos....

Pedro: Só mais um detalhe:

A Polícia Civil do Estado de São Paulo foi criada pela Lei nº 979, de 23 de dezembro de 1905, portanto, em dezembro próximo fará 100 anos de existência. Bom, se a PM

¹²⁵ Certa vez, diante de uma pintura do fundador da Polícia Militar, um policial me perguntou se eu conhecia o maior "corno" da história da corporação, aludindo ao fato de que o Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar foi casado com a Marquesa de Santos.

¹²⁶ Por vezes, as tradições da corporação motivam queixas que remetem ao fato de que os policiais são retirados da rua para participar de cerimônias militares.

¹²⁷ O diálogo se dá entre dois policiais militares e um policial civil, identificados como Antônio, Carlos e Pedro, respectivamente.

não for extinta antes disso (o que tudo indica), seus netos ou bisnetos também verão (como vc verá o centenário da Polícia Civil), o centenário da PM, a se completar no ano de 2070... Só um pouquinho de calma, que tá pertinho... hehehe...

Pedro: Sobre suas outras perguntas:

Estude o Código de Processo Penal ou faça uma faculdade de Direito (caso vc já tenha concluído o 2º grau) e saberá para que serve a Polícia Civil.

Carlos: ledo engano amigo...

A PM não é fusão da antiga Guarda Civil com a Força Pública. A PM é a Força Pública... A única coisa que mudou foi o nome. Em 70 a Guarda Civil foi incorporada a Força Pública e como havia resistência de civis quanto a Força pública amenizou-se mudando-se o nome da corporação naquele momento, como já ocorreu diversas vezes em nossa história. Em quanto nossa gloriosa segue para seu bicentenário a polícia civil somente esse ano poderá comemorar seus parcos 100 anos...

... e levando em consideração a história acredito que se um dia a PC e a PM se fundirem será mais ou menos nos moldes que foi com a Guarda Civil e a Força Pública... ou seja... incorporação da PC pela nossa majestosa milícia bandeirante!! hehehehe...

Pedro: Engano seu, caro Carlos.

No site da Polícia Militar do Estado de São Paulo (link 'legislação'), lê-se o seguinte texto legal:

"Decreto-Lei nº 217, de 8 de abril de 1970 Dispõe sobre a **constituição da Polícia Militar do Estado de São Paulo**, integrada por elementos da Força Pública do Estado e da Guarda Civil de São Paulo (alterado pela Lei nº 735, de 3 de novembro de 1975)."

Vemos ainda no site do 5º BPM/M (link 'histórico') o seguinte texto:

"O Artigo 20 do Decreto-Lei Federal Nº 317, de 13 de março de 1967, regulamentou a situação das Policias Militares, e deu origem posteriormente ao Decreto-Lei Estadual Nº 217, de 08 de abril de 1970, extinguindo a Guarda Civil e Força Pública, e **criando a Polícia Militar do Estado de São Paulo...**"

Pelo exposto, a partir de informações contidas em sites oficiais da PMESP, vê-se claramente que sua Instituição foi constituída (conforme Decreto-lei 217) em 08 de abril de 1970, ou seja, há pouco mais de trinta anos.

Ainda segundo informações do site oficial do 5º BPM/M, a Polícia Militar do Estado de São Paulo foi **criada** em 1970, a partir da **extinção da Força Pública e da Guarda Civil**. Portanto, nunca houve mudança de nome da Força Pública ou anexação da Guarda Civil a ela. Houve sim a extinção das duas forças e a criação de uma nova Polícia: a jovem Polícia Militar.

Mas, não fique triste. Atualmente muitas pessoas passam dos 100 anos e, com um pouco de sorte, em 08 de abril de 2070, vc também poderá comemorar o primeiro centenário da PM, caso não ocorra o mais provável: que a PM já tenha sido extinta.

Pedro: Ah, Carlos... ia esquecendo...

hehehehe...

Dentro do atual debate sobre uma possível unificação das polícias militar e civil, que teria como propósito o aumento da eficiência nas atividades desempenhadas pelas instituições policiais, o critério de antiguidade e, portanto, a tradição, aparecem como elementos centrais na discussão sobre os moldes em que se realizaria essa unificação. O conflito entre policiais civis e militares envolvendo as histórias de cada uma das corporações certamente não se limita à precisão de tal ou qual data de promulgação de uma lei. Estamos diante do que Illanes (2002) identifica como uma “batalha da memória”. A recusa do policial militar em acatar o argumento baseado no “texto legal” como uma prova sobre a verdadeira data de criação da PMESP revela que o que está em jogo nesse embate são os elementos a partir dos quais os membros da corporação reconhecem a identidade do grupo e constroem laços de pertencimento a essa coletividade. Em outras palavras, é a própria memória da corporação que está em disputa.

Uma das características da memória, como foi visto, é o fato de ela ser um fenômeno construído. Em decorrência disso, podemos afirmar que toda memória é contextual. O “trabalho de organização da memória” opera a partir de estímulos, internos ou externos, produzidos dentro de um determinado contexto que, em última instância, estabelece os variados modos de construção da memória. Assim, diferentemente da história escrita e, portanto, definitivamente enquadrada, a memória tem sempre uma maior liberdade para apresentar diferentes versões sobre os fatos passados, dependendo dos interesses e das circunstâncias presentes em que ela é narrada.

No embate ilustrado acima, a afirmação da antiguidade e da tradição da polícia militar é um movimento que tem a finalidade clara de construir uma vantagem sobre uma outra corporação que, no contexto, é representada como adversária. Contudo, em um momento em que a sociedade clama pela supressão de práticas intoleráveis atribuídas aos órgãos encarregados da preservação da ordem, dentre os quais a polícia militar ocupa um lugar de

destaque, o sentido de continuidade que muitas vezes acompanha a idéia de tradição tem necessariamente que ceder lugar às narrativas que têm como foco a mudança.

- Incorporação da atualidade na historiografia oficial:

A trajetória das mudanças sofridas nos últimos quarenta anos é incorporada à narrativa histórica da corporação através de um enfoque que remonta à própria criação da Polícia Militar do Estado de São Paulo, no ano de 1970. Essa narrativa histórica me foi feita mais de uma vez pelos próprios policiais, mais precisamente, por alguns oficiais superiores. De acordo com esses relatos, a PMESP foi criada a partir da fusão entre a Força Pública e a Guarda Civil. A Força Pública era uma corporação maior que a Guarda Civil em termos de efetivo, e tinha uma característica muito marcada de força auxiliar do exército. Na realidade, ela era considerada e atuava como um exército do estado de São Paulo. A Guarda Civil, por sua vez, surgiu em um momento em que o efetivo da Força Pública estava praticamente todo mobilizado no combate a um evento que ocorria fora do estado, e respondia ao intuito de suprir as necessidades de manutenção cotidiana da ordem pública interna. Desta forma, enquanto a Força Pública tinha um caráter mais voltado para as questões militares, a Guarda Civil desenvolveu-se, sobretudo, com um enfoque no policiamento propriamente dito. A fusão das duas corporações, no ato de criação da Polícia Militar, foi feita preservando a estrutura da maior delas, a Força Pública. Desde então, o grande desafio da corporação tem sido o de disseminar na tropa a cultura que já existia na Guarda Civil, ou seja, a cultura do policiamento. Esse enfoque vem crescendo e se aperfeiçoando, e a corporação vai, aos poucos, abandonando determinadas características que remontam ao caráter que era mais presente e necessário diante das atribuições que cabiam à Força Pública.

A história oficial da corporação é profusa de eventos “memoráveis” até a primeira metade do século XX. Podemos encontrar uma ilustração disso remetendo aos marcos históricos representados em cada uma das estrelas do brasão-de-arms da corporação.



O Brasão-de-arms da Polícia Militar do Estado de São Paulo é um Escudo Português, perfilado em ouro, tendo uma bordadura vermelha carregada de 18 (dezoito) estrelas de 5 (cinco) pontas em prata, representando marcos históricos da Corporação; No Centro, em listras vermelhas verticais e horizontais, as cores representativas da Bandeira Paulista, também perfiladas em ouro; Como timbre, um leão rampante em ouro, apoiado sobre um virol em vermelho e prata, empunhando um gládio, com punho em ouro e lâmina em prata; À direita do Brasão um ramo de carvalho e à esquerda um ramo de louro, cruzados em sua base; Como tenentes, à direita, a figura de um Bandeirante com bacamarte e espada, e à esquerda um Soldado da época da criação da Milícia, empunhando um fuzil com baioneta; ambos em posição de sentido; Num listel em azul, a legenda em prata “LEALDADE E CONSTÂNCIA”.

ESTRELAS REPRESENTATIVAS DOS MARCOS HISTÓRICOS DA CORPORAÇÃO:

- 1ª ESTRELA - 15 de Dezembro de 1831, criação da Milícia Bandeirante;
- 2ª ESTRELA - 1838, Guerra dos Farrapos;
- 3ª ESTRELA - 1839, Campos dos Palmas;
- 4ª ESTRELA - 1842, Revolução Liberal de Sorocaba;
- 5ª ESTRELA - 1865 a 1870, Guerra do Paraguai;
- 6ª ESTRELA - 1893, Revolta da Armada (Revolução Federalista);
- 7ª ESTRELA - 1896, Questão dos Protocolos;
- 8ª ESTRELA - 1897, Campanha de Canudos;
- 9ª ESTRELA - 1910, Revolta do Marinheiro João Cândido;
- 10ª ESTRELA - 1917, Greve Operária;
- 11ª ESTRELA - 1922, "Os 18 do Forte de Copacabana" e Sedição do Mato Grosso;
- 12ª ESTRELA - 1924, Revolução de São Paulo e Campanhas do Sul;

- 13ª ESTRELA - 1926, Campanhas do Nordeste e Goiás;
- 14ª ESTRELA - 1930, Revolução Outubrista-Getúlio Vargas;
- 15ª ESTRELA - 1932, Revolução Constitucionalista;
- 16ª ESTRELA - 1935/1937, Movimentos Extremistas;
- 17ª ESTRELA - 1942/1945, 2ª Guerra Mundial;
- 18ª ESTRELA - 1964, Revolução de Março.

Do último terço do século passado para cá, a história oficial da corporação parece estar enquadrada em um impreciso “desde então” (ou o “enquanto isso” do histórico retirado do site da PMESP). Considerando os marcos que constroem sua história até esse período, tal imprecisão pode ser interpretada como o reflexo de um esgotamento do “modelo historiográfico” utilizado pela corporação até então: o dos grandes eventos armados nacionais e internacionais. Esse modelo parece não comportar a realidade dos fatos nos quais a corporação se viu envolvida (ou engajada) em um passado mais recente.

Desta forma, quando nos aproximamos da atualidade, torna-se difícil ou pouco preciso falarmos em uma história oficial da corporação, no sentido de historiografia oficial. Os últimos quarenta anos da PMESP ainda não foram suficientemente “pacificados” pela escrita. Os eventos que marcaram esse período são objeto de um ainda frágil enquadramento. Não me parece que possamos sequer afirmar que as memórias relativas a esse período estão em “batalha”, pois não identifico lados que representem diferentes versões “conflagradas”. O mais correto seria interpretar as memórias sobre os últimos quarenta anos da corporação como memórias “subterrâneas”. Mas são subterrâneas não porque se contraponham a uma versão oficial, na qual esses eventos também não estão pacificados. Tratam-se de memórias subterrâneas porque ainda não encontraram um “modelo narrativo” que as fizesse aflorar como história. Esse relativo “silêncio historiográfico” é, sem dúvida, sintomático, mas pode ser facilmente compreendido quando situamos a corporação dentro de uma perspectiva de transição.

Não me sinto suficientemente segura para arriscar um palpite sobre como a corporação vai processar historiograficamente os últimos quarenta anos. Porém, considerando as referências a partir das quais o grupo reconstrói a passagem do tempo dentro da perspectiva da memória, não é difícil antever a necessidade de abandonar o calor dos campos de batalha e se acostumar com a frieza das conquistas estatisticamente representadas.

Referências Bibliográficas

- BARCELLOS, C. 2003. **Rota 66: a história da polícia que mata**. Rio de Janeiro: Record.
- BARREIRA, C. (org.). 2004. **Questão de segurança: políticas governamentais e práticas sociais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- BAYLEY, D. H. 1975. *The police and the political development in Europe*. In: TILLY, C. (ed.). **The formation of national states in Western Europe**. Princeton: University of Princeton Press.
- _____. 2001. **Padrões de Policiamento: uma análise internacional comparativa**. São Paulo: EDUSP.
- BELLI, B. 2004. **Tolerância zero e democracia no Brasil: visões de segurança pública na década de 90**. São Paulo: Perspectiva.
- BITTNER, E. 2003. **Aspectos do trabalho policial**. São Paulo: Edusp.
- BOURDIEU, P. 1999. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- _____. 2004. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva.
- _____. 2005. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- BRANDÃO, A. S. 1999. **Crônicas da Força Pública**. São Paulo: Legnar Informática & Editora.
- BRASIL. 2002. **Constituição da República Federativa do Brasil: 1988**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações.
- CARUSO, H. G. C. 2004. **Das práticas e dos saberes: a construção do “fazer policial” entre as praças da PMERJ**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Ciência Política da Universidade Federal Fluminense como requisito para obtenção do grau de Mestre.

- CASTRO, C. 1990. **O espírito militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- CLEAVER, A.J.T. 2000. **As polícias. Uma narrativa do quartel e da delegacia**. Dissertação apresentada ao Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília como requisito para obtenção do grau de Bacharel.
- COSTA, A. T. M. 2004. **Entre a lei e a ordem: violência e reforma nas polícias do Rio de Janeiro e Nova York**. Rio de Janeiro: Ed. FGV.
- DAMASCENO DE SÁ, L. 2002. **Os filhos do estado: auto-imagem e disciplina na formação dos oficiais da Polícia Militar do Ceará**. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Folha de São Paulo. **PM quer aprender com gays a lidar com gays**. Caderno Cotidiano. 30 de dezembro de 2005.
- FOUCAULT, M. 1987. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes.
- GADAMER, H.G. 2002. **Verdade e método**. Petrópolis: Vozes.
- GEERTZ, C. 2004. **Observando o Islã**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- HALBWACHS, M. 2004. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro.
- ILLANES OLIVA, M.A. 2002. **La batalla de la memoria**. Santiago do Chile: Planeta/ Ariel.
- KAHN, T. 2002. **Velha e nova polícia: polícia e políticas de segurança pública no Brasil atual**. São Paulo: Sicurezza.
- KANT DE LIMA, R. 1995. **A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos**. Rio de Janeiro: Forense.
- LEITE, M. M. 1996. **A trajetória do policiamento feminino**. Monografia apresentada ao Centro de Aperfeiçoamento de Estudos Superiores como exigência para conclusão do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO II/96). São Paulo: PMESP.

- LEMGRUBER, J., MUSUMECI, L. e CANO, I. 2003. **Quem vigia os vigias? Um estudo sobre controle externo da polícia no Brasil**. Rio de Janeiro: Record.
- MINAYO, M. C. S. e SOUZA, E. R. 2003. **Missão investigar: entre o ideal e a realidade de ser policial**. Rio de Janeiro: Garamond.
- MINGARDI, G. 1991. **Tiras, gansos e trutas: segurança pública e Polícia Civil em São Paulo (1983-1990)**. Porto Alegre: Corag.
- MONJARDET, D. 2003. **O que faz a polícia: sociologia da força pública**. São Paulo: Edusp.
- MUNIZ, J. 1999. **“Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser”**: cultura e cotidiano da **Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro**. Tese apresentada ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro como requisito para obtenção do grau de Doutor em Ciência Política.
- MUNIZ, J., PROENÇA JÚNIOR, D. e DINIZ, E. 1999. *Uso de força e ostensividade na ação policial*. In: **Conjuntura Política**. Boletim de Análise nº 6. Departamento de Ciência Política. UFMG, pp. 22-26, abril. Acessado em 27 de abril de 2006, no endereço <http://www.fafich.ufmg.br/~bacp/artigos/muniz006.htm> .
- MUSUMECI, L. e SOARES, B. M. 2004. *Polícia e gênero: presença feminina nas PMs brasileiras*. In: **Boletim Segurança e Cidadania**. Centro de Estudos em Segurança e Cidadania, ano 2, nº 4, abril.
- NUMMER, F. V. 2004. **Ser polícia, ser militar: o curso de formação na socialização do policial militar**. Niterói: Eduff.
- OLIVEIRA, D.D., SANTOS, S.A. e SILVA, V.G. 2001. **Violência policial: tolerância zero?** Goiânia: Ed. da UFG; Brasília: MNDH.
- PALMEIRA, M. 2002. *Política e tempo: nota exploratória*. In: PEIRANO, M. **O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- PMESP. 2001. **Polícia Militar do Estado de São Paulo**. Setor de Comunicação Social do Comando da Polícia Militar.

POLLAK, M. 1989. *Memória, esquecimento e silêncio*. In: **Estudos Históricos**, vol. 2, n° 3, pp. 3-15. Rio de Janeiro.

_____. 1992. *Memória e identidade social*. In: **Estudos Históricos**, vol. 5, n° 10, pp. 200-212. Rio de Janeiro.

RADCLIFFE-BROWN, A. R. 1989. **Estrutura e função nas sociedades primitivas**. Lisboa: Edições 70.

RAMOS, S. e MUSUMECI, L. 2005. **Elemento suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SILVA, H. A. 1999. **Proposta de implantação de um sistema operacional de policiamento comunitário em Cia PM através da Rosa dos Ventos**. Monografia apresentada ao Centro de Aperfeiçoamento de Estudos Superiores como exigência para conclusão do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO I/99). São Paulo: PMESP.

SHILS, E. 1992. **Centro e periferia**. Lisboa: Difel.

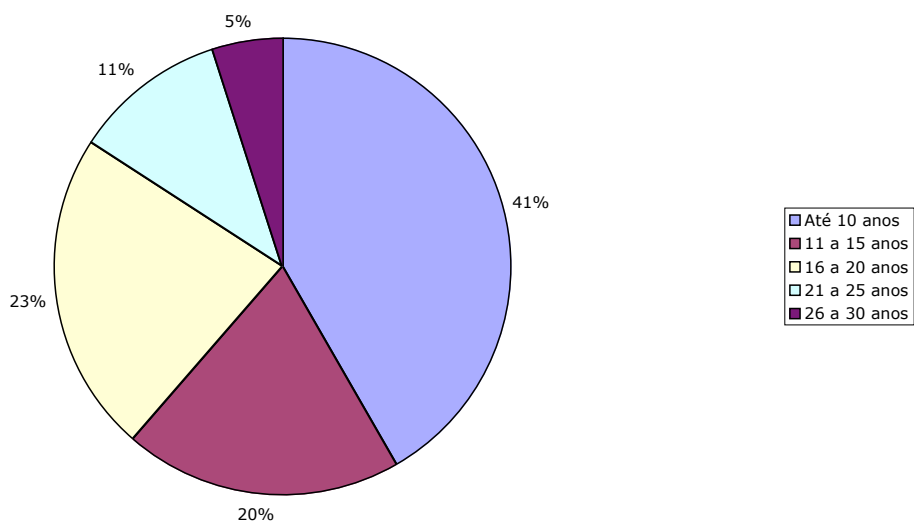
STURKEN, M. 1997. **Tangled memories: the Vietnam War, the AIDS epidemic and the politics of remembering**. Berkeley: University of California Press.

VIOLANTI, J. M. 1993. 1993. *Padrões de estresse no trabalho policial*. In: **Revista Policial do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro.

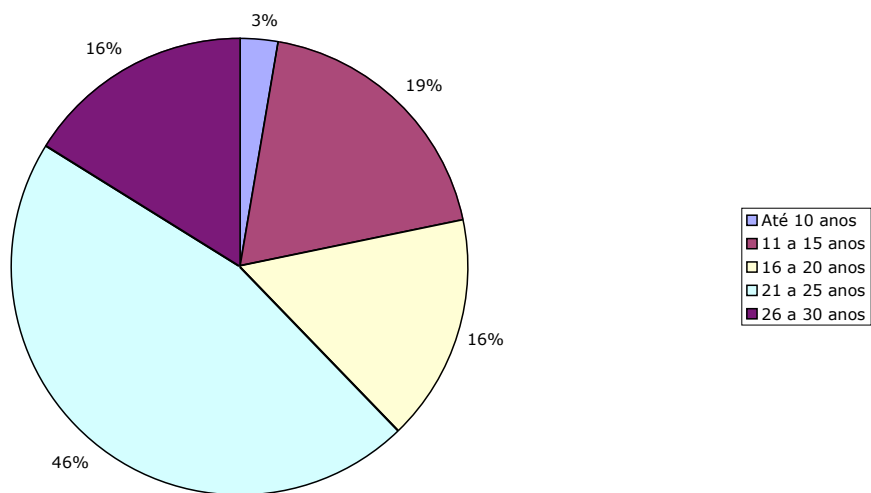
Hierarquia da Polícia Militar

Círculo de Oficiais	Círculo de Praças
Coronel Tenente-Coronel Major Capitão 1º Tenente 2º Tenente	Subtenente 1º Sargento 2º Sargento 3º Sargento Cabo Soldado

Efetivo PMESP - Antigüidade



Amostra - Antigüidade





LEGIÃO de idealistas

Governo do Estado de São Paulo - Secretaria da Segurança Pública - Polícia Militar do Estado de São Paulo
Boletim informativo da Polícia Militar do Estado de São Paulo



Janeiro/05
Nº 101

POLÍCIA MILITAR TRABALHANDO PELA COMUNIDADE

Principais intervenções da Polícia Militar

	JAN/04	FEV/04	MAR/04	ABR/04	MAY/04	JUN/04	JUL/04	AGO/04	SET/04	OUT/04	NOV/04	DEZ/04	TOTAL
Nº DE INTERVENÇÕES	1.675.636	1.749.524	1.683.301	1.743.961	1.672.015	1.690.861	1.702.529	1.755.751	1.711.353	1.654.075	1.541.074	1.557.438	20.137.563
Nº DE OCORRÊNCIAS	276.208	281.679	279.789	285.529	286.856	294.448	319.842	310.192	292.596	314.166	284.175	296.205	3.521.740
ATENDIMENTOS SOCIAIS*	110.159	112.987	107.789	111.469	109.710	123.435	146.137	131.449	112.113	136.414	112.996	105.075	1.419.718
RESGATE	20.670	21.503	23.324	22.548	24.295	23.324	23.399	23.585	21.663	23.027	22.965	22.530	272.823
VEÍCULOS LOCALIZADOS	4.495	4.654	4.833	4.948	5.207	5.085	4.884	5.375	4.907	5.330	4.966	4.639	59.323
PRISÕES EM FLAGRANTE	6.476	6.012	6.589	6.544	6.599	6.190	5.966	6.407	6.014	6.348	6.162	5.895	75.201
XTOS INFRACIONAIS (CRIANÇAS E ADOLESCENTES)	2.959	3.042	3.450	3.596	3.435	3.455	2.902	3.532	3.484	3.302	3.567	2.809	39.533
PROCURADOS CAPTURADOS	569	614	664	708	704	693	592	574	525	583	650	600	7.476
ARMAS APREENDIDAS	2.020	1.953	1.996	2.029	2.060	1.953	1.737	1.865	1.945	1.904	1.828	1.782	23.072
APREENSÃO DE ENTORPECENTES(Kg)	699,276	1.030,475	2.702,464	735,471	2.784,240	931,317	1.119,050	1.601,296	461,289	824,211	753,403	448,493	14.090,986
B. O. - TERMOS CIRCUNSTANCIADOS	877	1.024	1.057	1.038	967	1.198	1.009	1.168	1.098	1.162	1.177	1.104	12.899

*Atendimentos Sociais incluem: condução a PS/Hospital; condução às organizações de Assistência/ Abrigo; partos realizados por PMs; auxílio gestante desamparada; ocorrências de auxílio ao público.



"Nós, Policiais Militares, estamos comprometidos com a Defesa da Vida, da Integridade Física e da Dignidade da Pessoa Humana"



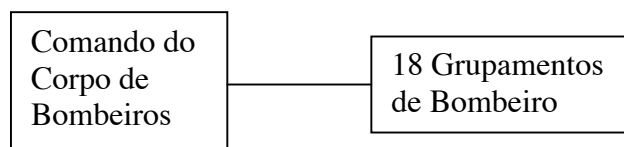
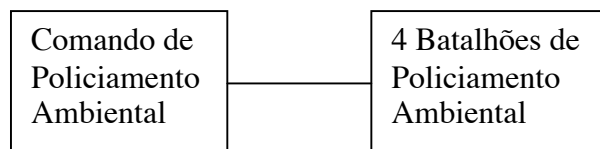
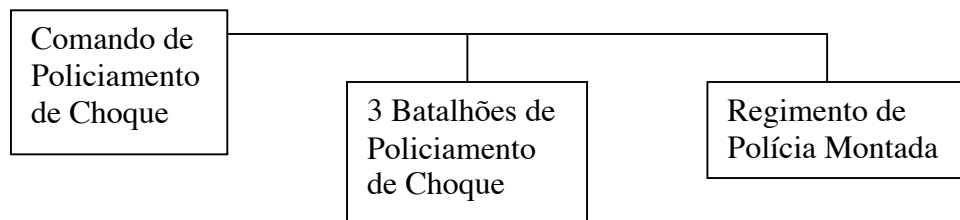
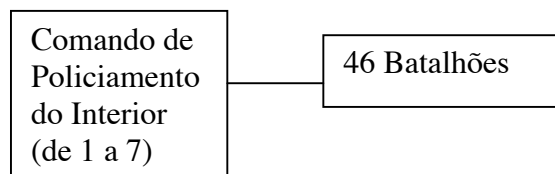
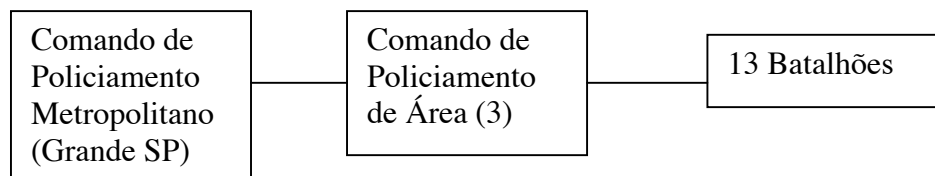
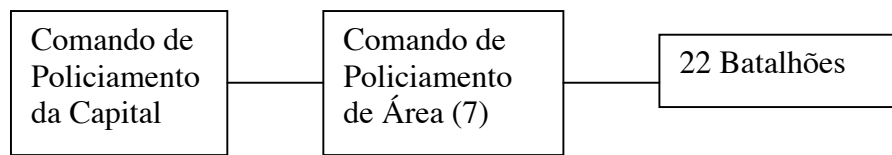
Escolaridade do Efetivo - 2005

	Cel	Tcel	Maj	Cap	1° Ten	2° Ten	Asp	Al Of	Soma
Pós- Graduação (Doutorado)		2	1	4	9	1			17
Pós-Graduação (Mestrado)	1	3	7	11	17	1		1	41
Superior Completo	57	182	321	969	1392	854	207	22	4004
Superior Incompleto				10	308	279		128	725
2o Grau Completo				6	64	141		510	721
2o Grau Incompleto				1	4	5			10
1o Grau Completo					4	1			5
1o Grau Incompleto						1			1
Total	58	187	329	1001	1798	1283	207	661	5524

	SubT	1° Sgt	2° Sgt	3° Sgt	Cb	Sd	Soma
Pós- Graduação (Doutorado)						1	1
Pós-Graduação (Mestrado)	1	1	3		2	5	12
Superior Completo	119	400	478	415	537	1880	3829
Superior Incompleto	87	309	462	539	881	4736	7014
2o Grau Completo	348	1487	2542	3379	6070	32881	46707
2o Grau Incompleto	43	145	261	751	2342	9653	13195
1o Grau Completo	24	103	106	360	1709	7014	9316
1o Grau Incompleto	4	5	7	27	340	599	982
Total	626	2450	3859	5471	11881	56769	81056

Fonte: Seção de Comunicação Social do Estado Maior da Polícia Militar do Estado de São Paulo.





Policiais Militares demitidos e expulsos:

	2001	2002	2003	2004	2005
PMs da ativa demitidos	155	224	347	222	186
PMs da ativa expulsos	83	130	294	172	122
Total (demitidos + expulsos)	238	354	641	394	308

Fonte: Ouvidoria de Polícia do Estado de São Paulo.

Policiais Militares mortos:

	Serviço	Folga	Suicídio
1991	14	33	20
1992	9	35	23
1993	9	34	17
1994	16	46	28
1995	8	36	22
1996	13	61	27
1997	15	52	17
1998	17	77	33
1999	27	110	28
2000	25	109	23
Total	153	593	238

Fonte: Ouvidoria de Polícia do Estado de São Paulo.